

**UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

YURI RODRIGUES DA CUNHA

**“POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA, EU VOTO SIM”:
a crise do lulo-petismo e os fundamentos da *República Evangélica***

Orientadora:

Prof.^a Angélica Lovatto

Marília-SP

2020

**UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

YURI RODRIGUES DA CUNHA

“POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA, EU VOTO SIM”:

A crise do lulo-petismo e os fundamentos da *República Evangélica*

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília.

Linha de pesquisa: Cultura e Política do Mundo do Trabalho

Orientadora: Dr^a Angélica Lovatto

Marília-SP

2020

C972d	Cunha, Yuri Rodrigues da Por Deus e pela minha família, voto sim : a crise do lulo-petismo e os fundamentos da República Evangélica / Yuri Rodrigues da Cunha. -- Marília, 2020 286 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Angélica Lovatto 1. Ciência Política. 2. Neopentecostalismo. 3. Neoliberalismo. 4. Governo Temer. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA, EU VOTO SIM: A CRISE DO LULO-
PETISMO E OS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA EVANGÉLICA

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília.

Orientadora: _____

Prof. Dr^a. Angélica Lovatto. PPGCS-UNESP – Marília (SP)

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Jefferson Barbosa – PPGCS-UNESP – Marília (SP)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Agnaldo dos Santos – PPGCS-UNESP – Marília (SP)

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás – FFLCH, História Econômica-USP – São Paulo (SP)

4º Examinador: _____

Prof. Dr. Heitor Ney Mathias da Silva– FIOCRUZ – Rio de Janeiro (RJ)

A Antônia e Manuela,
Por todos os prazeres e agruras que se fortaleceram durante esta jornada.

Agradecimentos

Durante muito tempo pensei neste momento, e quando falo este momento, são justamente os agradecimentos. São inúmeras as pessoas a quem devo agradecer, e não queria fazer isso da perspectiva quase que formalista que tradicionalmente os trabalhos científicos trazem. Gostaria que fosse mais fluido tudo, talvez como um desejo de que a aspereza da escrita científica ficasse para trás e, aqui, pudesse falar de vida, potência, leveza e alegria. Assim, os agradecimentos vão para todos aqueles que cruzaram meu caminho para que pudesse chegar onde estou e ser o que sou.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à pessoa que foi fundamental e decisiva para que este trabalho pudesse ter sido realizado: Ana Elídia. Parceira de vida. Companheira de vida, de amor, de trocas, de aprendizados, quem tanto me ensina e tanto me permite crescer. Foi ela quem segurou todas as pontas durante a construção desta pesquisa. Foi ela quem se desdobrou, mesmo trabalhando muito, e ainda tinha forças para cuidar de nossas duas filhas enquanto eu me dedicava à tese. Se não fosse essa força, força que remete à ancestralidade feminina que sempre segurou tudo sozinha, certamente este trabalho não teria se realizado da forma como foi.

Em segundo lugar, agradeço à professora Dra. Angélica Lovatto, que, com toda sensibilidade e cuidado soube, quando necessário, me dar força diante das adversidades que a pesquisa e escritura da tese me traziam. Com olhar humano, sereno e sempre atenciosa, me ensinou que, quanto maior a titulação, mais devemos estar abertos a aprender com o outro e sermos humildes. Afinal, o título é só um título.

Após iniciar esses agradecimentos, gostaria de também lembrar daqueles professores que, mesmo sem estarem aqui nesse momento, fizeram de mim o pesquisador que sou, e, mais do que isso, me inspiram todas as vezes que penso em como ser um educador. Foram professores que me marcaram, seja pela postura em sala de aula ou de fora dela, seja pela leitura atenta de um trabalho acadêmico ou um simples cuidado, um bom dia ou boa tarde com olhar acolhedor.

Com isso, inicio os agradecimentos aos professores que estiveram comigo no tornar-me doutor: Jefferson Barbosa, com suas leituras atentas e críticas, com um olhar minucioso, exigente e, ao mesmo tempo, com uma ímpar capacidade de ser generoso e apresentar possíveis caminhos, não fazendo, portanto, o trabalho de fazer críticas e deixar o pós-graduando “sozinho”. Aprendi muito com essa forma de ser, com a forma exigente e crítica da leitura científica, sem perder de vista o cuidado com o sujeito que está do outro lado.

Agradeço ainda ao prof. Agnaldo Santos, que muito contribuiu na leitura de meu trabalho e na participação em minha defesa. Me lembro, certa vez em sala de aula, quando Agnaldo mencionou ter modificado o objeto de estudos entre mestrado e doutorado e, naquele momento, durante a graduação, me surpreendi e pensei que ele havia sido corajoso. Hoje, ao olhar para mim, vejo que percorri um caminho semelhante de mudança de objeto, o que me trouxe muita dificuldade.

Agradeço ainda aos professores Luiz Bernardo Pericás e Heitor Silva, pela participação e contribuição em minha defesa, e, não poderia ficar de fora, o prof. Anderson Deo, que participou de minha qualificação.

Sou grato à vida por me permitir cruzar e ter aulas com muitas professoras e professores que me foram inspiradores: as professoras Lucia Arrais Morales, Fátima Cabral, Valéria Barbosa e Érika Batista, e os professores Francisco Luiz Corsi, Marcos Del Roio, Jair Pinheiro e Leandro Galastri. Estes me foram exímios professores.

Não poderia passar ainda sem agradecer aos companheiros que fizeram parte de minha caminhada, ainda que momentaneamente, Leozito, Fernando Funahashi, Beбето, Du, Gabriel Bil, Gaetano, Puro Osso, Diogo Maguila, Rodolfim, Jonas, Rodolfo Hippie.

Não posso, ainda, ficar sem agradecer aos companheiros do futebol, com quem todas as sextas-feiras nos últimos anos eu jogava. Esse momento era fundamental para ter alguma saúde mental durante os momentos de aflições da tese. Além de companheiros de pelada, eles ainda eram trabalhadores da UNESP, que, certamente, foram também fundamentais para este trabalho: Todinho, Wesley, Febem, Oséias, André.

Nos últimos três anos, após o nascimento de nossa primeira filha, Antônia, e, depois, da Manuela, ficamos muito próximos de pessoas que foram como familiares, pessoas com quem construímos redes tão importantes para nosso desenvolvimento enquanto ser humano: Maisa, Rodrigo Gelamo, Amora e Amanda; Danilo, Camila, Bento e João; Paula, Roger e Raul.

Outra família também nasceu neste último ano e, junto a ela, uma escola associativa, a Jequitibá-Rosa: Conor, Raquel e Catarina; Marianne e Enzo; Andreia e Júlia; Tati, Clara e Jasmim.

Agradeço ainda a todos meus familiares que de alguma maneira contribuíram para que eu estivesse aqui: minha mãe, meu pai, meus irmãos, tios, tias, avós, sogro e sogra.

Por fim, agradeço à CAPES, que, mesmo diante de todos os ataques sofridos após o golpe temerário e, principalmente pela caçada bolsonarista, financiou parte de minha pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Ribeirão Preto/SP, Verão de 2020.

De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. [...] quem mói no asp'ro, não fantasêia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos desassossegos, estou de range rede. E me inventei neste gosto, de especular ideia. [...] Viver é negócio muito perigoso.

(ROSA, Guimarães. O Grande Sertão Veredas)

Sumário

SUMÁRIO.....	10
LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E IMAGENS.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
RESUMO.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.2. A PESQUISA E A RELAÇÃO PESQUISADOR-OBJETO: PROBLEMAS INICIAIS.....	22
1.3. CONJUNTURA POLÍTICA E O CAMPO DE PESQUISA	31
2. O PERCURSO HISTÓRICO DO LULO-PETISMO: ORIGEM, ÁPICE E CRISE	46
2.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O ESTADO.....	50
2.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	56
2.2.1. “E AÍ, PEÃOZADA, PARTIU PRO PAU”: A CONSTRUÇÃO DO PT E O NOVO SINDICALISMO	58
2.2.2. OS MOVIMENTOS POPULARES VINCULADOS À IGREJA.....	63
2.2.3. REMANESCENTES DA LUTA ARMADA, TROTSKISTAS E A INTELLECTUALIDADE NA COMPOSIÇÃO DO PT	69
2.3. A CONCILIAÇÃO E O MODO (LULO)PETISTA DE GOVERNAR	78
2.3.1. O INÍCIO E OS ANOS DE 1980.....	79
2.3.2. BREVE BALANÇO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS ANOS DE 1980.....	91
2.4. O MODO PETISTA DE GOVERNAR: TRANSFORMISMO OU O MESMO PARTIDO?.....	97
2.5. OS ANOS 2000 E A CARTA AO POVO BRASILEIRO	106
2.6. LULO-PETISMO E A BANCADA EVANGÉLICA: UMA APROXIMAÇÃO	115
3. NEOPENTECOSTAIS E A POLÍTICA NO BRASIL: AS BASES DE UMA NOVA CONCILIAÇÃO DE CLASSES.....	121
3.1. IMBRICAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA.....	122
3.2. O NEOPENTECOSTALISMO E A QUESTÃO POLÍTICA	126
3.3. ELEIÇÕES E OS NEOPENTECOSTAIS.....	140
3.4. A BANCADA EVANGÉLICA – FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E O BLOCO NO PODER.....	157
3.5. A BANCADA EVANGÉLICA E UMA NOVA FORMA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES?	161
4. AS BASES DA REPÚBLICA EVANGÉLICA: O ENSAIO NEOLIBERAL DE TEMER	172
4.1. AS RAZÕES DO GOLPE PARLAMENTAR: DA PEQUENA À GRANDE POLÍTICA	172
4.2. TEMERÁRIAS REFORMAS NEOLIBERAIS (A ANTESSALA DO TEMERÁRIO GOVERNO E DAS TEMERÁRIAS REFORMAS)	194
4.2.1. A TEMERÁRIA REFORMA DOS GASTOS PÚBLICOS	202
4.2.2. A TEMERÁRIA REFORMA TRABALHISTA	206
4.3. TEMER E O GOVERNO COMO “ATO RELIGIOSO COM O BRASIL”	220
4.4. A NEOLIBERAL REPÚBLICA EVANGÉLICA	239
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO FUNDAMENTALISMO?	261
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	266
6.1. FONTES.....	280
6.1.2. PESQUISAS.....	284

6.1.3.	DOCUMENTOS	285
--------	------------------	-----

Lista de Gráficos, Tabelas e Imagens

Gráfico 1: Crescimento populacional evangélico

Gráfico 2: Índice de Confiança Social

Tabela 1: População evangélica

Lista de Siglas

AD – Assembleia de Deus

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEBES – Centro Brasileiro de Estudos da Saúde

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CF – Constituição Federal

CO – Causa Operária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CS – Convergência Socialista

DANC – Diários da Assembleia Nacional Constituinte

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FECOMERCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo

FIERJ – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICS – Índice de Confiança Social

IC – Igreja Católica

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

JUC – Juventude Universitária Católica

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista

OSI – Organização Socialista Internacionalista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PL (Partido Liberal e Projeto de Lei)

PLC – Projeto de Lei Complementar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

Resumo

No presente trabalho, apresentamos o resultado final de nossa pesquisa de doutorado, que buscou compreender a crise do modelo de conciliação de classes do lulo-petismo na direção do bloco no poder e demonstrar como a bancada evangélica procurou ocupar esse espaço, aproximando-se das frações burguesas e configurando uma nova forma de conciliação. A hipótese aqui apresentada consistiu no entendimento de que há uma afinidade eletiva entre frações burguesas e bancada evangélica, que, baseadas num viés moralizante e liberal, convergiram suas críticas ao que elas entendiam ser a esquerda, isto é, o modelo lulo-petista. O recorte temporal deste trabalho está entre os anos de 2016 a 2018, ou seja, o breve governo Temer, pois, conforme os resultados desta pesquisa, durante o *governo temerário* iniciaram-se as bases da *República Evangélica*, na medida em que a própria bancada evangélica conseguiu se colocar como uma fração capaz de exercer uma ideologia do consenso, necessária para que as *reformas temerárias* pudessem ser aprovadas e criando as bases para um momento de ultraliberalismo no Brasil. Portanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizamos como fonte primária documentos oficiais dos partidos políticos, reportagens, arquivos, projetos de leis, pesquisas de institutos estatísticos e meios eletrônicos, como *websites* e redes sociais, apoiando-nos teoricamente na literatura científica desenvolvida pelo campo marxiano.

Palavras-chave: crise do lulo-petismo; bancada evangélica; conciliação de classes; golpe parlamentar; reformas temerárias.

Abstract:

In the present work, we present the final result of our doctoral research, which sought to understand the crisis of the model of conciliation of classes of Lulo-Petismo towards the block in power and demonstrate how the evangelical group sought to occupy this space, approaching the bourgeois fractions and configuring a new form of conciliation. The hypothesis presented here consisted of the understanding that there is an elective affinity between bourgeois fractions and the evangelical group, which, based on a moralizing and liberal bias, converged their criticisms of what they understood to be the left, that is, the Lulo-PT model. The time frame of this work is between the years 2016 to 2018, that is, the brief government Temer, because, according to the results of this research, during the daring government the bases of the Evangelical Republic began, insofar as the bench itself Evangelical was able to place itself as a fraction capable of exercising an ideology of consensus, necessary so that the reckless reforms could be approved and creating the bases for a moment of ultraliberalism in Brazil. Therefore, for the development of this research we use official documents of political parties, reports, archives, bills of law, researches of statistical institutes and electronic media as websites and social networks as primary source, theoretically supporting us in the scientific literature developed by the Marxian field .

Keywords: crisis of lulo-petismo; evangelical bench; class conciliation; parliamentary coup; Temer's reforms

1. Introdução

No presente texto o leitor irá se deparar com os resultados de nossa pesquisa de doutoramento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, cujos objetivos eram analisar a internalização da correlação capital x trabalho no Estado brasileiro, partindo da crise do lulo-petismo e da ascensão do neopentecostalismo. Assim, chegamos ao título “Por Deus e pela minha família, voto sim: a crise do lulo-petismo e os fundamentos da *República Evangélica*”.

O título de nossa pesquisa traz dois momentos distintos e complementares, conforme se demonstrou ao longo do texto. A primeira parte apontou para uma fala comum entre parlamentares que faziam parte da bancada evangélica, quando foi admitido o processo de impeachment – golpe parlamentar, contra Dilma Rousseff. A segunda parte, o subtítulo, revela-se como o golpe parlamentar representou uma crise do modelo de conciliação de classes do lulo-petismo baseados num modelo de “ganha-ganha” e, qual foi o papel durante e posterior da bancada evangélica em meio a esse processo. O que estamos denominando de *República Evangélica* é a forma como a bancada evangélica se aproximou do governo Temer, que disse em seu discurso de posse que faria um “governo religioso”, e mais do que isso, que, esse período representou a força política que a bancada evangélica possuía as condições para costurarem uma nova forma de conciliação de classes com as frações burguesas, se tornando um sustentáculo do governo Temer, e criando as bases ideológicas e morais para o governo Bolsonaro.

Foi ainda no breve governo Temer que a bancada evangélica conseguiu se posicionar de maneira privilegiada no rearranjo do bloco no poder, após a crise da conciliação do lulo-petismo, isto porque, conforme demonstrado aqui, os evangélicos assumiram um papel decisivo para que as reformas temerárias pudessem obter êxitos. A bancada evangélica atuou construindo uma “ideologia do consenso”, baseada numa perspectiva religiosa e moralista que, independentemente das condições materiais e da conjuntura política, caso o sujeito trabalhe com afinco, as recompensas vêm de Deus e

não dos próprios homens. Esse elemento é fundamental, a nosso ver, uma vez que as reformas de caráter liberal durante o governo Temer e com o seu aprofundamento no ultraliberalismo de Bolsonaro, embora tragam maiores dificuldades para a vida cotidiana para as classes trabalhadoras e populares, como por exemplo a precarização dos serviços públicos, levam-nas a ver que apenas Deus é quem lhes irá prover algo melhor, que seria fruto de seu próprio esforço e trabalho. Defendemos que essa perspectiva foi amplamente divulgada durante o governo temerário com a frase: “Não pense em crise, trabalhe”.

Com isso, nosso objetivo consistiu em analisar o desempenho da bancada evangélica durante o governo Temer e investigar de que maneira a bancada buscou ocupar a direção do bloco no poder.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, contamos ainda com objetivos específicos que nos ajudam a compreender o processo em seu aspecto mais geral, isto é: Quais as razões da crise do lulo-petismo? Qual o processo histórico de constituição da bancada evangélica e como ela se configurou historicamente? O que significou o governo Temer e o “governo como ato religioso”? Há uma afinidade eletiva entre as frações burguesas e a bancada evangélica?

Assim, nesta pesquisa partimos da hipótese de que, com o golpe parlamentar e a crise do lulo-petismo, as frações burguesas buscaram um novo agente social com capilaridade nas camadas populares que tivessem condições de realizar uma nova forma de conciliação de classes. Entendemos ainda que o PT já não seria mais necessário às frações burguesas dada a incapacidade de garantir os interesses tanto das frações internas quanto da associada. Além disso, havia ainda um histórico do partido que o ligava à classe trabalhadora, e, por isso, na correlação capital x trabalho, a contrapartida oferecida pelo PT era maior do que o que queria a bancada evangélica e maior do que as frações burguesas estavam dispostas a “dar”.

Com nossas investigações, foi possível observar um êxito dos setores evangélicos na política institucional brasileira e constatar como eles se tornaram decisivos no golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, o que, para nós, caracteriza a crise do lulo-petismo, além de terem sido importantes também

nas aprovações das reformas temerárias e na defesa e manutenção de Temer na liderança do bloco no poder entre os anos de 2016-2018.

Foi nesse período que reformas como a trabalhista – com a aprovação da terceirização irrestrita – e o congelamento dos gastos públicos foram aprovadas. Estas, sob a ótica dos interesses das distintas frações burguesas, contaram com o importante apoio da bancada evangélica, sendo que um dos elementos centrais para aproximação da bancada evangélica com as pautas da burguesia era o combate ao inimigo “demoníaco”, isto é, a esquerda.

Assim, o que identificamos foi uma afinidade eletiva que aproximou as distintas frações burguesas com suas pautas tradicionais no campo econômico, cujo grande objetivo era buscar manter as taxas de acumulação mesmo nos momentos de crise econômica, e a bancada evangélica, que possui historicamente uma pauta moralizante, cujos elementos fundamentais são aprovação do estatuto da família, contra o aborto, pelo fim da “ideologia de gênero” e defesa da “escola sem partido”. Essas pautas, aparentemente distintas e não convergentes, aproximam-se pelo fato de ambas terem um mesmo inimigo, como mencionado anteriormente, a esquerda, que, nesse momento é representada pela conciliação lulo-petista. Nesse sentido, houve uma aproximação entre as distintas frações burguesas e a bancada evangélica, que conseguiram costurar uma nova forma de hegemonia no interior do bloco no poder, criando as condições para a eleição de um governo posterior ultraliberal, como o de Bolsonaro, que, além das pautas liberais apoiadas pelas frações burguesas, busca legitimar-se por meio de um discurso “moralista-cristão”.

Portanto, o que nossa tese identificou pode ser compreendido como uma base de um fundamentalismo cristão, denominado aqui como fundamentalismo religioso evangélico. A nosso ver, o conceito do fundamentalismo cristão cabe ao caso brasileiro aqui investigado, porque o fundamentalismo foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1910 para designar um movimento religioso, a partir da publicação de 12 volumes intitulados de *The Fundamentals*, que postulava, em síntese, que os EUA seriam a nação abençoada por Deus e que teriam a missão de criar um novo estado de Israel, levando, assim, todas as nações ao conhecimento da verdade.

Para estes, o pecado levaria o homem à decadência moral e espiritual e a ruptura com Deus seria tão danosa que o tornaria incapaz de praticar o bem. Essa perspectiva é absorvida no meio político pela bancada evangélica, na medida em que, ao trazerem os elementos moralistas para o cenário político, como a luta contra o aborto, contra as questões de gênero e outras pautas, esses parlamentares o fazem sob uma perspectiva de crítica a um humanismo secular e às esquerdas, pois estes seriam responsáveis pelo distanciamento de Deus, e por isso, seria o Estado inundado por corrupções e pautas que iriam de encontro às perspectivas morais. Portanto, a tarefa a cumprir para a bancada evangélica, seria chegar à direção do bloco no poder e levar a cabo uma política de Deus para Seu povo.

Este texto está organizado da seguinte maneira: num primeiro momento, iniciamos apontando a relação entre pesquisador e objeto da pesquisa, buscando demonstrar meu envolvimento com o tema desta investigação a partir da própria realidade empírica que se colocava objetivamente. Ainda no capítulo introdutório na terceira seção apresentamos o fundamento teórico-metodológico onde nos ancoramos cientificamente, bem como nossa hipótese e metodologia de trabalho.

No segundo capítulo, intitulado “O percurso histórico do lulo-petismo: origem, ápice e crise”, apresentamos uma nota introdutória sobre o Estado na perspectiva marxiana. A partir daí, fomos costurando a história do PT, argumentando que a forma de conciliação lulo-petista, que se tornaria a marca registrada dos governos Lula e Dilma, já tinha seus fundamentos na própria origem do partido e que não há uma mudança radical ao longo de seu transcurso histórico, muito embora não deva ser dito que o PT dos anos 80 é exatamente igual em sua forma dos anos 2010, por exemplo, pois o que mudou foi a estratégia, passando por um modelo de conselhos de bases e ampla mobilização popular, muito embora, a sua tática manteve-se a mesma, chegar à liderança do bloco no poder, pois somente assim seria possível alguma transformação em prol da classe trabalhadora.

No terceiro capítulo, adentrei na relação entre os neopentecostais e a política, buscando construir os fundamentos do argumento que venho desenvolvendo, de que há uma conciliação de classes mediada pela bancada evangélica, que possui um caráter muito mais conservador do que a conciliação lulo-petista, cujos elementos estão

vinculados à dimensão moralizante, como explícito no capítulo. Assim como o segundo capítulo, demonstrei o modo como essa bancada foi se consolidando como uma fração de classes que, com o tempo e a crise do lulopetismo, se considerava apta a ser a fração que dirigiria o bloco no poder.

Por fim, no último capítulo apresento a questão do golpe parlamentar, as reformas neoliberais e o papel que a bancada evangélica possui neste processo, colocando-se como a fração capaz de conduzir o “imoral” estado brasileiro, criando as condições “ideológicas e moralizantes” que permitiram um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de “mito”, o que se desdobrou na eleição de Bolsonaro. Muito embora ele seja sustentado também por frações burguesas baseadas num ultraliberalismo.

1.2. A pesquisa e a relação pesquisador-objeto: problemas iniciais

Era um domingo, dia 17 de abril de 2016, quando ao fim da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, estava aprovada e autorizada a instauração do processo de crime de responsabilidade fiscal contra a presidenta Dilma Rousseff, que perderia seu mandato no Senado Federal em 31 de Agosto de 2016. Esse fato tornou-se determinante para tudo o que se segue.

Entre aquela noite de abril de 2016 e o agosto do mesmo ano, viu-se mais uma ruptura política no Brasil, encrustando mais uma ferida na frágil democracia burguesa brasileira. O que se viu foi um golpe chancelado pela alta corte brasileira – o Supremo Tribunal Federal (STF) e televisionado em horário nobre em todo o país. Via-se a tragicomédia: palhaços – inclusive profissionais – defendendo os ricos em uma sociedade miserável, que, em nome de Deus-moral, defendiam o Deus-dinheiro, que, obviamente, buscava dar algum caráter legítimo e demonstrar algum apoio popular à derrubada de Dilma.

Para nós, o ano de 2016, especialmente o processo de impeachment – compreendido aqui como um *golpe parlamentar*, foi decisivo para a delimitação do

objeto desta pesquisa. E o que apresento agora é o resultado final¹ de nossa pesquisa, com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

O curso do referido ano, bem como do fato político mencionado, proporcionou uma mudança na direção de minha pesquisa de doutorado, pois, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em 2016, tinha como projeto de pesquisa a internalização da correlação capital x trabalho no Estado brasileiro, a partir das práticas de terceirização, temática que era meu objeto de pesquisa desde o período de graduação e mestrado, fundamentado nos referenciais teóricos da Sociologia do Trabalho.

A mudança de objeto de pesquisa e de área de atuação não foi um processo fácil. Caso eu permanecesse na temática que vinha desenvolvendo, teria um caminho mais confortável, afinal, já possuía certo acúmulo de leitura e aproximação com o campo de pesquisa. Porém, aquela fatídica noite de domingo (17 de Abril de 2016), quando assistia – atônito, perplexo e enjoado –, a transmissão ao vivo² da votação no Plenário da Câmara dos Deputados que decidiria sobre a admissibilidade do processo de impeachment, me fez refletir e rever o objeto de minha pesquisa de Doutorado. A mudança de objeto não foi imediata, foi necessária uma longa aproximação com o novo campo de pesquisa que parecia emergir diante de tudo a que assistia.

Do início do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em fevereiro de 2016 até março de 2017, quando enfim foram aparadas as últimas arestas de dúvidas e dificuldades que ainda persistiam na tentativa de recortar um novo objeto de pesquisa, ocorreu, além do encontro com outro campo de pesquisa, a Ciência Política, também, o nascimento de minha primeira filha.

Entendo que este aspecto não é secundário ao desenvolvimento da pesquisa científica, uma vez que todo sujeito que se implica na tentativa de produzir conhecimento é, em sentido *lato*, um sujeito implicado. Assim, adotamos pressupostos

¹ Vejo este trabalho como um parir, talvez mais doloroso e sofrido como o processo cirúrgico de uma cesárea previamente agendada do que a um parto natural.

² Que até parecia final de Copa do Mundo em razão do destaque midiático, ao mesmo tempo em que escancarava a visceral vinculação da grande mídia com as frações burguesas.

teórico-metodológicos nesta pesquisa que reconhecem que o pesquisador é um sujeito que se constrói histórica e socialmente, e, por isso mesmo, suas concepções não estão descoladas do contexto por este vivido. Compreendemos, ainda, a atividade científica também uma atividade política.

Nossos pressupostos estão alicerçados no campo marxiano e marxista³.

Podemos dizer que o núcleo do fundamento metodológico desenvolvido por Marx encontra-se no *Grundrisse* (2011) e consiste na busca de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Apenas depois disso, é possível apresentar e expor adequadamente o movimento do real. Isto quer dizer que se buscamos utilizar premissas metodológicas elaboradas pelo pensamento marxiano, devemos reconhecer que a pesquisa e seu objeto de estudo devem, necessariamente, partir de fenômenos reais, objetivos e concretos – embora não se limitem a estes, e que por isso mesmo, é sempre um recorte proporcionado pelo sujeito que observa um objeto, resultado de uma assimilação que o sujeito-pesquisador faz da realidade na qual ele está inserido.

A compreensão da realidade empírica e a produção científica dependem, portanto, de uma relação dialética entre o pesquisador e a realidade objetiva na qual está inserido. A pesquisa tem seu ponto de partida na compreensão da própria materialidade de seu objeto e do reconhecimento do pesquisador como sujeito histórico, porém deve transcender o domínio da evidência particular. Uma vez alicerçado em dado constructo teórico que emerge da realidade objetiva, devem ser observados os vários fatores e realizar as diversas mediações da própria realidade observada. Assim, chegar-se-á aos

³ Ao partirmos da concepção metodológica formulada e apresentada por Karl Marx, entendemos que Marx também travava diálogo com interlocutores, assentava-se em ombros de gigantes, mas desenvolveu uma forma de compreensão da realidade, que causava uma ruptura com as tradições filosóficas e metodológicas de seu tempo e espaço. Dialogou criticamente com *idealistas alemães*: expressões máximas em Hegel e Feuerbach. Teceu críticas ao *socialismo utópico*, cujos maiores representantes eram Saint-Simon, Fourier e Owen, e também dialogou criticamente com a *economia política* inglesa, expressas por Ricardo e Smith. Além deles, Marx proporcionou o surgimento de um novo universo no mundo humano, pois, além de demonstrar os limites de seus interlocutores, formulava uma visão ontologicamente nova da realidade objetiva e da maneira de compreendê-la. Entendo que a ciência deveria estar combinada com a atuação política, isto é, deveria ser colocada para buscar defender e efetivar uma verdadeira emancipação humana, cujo elemento primordial de seu aprisionamento e escravidão é o mundo econômico e material.

elementos fundamentais e materiais da realidade, isto é, seu modo de produção, o capitalismo, para, em seguida, retornar à própria realidade objetiva, mas agora atravessado por elementos que não aparecem na dimensão imediata do pesquisador. Portanto, ao pesquisador cabe buscar evidenciar as conexões entre a particularidade de um dado fenômeno observado, com a totalidade de relações na qual está inserido, dito de outra forma, a relação entre particularidade e totalidade.

Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção de um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seja seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases, seja declarar por antecipação uma determinada época histórica [...]. No entanto, todas as épocas de produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. (MARX, 2011, p. 41, grifos no original).

Conforme argumentando por Marx, se a produção é sempre um determinado estágio do desenvolvimento social, ainda que a produção em geral seja uma abstração, a ciência deve ser compreendida neste âmbito – dado desenvolvimento social, assim, possui uma conexão visceral com a própria realidade objetiva, o que implica dizer que o próprio sujeito-pesquisador está inserido sendo afetado por seus aspectos políticos e econômicos, e, em nosso caso, é a razão primordial que fez com que modificássemos nosso objeto de pesquisa. Portanto, é a própria conjuntura política e econômica que, nos afetando, possibilita a elaboração da presente pesquisa e “por isso, também no *método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação*” (MARX, 2011, p. 55, grifo nosso).

Desta maneira, entendemos que partir do pressuposto onde o pesquisador é um sujeito real e localizado numa realidade temporal e espacial, ele pode observá-la, buscando desvendar e desfazer a trama das relações e interesses sociais em jogo no cenário político. Porém, isso não impede que, no calor do momento sua observação poderá ser turva e elementos importantes podem escapar da análise.

A realidade empírica que é observada na pesquisa científica aparece, conforme argumenta Marx (2011), no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida. Entendemos, assim, que só pode aparecer no pensamento de um sujeito real que, inserido numa realidade objetiva, a observa e desfaz sua trama.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por esta razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, *não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência também o ponto de partida da intuição e da representação* (MARX, 2011, p. 54, grifos nossos).

É evidente que toda esta perspectiva metodológica elaborada por Marx tinha por objetivo apresentar uma crítica aos métodos, idealista (hegeliano) e da economia política, justamente por sua perspectiva da *práxis*.

Para Lukács (1978), em *Introdução a uma estética marxista*, a interpretação da ciência desdobrada do pensamento de Marx permitiria defender a tese de que o conhecimento científico reflete a mesma realidade objetiva. Por isso a importância, segundo o húngaro, de pensar na dialética entre particularidade e totalidade, pois, quanto mais se adquire concreticidade na análise das questões singulares, tão mais claramente se revela o fato de que não pode existir aquele fato, a ciência, longe da subjetividade humana. Assim, cabe compreender tanto uma qualidade estrutural do fenômeno, quanto sua determinação social.

Desta maneira, entende Lukács (1978), que as forças sociais pressupõem certo nível de desenvolvimento social e condição histórica, condição esta que é o próprio resultado histórico e o produto de um anterior processo, do qual o novo é ainda parte incipiente. Por isso, na relação dialética entre universal e particular na sociedade – e na ciência –, devem ser explícitas as categorias de mediações entre a singularidade e a sociedade, pois essa relação dialética possui uma função lógica. O particular representa a mediação entre os homens singulares e a sociedade, devendo evitar fixar a sociedade como uma abstração face ao indivíduo, sendo a manifestação de vida deste sujeito a manifestação e afirmação de vida social.

Nesse sentido, se partimos do pressuposto metodológico marxiano, é importante e decisivo, em nosso entendimento, reconhecer que o sujeito, neste caso o

pesquisador, é em si alguém que manifesta o contexto vivido, e, portanto, é afetado por este, condição esta que deve nos conduzir desde o recorte do objeto à forma de compreensão e análise da própria pesquisa. Aderir à concepção teórico-metodológica é rejeitar o engodo da neutralidade e imparcialidade da ciência e do pesquisador. Nosso compromisso é com a produção do conhecimento científico e como este pode contribuir para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, pois partir da pretensão de compreender parte da realidade política pode auxiliar a nortear possíveis aspectos da prática política.

Se Lukács apontava para a dimensão da relação entre particularidade e totalidade, recorrendo ao pensamento marxiano, outro autor importante da chamada “escola húngara”, Karel Kosik (1986) elabora uma crítica à “pseudoconcreticidade”, a qual mistifica a relação de pretensa independência entre pesquisador e realidade observada, que serviria no limite à manutenção da lógica imperiosa do capital. Para Kosik (1986), o mundo real é o mundo da práxis humana, cabendo, portanto, a compreensão da realidade humana-social como unidade da produção e produto, de sujeito e objeto. Disto decorre que a realidade se apresenta aos homens como o campo em que se exerce a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade.

Entendemos que levar em consideração esses aspectos do método e a particular relação pesquisador e objeto, que é, no limite, o resultado de uma relação do desenvolvimento da produção material com a capacidade de observar e delimitar empiricamente tal objeto, é o que torna a ciência um produto histórico; e levando em consideração os aspectos históricos e revolucionários apresentados por Marx, entendemos que a ciência deveria ser vista em sua potência revolucionária (MARX, 1976).

Há uma importante interpretação do elemento metodológico de Marx apresentada por Micheal Löwy no livro *Ideologias e Ciência Social* (1996)⁴, segundo o qual, para Marx, ciência e representação científica de classe não são contraditórias, uma

⁴ Obra que é resultada de palestras conferidas, cujo intuito era demonstrar criticamente as principais correntes metodológicas nas Ciências Sociais e suas vinculações ideológicas com a classe dominante.

vez que se faz ciência a partir da representação ideológica de classes, isto é, a ciência é uma forma compreender e observar a realidade a partir da própria inserção do sujeito nesta. Portanto, conclui Löwy (1996, p. 104), “não existe a ciência pura de um lado, e a ideologia de outro. Existem diferentes pontos de vistas científicos que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe”.

Partir da perspectiva metodológica desenvolvida por Marx e pelo campo do marxismo é uma espécie de apelo à autoridade, entendendo que ela nos permite analisar criticamente a realidade e a própria posição do pesquisador. Isso se evidencia em nosso caso, por exemplo, na mudança de objeto desta pesquisa, fruto da mudança conjuntural do cenário político-econômico nacional e de como o pesquisador sentiu-se afetado por essa determinação social exterior.

Voltando ao aspecto introdutório, a delimitação do objeto de nossa pesquisa, esta se deu, conforme já mencionado, em razão do curso político delineado no ano de 2016 que efetivou o *golpe parlamentar*⁵ e as *reformas temerárias*⁶ que a ele se seguiram.

Estamos entendendo o processo político que depôs a presidenta Dilma Rousseff como um *golpe parlamentar*. Em nossa visão, o que se tornou explícito durante o transcurso do golpe – eufemisticamente chamado de *impeachment* por seus defensores e parte da imprensa –, foi como a ruptura institucional de um novo tipo conduziu o país para um caminho que tinha sido rejeitado pela maioria da população ao fim da eleição presidencial de 2014.

Não se trata de um golpe “tradicional”, com as forças armadas tomando de assalto o poder e instituindo uma ditadura para preservar os interesses das frações

⁵ Ao longo de nossa pesquisa, partimos da avaliação na qual o processo de *impeachment* que depôs a presidenta Dilma Rousseff foi, em realidade, um golpe parlamentar. Apresentamos este argumento de maneira mais detalhada no quarto capítulo.

⁶ Utilizamos a expressão *reforma temerária*, lançando mão de um trocadilho com o nome do presidente da República que assume pós-golpe, Michel Temer, e o significado do próprio termo temerário, cujos sinônimos podem ser: irresponsável, perigoso e infundado. É evidente que as *reformas temerárias* não são infundadas e irresponsáveis, mas são resultadas de um projeto político-econômico muito bem delimitado, com interesses claros, que buscaremos apresentar em nosso trabalho.

burguesas, mas de um golpe dado pelo parlamento e chancelado pelo Supremo Tribunal Federal. O argumento para a deposição da presidenta tinha sido “crime de responsabilidade fiscal” por uma razão contábil – “pedaladas fiscais”, que sempre tinha sido uma prática corriqueira do executivo e tornou-se “crime” apenas para depor a presidenta.

Por isso mesmo, entendemos que esse processo político foi um golpe parlamentar, pois foi o resultado de uma conspiração entre sujeitos particulares, o então vice-presidente, Michel Temer, o candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves e seu partido – PSDB –, que parecia o menino mimado que sempre levava a sua bola embora da pelada quando não era escolhido no time que gostaria de jogar, geralmente o com os melhores jogadores. Temer e Aécio, PMDB e PSDB são legítimos representantes das frações burguesas e contaram, ainda, com o apoio e articulação da grande mídia e de setores conservadores e reacionários – bancada evangélica – que ideologicamente viam no pacto conciliatório lulo-petista um grande problema.

Para as frações burguesas, o pacto e a conciliação lulo-petista já não eram mais convenientes aos seus interesses, pois, com a crise e o aprofundamento da contradição capital x trabalho, valia a máxima “farinha pouca meu pirão primeiro”. Isso porque o lulo-petismo representaria supostamente interesses diferentes da burguesia, ao mesmo tempo em que a bancada evangélica entendia, do ponto de vista moral, que o lulo-petismo seria uma afronta aos valores morais cristãos, na medida em que defendia e permitia a conquista de direitos pelas minorias sociais.

Durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados em abril de 2016, um dos aspectos que chamou nossa atenção foi a recorrência dos termos “Deus”, “família”, “filhos” e até netos, que parlamentares utilizaram ao proferirem seus votos em prol do afastamento da presidenta Dilma. Os termos utilizados saltavam aos olhos e intrigavam, sobretudo, por serem aspectos centrais em premissas religiosas, além de serem um dos elementos fundamentais das pautas e bandeiras da “Frente Parlamentar Evangélica” e, especificamente, da “bancada evangélica”⁷.

⁷ Em nosso trabalho utilizamos Frente Parlamentar Evangélica e bancada evangélica como coisas distintas. Isto porque, conforme consta nos registros do parlamento brasileiro, a Frente Parlamentar

Na medida em que julgamos necessário compreender o golpe parlamentar também a partir de seus desdobramentos, deve ser salientado que a bancada evangélica conseguiu dois importantes ministérios logo após o golpe: o **Ministério do Trabalho**, com o deputado federal e pastor de Igreja Assembleia de Deus, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), e o **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**, com o presidente nacional do PRB (Partido Republicano Brasileiro) e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcos Antônio Pereira.

A nosso ver, os dois ministérios, do trabalho e da indústria e comércio, são fundamentais para compreender a visão e a maneira como o bloco no poder conceberia a correlação capital x trabalho, justamente por serem dois ministérios que regulam diretamente esse campo. Desta maneira, algumas perguntas nos surgiam: o que significam esses dois ministérios nas mãos da bancada evangélica? Seria uma compensação pelo “divino voto” na 91ª Sessão?

Ainda sobre o golpe parlamentar, outras questões tornavam-se importantes: por que o lulo-petismo entrou em crise e chegou ao limite de não conseguir manter-se na direção do bloco no poder? Por que ocorreu a ruptura da base de apoio com o lulo-petismo, ainda que esta fosse mais fisiológica do que ideológica? Quais interesses estariam em jogo? Será possível dizer que o recrudescimento da crise econômica que o Brasil enfrentava, que o vinha ameaçando desde 2008, permitiu a aceleração da crise do lulo-petismo? Por que o pacto social e a conciliação de classes do lulo-petismo entram em crise e não conseguem reverter o golpe parlamentar? Estamos diante de uma crise da conciliação de classes ou apenas da forma de conciliação levada a cabo pelo lulo-petismo?

Após o golpe estas questões passaram a nos inquietar e, na medida em que buscávamos respondê-las, modificávamos, também, nosso objeto de pesquisa. De maneira evidente, tais inquietações não se converteram imediatamente em nosso

Evangélica é mais plural, possui membros de diversas matizes ideológicas, indo da esquerda à extrema direita. Já a “bancada evangélica”, segundo dados do DIAP, na magistratura de 2014-2018, era composta por 78 membros, sendo esses mais coesos e declaradamente “anti-esquerdistas”, e com interesses particulares que convergem com os interesses das frações burguesas, conforme demonstrado ao longo deste trabalho.

problema de pesquisa, mas, antes, seria necessário compreender o campo no qual estamos nos situando e apresentar uma problemática que tivesse envergadura científica.

Não obstante, todas essas inquietações oriundas do contexto político brasileiro soavam como necessárias ao entendimento da natureza da conjuntura política nacional, do lulo-petismo, da bancada evangélica e, sobretudo, do próprio campo científico que ancorasse e subsidiasse nossas perguntas. Com as primeiras aproximações e leituras sobre esses temas, resultou-se com maior precisão e nitidez nosso objeto de pesquisa, o qual é apresentado a seguir.

1.3. Conjuntura política e o campo de pesquisa

Depois de apresentados alguns elementos que consideramos importantes a respeito da relação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, apresentamos agora, de maneira objetiva e dialeticamente articulada, nosso objeto de pesquisa, que é resultado de uma aproximação inicial com vistas a tentar compreender e responder as inquietações advindas da conjuntura política.

Em nossa pesquisa temos o seguinte objeto: a compreensão da correlação capital x trabalho no interior do estado brasileiro a partir da crise do lulo-petismo e de seu modelo de conciliação de classes, bem como a investigação de qual o papel da bancada evangélica em meio a este processo.

De maneira mais pontual, o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff é entendido aqui como uma limitação da conciliação de classes levada a cabo pelo lulo-petismo baseada numa espécie de “ganha-ganha”, isto é, a perspectiva lulo-petista buscava equilibrar parcialmente a relação entre capital x trabalho a partir de uma gestão específica do estado brasileiro, na qual, “nunca os bancos e as grandes empresas

lucraram tanto”⁸ ao mesmo tempo em que muita gente saía das linhas da miséria e da pobreza⁹.

Isto significou que as classes sociais que sustentaram desde 2003 esse modelo de conciliação, em algum momento, romperam tal pacto. A própria conciliação lulo-petista se deu com aproximações e defesa dos interesses de frações da burguesia interna¹⁰, industrial e do agronegócio, articulando com os interesses da classe trabalhadora, por meio de políticas de valorização real do salário mínimo e ampliação dos serviços públicos, assim como tentando atender aos interesses de um *lumpemproletariado* e da população que vivia em situação de extrema pobreza.

O modelo de conciliação de classes lulo-petista tinha uma importante inserção nas frações da classe trabalhadora, uma vez que levava a cabo medidas que a favoreceriam. Com isso, caberia às frações burguesas ao romper com o lulo-petismo, encontrar novos sujeitos históricos e sociais que fossem capazes de realizar uma conciliação de classes mais conservadora do que a defendida pelo lulo-petismo e que tivesse capilaridade nas classes trabalhadoras e populares. Por isso, há uma aproximação e uma afinidade com a bancada evangélica.

Portanto, a partir do que foi exposto, entendemos que nossa pesquisa possui como objetivo geral compreender a correlação capital x trabalho no interior do bloco no poder, a partir da crise do lulo-petismo e do papel da bancada evangélica em meio a esse processo.

⁸ Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>. Acesso em: 05/10/2016

⁹ Segundo dados publicados pelo IPEA em 15 de setembro de 2011, a desigualdade no Brasil diminuiu 5,6% e a renda média subiu 28% dentre 2004 e 2009. Já o número de extrema pobreza, caíram de 15 para 9 milhões, ao passo que a camada considerada pobre caiu de 28 milhões para 18 milhões. IPEA, 2011, **Mudanças recentes na pobreza brasileira.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5285/1/Comunicados_n111_Mudan%c3%a7as.pdf. Acesso em: 05/10/2016.

¹⁰ Em nossa pesquisa, utilizamos as categorias analíticas frações burguesas, tal como desenvolvidas pelo pesquisador e professor Armando Boito Jr, sendo, fração burguesa interna e fração burguesa associada. Ao longo deste trabalho retoma-se essa discussão, apresentando as devidas fundamentações teóricas.

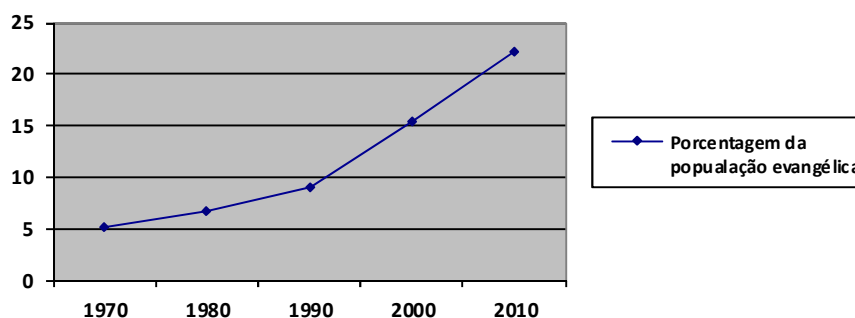
Para alcançar o objetivo desta pesquisa, contamos ainda com objetivos específicos que nos ajudam a compreender o processo em seu aspecto mais geral, isto é: Quais as razões da crise do lulo-petismo? Qual o processo histórico e como a bancada evangélica se configurou historicamente? O que significou o governo Temer e o “governo como ato religioso”? Há uma afinidade eletiva entre as frações burguesas e a bancada evangélica? Caso haja, quais os limites deste pacto e quais interesses defende?

Assim, nesta pesquisa partimos da hipótese de que, com o golpe parlamentar e a crise do lulo-petismo, as frações burguesas buscaram um novo agente social com capilaridade nas camadas populares que tivessem condições de realizar uma nova forma de conciliação de classes. Entendemos ainda que o PT já não seria mais necessário às frações burguesas dada a incapacidade de garantir os interesses tanto das frações internas quanto da associada, bem como havia ainda um histórico do partido que o ligava à classe trabalhadora, e, por isso, na correlação capital x trabalho, a contrapartida oferecida pelo PT era maior do que o que queria a bancada evangélica e maior do que as frações burguesas estavam dispostas a “dar”.

Assim, para justificar empiricamente nossa pesquisa, apresentamos abaixo seis argumentos que permitem sustentar e justificar este trabalho.

1) Há um crescimento constante dos evangélicos no país, conforme apontam os censos realizados pelo IBGE e apresentados no gráfico a seguir, tendo ainda uma parcela significativa destes que votam conforme suas orientações religiosas.

Gráfico 1 - Crescimento populacional evangélico



FONTE: IBGE, Censo demográfico.

Por este gráfico, podemos observar que o número absoluto de evangélicos obedece a um crescimento constante (aqui seguimos a compreensão do IBGE, que não faz as diferenciações das diversas igrejas). Se em 1970 o Censo havia apontado que 5,2% da população era evangélica, esse número saltou em 1980 para 6,6%, 9,0% em 1990, 15,4% em 2000, chegando aos 22,2% no último censo realizado em 2010, somando algo em torno de 42 milhões de pessoas.

Se observados isoladamente esses dados, não é possível fazer grandes considerações além do evidente crescimento. Todavia, ao cruzar os dados produzidos pela pesquisa realizada pelo Datafolha intitulada de “Religião e comportamento eleitoral”, publicada em setembro de 2017, observa-se que 26% dos evangélicos dizem levar em consideração os candidatos apoiados pelos seus líderes religiosos, número que aumenta para 31% entre os neopentecostais¹¹. Ainda segundo a mesma pesquisa, 28% dos entrevistados de religiões neopentecostais dizem que já votaram em candidatos recomendados pela sua igreja, e 35% dos neopentecostais votam em candidatos evangélicos.

Em um dos cenários apresentados pela pesquisa, os entrevistados tinham de responder se votariam em um candidato a presidente da República se fosse católico, evangélico ou ateu. O maior índice de rejeição ficou ao candidato considerado ateu, com uma média 54%, já os evangélicos sofreram uma rejeição média de 22%, enquanto os católicos tiveram média de 16%.

Ainda sobre as intenções de voto para um presidente que professa a religião evangélica, 28% dos entrevistados evangélicos responderam que este seria um critério

¹¹ Todos os dados apresentados para sustentar este primeiro argumento de nossa hipótese foram retirados da pesquisa realizada pelo Datafolha publicada em setembro de 2017, disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/10/26/d74b5c2355ed6d11891ff03c1be2d019.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

que os levaria a escolher o candidato com certeza; 49% responderam que talvez o escolhessem, e 16% não votariam nele de jeito nenhum.

Portanto, a partir dos cenários políticos apresentados, e com o crescimento constante das religiões evangélicas, é possível observar que há uma correlação entre votos e intenção de votos para candidatos evangélicos a partir dos próprios eleitores evangélicos e que, se somado ao crescimento absoluto deste segmento da população, estes candidatos angariam cada vez votos. Isso reflete, por outro lado, no crescimento também quase constante de parlamentares evangélicos eleitos, fazendo crescer a bancada evangélica, que passa a se tornar um setor importante para ser “disputado” pelos representantes das frações burguesas, na ânsia de aprovarem os projetos que visam atender seus interesses na correlação capital x trabalho, cuja contrapartida são elementos moralizantes, ex.: estatuto da família; fim da “ideologia de gênero” (sic); escola sem partido etc.

2) O segundo argumento de que lançamos mão para sustentar nossa pesquisa está vinculado ao cruzamento de outras duas informações: o índice de confiança social aferido pelo IBOPE e a banalização do argumento de corrupção na política.

Quando postulamos esse argumento, partimos inicialmente de um diagnóstico preliminar de que há, para um senso comum, uma profunda crise de confiança na política institucional em razão de uma banalização e generalização da “corrupção”. O sociólogo Jessé Souza, em uma tentativa de caracterizar o golpe de 2016, argumentou que a “corrupção” converte-se numa narrativa de cunho hierárquico e hierarquia moralista, cujo principal objetivo não é combater a si mesma – a corrupção –, mas fazer ataques a determinados partidos e políticos, orquestrados por aquilo que denomina “elite do dinheiro”, organizados por operadores do direito e divulgado abertamente pela grande mídia (SOUZA, 2016).

O ataque ao lulo-petismo representa, segundo Jessé Souza, um ataque a uma política que ele considerava bem-sucedida, isto é, uma política de inclusão das classes populares, muito embora, em nosso entendimento, essa inclusão tenha se dado de

maneira limitada e como resultado de uma conciliação de classes levada a cabo pelo governo lulopetista com aval das frações burguesas. A questão é compreender a razão que faz com que as frações burguesas rompam com o pacto que outrora houveram consentido.

Voltando à questão da corrupção, quando ela se torna um elemento retórico e de uma narrativa política sem substância, apenas superficialmente, a impressão que fica para o senso comum, é a de que a política institucional como um todo é corruptível e, portanto, não é confiável. Nesse sentido, se há uma suposta necessidade de “moralizar” essa imoral política corrompida, perguntamo-nos qual instituição, ou quais atores poderiam fazê-lo?

Para isso, recorremos ao Índice de Confiança Social (ICS), pesquisa que é realizada desde o ano de 2009 pelo IBOPE e aponta quais são as instituições que possuem maior confiança da população. Segundo a última publicação do ICS, datada de Julho de 2017, as Igrejas, generalizando e homogeneizando (sem recorrer as especificidades de cada religião), são a segunda instituição com maior confiança popular, com um índice de 72%, ficando atrás apenas do Corpo de Bombeiros com 86%¹².

Ainda segundo a mesma pesquisa, as Igrejas não possuem grandes variações no tempo desde 2009, diferentemente, por exemplo, da confiança no presidente da república, que passou de 69% em 2010, maior percentual da série, decaindo para 42% em 2013, em 2015 atinge a casa de 22%, e, em 2017 a confiança ficou em irrisórios 14%. Outro dado que nos chama a atenção ainda sobre a mesma pesquisa é o baixíssimo índice de confiança no Congresso Nacional e nos Partidos Políticos, com 18% e 17% respectivamente.

Assim sendo, partindo desses números que representam uma crise de confiança nas instituições políticas, postulamos que a crença geral de que políticos e partidos seriam corruptos, portanto, imorais, caberia a uma instituição moralizante “moralizar” a imoral política, sobretudo em razão de uma “dupla” função por estes assumidos, isto é,

¹² Dados disponíveis em: <http://177.47.5.246/noticias-e-pesquisas/confianca-no-presidente-governo-federal-e-congresso-nacional-e-a-menor-em-9-anos/>. Acesso em: 13/06/2018.

no cumprimento de uma função ordenadora e de controle das condutas (leis), exercendo-a, sob um viés moralizante religioso. Ou seja, nesta perspectiva não há moralidade sem lei e disciplina sem submissão.

Portanto, se há uma imoralidade na política, principalmente representada pela corrupção, não seriam as igrejas, os pastores e a bancada evangélica, aqueles que “vendem” uma salvação, de que estariam entrando no governo para cumprir um desígnio divino, como postula Edir Macedo (2008) em seu livro intitulado “Plano de poder: Deus, os cristãos e a política”?

3) O lulo-petismo já não é mais necessário aos interesses das frações burguesas que exercem hegemonia no bloco no poder.

Com isso, partimos da premissa na qual, em momentos de crise econômica, as frações burguesas tendem a buscar formas de recompor suas taxas de lucratividade, e, na ânsia de levarem a cabo reformas que possibilitem a ampliação de seus ganhos (trabalhista e previdenciária, por exemplo), rompem com aqueles que podem mobilizar e representar o trabalho na correlação capital x trabalho, principalmente em razão de uma profunda crise de representatividade política, conforme apresentamos no argumento anterior.

Assim sendo, o apoio que as frações burguesas fazem ao governo Temer é fundamental para que sejam levadas a cabo as reformas. As reformas adotadas possuem um caráter impopular e, nesse sentido, é importante às frações burguesas que haja algum elemento ideológico que busque construir um consenso nas classes trabalhadoras e populares para as reformas temerárias, que são em si impopulares, porém necessárias aos interesses das frações burguesas. Essas medidas são possíveis de serem adotadas, sobretudo em razão da grande base de apoio que Temer possui no congresso, dentre a qual se encontra a bancada evangélica.

4) Se as reformas temerárias são em si impopulares, é necessário às frações burguesas, tentar construir um consenso com as classes trabalhadoras e populares de que as reformas são necessárias, possuindo como argumento central, “retirar o país da maior crise econômica de sua história” (sic) deixada pelo lulo-petismo, e, portanto, mesmo que amargo, o remédio necessário era não pensar em crise, mas trabalhar. “Não pense em crise, trabalhe”.

O lema, que foi amplamente divulgado após o golpe,¹³ tem como um dos elementos fundamentais a tentativa de construir um consenso, como apresentado anteriormente, uma vez que, sem pensar, mas trabalhando, seria única maneira de solucionar os problemas políticos e econômicos do país. Em nosso entendimento, esse argumento sustenta uma espécie de dimensão escatológica, cujo fim, a graça, fosse alcançado a partir dos esforços laboriosos. Não é por acaso que o Ministério do Trabalho vai parar nas mãos da bancada evangélica.

Em certo modo, esse aspecto é apresentado por Weber (S.D.) quando entende que a dimensão ascética de uma determinada seita religiosa busca modelar a vida cotidiana segundo uma pretensa vontade de Deus e, mais, dentro do protestantismo, e dos neopentecostais, sobretudo¹⁴, a vida cotidiana e o acesso à riqueza material são formas de comprovação da graça divina. Nesse sentido, há um *éthos* específico dos protestantes, sendo a religião uma forma de conduta ética, e que, deve ser levada para as práticas políticas, ou seja, para o interior do bloco no poder e do próprio Estado.

5) A bancada evangélica não é um sujeito político que atua passivamente em meio à crise política, ela também busca tirar proveitos ao se associar as frações burguesas hegemônicas, cuja finalidade seria a consolidação de um projeto político específico, um projeto político de Deus.

¹³ No primeiro discurso como Presidente da República, Michel Temer apontou a necessidade e a importância do lema “Não pense em crise, trabalhe”, afirmando que “se conseguíssemos espalhar em 10, 20 milhões de *outdoors* por todo Brasil, porque isto também cria um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Por isso, não vamos falar em crise, vamos trabalhar”.

¹⁴ Weber (s.d.) não se debruçou sobre os neopentecostais, dedicando-se apenas aos protestantes. É óbvio que o fenômeno do neopentecostalismo é demasiadamente recente e surge após a morte de Weber, porém, suas bases encontram-se no protestantismo clássico no qual o sociólogo alemão debruçou-se.

Se a composição do bloco no poder se dá por meio de diferentes frações das distintas classes sociais, buscando alinhar seus interesses, elas não são sujeitos meramente passivos, mas também ativos. Isto significa que a bancada evangélica não entra nessa conciliação e busca sua direção sem um interesse específico; pelo contrário, ela busca atingir seus objetivos, isto é, tornar-se a gestora do Estado, pois este é também um “plano de Deus para o Seu povo. Além disso, muitos desperdiçam a oportunidade de promover mudanças através do poder do voto racional, ou seja, consciente” (MACEDO, E; OLIVEIRA, C. 2008, p. 20).

O fato de a perspectiva evangélica se sustentar apenas numa “ideologia de gestão” do plano divino, e não numa plataforma econômica específica, permite que esta se aproxime de qualquer fração do que compõe o bloco no poder, como apoiadora de plataformas específicas, cuja contrapartida se localiza numa dimensão moralizante e não econômica. É uma espécie de cisão da política e da economia, como se fossem duas dimensões completamente independentes umas das outras. Assim, Deus cuida do aspecto moral e político, e o Deus “Livre-Mercado”, da economia.

Assim sendo, com todos esses argumentos brevemente apresentados, é possível postular de maneira mais precisa nossa hipótese: a conciliação de classes lulo-petista não é mais necessária às frações burguesas e, por isso, sofre o golpe, uma vez que essas frações não estão dispostas a abrirem mão de seus ganhos e da lucratividade em detrimento da ampliação, ou pelo menos, das garantias conquistadas pelas classes trabalhadoras em um contexto de crise econômica.

Nesse sentido, as diferentes frações da grande burguesia – produtiva, financeira e latifundiária – costuram certa unidade por meio de interesses convergentes. A unidade é costurada em torno das reformas temerárias, especialmente a trabalhista, a previdenciária e o congelamento dos gastos públicos. Para isso, contam com a agulha da bancada evangélica, pois ela fura o tecido, representado pelas classes trabalhadoras e populares em sua diversidade típica de uma colcha de retalhos, passando a linha das reformas, com vistas a unir os pedaços do tecido em torno de um projeto de Deus, o tecido, ao passo que, para as frações burguesas, o que importa é o aumento dos ganhos em meio à correlação capital x trabalho. Ou seja, é como se as frações burguesas não se

importassem com qual agulha furariam o tecido, desde que o fizessem, e a agulha não se importasse com qual linha uniria os tecidos soltos, desde que os unissem.

Isto implica que nessa costura, há uma aproximação dos interesses das frações burguesas hegemônicas e da bancada evangélica, em torno de uma conciliação ainda mais conservadora, cujas contrapartidas da bancada evangélica são pautas moralizantes, como, por exemplo, o apoio para a aprovação do Estatuto da Família (PL 6583/2013).

O que é visto, portanto, é o desenvolvimento da luta de classes no Brasil materializada e corporificada no Estado e em suas disputas, de tal maneira que permite à bancada evangélica emergir, sob uma suposta vontade divina, desempenhar o “duro” papel de moralização das instituições políticas (MARX, 2011b).

Por se tratar do tempo presente, nem sempre é fácil descrevê-lo, analisá-lo e interpretá-lo, e, ao partirmos do prisma teórico marxiano para levar em consideração a luta de classes e a manifestação da disputa política e econômica que se materializa no interior do estado brasileiro, isso se torna mais difícil, uma vez que as relações políticas e econômicas e seus reais interesses nem sempre estão colocados em primeiro plano, cabendo, portanto, ao pesquisador revelar tais elementos que permanecem escondidos. Ainda que nossa pesquisa se debruce sobre elementos religiosos e políticos, estas análises se dão como expressões da luta entre classes sociais.

Desta maneira, nossa análise partirá de um fio evolutivo dos eventos, cujo ponto de partida está localizado no próprio limite e esgotamento da conciliação de classes lulo-petista, somados às jornadas de junho de 2013, bem como no pleito eleitoral extremamente acirrado de 2014 e as ferrenhas campanhas pró-impeachment desdobradas deste. Tais campanhas, que, por sinal, foram abertamente apoiadas pelos grandes veículos de comunicações, contribuíram para jogar água no moinho dos limites do lulo-petismo, em um cenário onde as frações burguesas queriam acelerar a adoção das reformas temerárias.

Em uma importante análise sobre a situação política francesa em fevereiro de 1848, Marx apresentou no 18 de Brumário (2011b) os elementos que antecederam o golpe de estado e seus desdobramentos que permitiram a Luís Bonaparte efetivar o golpe, e, mais do que isso, com a ruptura política, o que se viu foi uma retomada dos

“velhos verdugos que pareciam ter-se decomposto há muito tempo” (2011b, p. 28). Porém, em nosso caso, os velhos verdugos não estavam de fato decompostos, mas adormecidos sob a conciliação lulo-petista, esperando o momento ideal para romperem com tal prática e instaurar uma política mais dura e austera à classe trabalhadora. Nesse sentido, buscaremos revelar a estrutura e a dinâmica da internalização da correlação capital x trabalho no estado brasileiro e investigar qual o papel da bancada evangélica em meio a esse processo.

Para desenvolver nossa pesquisa, recorreremos ao elemento indutivo, na medida em que partimos dos próprios fatos políticos, estabelecendo conexões que nem sempre são visíveis, o que significa que a observação das mais variadas fontes de informações nos é fundamental. Com isso, lançamos mão de um recurso metodológico apresentado por Maurice Duverger (1976), denominado de “observação documental”¹⁵.

Segundo a avaliação de Duverger (1976), a documentação em ciência política é essencialmente escrita: livros, jornais, arquivos, projetos de leis, pesquisas de institutos estatísticos. Porém, ainda empregamos outras fontes de documentação não convencionais que são utilizadas pela “vida” política, principalmente os meios eletrônicos, como *websites* e redes sociais. Isso porque, na contemporaneidade, estas fontes nos parecem ser espaços privilegiados para coleta de dados, pois não são raras as vezes, em que este último é um canal utilizado como espaço de divulgação ideológica e de ações dos atores políticos (pessoas e/ou instituições) que atravessam nosso objeto de pesquisa.

Nossa pesquisa busca investigar a relação entre a crise do modelo de conciliação de classes lulo-petista, representado pelo golpe parlamentar de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff, bem como a bancada evangélica e como ela busca levar a cabo uma nova forma de conciliação, que não se vincula imediatamente e diretamente na dimensão “econômica” – da correlação capital x trabalho e da luta de

¹⁵ Mais do que retomar as teses e as problematizações desenvolvidas pelo autor, o que nos interessa neste momento é sua exposição de métodos de pesquisa para a Ciência Política.

classes no interior do Estado –, mas ao aspecto “estritamente” político¹⁶, a partir de uma dimensão moralizante. Parece óbvio, de antemão, que embora a bancada evangélica não reivindique aspectos econômicos e materiais, ela se apoia e é apoiada pelas frações burguesas, estas sim estritamente e diretamente vinculadas aos aspectos materiais e à luta de classes no interior do bloco no poder.

Para buscar demonstrar essa aproximação entre a bancada evangélica e as frações burguesas em torno de uma nova forma de ser da conciliação de classes, ainda mais conservadora do que a lulo-petista, vamos analisar as principais medidas (reformas temerárias) encampadas pelo governo Temer, que abordam especificamente a dimensão do capital x trabalho, e investigar qual encaminhamento a bancada evangélica faz destas reformas na Câmara dos Deputados. Cabe ressaltar que o governo Temer e suas reformas, de antemão, podem ser vistos como resultadas dos interesses das frações da grande burguesia.

Com isso, analisaremos as seguintes votações na Câmara dos Deputados:

- 1) O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff;
- 2) A Emenda Constitucional nº 55 de 2016 (PEC 241/2016), que institui o Novo Regime Fiscal, popularmente chamada de “teto dos gastos públicos”;
- 3) A Lei 13.467/17, decorrente do PL 6787/2016, intitulada Reforma trabalhista;
- 4) Lei 13.429/17, desdobrada do PL 4302/1998, que visava ampliar e tornar irrestrita a terceirização.

É por meio destes dispositivos que buscaremos desenvolver e demonstrar como há uma aproximação da bancada evangélica com as frações burguesas, cujos interesses podem ser vistos nos referidos documentos. Nos itens 3 e 4, é notório o interesse da fração burguesa industrial, uma vez que essas medidas têm impactos diretos para a classe trabalhadora e na forma de reduzir os custos destas, a partir da retirada de direitos e nas formas mais precárias de contratação.

¹⁶ Por ora não vamos problematizar e analisar esta separação entre as esferas “econômica” e “política”. Retomaremos de maneira mais detalhada este aspecto quando estivermos analisando especificamente a bancada evangélica.

Analisaremos como a bancada evangélica se coloca durante as votações destes temas e como ela tem se colocado como ponta de lança, ou, conforme a metáfora utilizada anteriormente, como agulha que fura o tecido, passa a linha das frações burguesas, costura seus interesses, ao mesmo tempo em que tenta acalmar seus “eleitores fiéis”, confortando-os com um elemento moralizante, segundo o qual, estariam levando a cabo um projeto divino, cujas graças e bênçãos em breve viriam. Para isso, bastaria apenas trabalhar e não pensar em crise.

Além dos dispositivos em si, analisaremos os discursos realizados pelos parlamentares da bancada evangélica durante as votações, a partir das análises das notas taquigráficas, uma vez que nelas encontram-se os registros do andamento das sessões, o que nos permite observar a lógica interna dos discursos e como estes se aproximam dos argumentos utilizados pelas frações burguesas na defesa de seus interesses.

Utilizaremos na tessitura de nossa tese dados produzidos por instituições de pesquisa como o Índice de Confiança Social (ICS) realizado pelo IBOPE; dados produzidos pelo Departamento intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP); dados produzidos pelo Datafolha; pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Assim, ao lançarmos mão de dados produzidos por tais institutos, temos como objetivo testar nossas hipóteses e realizar mediações entre nossa temática e os dados com vistas a compreender a perspectiva de classe da bancada evangélica.

Por fim, utilizaremos toda fonte bibliográfica e documental que encontrarmos, sejam eles, livros, artigos, reportagens, postagens oficiais em redes sociais e demais produções documentais que julgarmos necessárias à compreensão do fenômeno de nosso objeto de estudo, isto é, os limites da conciliação de classe do lulo-petismo, as reformas temerárias, os interesses das frações burguesas, investigando de que maneira a bancada evangélica se lança para costurar uma nova conciliação, ainda mais conservadora do que a lulo-petista.

As leituras das documentações utilizadas são interpretadas da seguinte maneira: primeiramente faz-se uma análise interna, isto é, atendo-se aos principais traços e objetivos dos documentos apresentados, interpretando-os de maneiras objetiva e subjetiva; em seguida realiza-se uma análise externa, isto é, do contexto do documento

analisado e da repercussão que o documento gera nos atores envolvidos no processo que investigamos.

Se a análise do tempo presente gera algumas dificuldades, conforme argumentado anteriormente, uma vez que o distanciamento histórico não desnudou e desvelou as conexões escondidas por trás dos fatos políticos, por outro lado, apoiamos na argumentação de Mészáros (2009), para o qual, “quanto mais abrangente e mediado for o assunto escolhido, mais óbvio deverá ser seu vínculo com as determinações estruturais totalizadas, da época histórica relevante.” (2009, p. 17). Disto decorre que as análises dos discursos de personalidades importantes no jogo político institucional e que compõem os interesses das frações burguesas, bem como da bancada evangélica, devem ser dialeticamente orientadas, uma vez que os discursos, sejam morais e/ou políticos, estão inseridos no quadro estrutural e são formas específicas de consciência histórica e de classe, ainda que seus divulgadores não o saibam ou não gostem de dizê-lo (MÉSZÁROS, 2009).

Com isso, o leitor irá se deparar aqui com o seguinte caminho trilhado: no segundo capítulo¹⁷ abordamos os aspectos históricos do Partido dos Trabalhadores, de sua fundação às eleições de 2014, com vistas a compreender e demonstrar a natureza da conciliação de classes levada a cabo pelo PT, que foi, como demonstramos, as próprias limitações do próprio modelo lulo-petista.

No terceiro capítulo, abordamos a imbricação entre política e a bancada evangélica, desvendando, a partir dos estudos da sociologia da religião, os aspectos históricos das igrejas neopentecostais e a maneira como elas se aproximam do bloco no poder. Assim, apresentamos ainda, quais são seus interesses e objetivos, e de que maneira a bancada evangélica se aproxima, por meio de pautas moralizantes e de crítica à esquerda, das frações burguesas como uma afinidade eletiva.

Já no quarto capítulo desenvolvemos a questão do golpe parlamentar e os interesses das frações burguesas. Com isso, partimos da análise do golpe parlamentar e de “pequena política”, para, progressivamente chegar à grande política, apresentar como

¹⁷ Entendendo o primeiro como esse caminho introdutório.

o governo Temer efetivou as reformas temerárias e demonstrar que grande parte do apoio parlamentar se deu em razão de o seu governo ser um “ato religioso”.

Por fim, nas considerações finais apresentamos não apenas as conclusões de nossa pesquisa como também apresentamos a tentativa de elaborar um quadro desdobrado do governo Temer e sua implicação na eleição do pequeno e medíocre Bolsonaro.

2. O percurso histórico do lulo-petismo: origem, ápice e crise

Partindo de nosso objeto de estudo que é investigar a correlação capital x trabalho no interior do estado brasileiro, a partir da crise da conciliação de classes lulo-petista e o papel da bancada evangélica em meio a esse processo, julgamos ser necessário nesse momento compreender a natureza da conciliação de classes lulo-petista, buscando os referenciais na própria história do Partido dos Trabalhadores e compreendendo de que maneira que ela foi sendo costurada historicamente, para enfim, explicarmos o golpe parlamentar que encerrou, provisoriamente, o que chamamos aqui de período lulo-petista.

Ao denominar o período do governo de Lula e Dilma de um período lulo-petista, referenciamo-nos ao conceito de ‘lulismo’ defendido por André Singer ao longo de suas pesquisas, apresentado principalmente da obra *Os sentidos do lulismo*, publicada em 2012. Na obra, Singer (2012) entende que o lulismo existe sob o signo da contradição, é conservação e mudança, um caráter ambíguo que torna difícil sua interpretação.

Partindo desta ideia inicial, Singer desenvolve a tese de uma mudança do PT ao longo de sua história, passando por duas distintas almas, a alma de Sion – referenciando-se ao tradicional colégio onde se iniciou formalmente o PT, e a alma de Anhembi – com a carta ao povo brasileiro, de 2002. Nesse sentido, teria se iniciado o lulismo aqui, no espírito de Anhembi Lula decidiu-se comprometer com as exigências do capital expressas no programa “Lula 2002”, enquanto a alma de Sion insistia na necessidade de operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente.

Por isso, entende Singer (2012), para efetivar a entrada no pragmatismo tradicional brasileiro, a alma do Anhembi demonstrou uma disposição pragmática que recusava as bandeiras histórias que o partido trazia em si. Por isso, para Singer, o lulismo não é só uma experiência do governo Lula, mas o transcende na medida em que buscava manter-se estável no quadro político brasileiro.

Nesse sentido, para Singer (2012), o lulismo teria atingido seu primeiro objetivo na eleição de Dilma, passando pelo primeiro teste de realidade. Um alerta que fez Singer (2012) foi o fato de o lulismo ter fincado pé na região nordeste, pois se fortaleceu nas regiões mais pobres do Brasil, demonstrando, aos olhos do autor, que seria uma espécie de “questão setentrional”¹⁸. Por isso, o argumento do autor é que o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é um reformismo, que, embora se crie uma ótica de estagnação, na realidade, operam-se modificações silenciosas. A questão setentrional seria, então, o resultado de uma queda da desigualdade, vagaroso e abissal, a partir de regiões nordestinas que historicamente não foram “olhadas” pelos governos anteriores. Assim, o lulismo que se configuraria a partir da eleição de 2002 seria um “reformismo fraco” e teria seu primeiro teste na eleição de Dilma.

Assim, a tese do lulismo, na perspectiva de Singer (2012), está vinculada à transformação pela qual o PT passou a partir de 2002. Porém, optamos e defendemos o conceito de lulo-petismo, em razão de nossos estudos apontarem, e defendemos essa tese ao longo deste capítulo, que o PT não se transformou como entendeu Singer (2012). Não há duas almas, mas uma única alma. O PT dos anos 2002, o PT do modo petista de governar é exatamente o mesmo PT surgido nos anos de 1980. E demonstramos exatamente isso ao evidenciar a coerência do discurso lulista dos anos 80 e dos anos 2000 e dos anos 2010. Não há mudanças, o que há é uma diferença estratégica de como chegar ao poder para “realizar as mudanças para a classe trabalhadora”.

E aqui reside um elemento importante de nossa conceituação, e por isso nos utilizamos do conceito lulo-petismo. Se, do ponto de vista retórico o PT nasce como um partido que pretende ser um partido operário, da classe trabalhadora, ele se firma politicamente como um partido das classes subalternas, ele faz sua grande força em razão dos avanços e melhorias das condições de vida que permite aos setores mais pobres do Brasil. Singer (2012), parafraseando Gramsci, chamou esse aspecto de “questão setentrional”.

¹⁸ O termo faz alusão à obra de Gramsci, “A questão meridional”, na qual, para o autor sardo, a burguesia setentrional havia subjugado a região setentrional e, por isso, os comunistas italianos deveriam superar os preconceitos e outras formas de subjugação da Itália meridional, realizando uma aliança em um bloco operário-camponês.

Nesse sentido, o lulo-petismo é, a nosso ver, é junção de Lula e do PT, que podem ser praticamente uma simbiose, isto é, o PT não vive sem Lula, tal qual Lula não vive sem o PT. Pela própria capacidade retórica e de liderança que Lula possui, ele foi o grande nome do partido e acabou fazendo com que as teses propostas fossem as teses aprovadas. Porém, essa forma de exercer uma hegemonia não pode ocorrer fora de um partido e, por isso, entendemos que o petismo somado ao lulismo é importante. Lula só pôde se tornar quem ele foi graças ao PT.

O lulo-petismo, fica nítido em nossa compreensão – e demonstramos isso ao longo do capítulo –, é o resultado de sua própria história, isto é, constrói-se a partir do próprio discurso petista na busca de um “socialismo democrático” e da extrema dependência que o PT passou a ter de Lula, o principal quadro do partido. Assim, Lula, ao optar ao longo de sua história, pela aproximação ao campo “popular” e não “proletário ou operário”, convertendo-se mais no partido dos pobres do que no partido operário, evidenciava, a nosso ver, que o partido se configurava como um típico conciliador e se distanciava de uma retórica que estava presente em seu surgimento.

Assim, o lulo-petismo configura-se exatamente na busca do PT em ser um partido que sempre buscou jogar o pragmático jogo político, pois entendia que desta maneira seria possível alguma transformação para a classe trabalhadora. Justamente a opção por ser um partido dos pobres, e não revolucionário, é que permitiu – com muito custo, é verdade – ser cancelado pela burguesia e suas frações, para chegar à presidência da República e dirigir o bloco no poder. Portanto, também discordamos da tese de que o PT passa por um transformismo.

A tese de Singer, portanto, seria uma espécie de transformismo no sentido proposto por Gramsci¹⁹, isto é, quando um grupo inteiro, ou partido, que era vinculado à

¹⁹ Assim, também outro pesquisador, Anderson Deo (2011), defendeu, em sua tese de doutorado, que o PT também passou, a partir de 2002, por uma inflexão ideológica e programática, caracterizada pelo transformismo. No entanto, o autor sustenta a tese na qual o governo Lula foi um *continuum* político, representando “a forma de ser precisamente assim da social democracia brasileira”, isto é, mesmo com um “operário”, mas um operário-rentista, não alterou o projeto político e econômico do bloco histórico burguês. Portanto, afirma Deo (2011), o PT, embora tenha sido o principal partido de esquerda que surgiu no pós-1964, suas principais lideranças e quadros foram cooptados – e se deixaram cooptar – pela burguesia. Por isso, a adesão não seria apenas política, mas ideológica e intelectual.

classe trabalhadora passa para o lado das classes dominantes, começa a exercer uma função de domínio político, uma vez que a cooptação destes grupos pelas forças hegemônicas faz com que suas demandas iniciais sejam aniquiladas (GRAMSCI, 2007).

Assim, por meio destes destaques iniciais, a hipótese na qual se sustenta o presente capítulo consiste na compreensão de que a crise do lulo-petismo resultada do golpe parlamentar não poderia ser o resultado de outra coisa, senão do esgotamento do próprio modelo de conciliação do lulo-petismo. E não poderia ter tomado outro caminho que não esse, ou seja, o percurso histórico do PT, que vai de sua formação até tornar-se um partido dirigente do estado brasileiro, não foi de grandes transformações, mas adaptações para que pudesse se tornar, enfim, o partido dirigente do bloco no poder. Nesse caso, o partido teve de ir progressivamente abandonando a retórica, porém, a sua prática consistia-se na mesma, isto é, o objetivo último do partido era eleger Lula presidente.

Portanto, a estratégia do PT era eleger Lula presidente da república, compreendendo esta como a única maneira para realizar reformas do que imagina ser um “socialismo-popular”. Porém, a nosso ver, essa perspectiva é uma falácia, pois, pela própria natureza do estado político e sua configuração, as mudanças dependem, em última instância, da capacidade de articulação, conciliação, concessões e de apoio das frações da burguesia. E seria uma ilusão acreditar que a burguesia aceitaria essa perspectiva de bom grado, após ser convencida de que o “socialismo-popular” seria a melhor saída.

Nesse sentido, com o intuito de sustentar nosso argumento, apresentamos alguns aspectos históricos do PT, partindo de sua fundação em 1980 até chegar ao ano de 2016. A análise aqui apresentada foi embasada por documentos oficiais do próprio partido, isto é, de resoluções tiradas de encontros e congressos, bem como por uma literatura científica e especializada na questão política e legitimada pelas Ciências Sociais. Desta maneira, demonstramos como o partido, mesmo com a retórica da crítica social da época de fundação do partido, adotou como estratégia que a única forma possível de transformação seria pela via eleitoral. Afinal, como reiterou Lula em entrevista realizada às vésperas de ser preso pela Lava-Jato, e publicada pela Boitempo, “o PT não nasceu para ser um partido revolucionário, nasceu para ser um partido

democrático e levar a democracia até as últimas consequências” (LULA da SILVA, 2018, p. 124).

Assim, dividimos o capítulo da seguinte maneira: na primeira seção demonstramos as bases sociais que permitiram a construção do PT e a primeira década do partido; no segundo item apresentamos as rupturas e continuidades dos anos 90 em relação aos anos de 1980; a terceira seção dedica-se à avaliação dos anos 2000 e a demonstrar de que maneira a via eleitoral torna-se um aspecto decisivo no partido, consolidando assim o lulo-petismo; e, por fim, no último subcapítulo apresentam-se os desdobramentos do junho de 2013 e as condições do golpe que culmina na crise do lulo-petismo.

2.1. Notas introdutórias sobre o Estado

Por termos em nossa pesquisa um objetivo específico que é a compreensão da crise e do limite da conciliação de classes lulo-petista, ao mesmo tempo em que partimos do pressuposto teórico-metodológico marxiano, é fundamental destacar que o PT é um partido político que possui capilaridade nas classes trabalhadoras, tendo uma ampla base social de apoio. Por isso mesmo, deve ser visto como um representante legítimo de seus interesses e é, sob essa perspectiva, portanto, que deve ser analisado.

É importante não perder de vista alguns aspectos elementares da perspectiva marxiana, para a qual, toda luta política faz parte da luta de classes, ainda que nem sempre estejam nítidos quais são os interesses, gerais e particulares, em disputa, e, que, muitas vezes, para a classe trabalhadora as derrotas políticas resultadas de lutas específicas tendem a fazer parte de um processo mais amplo que é a sua própria união e organização. Nas sociedades modernas orientadas pelo modo de produção capitalista, a condição essencial para a existência da luta de classes é a disputa econômica, ou seja, é a busca pela concentração de riquezas, tendo como base a valorização constante do capital resultante do trabalho efetivado pela classe trabalhadora (MARX e ENGELS, 2005).

Evidentemente, as forças empregadas pelas diferentes classes sociais – e frações, no curso da disputa político-econômica particular – propiciam sempre um cenário singular em cada conjuntura, gerando, assim, novas ou não-tão-novas respostas políticas, a partir da capacidade que cada classe e fração social tem de se articular política e ideologicamente com forças suficientes de exercerem, por meio de suas mobilizações, pressões sociais que são capazes de impulsionar ou modificar o curso do “rio histórico”. Assim sendo, compreensão e análise do lulo-petismo e a crise de seu modelo de conciliação empreendida ao longo desta tese, situaram-se no campo da luta de classes, onde o próprio lulo-petismo logrou algum êxito, ao mesmo tempo em que foi derrotado no terreno das disputas políticas, tornando factível, por exemplo, desde o golpe parlamentar de 2014, a ascensão e organização de forças sociais de caráter reacionário, que em si possuem capilaridade nas classes trabalhadoras, catapultando e alçando à direção do executivo brasileiro, uma figura medíocre e grotesca como Bolsonaro. Essa forma de compreensão da realidade objetiva foi metodologicamente inspirada pela exposição marxiana de o 18 Brumário (2011b).

Na medida em que lançamos mão da compreensão da categoria luta de classes, deve ficar claro ao leitor que as classes sociais não são blocos homogêneos, mas são categorias analíticas que devem partir e retornar à realidade objetiva, compreendida em toda a sua complexidade interna. Deste modo, internamente às classes sociais “clássicas”²⁰ existem clivagens importantes que nos permitem interpretar um determinado momento histórico específico.

O próprio Marx, em 1850, ao escrever alguns artigos na Nova Gazeta Renana, intitulados de *1848 a 1849* e batizados postumamente por Engels de *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, apontava para o caráter fracionado das classes sociais, argumentando que, após a derrota das classes trabalhadoras do processo revolucionário de junho de 1848, quem governou a França não foi a burguesia francesa como um todo,

²⁰ O que estamos chamando de classes sociais “clássicas” são apresentadas num manuscrito inacabado de Marx e apresentado no livro III de *O Capital*, e consistem nas três grandes classes da sociedade moderna baseadas no modo de produção capitalista: trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários de terras, cujos primeiros aspectos gerais de agrupamento são suas rendas e fontes de rendas. Ambas são compostas por indivíduos sujeitos que vivem respectivamente de: salários, lucro ou de renda do solo, ou seja, de exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial (MARX, 1975).

mas uma fração dela, a burguesia financeira, tendo a burguesia industrial, por exemplo, como uma fração burguesa que se opunha oficialmente à financeira (MARX, 2012).

Podemos, a partir deste aspecto, compreender que uma classe social se define pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que, por sua vez, compreende relações políticas e ideológicas, e, no modo de produção capitalista, as classes sociais opostas correspondem justamente à oposição entre capital x trabalho.

Mais do que retomar a argumentação desenvolvida por Marx na obra supracitada, nos é importante o aspecto metodológico, o qual nos é fundamental para pensar a questão do luto-petismo. É nesse sentido que algumas das elaborações de Nicos Poulantzas nos são úteis, sobretudo quando o autor postula que as classes sociais e as disputas políticas constituem como efeito o próprio Estado e seus diferentes níveis de estruturas (POULANTZAS, 1977).

Isso significa, segundo Poulantzas (1977), que o objeto da prática política é o lugar onde se fundem as relações entre as diversas contradições, principalmente a capital x trabalho, sendo o lugar a partir do qual se pode, em uma situação concreta, decifrar a unidade da estrutura social, política, econômica, ideológica etc., e, justamente a fusão das contradições encontra-se num ponto nodal, a estrutura política do poder institucionalizado do Estado, isto é, “o Estado possui a função particular de constituir o fato de coesão dos níveis de uma formação social.” (POULANTZAS, 1977, p. 42).

Ao partir dessa compreensão do Estado, Poulantzas (1977) conclui que, ou a prática política tem como resultado a manutenção da unidade de uma formação, e, portanto, uma não-transformação, ou a prática política pode produzir transformações tendo como objetivo o Estado como estrutura de ruptura de uma unidade, podendo ser encarado como fator de produção de uma nova unidade, de novas relações de produção.

A formulação desenvolvida por Poulantzas leva-nos à compreensão de que o Estado, além de ser um fator de coesão da unidade de formação social, é também a estrutura onde se condensam as contradições políticas e econômicas, e, por isso, permite decifrar a unidade de articulação das forças políticas e das classes sociais de uma forma social específica.

O Estado capitalista está efetivamente em relação com as relações sociais econômicas tal como se apresentam no seu isolamento, efeito ideológico e do jurídico, e isto na medida em que as relações sociais econômicas consistem em práticas de classe, ou seja em ação efetiva, desde logo sobredeterminada, dos agentes distribuídos em classes sociais no nível econômico. [...] O Estado capitalista é, pois determinado pela função relativa à luta econômica de classe tal como esta se apresenta [...]. *Deste modo, este Estado apresenta-se constantemente como a unidade propriamente política de uma luta econômica.* (POULANTZAS, 1977, p. 128-9, grifos no original).

Assim sendo, se o Estado é justamente o campo onde se consolidam as contradições sociais e as disputas políticas, econômicas e ideológicas de uma determinada situação concreta, ele, Estado, possui uma relativa autonomia frente às próprias disputas. Para estar em sua direção, é necessário uma astúcia política – ou *virtú*, como diria Maquiavel – para realizar uma conciliação de classes que lhe garanta isso. Dito de outra forma, o Estado sustenta-se sobre um equilíbrio instável, e é isso que Poulantzas vai denominar como “bloco no poder”.

Segundo o autor, o bloco no poder se associa à coexistência de várias classes e frações constituindo o caráter geral da formação social capitalista, com o próprio estado, onde se estabelece, por um lado, uma relação entre um jogo institucional inscrito no próprio Estado, e, por outro, uma configuração das relações entre as classes dominantes e as dominadas. Por isso mesmo, “o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 225).

Para nós, a concepção de bloco no poder pode ser vista também como uma forma específica de conciliação de classes internalizada no seio do próprio Estado, que assume as características específicas de uma determinada conciliação.

Com isso, partindo da compreensão de que o Estado constitui em si o ponto nodal das contradições sociais, as classes e frações buscam exercer uma hegemonia ao tentar dirigir o Estado e suas estruturas específicas, e deve ser levada em consideração a capacidade que a classe ou fração dirigente possui em gerar ganhos às classes que não estão compondo uma direção específica do Estado, uma vez que os aspectos políticos e econômicos não são diametralmente opostos, e, mais do que isso, o Estado não é

diferente da organização da própria sociedade. Nesse sentido, a disputa interna ao próprio Estado é, no limite, uma disputa resultada da contradição fundamental do modo de produção capitalista, isto é, da contradição capital x trabalho.

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-se ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. (MARX, 2010, p. 59)

Se, portanto, o Estado é o ordenamento da sociedade, a relação social capitalista, conforme já mencionado anteriormente, sustenta-se numa imbricação política e econômica, e, por isso mesmo, é um campo onde também pode ser vista a efetivação da luta de classes.

Cabe destacar, ainda, antes de avançarmos para a análise dos elementos históricos do PT, uma questão importante para levarmos em consideração sobre o Estado. Ainda que o Estado corporifique as contradições sociais, conforme temos argumentado até aqui – e isso nos parece fundamental para analisar o PT –, também nos parece igualmente correto levar em consideração que, mesmo possuindo uma autonomia relativa, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema capitalista, e, no limite, conforme avalia Mészáros (2002), sua função estrutural é garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.

Ainda segundo Mészáros (2002), o Estado possui uma função corretiva das contradições originadas da correlação capital x trabalho, sendo, por isso, um pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital. É nesse sentido que o autor sugere que o Estado possui um papel totalizador, pois

ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, completando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 110)

A perspectiva apresentada por Mészáros nos sugere pensar o Estado de maneira mais crítica, uma vez que ele seria apenas um mecanismo dialeticamente criado pelas classes dominantes para a garantia de seus interesses. Esse é um dos postulados

apresentados por Marx e Engels quando argumentam que o Estado moderno não é senão um “comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42). Essa hegemonia no executivo, segundo os autores, foi conquistada com o desenvolvimento e estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial.

Isso nos leva a um ponto importante que é a impossibilidade de separação entre econômico e político no Estado moderno, e, a nosso ver, é justamente nesse aspecto que reside o processo de conciliação de classes. Na avaliação de Wood (2006), é uma estratégia essencialmente política a separação entre economia e política, pois isso resultaria no poder de controlar a produção e a apropriação, ou alocação do trabalho e dos recursos sociais, proporcionando com isso, a autonomia relativa do Estado capitalista.

Essa autonomia relativa seria inseparável de uma liberdade jurídica e a igualdade entre seres livres. A troca puramente econômica entre expropriados livres e apropriados privados, seria, portanto, uma nova forma de autoridade sobre os produtores. Com isso, a autonomia relativa do Estado significa, segundo a autora, por um lado, o monopólio da força coercitiva e, por outro lado, essa força sustenta o poder econômico privado que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção (WOOD, 2006).

A diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado. *Essa alocação separa as funções políticas imediatamente interessadas na extração e apropriação de mais-valia daquelas que têm um propósito mais geral ou comunitário.* Essa formulação, que sugere ser a diferenciação do econômico na verdade uma *diferenciação dentro da esfera política*, é sob certos aspectos mais adequada para explicar o processo único de desenvolvimento ocidental e o caráter especial do capitalismo. (WOOD, 2006, p. 36, grifos nossos).

Com isso, a contradição fundamental do capitalismo representado pela luta de classes adquire um caráter especial, interiorizando-se dentro do Estado, que passa a conduzir o conflito de classes. Isto porque, ainda na perspectiva de Wood (2006), quando a luta de classes transcende a unidade fabril e vai às ruas, o conflito de classes torna-se uma guerra aberta, porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos

muros da unidade fabril, resididos no monopólio de coerção do Estado, ou seja, “o poder armado do capital geralmente permanece nos bastidores; e, quando se faz sentir como força coercitiva pessoal, a dominação de classe aparece disfarçada como um Estado “autônomo” e “neutro””. (WOOD, 2006, p. 47).

Portanto, com essa argumentação, o que entendemos é que, quando o Estado divide suas funções políticas com a classe, ele não perde poder, mas, pelo contrário, o Estado representa justamente o momento coercitivo da dominação de classe no capitalismo, e, por isso mesmo, a separação entre econômico e político é um instrumento ideológico necessário ao capitalismo.

Assim sendo, analisar o lulo-petismo dentro dessa concepção de Estado, é possível compreender como a direção política do Estado só pode ser efetivada caso a conciliação de classes garanta a objetivação dos interesses das classes dominantes, mesmo que em algum momento os interesses das classes trabalhadoras sejam atendidos, ainda que parcialmente.

2.2. A construção histórica do Partido dos Trabalhadores

Com toda a argumentação desenvolvida até aqui, o Estado é essencialmente um campo onde está materializada a correlação de forças, e, por isso mesmo, é um campo político-econômico em disputa. Essa característica permite que o Estado adquira uma autonomia relativa, porém, esta não deve ser vista como algo neutro justamente pelo fato de que, historicamente, ele serviu para legitimar a dominação das classes burguesas sobre as classes trabalhadoras.

Assim sendo, para nós, compreender a internalização da correlação capital x trabalho no Estado brasileiro como um campo em disputa, nos permite analisar de que maneira o Partido dos Trabalhadores ao longo de sua história vai se ajustando às disputas políticas e econômicas para enfim conseguir chegar à direção do Estado, efetivando uma específica conciliação de classes.

Como é demonstrado aqui, o PT não consiste em um partido que se modificou abruptamente ao longo de sua história, isto é, ele não nasce como um partido revolucionário e com o tempo foi se convertendo em um partido da ordem, uma vez que, em nossa avaliação, conforme apresentado, o PT sempre se colocou como um partido da ordem social, mas que precisou se ajustar, praticamente e retoricamente, para ganhar a confiança das classes e frações burguesas e enfim alçar-se à direção do Estado brasileiro. Portanto, do ponto de vista estratégico não há mudanças significativas, embora tenha o partido passado por modificações táticas.

Em um trabalho sobre partidos políticos, Maurice Duverger (2012) aponta para um aspecto fundamental para a compreensão dos partidos políticos. Para o autor, não é possível analisar um determinado partido sem levar em conta as circunstâncias particulares de onde ele surgiu, e, por isso mesmo, tal análise deve considerar, além dos fatores locais, os fatores ideológicos e os interesses destes. Isso significa, portanto, que um partido político deve ser compreendido como uma força coletiva, resultada da organização de uma classe ou fração com interesses concretos.

O principal argumento que desenvolvemos ao longo deste capítulo é: partindo dos aspectos estratégicos e táticos do PT ao longo de sua história, bem como as opções políticas e a forma específica da conciliação adotadas em seus governos, cremos que a crise do lulo-petismo representada pelo golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff não poderia ter tomado outro rumo que não este, justamente porque a perspectiva de “ganha-ganha” possui um limite que é a retração da atividade econômica. Assim, para efetivar a conciliação e a opção de governo lulo-petista, era necessária certa concessão dada pela burguesia ao PT, sendo que as frações burguesas que outrora apoiavam o pacto petista passaram a criticá-lo, insufladas, sobretudo, em razão de um descrédito popular que o PT passou em virtude de ataques diários da grande imprensa, é verdade, porém, tais frações visavam a reagrupar as forças em torno de um projeto ainda mais conservador, como será visto nas reformas temerárias, e, num segundo momento, com o apoio, ainda que não declarado, à eleição de Bolsonaro em 2018.

Um aspecto importante desde já que deve ser levado em consideração é que, embora o PT ainda seja um partido de massas, fato esse que o leva em 2018 ao segundo turno das eleições presidenciais, obtendo uma votação expressiva e tendo eleito a

maior bancada na câmara dos deputados federais, é um partido que atravessa uma crise destampada em 2013 e que vem sofrendo importantes derrotas nos pleitos eleitorais seguintes.

2.2.1. “E aí, peãozada, partiu pro pau”: a construção do PT e o novo sindicalismo

Mais do que apresentar os fatos envoltos ao processo de criação do PT, é de fundamental importância levar em consideração os fatores conjunturais que permitem sua construção, identificar quais as forças sociais que constituem o partido, quais as perspectivas ideológicas, quais os interesses em jogo e, principalmente, como o partido vai se conduzindo ao longo do processo histórico e se modificando ao longo de cada pleito eleitoral.

Sabe-se que o Partido dos Trabalhadores foi oficializado enquanto partido no ano de 1980, quando realizaram-se, em 10 de fevereiro o ato nacional de lançamento do PT, no Colégio Sion, em São Paulo/SP, e, em 31 de maio e 1º de junho a reunião nacional de fundação do PT, no Instituto Sedes Sapientae, mais uma vez na cidade de São Paulo. Ainda que sua fundação tenha sido oficializada em 1980, foi nos anos anteriores que os gérmenes do partido estavam colocados, sobretudo dentro do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins/SP, quando os trabalhadores aprovaram a proposta dos metalúrgicos de Santo André, chamando todos os trabalhadores a se unificarem para a construção de um partido, um partido essencialmente de trabalhadores.

Do ponto de vista da composição social, é um consenso que a base do PT está ligada ao seguinte tripé: a) movimento sindical; b) setores progressistas da igreja; c) resquícios da luta armada do período ditatorial. É evidente que cada uma destas pernas constituintes do tripé da base social petista não é homogênea em si mesmo, há diversos grupos que as compõem, porém, ao longo desta tese, entendemos que esse tripé constitui-se no alicerce do PT, e, por isso mesmo, vamos denominá-lo de *tripé básico*.

Isso que estamos chamando de um tripé básico compõe-se de seis fontes diversas: o novo sindicalismo; o movimento popular influenciado pela Igreja Católica, principalmente as *comunidades eclesiais de base*; políticos estabelecidos do MDB; intelectuais de origens diversas; militantes de organizações trotskistas; remanescentes da luta armada da ditadura (SECCO, 2015). Vejamos mais de perto algumas dessas fontes diversas²¹ para retomarmos os aspectos históricos do PT, uma vez que, em nosso entendimento, a compreensão, ainda que limitada dessas fontes, constitui um aspecto fundamental e central no decurso do PT.

A primeira e mais importante fonte do PT, em nossa avaliação, é o *novo sindicalismo*. Esse novo movimento sindical começou a se configurar a partir das mobilizações e greves do ABC paulista de 1977-78, desdobradas de lutas por reposição salarial em 1977.

Se há o adjetivo *novo*, ele refere-se à distinção de um *velho* sindicalismo, isto é, o sindicalismo de Estado que emerge em períodos de crise, cujo momento de implantação é datado do período varguista (31-35) e num segundo momento, durante a ditadura militar. Esse modelo baseia-se numa estrutura corporativa e vertical, com baixíssima participação da base dos trabalhadores e, principalmente, é ligado ao aparelho repressivo estatal.

Em um clássico estudo sobre o sindicalismo de Estado no Brasil realizado por Boito Jr (1991), o autor argumenta que o sindicato de Estado tem uma função desorganizadora, sendo uma instituição que amortece o conflito de classes. Ainda para o autor, na medida em que a estrutura do sindicato de Estado fixa limites intransponíveis à prática sindical, acaba por desempenhar a função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras, possuindo, portanto, esse sindicalismo de Estado uma ideologia sindical “oficial” que induz as demais correntes sindicais a aderirem a esse sindicalismo “oficial”, ao mesmo tempo em que passam a

²¹ Ainda que passemos por cada uma dessas fontes, não vamos nos aprofundar nos detalhes de cada um destes setores, pois nos seria necessário uma pesquisa, dada a complexidade de cada uma dessas frações particulares. Porém, não podemos desprezá-las, uma vez que constituem um importante aspecto para o desenvolvimento de nossa tese. Assim sendo, passaremos pelos aspectos que julgarmos necessários sem perder de vista o objeto de nossa pesquisa e, portanto, certamente haverá algumas lacunas e visões limitadas que intencionalmente não superaremos.

aspirar à tutela do Estado, sendo, por fim, características de uma manifestação localizada de uma ideologia populista (BOITO JR, 1991).

Assim, esse sindicalismo de Estado, no limite, seria um sistema funcionalmente integrado que mantém uma conexão objetiva com o interesse político da burguesia (BOITO JR, 1991), uma vez que o sindicalismo de Estado, ao estar integrado com a estrutura do Estado burguês, torna-se parte dele, ou seja, é uma instituição burguesa, que se coloca na correlação capital x trabalho, de maneira a desorganizar e dispersar a classe trabalhadora, na medida em que seleciona sindicalistas burgueses e governistas para os postos dirigentes dos sindicatos oficiais a fito de moderar a luta sindical²².

O novo sindicalismo é um fenômeno cujas raízes remetem-se aos vigorosos movimentos grevistas do biênio 1978-79 no ABC paulista, perdurando até fins dos anos de 1980, conforme aponta Ricardo Antunes (1995). Na avaliação de Antunes, esse período configura-se numa década crucial para a classe trabalhadora com agudas transformações, tanto na materialidade quanto na subjetividade do trabalho, decisivas no questionamento de elementos centrais vigentes até então. Do ponto de vista material, esses questionamentos se dão justamente no sentido de buscar superar os limites impostos pelo sindicalismo de Estado, sobretudo em seu pilar fundante de uma política econômica baseada no arrocho salarial, enquanto que no aspecto subjetivo, observa-se o florescer de uma série de instituições construídas pelos próprios trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o próprio PT.

Deve-se notar, ainda, que o surgimento do PT não está deslocado de uma nova configuração da correlação de forças representadas pelo esgotamento político e econômico da ditadura militar, mas não impediu que a transição fosse lenta²³, gradual e

²² Não vamos desdobrar essa argumentação e concentrar nossos esforços especificamente sobre a questão sindical, uma vez que isso nos recobriria um aprofundamento que poderia nos levar a um distanciamento do objetivo desta tese. Por enquanto, entendemos serem suficientes apenas estas ponderações uma vez que o PT tem como base social setores sindicais que tecem críticas ao sindicalismo de Estado, conforme é visto adiante.

²³ David Maciel (2008) vai caracterizar o período de transição democrática que vai de 1974 a 1990 como um longo movimento de revolução passiva, regida e determinada por uma perspectiva política de autocracia burguesa, definida no período que a antecede, entre os anos de 1964 e 1974, como resposta do

pelo alto²⁴. Em certa medida, para Lula, uma das lideranças mais expoentes desse novo sindicalismo era a própria estrutura sindical que impedia qualquer avanço das classes trabalhadoras, e por isso era importante a experiência de São Bernardo.

“se todo mundo fizesse o que São Bernardo fez, nós já tínhamos rompido. A grande verdade é que a estrutura sindical brasileira só não foi modificada, não é porque o governo não presta, não é porque os patrões não prestam, *é porque os dirigentes sindicais não prestam*. [...] O grande empecilho para as modificações na estrutura sindical é o próprio movimento sindical, que não quer modificações. Porque a estrutura é perfeita, ela permite ao dirigente sindical o “*status*” que uma estrutura democrática não permitiria, então ele quer que se mantenha inalterada” (LULA, in DANTAS Jr, 1982, p. 77, grifos nossos)

O que fica claro com essa passagem, portanto, são as críticas ao sindicalismo de Estado, que, sob o olhar das lideranças dos movimentos grevistas destampados em 78-79, era ao mesmo tempo um entrave no avanço das reivindicações dos trabalhadores e uma forma de manter os interesses da grande burguesia, sob a batuta dos “sindicalistas burgueses”. Na perspectiva *lulista*, os sindicatos deveriam se preocupar com a relação capital x trabalho e com as lutas específicas dos trabalhadores, ao passo que o partido político seria fundamental para uma briga de toda uma parte da sociedade (LULA, In. DANTAS JR, 1982).

O que Lula está sugerindo, e isso ele defendeu publicamente na primeira convenção nacional do PT em 1981, era que a luta sindical e política partidária deveriam ser complementares.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, *mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho*. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país.

bloco no poder a uma situação de crise de hegemonia resultada pelas próprias frações burguesas, e também pela pressão realizada por setores progressistas das classes trabalhadoras e subalternas.

²⁴ Segundo a avaliação de Eli Diniz (1986), a transição pelo alto trata-se de um modelo caracterizado pelo lento ritmo das reformas desencadeadas pelo papel decisivo desempenhado pelas classes dominantes e pelo caráter moderado de mudança.

Em nossa luta, a atividade partidária deve complementar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra (LULA 1ª Convenção 1981, In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 107, grifos nossos).

Assim, é importante observar que o PT tem uma importante contribuição dos movimentos sindicais, e, em nosso entendimento, esse aspecto será decisivo para a forma de conciliação de classes levada a cabo durante o período lulo-petista²⁵. O que estamos querendo demonstrar com essa argumentação é que o PT nasceu de um novo momento no que tange às lutas da classe trabalhadora no Brasil, como uma espécie de ruptura com o sindicalismo de Estado, que, no limite, na medida em que o novo sindicalismo buscava maior liberdade de atuação, reverbera diretamente na própria construção do PT.

Em um trabalho clássico sobre as origens do PT, Isabel Oliveira (1988) compreende que o novo sindicalismo possuiu um papel fundamental e decisivo na construção do PT. De acordo com a tese defendida pela autora, os “líderes combativos” que despontavam no novo sindicalismo, surgido nos setores mais modernos da indústria brasileira, tiveram um impacto decisivo, pois a constante exposição e fala pública – nos próprios sindicatos – permitiram que estes líderes conduzissem a criação do partido.

Ainda segundo a autora, esses líderes combativos buscavam uma espécie de modelo de equilíbrio, isto é, que os sindicatos estivessem liberados da regulação estatal, para que dessa maneira, pudessem se organizar de mais autonomamente. Nesse sentido, para esses líderes combativos, o modelo de equilíbrio só poderia ser efetivo caso os trabalhadores estivessem organizados politicamente nos sindicatos num primeiro momento, e, num segundo momento, estivessem dispostos a lutar pela direção do Estado, que caminhava progressivamente para o fim da ditadura militar.

Isso foi importante, por exemplo, segundo a observação de Oliveira (1988), para que esses líderes combativos não estivessem “encantados” com o MDB e estivessem dispostos a construir um novo partido, que fosse de fato independente e organizado pelos próprios trabalhadores.

²⁵ Esse argumento é esmiuçado posteriormente.

A nosso ver, a tese de Oliveira é importante por privilegiar o papel que os líderes combativos do novo sindicalismo tiveram na construção do PT. Porém, mais do que a dimensão individual, mesmo reconhecendo que o papel dos líderes é importante para pensar no partido político, devemos levar em consideração o próprio contexto histórico e conjuntura, pois é nestes que se produzem os sujeitos e as lideranças.

Alguns desses líderes combativos mencionados por Oliveira eram líderes sindicais que teriam papel decisivo na construção do PT: Lula, José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco, respectivamente; Jacó Bitar, petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, Bancários de Porto Alegre. Segundo a perspectiva apresentada por Daniel Reis (2007), esse aspecto seria de extrema importância na construção do PT, pois este se construía como um partido especificamente de trabalhadores. Inclusive, esses nomes seriam as lideranças, opondo-se, portanto, à tradição de partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles.

Entendemos também que essa característica será determinante, não só na construção do PT, mas, principalmente, na forma de sua construção política e ideológica, que se desdobrará num modelo específico de conciliação de classes. É evidente que não se trata de compreender o PT como resultado de um desenvolvimento linear e progressivo, mas as bases sociais que constituem o partido são de extrema importância para compreender seus passos. Retomamos adiante e de maneira mais detalhada essa argumentação evidenciando essas conexões. Por ora, seguimos observando os demais setores que compõem o tripé básico do PT.

2.2.2. Os movimentos populares vinculados à Igreja

Além do movimento sindical, que é o principal sujeito político dentro do PT, outros setores compõem o tripé básico, que, conforme já mencionado, deve ser desdobrado em outros segmentos. Em nosso juízo, outro setor que foi importante para a compreensão do que viria a ser o *lulo-petismo* são os movimentos populares

influenciados pela Igreja Católica (IC). Vamos apresentar esse argumento de maneira mais detalhada quando discorrermos especificamente sobre o lulo-petismo, mas, por ora, destacamos que, durante o governo lulo-petista, houve uma nítida opção pelos “pobres” e não pela “classe trabalhadora” do ponto de vista discursivo, e esses elementos possuem suas raízes, a nosso ver, nos movimentos populares ligados à Igreja.

Uma questão que não deve faltar, quando são abordados os movimentos sociais urbanos e as demais organizações da sociedade civil no Brasil em fins de 1970 e início dos anos 1980²⁶, é a própria conjuntura política marcada pela ditadura militar, uma vez que a transição para a democracia representativa, ainda que lenta, gradual e pelo alto, não impediu a eclosão de diversos movimentos sociais urbanos e rurais que vão compor o próprio PT.

Os setores católicos progressistas que compuseram a base petista vinculavam-se a dois principais grupos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as Pastorais (Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral Universitária e grupos de direitos humanos), propiciando de maneira singular, conforme sugere Rodrigues (1990), em um trabalho sobre a composição social do PT, uma convivência entre marxistas e católicos. Deve-se notar que o PT não era um projeto vinculado organicamente à IC²⁷, mas a setores identificados com as lutas populares e sociais.

A aproximação entre o PT e os setores progressistas e de esquerda da IC se dá como uma *afinidade eletiva*²⁸, uma vez que, para ambos, a crítica e oposição à ditadura

²⁶ É evidente que os movimentos sociais no Brasil não surgiram nos anos de 1970 e 1980, mas existem como resultados das contradições do próprio modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, lançando as classes populares para uma relação antagônica com o Estado desde os anos de 1940-1950 (MOISÉS, 1982).

²⁷ Como veremos mais adiante, quando falamos do neopentecostalismo na política brasileira, sobretudo a partir de fins de 1980 e início de 1990, algumas igrejas, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, já nascem com um propósito de criar no interior da própria denominação um político.

²⁸ Utilizamos o conceito de *afinidade eletiva*, conforme sugerido por Micheal Löwy (2011), ao entender que esse representa um “processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo” (p. 139). Com isso, o conceito poderia ser aplicado em muitos domínios, permitindo compreender certo tipo de conjunção entre fenômenos aparentemente disparatados de um mesmo campo

militar eram importantes para o processo de democratização e para o combate às desigualdades sociais.

Cabe destacar que a esquerda católica não nasce com a criação do PT, mas é resultada de um processo interno à IC que buscava uma renovação com a expansão das igrejas pentecostais²⁹. As raízes da esquerda católica estão vinculadas à Ação Católica, que proporcionava uma aproximação maior da hierarquia com os leigos, cuja finalidade era controlar suas ações e direcioná-las para o fortalecimento da IC na sociedade. A Ação Católica, que foi lançada em 1929 pelo Papa Pio XI, chegou ao Brasil pouco tempo depois, em meados da década de 30.

A partir da criação da Ação Católica, movimentos de leigos e de base impulsionaram uma renovação na IC brasileira a partir de 1958, quando surgiu um grupo denominado de Esquerda Católica no período entre 1958 e 1964 (MAINWARING, 2004). Para o autor, embora o grupo tenha sido pequeno numericamente, marginalizado dentro da hierarquia da IC e rapidamente reprimido pela ditadura militar, essa perspectiva introduziu novos conceitos de fé, e foi denominada por Michael Löwy (2007) de cristianismo da libertação.

O cristianismo da libertação foi, segundo Löwy (2007), uma espécie de anúncio da Teologia da Libertação que influenciou as CEB's, que, por sua vez, tiveram importante papel na formação do PT. Em meio ao cristianismo da libertação, a pobreza continua sendo a preocupação, porém, não mais como tradicionalmente entendeu a IC, isto é, o pobre como objeto de ajuda, como proteção ou caridade, mas como *sujeito histórico*, como ator de sua própria libertação (LÖWY, 2007).

A partir do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil e com a brutal repressão que se abateu sobre toda a oposição, incluindo a esquerda cristã, houve uma radicalização levando cristãos a participarem da resistência à ditadura. Talvez o

cultural, político ou econômico, ou seja, é um conceito que dá conta de processos de interação que não são revelados nem pela causalidade direta, nem pela relação “expressiva” entre forma e conteúdo.

²⁹ Não pretendemos esgotar essa discussão, uma vez que escaparia aos objetivos deste trabalho. Porém, para nós, é importante atravessar essa questão buscando estabelecer as conexões que julgamos necessárias para a compreensão de como o PT se efetivou e como ele absorveu uma narrativa que se tornou hegemônica dentro do partido que, de certo modo, tem uma base nessa esquerda católica.

exemplo mais conhecido seja o apoio que dominicanos de São Paulo, entre eles frei Tito de Alencar – brutalmente torturado que acabou suicidando-se em seu exílio da França –, forneceram à Aliança Libertadora Nacional, grupo dirigido por Carlos Marighella.

Mais do que adentrar nos meandros da esquerda católica, é importante destacar o argumento de Mainwaring (2004), para o qual os movimentos da esquerda católica no Brasil constituíram um exemplo eminente da mudança vinda de baixo. É evidente que, conforme destaca o autor, não se trata efetivamente de uma mudança na estrutura hierárquica e histórica da IC, porém, no caso brasileiro, a esquerda católica, ao conseguir atuar junto à hierarquia, proporcionou um diálogo entre base e hierarquia que transformou a instituição, mais do que em outros países latino-americanos, por exemplo.

Um reflexo dessa mudança ocorreu após 1968, quando depois do golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil, onde inicialmente a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) legitimava a ditadura³⁰, e, após 1970 com a nomeação de d. Paulo Evaristo Arns e, pouco tempo depois com a eleição de d. Aloísio Lorscheider, a IC começou a se posicionar de forma cada vez mais aberta em oposição à ditadura militar (LÖWY, 2007).

O elemento fundamental para a mudança da IC, segundo a argumentação de Löwy (2007), está vinculado à participação dos religiosos da “base”, sejam eles os leigos, militantes das juventudes universitárias e operárias etc.. tendo um aspecto fundamental nesse momento, a elaboração da Teologia da Libertação. Nesse sentido,

³⁰ “Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável [...] De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente” (Documento citado em PRANDINI, F. *apud*. Löwy, 2007, p. 395).

A teologia da libertação é, ao mesmo tempo, o reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre ela. Mais precisamente, é a expressão/legitimação de um vasto movimento social, que surgiu no início dos anos 1960 - bem antes das novas obras de teologia. Esse movimento compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as comunidades eclesiais de base. Sem a prática desse movimento social que se poderia batizar de cristianismo para a libertação - não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes quanto a escalada da revolução na América Central ou a emergência de novo movimento operário no Brasil. (LÖWY, 1991; p. 25-6)

Assim, ao retomarmos a argumentação de Löwy sobre a Teologia da Libertação e a mudança de posicionamento de setores da IC, sobretudo da CNBB, queremos chamar a atenção para um último e decisivo aspecto, a nosso ver, que se tratou da possibilidade de ampliação da mobilização de novos movimentos sociais e políticos, a partir de 1978, animados em grande parte por militantes cristãos oriundos das CEBs e das pastorais populares, dentre eles o PT, a CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros (LÖWY, 1991 e 2007). Destacam-se algumas das características desses movimentos, sobretudo do PT e CUT, e, até hoje, no MST: “a) radicalismo ético-social e “mística” do combate pela libertação; b) anticapitalismo com forte influência moral; c) “basismo”, desconfiança da política institucional”.

Deve ser destacado, ainda, que o PT não era um projeto da IC como um todo, mas de setores identificados com as lutas populares, sendo o partido, o representante do esteio político destes setores. Cabe, ainda, mencionar a ressalva feita por Secco (2015) que, embora a IC tivesse um papel imprescindível para o PT, houve também um reverso da moeda, isto é, em muitos lugares ela atacou o PT e mesmo quando o apoiava, havia uma “demora cultural em adotar temas da nova esquerda pós 1968, o que causava insatisfação ou estranhamento com correntes que se destacaram na liberdade comportamental que escandalizava a própria esquerda” (SECCO, 2015, p. 28).

Há uma importante pesquisa a respeito dos aspectos históricos do PT realizada por Margaret Keck (1991), na qual a autora entende que o PT foi o espaço para a inovação do panorama político brasileiro, uma vez que se tratava de um partido novo,

com base sólida nos movimentos operários e sociais, levando uma questão da representatividade e democracia, ao mesmo tempo em que possuía um programa robusto. Assim, o PT representaria uma nova legitimidade dos movimentos que o compunham. Porém, mais do que dialogar com essa tese – que retomamos em outro momento do trabalho –, é válida a interpretação da autora sobre o papel dos militantes cristãos no PT.

Para Keck (1991), a IC atuava simultaneamente como arena promotora e protetora dos movimentos contestatórios, sobretudo nas periferias urbanas, e, mesmo que não tenha sido em si um projeto da IC como um todo, mas de sua base, isso “promoveu um *ethos* cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a “caminhada”, a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade mais justa” (KECK, 1991, p. 63). Com isso, o resultado foi uma relação entre a organização das bases e uma ação política atravessada pela crença de que deveria ser o “povo” e a “base” que deveriam construir o partido.

Na perspectiva de Rodrigues (1990), não há dúvida de que há uma singularidade no PT, que está vinculado à participação do movimento operário do nosso sindicalismo, dos militantes socialistas de diferentes matizes ideológicos e militantes católicos, resultando, no plano ideológico, “uma mistura nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e o já não tão moderado da Teologia da Libertação” (RODRIGUES, 1990, p. 9).

Em interpretação a respeito dos aspectos históricos do PT, Brandão (2003) defende a tese de que o PT é resultado de uma experiência inédita, por tentar construir um projeto socialista democrático oriundo de estratos de movimentos sociais, em particular do movimento operário, mas também assentados nos núcleos de bases. Com isso, o PT consolidou uma concepção socialista democrática plural resultada de embates internos nem sempre fáceis.

Para não nos alongarmos de maneira demasiada e evitar uma perda de objetividade de nosso trabalho, avançamos para compreender o papel de outros sujeitos importantes para a construção do PT: resquícios da clandestinidade e os trotskistas.

2.2.3. Remanescentes da luta armada, trotskistas e a intelectualidade na composição do PT

Conforme nossa argumentação sobre a composição social do PT vem sendo desdobrada, é possível, a nosso ver, ir compreendendo alguns elementos importantes a serem levados em consideração na forma específica de conciliação de classes que serão efetivadas do período lulo-petista. Porém, cabe, ainda, apontar outro setor crucial na construção do partido que compõe, como dito anteriormente, o chamado tripé básico: os resquícios das organizações clandestinas e da luta armada do período ditatorial, junto aos quais colocamos os trotskistas e os intelectuais.

Para nós, esses grupos foram importantes, pois, mesmo que quantitativamente não tivessem o peso dos operários do novo sindicalismo e de militantes oriundos do catolicismo, eles contribuíram para manter uma retórica socialista interna ao PT, sobretudo na construção do programa do partido. Entendemos com isso, que tanto os remanescentes de uma luta armada³¹ quanto os intelectuais contribuíam na construção programática e, por isso, a nosso ver, possuem papéis importantes para o PT.

Segundo a avaliação de Secco (2015), o papel das organizações clandestinas dentro do PT, em geral, se sobrelevava na elaboração teórica, e, na prática concreta dos movimentos sociais e campanhas eleitorais, seu alcance era reduzido. Era uma relação inversamente proporcional, conforme entende Secco, uma vez que, embora tivesse uma

³¹ É fundamental destacar que esses setores também não são homogêneos e possuem diferenças internas consideráveis, conforme sugere Secco (2015). Há, por exemplo, setores que vinham da luta armada que aceitavam uma agenda nacionalista, ao passo que os trotskistas eram defensores de uma perspectiva internacionalista.

importância interna, a linguagem radical pouco influía na sociedade e nas campanhas, momentos de grande exposição do partido.

Ainda que as frações ligadas às organizações marxistas clandestinas possuísem, como apontava Secco (2015), mais influência interna ao PT, a assimilação dessas organizações, para Keck (1991), não se dava de maneira tranquila, porque as disputas se davam para permitir ao partido não se tornar sectário, mas, sim, ser um partido de massas. Lula, em entrevista para o *Jornal do Brasil* de 18 de janeiro de 1980, argumentou que o PT não teria interesse em ser um grupo fechado, mas sim em ser um partido de massas e que, por isso mesmo, o partido não queria cooptar ninguém, mas ser aberto à participação e todos os trabalhadores³².

Uma questão importante para organizações de esquerdas que advinham da clandestinidade era o fato de o PT abrigar esses grupos. A nosso ver, isso está vinculado ao que foi mencionado anteriormente sobre o PT se propor a ser um partido de massas, e, por isso mesmo, não se fechava a priori a nenhum grupo.

Nesse sentido, pelo fato de o PT ser um partido aberto, “a importância dos marxistas no PT sempre foi maior na disputa interna do que na externa. Isto faz sentido, pois os marxistas buscavam um partido dirigente de sindicatos e movimentos sociais e não uma agremiação meramente eleitoral.” (SECCO, 2015, p. 49).

Em entrevista concedida para a obra organizada por Ferreira e Fortes (2008), Raul Pont, um dos organizadores de um grupo trotskista, a Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS) argumentou que à época, alguns movimentos de esquerda – fora do campo trotskista, como, por exemplo, Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), tinham visões distintas sobre o PT. Para uns era um partido tático, para outros uma frente eleitoral. Já na perspectiva da DS, construir o PT como partido possuía uma

³² Lula não quer “clube do Bolinha”. *Jornal do Brasil*, 18 de Janeiro de 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=18056. Acesso em: 20/01/2019.

dimensão estratégica, como se fosse uma concretização da velha Polop³³ dos anos de 1960, porém, com ampla base social (PONT, *In* FERREIRA, FORTES, 2008).

Em pesquisa de mestrado defendida em 2007, o pesquisador Vitor Angelo (2007) apontou que as maiores correntes trotskistas a entrarem no PT, e, militando em seu interior como tendência, foram: Convergência Socialista (CS), Organização Socialista Internacionalista (OSI), Causa Operária (CO) e a própria DS. Essas organizações entendiam que o partido deveria adotar uma perspectiva revolucionária e um programa socialista e ser canal de expressão política para todos os setores explorados pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, argumenta Angelo (2007), pressionavam o partido para que adotasse a palavra de ordem em favor do governo dos trabalhadores e defendendo a Assembleia Constituinte.

Com isso, as frentes mencionadas consideravam o PT como partido, negando seu caráter frentista, e que poderia levá-lo a ser um partido revolucionário, cabendo assim para cada fração trotskista, buscar e disputar a hegemonia interna do PT, alcançando sua direção, para escrevê-la, ainda que no longo prazo, numa perspectiva revolucionária.

Ao fim de sua pesquisa, Angelo (2007) argumentou que a heterogeneidade da base social petista, resultante dos apoios recebidos nos mais diversos setores, repercutiu na configuração interna da legenda ao longo da década de 1980, enquanto que as correntes trotskistas, em geral, tiveram atuações conflituosas, uma vez que, ao defenderem uma proposta mais à esquerda do PT e buscar transformá-lo num partido revolucionário, divergiam com os setores mais pragmáticos preocupados menos em inscrevê-lo no caminho revolucionário do que em estruturá-lo nacionalmente.

Essa questão sobre os grupos revolucionários internos ao PT, a nosso ver, possibilitou que o partido mantivesse uma retórica socialista, marca mais profunda no período inicial de construção e consolidação do partido, como também, de maneira mais sutil, no próprio governo lulo-petista. O próprio Lula já em 1982 entendia que uma

³³ A Polop, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, foi fundada em 1961 por militantes trotskistas e ex-militantes comunistas, sendo constituída principalmente por intelectuais e estudantes, cujo alcance regional se estendia por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de criar condições para o surgimento de um partido revolucionário da classe operária.

sociedade justa e igualitária seria o mesmo que socialismo (DANTAS, 1982), e este seria uma espécie de “fim inevitável” e escatológico para o próprio Lula, conforme evidenciado em seu discurso na primeira convenção nacional do PT em 1981.

Nós, do PT, *sabemos que o mundo caminha para o socialismo*. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. [...] Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. *Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?* (LULA discurso na primeira convenção em 1981, In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 114).

Essa perspectiva de Lula adotada no início dos anos de 1980 ganhava ressonância, por ser um partido criado por trabalhadores com uma perspectiva política de liberdade e democracia, levando, ainda que de maneira indireta, uma crítica à ditadura militar. Tal posição difere, por exemplo, de alguns dos maiores grupos de esquerda organizados no país, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – ainda que estivesse na ilegalidade –, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que pela análise que faziam da conjuntura política e pelas táticas que acreditavam ser as mais adequadas para alcançar seus objetivos estratégicos decidiram, em maior ou menor proporção, não apoiarem o movimento pró-PT para a construção do PT, pois entendiam que este dividiria a classe trabalhadora e enfraqueceria o combate à ditadura militar, e, por isso, deveriam trabalhar no interior do MDB.

Analisando hoje, aparentemente a construção de um novo partido não enfraqueceria a luta contra a ditadura militar, como entendia o PCB, por exemplo, mas, ao se construir um novo partido, especialmente de trabalhadores, possibilitar-se-ia uma crítica mais contundente à ditadura do que ingressar e fazer parte do bipartidarismo criado pela própria ditadura.

Essa questão da crítica à ditadura também foi preocupação do PT e, por isso mesmo, mais do que dividir a classe trabalhadora, deu outros tons e timbres às suas vozes, como é claro no manifesto de fundação do partido em 1980.

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. (Manifesto de fundação do PT de 1980, In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 66).

Assim, se o PT nasce também com uma dimensão crítica à ditadura militar, por outro lado, também nasce com uma forte e dura crítica à esquerda revolucionária, na medida em que entendia que estas já não mais poderiam dirigir a classe trabalhadora, e que a direção deveria ser de um partido criado pelos próprios trabalhadores, e não de algum partido que “falasse por eles”, criticando, inclusive, os grupos que poderiam ver, como mencionado anteriormente, o PT como elemento tático para suas pretensões.

Interessa-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos [...] o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; [...] o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social. (LULA, discurso na primeira convenção do PT em 198 In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 112).

O excerto acima foi retirado do discurso de Lula na primeira convenção nacional do PT, e evidencia, a nosso ver, como o partido ia se construindo de maneira crítica aos setores clássicos da esquerda, sobretudo uma esquerda revolucionária. Assim, o próprio Lula em outros momentos argumenta, literalmente, que o PT quebrou alguns chavões da “esquerdinha” brasileira, como a unidade estudantes, proletários e camponeses, na medida em que conseguiu reunir esses setores sem chavões, com outros setores, como intelectuais, profissionais liberais etc. (LULA, In: DANTAS JR. 1982, P. 78).

Nesse sentido, a crítica era endereçada abstratamente a uma “esquerda” cujo erro foi tentar fazer a revolução no Brasil sem o povo. “Tentou fazer revolução calcada em coma de revolução de outros países, de coisas escritas. E nós pretendemos, quem sabe, nem fazer revolução, mas chegar ao poder nesse país, em cima das necessidades básicas do nosso povo.” (LULA, In: DANTAS JR, 1982, p. 83) Assim, segundo essa perspectiva, ou o PT era um partido de massas, aberto, democrático e, por isso mesmo, fala a linguagem do povo, ou jamais se conseguiria fazer algo no país.

Essa perspectiva de Lula, que representa, por razões óbvias, o anseio petista, pode ser interpretada seguindo as trilhas abertas pela pesquisadora Angélica Lovatto, em artigo publicado em 2016. Lovatto defende a hipótese de que no Brasil dos anos de 1980 surgiu uma corrente teórica, denominada por ela de “autonomismo”, como desdobramento da onda crítica que gravitou em torno da teoria do populismo elaborada por Francisco Weffort, cujo alvo principal era a atuação do movimento operário-sindical do pré-64.

Ainda segundo a autora, essa corrente autonomista colocava-se contra as vanguardas, contra o populismo, contra o comunismo, contra o PCB em particular, e a ação desse grupo, que contava com nomes como, Marilena Chauí e Eder Sader, era influir, por meio da Revista *Desvios* lançada em 1982, no debate interno do PT, recentemente fundado.

Assim sendo, o discurso de Lula também fazia coro com a perspectiva intelectual que também fazia parte da construção do PT, tendo papel importante internamente, sobretudo, por dourar a pílula e endossar o discurso de Lula à frente do partido.

Sobre a questão dos intelectuais na criação do PT, existe uma lacuna. Se existe uma quantidade razoável de trabalhos e de pesquisas que apontam para o novo sindicalismo, movimentos sociais e setores da IC dentro do PT, o papel dos intelectuais já não ganha destaque e notoriedade nas pesquisas. Embora haja esse desnível, há algumas pistas importantes para pensarmos sobre essa questão, como o artigo supracitado de Angélica Lovatto, e ainda a tese defendida por Eurelino Coelho em 2005, na qual se concentra em alguns momentos nos intelectuais.

Outras pistas importantes para a compreensão do papel dos intelectuais na formação do PT encontram-se em Luiz Dulci (1999). Segundo Dulci, os intelectuais cumpriram um papel inovador no que diz respeito à tradição da esquerda. Isto porque, ao participarem da fundação do PT, já se mostravam os intelectuais, “abertamente refratários ao dogmatismo da esquerda tradicional.” (DULCI, 1999, p. 186). Esses intelectuais, como Mario Pedrosa, Sérgio Buarque, Paulo Freire, Marilena Chauí, Antonio Candido, Hélio Pellegrino, Lélia Abramo, entre outros, na visão de Dulci representariam “socialistas independentes”, isto é, teriam uma autonomia tanto no pensamento quanto na conduta política. Com isso, tais pensadores eram assumidamente de esquerda e, ao mesmo tempo, críticos severos de uma degeneração teórica e prática dos partidos autoproclamados revolucionários.

A perspectiva apresentada por Dulci, sobretudo com relação ao papel dos intelectuais no PT, demonstraria que esses pensadores estariam completamente distantes de uma sacralização do partido político imperante na esquerda ortodoxa.

Nada mais alheio a eles que a apologia do partido em si, legatário e portador da "Ciência da História" e do saber revolucionário, intérprete oficial das agruras e desejos dos oprimidos. Nada mais oposto às suas convicções que um aparato partidário profissional e monolítico, acima dos sentimentos e movimentos populares, com a pretensão de governar toda e qualquer iniciativa de mudança social. (DULCI, 1999, p. 187).

Assim, em certa medida, os intelectuais haviam, segundo Dulci, superado o “marxismo mecanicista” ainda dominante na esquerda, incapaz de analisar e compreender as contradições reais da nossa sociedade, em especial as emergentes. A grande contribuição desses intelectuais seria, portanto, uma influência heterodoxa e inovadora, com consistência de valores democráticos e socialistas, sustentando a necessidade do PT em inventar a sua identidade orgânica e não somente reproduzir formatos partidários de nossa e de outras tradições, isto é, estimulavam uma “aventura da originalidade”, para utilizar uma expressão de Eder Sader, ou então postulavam que o partido fosse “educador-educando”, para mencionar Paulo Freire.

Portanto, conforme argumenta Dulci (1999), esses intelectuais na medida em ingressavam no partido, não propunham dirigi-lo, mas ao contrário, valorizavam que o partido fosse dirigido pelos trabalhadores, em favor dos próprios trabalhadores.

Há uma obra organizada por Eder Sader (1986) que é bastante interessante para ajudar na compreensão da questão dos intelectuais no PT. No livro, que se propõe a refletir sobre o caráter do PT e sua prática popular, há alguns nomes referenciais, como Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, José Álvaro Moisés, o próprio Sader. Para Chico de Oliveira, a tarefa mais importante do PT seria forjar uma nova identidade da classe trabalhadora, função que fora primordialmente exercida pelo PC brasileiro, cujo vácuo foi preenchido pelo populismo e que, era negada pela anticultura da sociedade de massas (OLIVEIRA, 1986).

Na mesma obra, Marilena Chauí (1986) desenvolve dois argumentos em um diálogo crítico com a vanguarda do proletariado, para a qual há uma compreensão em que a fase de transição dependeria de um gigantismo do estado para assegurar a passagem ao comunismo. Para a autora, seria um grande erro compreender o Estado como “onipotente, onipresente e onisciente a forma e a condição de liberdade, em lugar de esta ser pensada *a partir da multiplicação e diferenciação dos polos de poder popular*, criando novos direitos e novas práticas na autogestão social da economia, da política e da cultura.” (CHAUÍ, 1986, p. 90).

O segundo argumento seria uma representação atravessada por um paradoxo insolúvel e sempre silenciado dos processos revolucionários, o qual vê as revoluções como resultado de desagregação do capitalismo, e, ao mesmo tempo, como ato da vontade política de uma vanguarda. Essa perspectiva é apresentada por Chauí como um economicismo mecanicista e um politicismo voluntarista que compreendem que, “com efeito, as esquerdas acreditam que há uma e somente uma revolução – *a Revolução* (proletária) – da qual todas as revoluções modernas são meras etapas preparatórias” (CHAUÍ, 1986, P. 90-91). Com isso, argumenta a autora, ao afirmar que há “a” revolução, esta deve ser realizada com a ação de uma “única classe social, destinada pelos astros, pelos livros e pelas cartilhas”, problematizando com isso, como seria possível construir um socialismo democrático e plausível, com pluralidade e não apenas como exercício de dominação.

Nesse sentido, no mesmo escopo e na mesma obra, Sader (1986) entende que o PT aparece como uma ruptura política, ideológica e geracional em relação às organizações anteriores, cuja “plataforma democrática e anticapitalista tem que partir

dos problemas que bloqueiam centralmente a extensão dos direitos básicos a toda cidadania” (SADER, 1986, p. 168). Assim, o PT se candidataria à construção de uma hegemonia popular alternativa àquela hibridamente estatista-liberal.

Toda essa discussão sobre o PT para alguns intelectuais e apresentada de maneira breve aqui, nos leva a uma questão importante para pensar o desdobramento da fundação do partido no momento posterior da conciliação lulo-petista. Isto porque, na medida em que esses intelectuais rompem com certo “paradigma” da esquerda, introduzindo novas perspectivas, com menos enfrentamento ao capital e mais conciliação, isto é, o papel dos intelectuais ao rejeitarem, em maior ou menor grau a, “clássica e ultrapassada” luta de classes, em razão do novo e moderno mundo, possibilita uma outra perspectiva ideológica que, adiante, quando o lulo-petismo assumisse a presidência, pudesse, de maneira “tranquila” e não contraditória para si, adotar práticas políticas que não fossem de interesses específicos da classe trabalhadora.

Essa crítica, com a qual concordamos nesse momento, é tecida por Lovatto (2016), que afirma que, esses intelectuais, ao proporem uma revisão do marxismo, inauguram, por meio dessas perspectivas a corrente autonomista, e que ao criticarem as metanarrativas como característica típica da pós-modernidade assimilam a defesa do princípio das micropolíticas. Em certa medida, isso é visto, em nosso entendimento, nas práticas de ampliação das políticas públicas, que, embora proporcionem uma melhoria da vida da classe trabalhadora, não cria e oferece condições reais de rupturas com essa mesma lógica que torna os trabalhadores dependentes da política pública como forma de melhorarem sua vida cotidiana, não indo de encontro com as reais condições de precarização da vida do trabalhador que é a própria exploração pelo capital.

O próprio Lula, textualmente e às vésperas de ser preso em abril de 2018, defende que o PT não nasceu para ser um partido revolucionário, mas nasceu para ser um partido democrático, e levar a democracia até às últimas consequências (LULA, In: JINKINGS, 2018). Reconhece, ainda, que, na atual conjuntura isso é algo extremamente desfavorável ao próprio petismo.

Assim sendo, a partir de toda a reflexão apresentada até aqui, podemos retomar nossa linha de argumentação para qual a crise do lulo-petismo está associada à própria

forma como se deu a construção do PT, com as bases sociais que rejeitam as tradições clássicas da esquerda, que, evidentemente, devem ser analisadas de maneira crítica. Porém, essa rejeição leva à busca de uma política no máximo redistributiva e não de enfrentamentos mais diretos ao capital. Em certa medida, a própria base social que constrói o PT, por ser completamente diversa, possibilitou ao partido desenvolver uma grande capacidade de buscar consensos em grupos distintos. Essa marca será, a nosso ver, uma prática do próprio lulo-petismo na liderança e direção do bloco no poder, porém, isso não foi suficiente para que o partido não se tornasse refém nas mãos das próprias frações burguesas.

Avançando em nossa tese, vejamos mais de perto como o PT vai paulatinamente abandonando uma retórica de caráter crítico ao capital, para se converter em um partido essencialmente da ordem capitalista.

2.3. A conciliação e o modo (lulo)petista de governar

Para avançarmos no desenvolvimento de nossa tese e compreendermos a crise do lulo-petismo, esclarecemos que, a nosso ver, esta foi desdobrada dos próprios limites da conciliação de classes levada a cabo pelo PT, e, mais do que isso, asseveramos que sua forma de governo e de direção do bloco no poder entre os anos de 2003 e 2015 não deve ser vista como algo diferente da maneira como o partido se construiu ao longo de sua história. Em nossa tese, defendemos o argumento de que o PT não se modificou substancialmente, a ponto de podermos dividir o partido em antes e depois de chegar à liderança do bloco no poder, mas é justamente o oposto, isto é, o PT só é alçado a essa condição em razão de, ao longo de sua história, ter adquirido uma grande capacidade de criar consensos entre suas bases, que são compostas por frações distintas da classe trabalhadora – o que não significa que sempre tenha tido sucesso –, característica essa que foi fundamental no período lulo-petismo, mas que teve seus limites, como ficou evidente no golpe de 2016.

O argumento que desenvolvemos até aqui está ligado à tentativa de demonstração da composição da base social do PT. Por se tratar de diferentes frações das classes trabalhadoras, é necessário ao partido um mote que seja claro e também que

possua uma grande capacidade de conciliação interna. Esse papel é ocupado por Lula, de longe, o principal conciliador do PT e seu representante de maior expressão. Essa conciliação interna ao partido será levada ao bloco no poder durante o período do lulopetismo.

Para nós, o PT não foi um partido que se modificou abruptamente ao longo de sua história, isto é, ele não nasce como um partido revolucionário e com o tempo foi se convertendo em um partido da ordem, mas sempre se colocou como um partido da ordem social, embora tenha percebido a necessidade de se ajustar, praticamente e retoricamente, para ganhar a confiança das classes e frações burguesas e enfim alçar-se à direção do Estado brasileiro, fato esse que sempre foi o mote do partido. Portanto, do ponto de vista estratégico, não há mudanças, embora o partido tenha passado por modificações táticas.

2.3.1. O início e os anos de 1980

Embora a fundação do PT tenha ocorrido em fevereiro de 1980 no tradicional Colégio Sion na cidade de São Paulo, suas bases foram dadas no ano anterior, quando sindicalistas reunidos em Janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins³⁴, aprovaram a tese proposta pelos metalúrgicos de Santo André, chamando os trabalhadores a se unificarem na construção de um partido, o Partido dos Trabalhadores.

A tese de “Santo André-Lins”, aprovada no referido congresso em Lins-SP, pode ser considerada como a materialização do pontapé inicial para a construção do PT. É a materialização porque, objetivamente, é um documento que não aparece como um raio em um dia ensolarado, mas já é o desdobramento de algum acúmulo político, resultado e resultante da crise do bloco no poder e da própria ditadura militar. Essa crise no bloco no poder leva o processo de transição da ditadura militar para uma ordem

³⁴ Segundo avaliação de Ricardo Antunes (1995), o congresso de Lins também pode ser compreendido como um movimento embrionário do *novo sindicalismo*. Nesse sentido, o congresso marca o início de uma ruptura com a prevalência, até então, da burocracia sindical, do peleguismo e de um sindicalismo oficial.

democrática, uma Nova República. Porém, ainda que caminhassem, a transição e a abertura não significaram, na prática, a substituição da institucionalidade autoritária para uma democrática, mesmo um avanço sistemático de organização da classe trabalhadora (MACIEL, 2004).

A questão aqui não é afirmar que o processo de transição política da ditadura para a democracia é resultado somente da institucionalidade do estado ditatorial³⁵, mas devem ser vistos, o Estado e o bloco no poder, conforme a perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, como resultado e materialização de uma conjuntura específica, e, por isso mesmo, como resultado da relação capital x trabalho e as forças que estes possuem em dado momento. Assim, pelo fato de o Estado ser a manifestação e a materialização da relação capital x trabalho, o bloco no poder vai buscar exercer uma hegemonia de seus interesses sobre as classes sociais opostas que compõem o Estado. No caso ditatorial, a transição se deu, a nosso ver, de maneira lenta e gradual, em razão da manutenção de uma forma específica da dominação burguesa e da dificuldade de criar um consenso no bloco no poder. Com isso, na medida em que o bloco no poder vai perdendo sua capacidade de criar consensos, as forças políticas que estão fora deste campo passam a questioná-lo de maneira mais direta, aprofundando suas contradições. Neste caso, a ditadura militar possui uma dificuldade – ainda que seus mecanismos de repressão estivessem a pleno funcionamento – de manter o aparato ditatorial-repressivo atuando de maneira legítima, e, ao mesmo tempo, essa dificuldade proporciona que outros setores das classes trabalhadoras possam atuar de maneira mais direta, como é o caso do movimento do novo sindicalismo³⁶, que critica a estrutura do sindicalismo oficial, e, portanto, da própria institucionalidade e organização do Estado capitalista.

Isso tudo significa que em meio ao congresso de metalúrgicos realizado em Lins-SP, quando surge e é aprovada a tese de Santo André sobre a necessidade de os trabalhadores se organizarem e criarem um partido político, já existe uma clareza dos limites do sindicalismo de estado e de suas pautas “econômicas”. Assim, para conseguirem se colocar de maneira assertiva na correlação capital x trabalho, os trabalhadores deveriam ter autonomia frente ao sindicato oficial, o que, por sua vez,

³⁵ Esse ponto pode ser visto de maneira mais detalhada e com a acuidade necessária em Maciel (2004).

³⁶ ANTUNES (1995).

demanda a necessidade de uma organização política para disputar o próprio Estado e o “político”.

Na tese é explicitada a necessidade de os trabalhadores reunirem-se e se organizarem em torno de um partido político, para que desta maneira consigam lutar por uma efetiva libertação da exploração (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998)³⁷.

Segundo a carta, com a crise de direção política da ditadura, e, a consequente abertura democrática, o que estava se delineando não era, nem de longe, o fim da exploração do capital sobre o trabalho. Ao contrário, segundo a análise, os ditadores tentariam utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores, o que exigia, portanto, que estes deveriam se articular para buscarem uma saída na qual lutariam por sua independência política. Esta deveria ser expressa na construção do partido, e, por isso mesmo, não caberia esse papel ao MDB.

Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a *necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político*. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 47, grifos nossos)

Nota-se que, na passagem da carta de Lins, já está explicitada a “necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político”, que, na prática, vai se demonstrando como o PT desde seu início buscou como aspecto tático a conquista de espaços no bloco no poder, para que, somente desta maneira, as transformações para a classe trabalhadora pudessem ser efetivadas. Ainda que houvesse uma presença muito grande dos setores socialmente e economicamente explorados, a opção pela via institucional e reformista sempre foi um mote a ser seguido, isto é, a transformação das regras do jogo de dentro do jogo e não por outras vias.

Ainda segundo a tese, “já é hora do trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembleia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a

³⁷ Todas as referências sobre as resoluções de encontros e congressos do PT dentre os anos de 1979 até 1998, foram retiradas da publicação do próprio partido que organizou um material sobre o tema (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

liberdade partidária” (Idem, ibidem). Para alcançar as exigências explícitas na carta, foram propostas: 1) desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal; 2) democratização dos sindicatos pautada pela democracia operária; 3) lançamento de um manifesto chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido, o PT; 4) a exigência de que tal partido fosse apenas de trabalhadores e, obviamente, sem patrões, sendo regido por uma democracia interna que respeitasse a democracia operária e que, por meio de amplos debates, construiria uma linha de atuação; além disso, não deveria ser criado apenas um partido eleitoreiro, que elegeisse representantes nos legislativos, mas que fosse e funcionasse como um partido que organizasse e mobilizasse os trabalhadores nas lutas pelas suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores; e, 5) a proposta de que fosse eleita no congresso de Lins uma comissão para ser encarregada de redigir um manifesto dos trabalhadores brasileiros (Idem).

O quarto item da tese de Lins demonstra, já nas origens do PT, como o partido busca a via eleitoreira como aspecto fundamental de sua atuação estratégica, e, ainda que o partido tem uma perspectiva abstrata de construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Assim, ele não sugere a via revolucionária como forma de superação, mas a participação no jogo, obedecendo a suas regras, o que obviamente não possibilita a superação da relação de exploração oriundas do capital x trabalho.

Desse modo, se o partido em seu nascimento já possui clareza sobre a necessidade de alcançar a direção do bloco no poder, pois desta maneira seria possível realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no aspecto econômico como no social, isso implica dizer que, mesmo em suas origens, o PT sempre esteve disposto a ser um partido conciliador entre as diferentes frações das classes sociais em disputa. Evidentemente, a conciliação tem mais ou menos sucesso quando os rumos econômicos estão propícios, mas, quando há retração da atividade econômica, emerge a velha máxima: “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Ainda que a questão da base social esteja posta e que o PT busque, desde suas origens, construir respostas às demandas a partir de sua base, nessa perspectiva, a transformação efetiva passa pela via institucional do bloco no poder.

Ao fim do encontro de Lins, a comissão foi eleita para redigir a carta de princípios, que foi publicada em 1º de maio do mesmo ano. Esta reforçava a tese de que estava na hora de construir um partido dos trabalhadores e pelos trabalhadores, e que a construção do partido deveria estar subordinada ao seu objetivo maior: estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. Ainda segundo a carta de princípios, o partido repudiaria qualquer elemento da esquerda do período pré-64, visto como populismo, e, por isso, estaria “comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais” (PT, 1998, p. 54).

As concepções demonstradas nos documentos que antecedem a fundação do PT já apontam, portanto, de que maneira o partido foi pensado, isto é, como um instrumento para os trabalhadores empreenderem mudanças para si. Os documentos já do ano seguinte, em 1980, evidenciam ainda mais como o PT se coloca, desde sua origem como um partido de massas, que foi criado pelos trabalhadores como resultado de um desejo de emancipação. Todavia, essa emancipação, num primeiro momento é compreendida como: “extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis [...] direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis” (Idem, p. 66).

Essa concepção petista de luta pela ampliação dos direitos e democratização, cuja finalidade seria uma emancipação dos trabalhadores – ainda que apresentada de maneira abstrata –, é propiciada pela própria democracia política, embora esta possua claros limites de que está inscrita apenas na participação política e não na democratização econômica. Essa questão está presente em um clássico trabalho de Przeworski, para o qual:

A democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços. Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. Ademais, novamente como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e na alocação dos lucros. (PRZEWORSKI, 1989, p. 24).

Podemos, assim, pensar a partir do fragmento proposto por Przeworski, como o PT está, no limite, buscando efetivar uma democracia para cidadãos e não trabalhadores, ou seja, estamos falando de uma espécie de emancipação política e não emancipação humana para se utilizar de uma proposição marxiana.

Segundo a perspectiva de Marx (2009), a emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso, mas não é a última forma da emancipação humana. Isto porque, “toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente, por outro, a cidadão, a pessoa moral” (MARX, 2009, p. 71). Essa concepção de Marx é sustentada pelo autor, por compreender que o Estado se funda objetivamente na relação de exploração e na necessidade de manter a propriedade privada e que, mais do que ligar e estabelecer vinculação do homem com o homem, o Estado sustenta o isolamento do homem relativo ao outro homem.

Esta é a compreensão de liberdade baseada na perspectiva de que “a liberdade de um termina quando começa a do outro”. Nesse caso, qual seria a real liberdade para a classe trabalhadora se organizar em partido político, como é o caso do PT, para de fato empreender uma emancipação, sendo que essa real emancipação dependeria também dos aspectos materiais, os quais, por sua vez, poderiam ferir a liberdade dos capitalistas em explorar e continuar extraindo a mais-valia dos trabalhadores? Essa é uma questão que não se resolve no interior do bloco no poder, uma vez que o que se pode, como foi visto, é reduzir os conflitos e atenuar as contradições, mas nunca superá-las.

Retornando à concepção do PT, no encontro de lançamento do partido no Colégio Sion em fevereiro de 1980, foi aprovado o Manifesto de fundação do partido, o qual retoma algumas questões já apontadas anteriormente. Destacamos, porém, a seguinte passagem, que explicita a forma que irá marcar a atuação do PT ao longo dos anos.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente *quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras*. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que *só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões de seus rumos*. Por isso, *o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para*

realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no ponto de vista econômico quando no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. (PT, 1998, p. 67, grifos nossos).

Desta maneira, ainda que o objetivo do partido seja chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, ele estará limitado à própria materialidade do Estado, que é resultado da luta de classes e, portanto, da correlação capital x trabalho, como já apontamos anteriormente. A partir da compreensão do Estado aqui utilizada, para o PT lograr algum êxito em sua proposta inicial, deveria ser capaz de estabelecer uma conciliação que, além dos interesses das classes trabalhadoras, deveriam estar garantidos os interesses das frações burguesas, uma vez que estes possuem a hegemonia econômica, e, por isso mesmo, estão na direção do próprio Estado.

Assim, ainda que o PT objetivasse e canalizasse em torno de si as vontades desse corpo político que seria a nação, não deveria ser conduzido o bloco no poder somente por um elemento ideológico, uma vez que este diz respeito antes a uma instância jurídico-política do Estado. Além disso, essas complexas relações e imbricações não são tão fáceis de serem reconfiguradas para colocar o Estado, e o que ele representa na relação capital x trabalho (POULANTZAS, 1977), a serviço da classe trabalhadora, como era o desejo petista.

Como já mencionado, essa perspectiva crítica e, em certa medida radical do PT, é chamada de “espírito de Sion” por André Singer (2012) em um importante trabalho que visa compreender o lulismo. Para o autor, o PT em suas origens soube cultivar o terreno aberto pela classe trabalhadora, cumprindo um papel histórico importante que reverberou em uma ampliação de uma dimensão fundamental da igualdade, como está posta na Constituição de 1988.

O processo de construção oficial do partido se deu na medida em que este se colocava como um partido de massas disputando o processo eleitoral para chegar à direção do bloco no poder e enfim efetivar transformações para os trabalhadores. Em certa medida, essa questão já estava posta por Engels em 1891 no texto “Para a crítica do projeto de programa socialdemocrata de 1891”, ao afirmar que: “se algo está assente

é que o nosso Partido e a classe operária só podem chegar à dominação sob a forma da república democrática. Esta é mesmo a forma específica para a ditadura do proletariado, como já a grande Revolução Francesa mostrou” (ENGELS, 1982).

Porém, concordamos e trazemos os questionamentos elaborados por Przeworski (1989, p. 30), para o qual, “os que conduziriam os partidos socialistas a batalhas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser ‘vencidas em seu próprio jogo’”? Mais do que isso, esse compromisso entre um partido de trabalhadores e os capitalistas no bloco no poder, enfrentaria a questão crucial e central do capitalismo que é a propriedade privada? A resposta nos parece tautológica.

Retornando ao PT, a participação no pleito eleitoral dos anos posteriores à sua fundação parece delinear de maneira fundamental o partido. Isto porque, segundo avaliação de Brandão, “o partido sairia do plano de ações das reivindicações localizadas, vinculadas aos movimentos sociais, para se apresentar como partido para a sociedade e ser votado como tal” (BRANDÃO, 2003, p. 62).

Foi no segundo encontro nacional do PT em 1982 que ficou estabelecida a participação do PT no pleito eleitoral, cujo principal elemento de campanha seria uma “campanha de luta, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores” (PT, 1998, p. 119). Adiante, na carta eleitoral aprovada e resultada do mesmo encontro, afirmavam que, com o aumento das contradições nos grupos dominantes, seria o momento para que os trabalhadores representassem

uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de dúvidas e incertezas. [...] Desta vez, contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. E, o PT dará garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha sobre as transformações que interessam aos trabalhadores. (Idem, p. 129-130).

Nesse sentido, as eleições de 1982, segundo a mesma carta, seriam um teste para verificar se o PT era mesmo capaz de assumir os compromissos de representar e defender os interesses dos trabalhadores, para que, assim, fossem eleitos candidatos afinados com as propostas políticas que correspondessem aos anseios da melhoria de vida da classe trabalhadora.

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode *concorrer para a mudança da estrutura de poder se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas fundamentais*, que se desenrolam delas. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. *Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular*. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais. (Idem, p. 130, grifos nossos).

Assim sendo, o pleito eleitoral era um aspecto importante para o PT, tanto para se testar eleitoralmente, quanto para aferir a aceitação popular de suas propostas. Na eleição o PT conseguiu eleger 8 deputados federais, sendo 1 em Minas Gerais, 1 no Rio de Janeiro e 6 em São Paulo, e 13 deputados estaduais, sendo 1 no Acre, 1 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro e 9 em São Paulo. Assim, conseguiu eleger 1,67% dos cargos federais e 1,37% dos estaduais. Entendemos que, mesmo com um baixo número de eleitos, ficou próximo de partidos históricos como PDT e PTB, mas não foi satisfatório aos olhos do próprio partido, conforme sugerido no 3º encontro nacional em 1983. O pleito eleitoral teve resultados importantes, a nosso ver, sobretudo se considerarmos a inexperiência e a falta de recursos e de tradição.

Ainda que numericamente não tenha sido satisfatório, segundo avaliação interna realizada em 1983, apontava-se para uma direção importante ao PT, isto é, o partido estaria se consolidando nacionalmente e estaria saindo de um relativo isolamento em que seus adversários tentavam colocá-lo (PT, 1998, p. 142). Assim, na resolução aprovada no 3º Encontro Nacional, o PT reafirmou sua disposição estratégica de almejar a direção do bloco no poder, buscando consolidar o partido como um partido de massas, conforme proposto pela tendência interna liderada por Lula.

Esse encontro, a nosso ver, é importante, pois começa a demonstrar como Lula desponta como principal liderança, uma vez que as tendências internas do partido que foram lideradas por ele sempre conseguiam estabelecer a tese-guia do partido, e exercer a hegemonia interna. Em nossa tese, compreender o lulo-petismo é também entender o papel que Lula possui na condução do partido.

Assim, ainda segundo a resolução do 3º Encontro, as teses organizativas apontavam para a importância de consolidar o PT como partido de massas, formando núcleos de base em cada parte do país, formando militantes para as lutas de massa, e, portanto, eleitorais. Desta maneira seria possível organizar a atuação parlamentar do PT, compreendendo que “o parlamento deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados [...] de grupos de pressão do poder econômico e político dominante.” (PT, 1998, p. 146). Assim sendo,

as bancadas parlamentares devem estabelecer, em conjunto com os demais órgãos do PT, planos de ação e de organização das atividades de seus membros, de maneira a conjugar as três funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT (Idem, p. 147).

Ainda que o PT tivesse uma perspectiva na qual o elemento parlamentar deveria ser pensado como aspecto de contribuição na disputa dos interesses das classes populares e trabalhadoras, progressivamente, na medida em que o partido foi acumulando forças, o aspecto eleitoral converteu-se no principal mote a ser buscado, sobretudo em fins da década de 1980 quando assistimos uma escalada global do neoliberalismo. A própria resolução do 3º Encontro Nacional reafirma o vínculo estreito entre objetivo estratégico e a tática de luta cotidiana, uma vez que, segundo o documento, o poder deveria ser tomado e construído a partir das bases da sociedade, movimentos populares, sindicatos e outras formas de organização dos explorados, para que, dessa maneira, esse poder somado com uma política de crescimento, de acúmulo de forças e de construção parlamentar, incidisse na construção de alternativa popular (Idem).

A “alternativa democrática e popular” aparece no Encontro Nacional Extraordinário em 1985, vinculado à tática de transição lenta e gradual da ditadura militar. Todavia, foi nos congressos seguintes que a questão estratégica apareceu de maneira mais aprofundada. Ainda que não estejamos fazendo uma profunda análise do contexto político e econômico brasileiro vinculado diretamente ao desenvolvimento do PT, isso não significa que este tenha menor importância, pelo contrário. Devemos ter

claro que a década de 1980 foi de extrema instabilidade econômica e política, proporcionando as condições para que o PT se desenvolvesse.

Os congressos subsequentes, Nacional Extraordinário, 4º e 5º, foram, a nosso ver, fundamentais para o delineamento eleitoral do partido. Isto porque, foi nesses três congressos que se definiram de maneira mais substancial, as estratégias de chegada ao poder como condição para efetivar transformações em prol da classe trabalhadora, lançando assim o conceito de Alternativa Democrática e Popular.

No encontro extraordinário de 1985, o que se observava a partir dos documentos, era a necessidade da construção da alternativa democrática e popular em detrimento do regime de transição conservadora representada pelo pacto social que sucederia o ditador Figueiredo. Assim, segundo a análise desenvolvida, a democratização não ocorreria mesmo com a abertura e liberalização do regime ditatorial. Assim, o PT deveria concentrar sua força nas lutas de massas, apoiando as lutas sociais, para que pudesse chegar à pauta da constituinte.

Já no 4º encontro, as questões estratégicas foram tratadas de maneira mais extensa, porém, a principal questão, a nosso ver, se deu com o plano de ação política e organizativa do PT no período de 86-88, compreendendo assim que o PT teria uma papel estratégico na fundamentação e criação de condições para a construção de uma sociedade “socialista”. Com isso, o partido teria tarefas como conscientizar a classe trabalhadora em seus diversos matizes, que vão desde pautas mais imediatas contra o arrocho salarial e liberdade organizativa sindical até um novo modo de vida, baseado numa visão crítica e humanista, resultada de um ideal libertário e socialista.

Desta maneira, visando alcançar sua estratégia, o percurso deveria ser via acúmulo de forças e ampliação do espaço democrático, conduzindo para caminhos que possibilitem realmente a construção de outra sociedade. Assim, embora continue apontando para uma linha de atuação parlamentar e outra de bases, a efetivação da resolução não deveria vir acompanhada de alianças estratégicas com a burguesia, incidindo na candidatura à presidência de Lula em 1988.

O programa democrático-popular que se seguiu à alternativa democrática e popular lançada em 1984 chegou à maturidade no 5º encontro em 1987, cujas linhas

principais eram: Diretas-Já, Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa. Estas traziam em si maiores liberdades civis e organizativas para os trabalhadores, apontando ainda para o objetivo estratégico socialista, que deveria ser constituído pelos trabalhadores como classe hegemônica e dominante no poder do Estado. Isso configura, portanto, a maneira como o partido compreende que a liderança do bloco no poder deveria realizar e efetivar a transição, porém, ignora que o Estado é justamente a materialização da correlação capital x trabalho.

O lançamento da candidatura de Lula para as eleições de 1989, realizado no 6º congresso, evidencia como a questão tática se tornou preponderante sobre as questões estratégicas. É evidente que a primeira campanha presidencial em 30 anos jogaria lenha na fogueira tática, fazendo com que a tarefa fundamental estivesse concentrada na busca da eleição de Lula. Ainda segundo a resolução, caso eleito, Lula deveria realizar não um governo conformista, disposto a gerir a crise do capital, mas que conduzisse às mudanças desejadas pela classe trabalhadora.

Em certa medida, era compreendido que a candidatura de Lula demonstraria uma posição de independência de classe defendida pelo PT, oferecendo aos trabalhadores maior consciência e organicidade política numa fase de acúmulo de forças.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um *putsch* da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. PT, 1998, p. 402).

Conforme explicitado na resolução do 6º encontro de 1989, o PT queria derrotar a burguesia em seu próprio campo e em seu próprio jogo, como se o Estado fosse, realmente, um mero aparelho a ser utilizado por quem está na direção do bloco do poder e não como a materialização da disputa política e econômica. Em certa medida, podemos pensar e compreender que o PT assume a ideologia das classes burguesas como se fossem suas, em um momento onde a própria forma de dominação da burguesia já se encontrava em declínio.

A derrota de Lula nas eleições de 1989 inaugurou um novo momento na forma de fazer política do PT, uma vez que o partido não saiu desmoralizado com a derrota, que, pelo contrário consolidou Lula como o principal líder da oposição até o ano de 2002. Todavia, não devemos negligenciar que a vitória de Collor marca uma nova conjuntura distinta daquela observada desde fins da ditadura militar.

Nesse momento cabe uma rápida síntese da conjuntura política e econômica, para demonstrar como a perspectiva estratégica do PT vai se configurando cada vez mais na defesa de chegar ao bloco no poder.

2.3.2. Breve balanço político e econômico dos anos de 1980

Há uma série de fatores que devem ser levados em consideração quando se busca analisar os anos de 1980 no Brasil, pois a conjuntura ficou marcada, do ponto de vista econômico, por uma grande instabilidade, denominada de “década perdida”. Já no plano político, pode ser vista como uma “década ganha”, ao mesmo tempo em que, internacionalmente, há um movimento mais amplo de reestruturação produtiva e expansão do neoliberalismo e retração de uma perspectiva revolucionária e socialista em razão do fim do “socialismo real” soviético. Entendemos que, com esses fatores, a visão estratégica e tática do PT se consolida na necessidade de buscar a direção do bloco no poder como única alternativa viável para os trabalhadores.

No Brasil, na segunda metade dos anos 70, assistiu-se a um último esforço das políticas desenvolvimentistas, quando se buscou oferecer uma resposta nacional à crise que se alastrava no centro capitalista a partir do primeiro Choque do Petróleo de 1973. A principal ação de resposta brasileira foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e tinha como objetivo consolidar uma economia moderna por meio da criação de novos setores tecnológicos, ajustando-se às novas realidades econômicas (CASTRO; SOUZA, 1985). Isso significa que, enquanto os países desenvolvidos passaram por um período de estagflação e ajustes estruturais, o Brasil tentou estender o ciclo econômico

iniciado no “milagre brasileiro”, esgotado em 1973, por meio do impulso econômico do II PND elaborado em 1974 (CARNEIRO, 2002).

Se a década de 70 evidenciou um último suspiro das políticas desenvolvimentistas, os anos 80 foram caracterizados, segundo Carneiro (2002), pela crise da dívida dos países periféricos e, no Brasil, pela transferência de recursos para o exterior, cujo resultado foi a crescente desorganização da economia, incluindo a hiperinflação. De maneira complementar, Filgueiras (2003) apontou que o cenário econômico dos anos 80 explicitou a crise do modelo de Substituição de Importação, na medida em que avançou para os países periféricos a crise da dívida externa, enquanto que os países centrais passavam por ajustes que compreendiam, entre outras coisas, a reestruturação produtiva, cujos fatores principais consistiam na introdução de tecnologias informatizadas (nanotecnologia) e na adoção de práticas toyotistas. Além disso, dois outros fatores de suma importância estavam se aprofundando: a mundialização do capital dava seus sinais mais explícitos e o neoliberalismo espalhava-se, criando condições para se tornar hegemônico.

A particular situação brasileira ao longo da década de 80 – como na grande maioria dos países da periferia capitalista – representada pela “crise da dívida”, implicou profundos problemas econômicos desdobrados de uma deterioração global que colocou fim ao fluxo de capitais que já vinham minguando ao longo da década de 70, oriundos dos países centrais, que também passavam por problemas econômicos. Isso significou, no caso brasileiro, que as diversas crises econômicas se somavam em torno de uma só, pois, além da crise da dívida e ruptura do financiamento externo, houve restrição cambial e baixíssimo crescimento econômico, desequilíbrio no setor público, crise monetária e, sobretudo, hiperinflação, sendo esse fator um dos mais sensíveis para a classe trabalhadora, uma vez que com os arrochos salariais que vinham desde a ditadura militar e com a hiperinflação, o poder de compra minguava cada vez mais (CARNEIRO, 2002).

Assim, ao longo da década de 1980, por evidenciar uma grave crise econômica, principalmente pela sensibilidade com relação às mudanças nas conjunturas internacionais, os governos adotaram medidas defensivas na concessão de novos créditos. Porém, essas medidas impactavam de maneira dura a classe trabalhadora.

Nesse contexto, de soma de arrocho salarial com hiperinflação, o PT levantava pautas que, se conseguidas, teriam tido efeitos imediatos na vida cotidiana dos trabalhadores – por exemplo, jornada semanal de 40 horas e campanhas salariais –, e isso, a nosso ver, servia como um elemento aglutinador para o partido. Basta lembrar, ainda, que em 1985 houve inúmeras greves ocorrendo país afora, com aproximadamente 6 milhões de trabalhadores grevistas, quando a CUT passou a ocupar papel de destaque na luta sindical, aliada, evidentemente, ao PT, cuja principal reivindicação era a campanha salarial.

Segundo a avaliação do economista Luiz Filgueiras (2003), frente a esse novo cenário de grave crise econômica, o Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a desempenhar um papel de defesa explícita e intransigente dos interesses do capital financeiro internacional, impondo aos países como o Brasil, acordos político-econômicos extremamente rígidos que possibilitavam o reembolso dos empréstimos realizados.

Os acordos firmados entre o FMI e os países devedores implicaram uma série de condicionalidades duríssimas para estes últimos, expressas nas famosas cartas de intenções e que foram materializadas em um conjunto de metas referentes às taxas de inflação, déficit público, exportações, e importações, taxas de juros e de câmbio etc. (FILGUEIRAS, 2003, p. 73).

As cartas de intenção, mencionadas por Filgueiras (2003), apontavam para as seguintes direções: 1) disciplina fiscal, visando a aumentar os superávits primários, limitando os gastos; 2) racionalização dos gastos públicos; 3) reforma tributária, que buscava uma maior arrecadação; 4) liberalização financeira; 5) reforma cambial, adequação do câmbio às necessidades do comércio internacional; 6) abertura comercial; 7) supressão de restrição ao investimento estrangeiro direto; 8) privatização; 9) desregulamentação; 10) respeito à propriedade intelectual. É evidente que tais medidas tinham como objetivos reestabelecer o padrão de acúmulo das burguesias capitalistas que vinham tendo problemas de acúmulos com a crise estrutural que se arrastava desde a década de 1970.

Assim, a receita recomendada pelo FMI para “solucionar” o problema econômico da periferia, conhecido como ajustes monetários do balanço e do pagamento, baseado na redução da demanda interna, principalmente os gastos dos governos, gerava

redução da atividade econômica, visando, em última instância, a gerar *superávits* nas balanças comerciais dos países periféricos e assim estancar a necessidade do financiamento externo (FILGUEIRAS, 2003). Porém, o resultado dessa política sobre o Brasil foi um aprofundamento ainda maior da crise econômica, marcada pela “estagflação”; em outras palavras, o “remédio quase mata o paciente”.

A adoção dessas políticas recessivas, inspiradas ou impostas pelo FMI, acabou levando as economias dos países periféricos a girar em torno do pagamento das dívidas externas, do combate à inflação e da crise fiscal do Estado, e o emprego dessas políticas recessivas, segundo avaliação de Corsi (2003), se baseou em corte dos gastos públicos, arrocho salarial, corte no crédito, aperto monetário, desvalorização da moeda, agravando a crise que buscava combater.

A política econômica adotada pelo governo, cujo objetivo era imunizar o capital monopolista dos efeitos mais perversos da crise, acirrou a disputa entre o setor público e o setor privado pelo excedente econômico. Desta maneira, a contradição entre o governo militar e o bloco no poder ampliou-se, e a estratégia de recomposição deu resultados diferentes de uma transição sem grandes conflitos. Assim, duas alternativas surgiram no seio da burguesia interna: a adoção de um modelo neoliberal ou a ampliação do desenvolvimentismo (MACIEL, 2004).

Nesse sentido, a opção adotada pelas frações da burguesia interna iria gerar impactos sobre as classes trabalhadoras, contribuindo para insuflar ou não a fogueira da luta política. Não é possível argumentar que a burguesia interna, de maneira hegemônica, tendia mais para o modelo neoliberal ou desenvolvimentista, mas, suas frações aproximavam-se em maior ou menor grau de um dos lados, segundo as possibilidades de maiores ganhos.

Em um estudo realizado por Cruz (1988), pode ser visto, por exemplo, como a FIESP, FIERJ e CNI, em 1980 começam a adentrar numa recusa do receituário ortodoxo como forma de enfrentar a crise econômica, mas aceitaram, sem grandes ressalvas, as políticas recessivas de Delfim Neto. Nesse caso, a aliança desenvolvimentista apresentada por Cruz (1988) organizava-se em torno de uma agenda que buscava “modernizar” o capitalismo brasileiro, mantendo-o em dia com a revolução

tecnológica em curso e ampliando sua base social através da incorporação de amplas parcelas das classes trabalhadoras ao mercado consumidor de bens e serviços.

Essa posição adotada por uma fração da burguesia interna, articulada com intelectuais e economistas, formou certa coalizão desenvolvimentista que, ao buscar a direção do bloco no poder, deveria compensar as demais frações da burguesia, bem como as das classes trabalhadoras (CRUZ, 1988).

Porém, é evidente que ainda há uma pressão neoliberalizante por outro lado, sobretudo em razão das crises econômicas internacionais no mercado de crédito como, por exemplo, a de 1982 no México. Segundo a avaliação de Carneiro (2002), a estratégia básica adotada pelos bancos e capital financeiro internacional foi reduzir os graus de exposições dos fundos em relação às aplicações nos países da América Latina, e isso, no caso brasileiro, foi progressivamente menor a partir de 1984. Por isso, ao longo dessa década, com a transferência de recursos reais para o exterior visando a gerar superávit, ao mesmo tempo em que houve deterioração das finanças públicas, assistiu-se a um aumento do endividamento de curto prazo. Assim, mesmo com medidas restritivas houve um aumento das taxas de inflação, e, na ânsia de enfrentar o problema do aumento da instabilidade o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, abrindo caminho, a partir de 1985, à hiperinflação, o que jogava ainda mais lenha na fogueira política.

As políticas econômicas que passavam a ditar o discurso internacional geraram no bloco no poder brasileiro uma situação complexa, uma vez que a burguesia interna era historicamente dependente do Estado³⁸, sendo que as retrações dos gastos públicos para atender às pressões internacionais também implicariam perdas significativas para uma parcela da burguesia. Assim, com essa relação de dependência ontológica da burguesia frente ao Estado brasileiro, aliada ao influxo de capitais e à mudança de estratégia do padrão de desenvolvimento, levou-se a disputas no bloco no poder, que, somadas às pressões e participações políticas, permitiram ao Brasil ingressar no “mundo neoliberal” com certo atraso.

³⁸“Historicamente a burguesia brasileira, desde o surgimento do Estado nacional demandaria, assim como organizou o aparelho de Estado, de forma autocrática, oscilando entre a forma política bonapartista e autocrática institucionalizada. Essa tradição autocrática da burguesia brasileira aparece como determinação de sua base material, isto é, *como produto pela qual o capitalismo se objetivou no Brasil*” (MAZZEO, 1999, p. 118)

Mesmo com a década de 80 sendo considerada “a década perdida”, como já apontado anteriormente, no campo político podemos chamá-la de “década ganha”, o que, em certa medida, postergou e adiou um pouco mais a implantação do neoliberalismo no Brasil. Essa “década ganha” é marcada pelo fim da ditadura militar, com volta das eleições diretas para a Presidência da República, e a ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais.

Essa nova fase de movimentação política que marca o fim dos anos 70 tem um peso importante, segundo Mazzeo (1999), para a derrubada da forma-Estado militar bonapartista, fazendo enaltecer o aspecto qualitativo do novo proletariado, pois, à medida que passa a reivindicar e questionar sobre o arrocho salarial que marca todo o período anterior, a luta operária acaba questionando a superexploração do trabalho.

Isto significa que, além da crítica objetiva à ditadura militar-bonapartista, as movimentações operárias ainda criticavam a própria esquerda que vinha de um vanguardismo oriundo do enfrentamento armado contra a ditadura, mas que efetivamente estava distanciada do movimento operário-popular (MAZZEO, 1999).

Com a “distensão política” do governo, frações das classes subalternas, passaram a se articular, dentre as correntes mais reacionárias até as mais libertárias³⁹. Mediante a espontaneidade do movimento grevista, seus desdobramentos redundam, por exemplo, na fundação do Partido dos Trabalhadores. Além disso, outro fator que encheu de ânimo as frações subalternas no país foi a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita⁴⁰, que conseguiu aglutinar em torno de si, inclusive, frações opostas (ARAÚJO, 2007).

Por fim, conforme foi mencionado anteriormente, outro fator animador no contexto político da década de 80, foi a campanha pelas diretas-já. Essa campanha constitui um movimento “suprapartidário que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidente da

³⁹ A título de exemplo, são inúmeros grupos que se articulam, o próprio MDB já compunha seus quadros de forma muito diversificada desde as correntes “chaguistas” (mais reacionárias) até frações do PCB que estavam dentro do MDB. Além disso, é nesse contexto que surge o PT.

⁴⁰ O que acabou sendo uma faca de dois gumes, pois na medida em que anistiava os perseguidos políticos, também anistiava os torturadores.

República” (DELGADO, 2007, p. 414). Os partidos oficiais que participavam eram PMDB, PT, PDT, PCB e PCdoB, além de inúmeros órgãos da “sociedade civil”, tais como UNE, OAB, CUT, entre outros.

Assim, pode-se concluir que a crise da *forma-Estado* bonapartista trouxe consigo a necessidade de recomposição do bloco no poder, reorganizando o bloco burguês hegemônico (MAZZEO, 1999), mas que pela própria composição, tiveram as frações burguesas de oferecer concessões às classes subalternas, fato esse que refletiu na Constituição de 88.

2.4. O modo petista de governar: transformismo ou o mesmo partido?

Se o PT dos anos de 1980 possui alguma retórica de caráter socialista, que, a nosso ver, está mais vinculada a uma tentativa de dar uma unidade interna ou de construir alguma conciliação interna com as diferentes frações que o compunham inicialmente, na prática, o partido, de uma forma geral, apostava suas fichas nas mudanças via parlamento, via eleições. Essa linha de argumentação está presente a todo o momento, por exemplo, nas falas de Lula.

Assim, para nós, os anos que se seguem e o modo petista de governar, por exemplo, são manifestações de sua própria origem; não compreendemos que o partido se transforma taticamente. Essa é razão de termos nos debruçado sobre a história do partido, buscando ir às origens e investigando como ele se construiu, para sustentar o argumento do PT como um partido que desde seu início tem uma particularidade sob a qual foi possível, com a eleição de Lula em 2002, construir a forma de conciliação do que chamamos aqui de lulo-petismo.

Ao longo dos anos, muitas obras petistas foram lançadas pela editora Perseu Abramo⁴¹ a respeito do “modo petista de governar”. Em 1997, a editora lançou a obra “Desafios do governo local: o modo petista de governar”, subtítulo que nos inspirou a

⁴¹ Editora instituída pelo Diretório Nacional do PT em 1996.

nomear esta seção. Esse livro foi o resultado do Seminário Nacional de Prefeitos e Vices realizado em 1996, entre os dias 13 e 15 de dezembro em Brasília.

Segundo Vicente Trevas (1997), organizador da obra, o seminário procurou compreender os desafios de ser governo para um partido de massa, democrático e socialista, comprometido com a população e buscando transformar as estruturas da sociedade. Nesse sentido, os temas que estavam postos eram: como garantir o financiamento de políticas sociais, como enfrentar a agenda do poder local, sobretudo aquela referente ao desenvolvimento econômico da cidade e como consolidar formas de participação popular no governo. Da mesma maneira, José Dirceu apontou no prefácio da obra:

O modo petista de governar esteve no centro dessa disputa, sinalizando uma alternativa para nossas cidades. Uma alternativa expressa em políticas sociais capazes de enfrentar demandas básicas da saúde, educação, habitação e transporte. *Uma alternativa ao padrão clientelista* e populista de governar, afirmando e viabilizando a participação direta da população no governo da cidade. Orçamento participativo, Conselhos Gestores, controle social são expressões desse caminho alternativo que *ensaiamos desde 1982* nas cidades que governamos (DIRCEU, 1997, p. 11, grifos nossos).

As falas de Dirceu e de Trevas apontam para dois elementos importantes, a nosso ver. Em primeiro lugar, o “modo petista de governar” representa uma alternativa ao modo “tradicional” de governar e, portanto, está vinculado à composição de forças no bloco no poder, o que implica negociar e barganhar com as forças que exercem hegemonia, isto é, as frações burguesas. Ao mesmo tempo, mais explicitamente em Dirceu, a forma de governo petista com conselhos populares e gestores, orçamento participativo, que traz mais participação popular na gestão, aponta que essa estratégia já estava posta desde 1982 e, portanto, não há nenhuma ruptura ou transformismo na forma de compreender a gestão do bloco no poder.

Assim, as supostas mudanças que o PT faz ao se tornar um partido dirigente do bloco no poder em 2002 já estão ensaiadas desde 1982. Tarso Genro (1997), em sua fala no referido Seminário, apontou que o “modo petista de governar” ainda era algo a ser disputado e construído, mas que possuía um elemento fundamental: participação popular. Assim, o que estava sendo criada era uma cultura governamental, que deveria passar pelo crivo e chancela das frações burguesas.

Em outro trecho da obra, durante a fala de César Alvarez (1997), então Secretário de Administração da Prefeitura de Porto Alegre na gestão de Tarso Genro (1993 a 1996), foi lançada por ele a seguinte pergunta: que tipo de Estado queremos? E respondeu: Não queremos nem Estado máximo nem mínimo, queremos um Estado Eficiente. Por isso, deveriam os gestores públicos aprender com técnicas “modernas” de gerenciamento, como o toyotismo⁴².

Essas práticas do “modo petista de governar” já estavam presentes, por exemplo, no 7º Encontro Nacional do PT realizado em 1990, no palácio de convenções do Anhembi em São Paulo. No encontro, o partido adotou a tese guia proposta pela Articulação, corrente lulista, do chamado “socialismo petista”. Na tese, afirmava-se categoricamente que:

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer o Brasil uma democracia digna desse nome. Porque democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, *instrumento de transformação e meta a ser alcançada*. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente ática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [7 Encontro Nacional de 1990], 1998, p. 422, grifos nossos).

No fragmento apresentado, o que é notório a nosso ver, é constatar de que maneira a democracia, na visão petista, é a grande estratégia. E por isso, no modo petista de governar há uma grande busca pelos conselhos gestores e pelo orçamento participativo, pois estas eram maneiras de “democratizar a democracia”. Porém, a nosso ver, na medida em que essas propostas são incorporadas no seio da administração pública e passam a disputar orçamentos, o que fica nítido é a conformação a um modo específico de fazer política que não altera em nada as bases da própria estrutura que mantém as desigualdades sociais, ainda que haja maior participação. Busca-se mudar os jogadores e a forma como eles se colocam em campo, fazendo uma analogia ao futebol, mas não as regras do próprio jogo. Com isso, o jogo político burguês, da democracia representativa ganha ainda mais legitimidade com a participação popular.

⁴² Há uma vasta bibliografia sobre o toyotismo e seus efeitos perversos sobre a classe trabalhadora. Para maiores detalhes consultar o conjunto de obras organizado por Ricardo Antunes, especialmente, *Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil*, publicada pela editora Boitempo.

Contudo, essa forma de democratização, que traz outras perspectivas para ser pensada a gestão da coisa pública, permitiu um avanço em políticas públicas, ainda que esbarre nos limites da própria estrutura burguesa, como é visto, por exemplo, no pós-golpe parlamentar e no desmonte de políticas públicas. “O que se corta em segundos gasta tempo pra vingar”, como diz a música do exímio cantor e compositor Vital Farias, “saga da Amazônia”.

Ainda sobre o encontro de 1990, uma política de alianças foi colocada em discussão e aprovada, defendendo que o PT deveria estabelecer “diretrizes para uma política de alianças nas eleições de 90. A condição de uma política de alianças é o estabelecimento de objetivos comuns, na luta por um governo democrático-popular” (Idem, [7º Encontro Nacional, 1990] p. 458). Com isso, o PT em diferentes níveis e particularidades poderia estabelecer alianças com partidos, não apenas de esquerda, mas também de centro-direita, como é o caso do PSDB no segundo turno das eleições municipais de 1988 e presidenciais de 1990.

Assim, afirmava-se no 7º encontro nacional que “a experiência do 2º turno das eleições presidenciais e o novo papel de Lula e do PT colocam uma grande responsabilidade para a direção nacional do Partido, no sentido de coordenar e acompanhar o processo nos estados” (Idem, *ibidem*). Desta maneira, a nosso ver, o que estava ocorrendo com o PT nos anos de 1990 não era uma mudança de seu espírito, como apontava Singer, mas a efetivação do que sempre buscou ser. Ali, nos anos de 1990 o partido estava aprendendo e ganhando força e confiança para chegar a ser o partido da direção burguesa. Talvez, como demonstrou a história, fossem necessárias ainda maiores provas às frações burguesas do que o PT estava disposto a fazer e até onde iria em sua forma de governo.

No 8º Encontro Nacional do Partido em 1993, o PT parece que já teve alguma experiência sobre a busca de administrar o bloco no poder. Se até esse momento o termo “socialismo” aparecia como um elemento estratégico – talvez mais retórico do que estratégico, dada a diversidade da base que constituiu o PT –, a partir do 8º encontro o termo é abolido e em seu lugar emerge o “governo democrático-popular”. Com ele, o intuito era causar fissuras no bloco no poder ao chegar à direção política e a preocupação não era romper com as frações burguesas, mas colocar algumas pautas de

interesse da classe trabalhadora, que é historicamente apartada das decisões oficiais. Por isso, era tão importante, como vimos no “modo petista de governar”, a participação popular no interior da gestão do bloco no poder.

O nosso projeto de transformação social só será consequentemente se, além do amplo apoio *político-institucional*, for sustentado em forte auto-organização dos setores explorados e oprimidos. Só conquistaremos uma verdadeira democracia substantiva se, ademais das formas representativas, construirmos conselhos populares e instituímos frequentes consultas diretas à população. Porque lutamos *por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existentes* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998 [8º Congresso Nacional, 1993]).

Para nós, o que parece começar a ficar claro na estratégia petista é a maneira como a própria liderança do partido vai percebendo que a mudança retórica é importante, e, mais do que isso, que caberia ao partido, para alcançar seu grande objetivo e chegar à presidência, deixar claro às frações burguesas que o que se buscava era, no máximo, reformas dentro do próprio estado. Esta é a razão de o PT ser um partido reformista, que, mesmo após ter chegado à direção no bloco no poder, não conseguir ir além de um “reformismo fraco”.

Todavia, outra questão para nós surge nesse momento, pois, se o PT busca democratizar e reformar o Estado, e este é a materialização da luta de classes, conforme apresenta Poulantzas, cada reforma pode ser, ao mesmo tempo, uma melhora nas condições objetivas da vida do trabalhador e dos setores populares e um aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação das frações burguesas, silenciando as demandas da classe trabalhadora que agora é supostamente atendida. É certo que o PT nunca pretendeu ser um partido revolucionário, como Lula fez questão de salientar ao longo de biografia, com as entrevistas e discursos já mencionados, mas, ao buscar ser um partido reformista, na prática esvazia a luta política construída no cotidiano, e se o PT queria mais participação popular, na medida em que se embrenha nos corredores da pequena política, distancia-se cada vez mais do que queria, isto é, democratizar a democracia.

Em 1994, no 9º Encontro Nacional, já começa a ficar mais clara internamente a necessidade de o PT ser um partido reformista. É evidente que estávamos às vésperas da eleição pós-impeachment de Collor, e que os líderes do partido afirmavam que era necessário combater os ataques em torno da candidatura de Lula. No documento se lê que o PT deveria ser coerente internamente e externamente, isto é, que o partido, que não é comunista, mas possui quadros comunistas em seu interior, deve ser desmitificado das aproximações cínicas que a imprensa fazia em torno da coligação PT-PCdoB, pois, segundo o documento publicado pelo encontro, a mídia argumentava que Lula era refém do partido, que estava sob o controle de alas radicais.

Porém, nada foi suficiente para vencer as eleições de 1994, vencidas por FHC, que aprofundou ainda mais as medidas neoliberais. A estratégia do PT a partir daí foi, de um lado, reorganizar-se internamente, voltar às bases e interiorizar o partido, e, do outro lado, fazer uma oposição parlamentar denunciando o caráter antinacional das reformas neoliberais de FHC.

Na avaliação de Secco (2015), o PT, após a derrota de 1994, passou por um recuo estratégico e as ações passaram a se configurar muito mais como defensivas do que ofensivas. E, internamente ao PT, a militância se retraiu em razão da burocratização e profissionalização do PT. Assim, grande parte da modificação interna do PT está vinculada a uma série de fatores, como diminuição de greves, afastamento entre sindicatos e representados e esvaziamento das ruas e praças como *locus* de manifestações partidárias ou sindicais. Nos anos de 1990, a última grande campanha de massas militante havia se dado pelo impeachment de Collor.

Chegando às eleições de 1998, o PT queria tirar lições das derrotas de 1988 e 1994. Por isso, no Encontro Extraordinário realizado em São Paulo, entre os dias 23 e 24 de maio, foram deliberadas algumas condições em torno da candidatura de Lula. A carta de campanha iniciava-se com uma análise de conjuntura apresentando os esgotamentos do governo FHC e de suas reformas neoliberais e propunha um governo democrático-popular, gravitando em torno das pautas e lutas populares. A campanha de 1998 já admitia a aliança com o PMDB, desde que este apoiasse a coalizão democrático-popular, devendo haver uma coordenação nacional capaz de dirigir e tomar as principais decisões.

No documento, explicitava-se ainda, que o programa Lula-98 expressaria o essencial do Governo Democrático e Popular, que possuía três eixos fundamentais: o social, buscando enfrentar os problemas da exclusão e desigualdade social. Para isso, propunha uma reforma tributária capaz de gerar poupança para financiar o crescimento, e, por consequência, reduzir as desigualdades. Era a velha receita, crescer para dividir o bolo, e, para tanto, o mote era também criar um programa de renda mínima ao mesmo tempo em que propunha um teto para os gastos com juros da dívida (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998 [Encontro extraordinário, 1998]).

O segundo eixo de atuação proposto pelo documento é o “nacional”, que visava a construir as bases da política externa, para a qual já estava posta uma pauta de privilégio de relações com América Latina e África, fato que viria ser levado a cabo no governo Lula. E, por fim, o terceiro eixo proposto era o democrático, que visava a corrigir as distorções do sistema de representação parlamentar e garantir, por meio de ampliação dos conselhos populares e orçamento participativo, a participação da população nas tomadas de decisões.

Do ponto de vista político e econômico, o que vai ficando mais claro para o PT, a nosso ver, é a necessidade de adquirir a confiança de setores importantes das frações burguesas para que fosse possível chegar à direção do bloco no poder. Porém, o PT ainda trazia em si um estigma de um suposto partido revolucionário de esquerda, muito mais resultado de campanhas midiáticas e de opositores, como por exemplo, de setores religiosos, como veremos nos próximos capítulos, do que por sua prática governamental.

Assim como Brandão (2003) apontou, a proposta do PT de um “socialismo democrático” não logrou nenhum sucesso. Na pesquisa, Brandão defende também que o PT nasceu como um partido que se propunha a alguma ruptura com a lógica capitalista, tendo esse “socialismo democrático” avançado do ponto de vista teórico em algumas frentes, porém, configurou-se mais como utopia do que realidade.

Fato é que os anos 90 também do ponto de vista conjuntural marcaram de maneira importante o país. As medidas econômicas neoliberais adotadas primeiramente por Collor e depois por FHC tiveram uma capacidade de desmobilizar a luta política.

Com as eleições de Collor, as medidas de cunho neoliberal começaram a ser implantadas, porém, é só no governo FHC que essas políticas são aprofundadas. Essas políticas contavam, sobretudo, com o aporte do chamado “Consenso de Washington” que discorria sobre as necessidades do ponto de vista fiscal: redução do gasto do Estado, através de privatização, publicização, reforma tributária, e ampliação da base de tributação, indexação da moeda ao dólar, abertura comercial e financeira.

Com a implantação do Plano Real, há uma mudança significativa na situação econômica brasileira. Longe de permitir uma autonomia do Brasil, ele insere de vez o país na nova ordem internacional de organização do Capital. O fato de o Plano Real conseguir acabar com a inflação, ao indexar a nova moeda ao Dólar e a taxa de câmbios fixos levam parte da “classe média” a ganhar poder de compra, além da enxurrada de produtos importados que invadem o país, refletindo diretamente no desemprego, pois inúmeros postos de trabalho são fechados, reduzindo assim o poder de barganha dos sindicatos e da classe trabalhadora (CORSI, 2003; FILGUEIRAS, 2003).

Essa nova inserção do Brasil na economia mundializada permitiu ao Brasil manter-se na sua “clássica” inserção periférica, mas agora nos fluxos de capitais financeiros. Essa abertura financeira permitiu que em nome da busca pelo superávit na balança de pagamentos, houvesse um maciço programa de privatização, principalmente na desnacionalização do setor bancário, estratégia que coloca mais ainda o país na condição da vulnerabilidade externa. Soma-se a esse processo, a abertura comercial e a reestruturação produtiva que alteram as bases sobre as quais estava assentada a indústria nacional, afetando diretamente sobre a organização dos trabalhadores (ANTUNES, 1995; 2004).

Do ponto de vista político, a década de 90 ficou caracterizada por um refluxo dos movimentos operários e populares. Esse refluxo foi suficiente para permitir o avanço das políticas de ordem neoliberal no Brasil (BOITO JR, 1999; GALVÃO, 2007). E foi nesse sentido que Secco (2015) entendeu que o PT passou pelo *aggiornamento*, isto é, por mudanças que o fez adequar-se à ordem do jogo político, naquilo que o autor periodizou como “oposição parlamentar”.

Esse período nomeado por Secco de oposição parlamentar – embora discordemos de que o PT foi se transformando essencialmente e consideremos que foi se adequando à realidade pragmática para alcançar algo que buscava desde sua origem – nos é útil para perceber como o PT foi se esvaziando, do ponto de vista de militância. E esse fato é um dos elementos que incidiram na fraca resistência ao golpe parlamentar.

Talvez, restasse ao PT para chegar à liderança do bloco no poder uma última cartada. Cartada não, uma carta! A “carta ao povo brasileiro”, que se configurou num grande pacto que demonstrava, explicitamente, que o PT não era um partido revolucionário, mas da ordem burguesa.

Ralph Machado, em obra publicada em 2007, apresentou as bases da política econômica do PT antes e depois da Carta ao Povo Brasileiro. Na visão do autor, o PT passou de 1979 a 1994 por um período de “moderação crescente” por três razões principais: ocorrência de um processo de organização formal de sindicatos, movimentos sociais e do próprio PT, resultando numa profissionalização do partido; rápido crescimento das responsabilidades administrativas do partido, implicando um realismo político; e derrocada do “socialismo real”.

Assim, para Machado (2007), esses fatores políticos reforçaram uma tendência presente na elaboração dos programas econômicos do partido, que era a da adoção de um modelo mais moderado, principalmente pela necessidade de ampliar a base eleitoral do partido. Ou seja, a própria estratégia adotada pelo PT de chegar à direção política do bloco no poder faz com que ele necessite ir tornando seu discurso e plataforma político-econômica mais moderados. É como se fosse, a nosso ver, uma forma de ajuste do discurso para alcançar a tática: chegar à presidência.

Oswaldo Amaral (2003), em seu livro, cujo título é bastante sugestivo, *A estrela não é mais vermelha*, defende uma tese semelhante à de Machado: a de que o PT teria se transformado progressivamente, no sentido de ir tornando-se mais moderado para alcançar uma base eleitoral mais ampla, e, assim, os programas de governo apontavam, segundo suas pesquisas, para uma posição de abandono da ênfase em posições ideológicas marcadas, como o socialismo, e para a exaltação da capacidade do partido em resolver problemas concretos da população.

Nesse sentido, apontou Amaral (2003) que o PT, na hora em que vai falar com milhões de brasileiros, não dá para ficar falando se vai ser capitalismo ou socialismo, mas se vai haver sapato, comida, escola etc. Ou seja, na medida em que as estratégias do PT em chegar à presidência se confirmavam internamente como a única opção para alguma transformação da classe trabalhadora, a dimensão retórica deveria se abrandar ainda mais. Com isso, na campanha de Lula-98 não se via mais algo que lembrasse a origem do PT, afinal, quanto mais o partido se profissionalizava e adentrava na competitividade eleitoral, menor era a importância ideológica (AMARAL, 2003).

Para nós, esses elementos não representam uma transformação do partido, como temos argumentando, mas, um ajustamento à realidade da política eleitoral. Essa perspectiva de disputar o pleito eleitoral como a via de transformação sempre esteve clara no PT: eram as estratégias que se modificavam e não a essência partidária para se chegar à direção do bloco no poder. Por isso, era importante nas campanhas demonstrar o “modo petista de governar” para dar alguma credibilidade às frações burguesas e afirmar que Lula e o PT não seriam aquilo que eles temiam, um partido radical e socialista que buscava reverter a ordem social posta.

Assim, a confiança que o PT foi adquirindo em relação às frações burguesas, ao longo dos anos 90, se confirmou com a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual ficava explícito o pacto conciliatório do lulo-petismo. Entendemos, com isso, que os anos de 1990 representaram ao PT uma fase de acúmulo de força para pleitear a administração do bloco no poder, e efetivar uma forma de conciliação de classes, após todas as reformas neoliberais de FHC. Por isso mesmo, levantamos a hipótese na qual a burguesia e suas frações permitiram que o PT assumisse depois das reformas neoliberalizantes para que a classe trabalhadora se mantivesse de alguma forma contida, ou que tivesse alguma pequena contrapartida.

2.5. Os anos 2000 e a carta ao Povo brasileiro

Foi nos anos 2000 que o PT enfim chegou à posição que almejava desde que havia se construído como partido: chegar à presidência. Esse caminho foi longo, desde a criação do partido em 1979-80 até 2002 passaram-se aproximadamente 22 anos. Tempo suficiente para os ajustes neoliberais terem sido realizados sob os governos Collor e FHC, e o caminho estar livre para as frações burguesas aceitarem a forma de conciliação que o lulo-petismo oferecia.

Mas ainda assim eram necessárias algumas garantias oferecidas pelo PT e por Lula. Com isso, a carta ao povo brasileiro seria crucial nesse processo, pois, a nosso ver, demonstraria até onde o lulo-petismo estaria disposto a ir. Porém, além da carta, também há outro documento importante que revela o que estamos argumentando, o “programa de governo 2002: concepções e diretrizes do programa do PT para o Brasil”, tendo sido este aprovado no XII Encontro Nacional em 2002.

Assim, o argumento que desenvolveremos nesta seção está vinculado à maneira como o PT e Lula, configurando-se no lulo-petismo, reafirmam que as frações burguesas podem confiar numa possível eleição de Lula, uma vez que ele manteria todo o receituário neoliberal do período anterior, ainda que fizesse algumas concessões aos mais pobres, como também faz parte do aspecto histórico do partido. Portanto, como já asseveramos, não é um partido revolucionário, longe disso, muito embora também tivesse algum compromisso com “os de baixo”, mesmo que fosse apenas por meio de políticas redistributivas.

O que estamos defendendo é que a prática conciliatória lulo-petista tem suas raízes na complexa origem social do PT e desaguou no “modo petista de governar”. Isso foi crucial para que o PT pudesse adquirir certo *know-how* e a paulatina confiança das frações burguesas para, na década seguinte, se lançar como o grande conciliador e administrador do bloco no poder no Brasil, após certa crise do modelo neoliberal desenvolvido por Collor e FHC.

Por isso mesmo, entendemos que o lulo-petismo, na lógica de administrar os conflitos de classe que se materializavam no interior do bloco no poder, realiza certas medidas com aval das frações burguesas internas (produtiva, construção civil e agrária), e, que essa lógica de administração baseada no “ganha-ganha” foi fundamental

enquanto o cenário econômico caminhava a passos largos. Porém, em momentos de crises econômicas, o “ganha-ganha” não seria mais possível, como o ditado popular aponta, “farinha pouca meu pirão primeiro”, e, por isso, o lulo-petismo seria carta fora do baralho, uma vez que as frações burguesas com quem o PT tinha sua conciliação não estavam mais dispostas a seguir nesse acordo, como demonstraremos no quarto capítulo.

Se havia sinalizações de alguma insatisfação das frações que outrora apoiavam o governo lulo-petista, após as jornadas de junho de 2013 o que estava estremecido rompeu de vez, e, mesmo com toda a crítica popular ao lulo-petismo e ao governo Dilma, o PT ainda se manteve na direção do bloco no poder. Mas, como sabemos, isso se deu por pouco tempo, quando ocorreu o golpe parlamentar, que abriu condições para que outros agentes políticos pleiteassem a condução do bloco no poder e uma nova forma de conciliação de classes.

Dos documentos mencionados, a carta ao povo brasileiro foi a que teve maiores repercussões no meio midiático. Ela foi publicada por diversos jornais como a *Folha*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* etc., sendo crucial às intenções do lulo-petismo. O que, a nosso ver, o lulo-petismo buscava era justamente livrar-se da pecha de um partido revolucionário, mas queria se aproximar de um partido que pacificaria os conflitos sociais. Esta seria, então, a versão “lulinha paz e amor”.

De cara, na carta já fica explícito a que ela veio: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, *pacificar*. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que não temos e a justiça social que tanto almejamos (PT, 2002, grifos nossos)”. Assim, o projeto em torno da candidatura lulo-petista de 2002 representaria um amplo arco de alianças:

lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declararam espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. [...] *Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos momentos, suprapartidária*” (Idem, grifos nossos).

Portanto, o caminho para isso seria “das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, *eficiente* e, ao mesmo

tempo, *mais competitivo internacionalmente*” (Idem). E, mais do que isso, não deve ser esquecido que o vice candidato à presidência na chapa encabeçada por Lula era o empresário e liberal José Alencar.

O caminho para essas medidas, segundo o documento, seria “fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir uma autêntica aliança pelo país, um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. *Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país*” (Idem, grifos nossos). Por isso mesmo, todo o continuísmo (do modelo FHC) que o lulo-petismo estava disposto a fazer deixava o partido com uma margem de manobra política muito pequena no curto prazo.

Os caminhos desenhados pelo lulo-petismo, do ponto de vista econômico, eram, superar a fragilidade das finanças públicas, aumentando e melhorando a qualidade das exportações e promover substituição competitiva de importações no curto prazo. Com isso,

ganha toda sua dimensão política dirigida a valorizar o *agronegócio* e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicos devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. (Idem)

O que ficava claro na intenção da conciliação lulo-petista era: podemos, sim, garantir os interesses das frações burguesas, do agronegócio, das frações produtivas, da construção civil, e, ao mesmo tempo, melhorar a condição de vida do pobre, ampliar a agricultura familiar, melhorar o salário mínimo, gerar mais empregos e, com isso, seria possível expandir o crédito para o aumento do consumo interno.

Assim, afirmava-se na carta, que essas medidas de caráter mais próximo de um “desenvolvimentismo” ou um “reformismo fraco”, não seriam realizadas de maneira irresponsável, mas, ao contrário, o lulo-petismo estava disposto a manter o tripé macroeconômico que configurava os princípios básicos do neoliberalismo posto em FHC, o combate à inflação, o superávit primário e o câmbio flutuante.

Aqui o lulo-petismo lança a base para uma conciliação com as diversas frações burguesas, num grande esforço, conjugando uma espécie de “ganha-ganha”, sobretudo

porque ao ampliar o mercado interno, geraria mais empregos, mais renda, maior consumo, ganho salarial, e maior poder de compra para a classe trabalhadora, mesmo que, contraditoriamente, a geração de empregos fosse mais precária⁴³, como é o resultado da subcontratação e da terceirização.

Nesse sentido, o modelo buscado pelo pacto lulo-petista, por um lado, permitiria alguma melhoria das condições de vida e de crédito da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que gerava ganhos vultosos para as frações burguesas internas, como as produtivas, agronegócio e construção civil. Isso ainda puxa, por outro lado, o ganho da burguesia associada ao capital financeiro, uma vez que foi possível aumentar o crédito, que, embora estimulado pelos baixos juros dos bancos públicos, gerou ganhos aos bancos privados. A nosso ver, este é o grande trunfo do limitado pacto lulo-petista, porque na hora em que não fosse mais possível manter o jogo de “ganha-ganha”, as classes trabalhadoras perderiam. E, como ocorreu com o golpe, num único ato, as frações burguesas vilipendiaram anos de conquistas e de ampliação dos direitos, encerrando as reformas neoliberais iniciadas em FHC, ao mesmo tempo em que ainda tiraram da liderança do bloco no poder PT, PSDB, DEM e PMDB, com a eleição do medíocre e ultraliberal, Bolsonaro.

O conjunto de medidas que o lulo-petismo estava disposto a adotar, conforme criticamente apontou Sampaio (2017), teria um impacto simbólico e político de grande profundidade, uma vez que

Num primeiro momento, estigmatizou qualquer possibilidade de reformas estruturais que colocassem em risco a confiança do mercado, legitimando a ordem global. Em seguida, quando o ciclo especulativo internacional impulsionou a expansão da economia brasileira, resgatou o mito do crescimento como solução para as mazelas do povo, reforçando a ideologia do subdesenvolvimento. (SAMPAIO, 2017, p. 9).

Com isso, é possível, segundo Sampaio (2017), dizer sobre uma “herança maldita”, na qual a defesa da estabilidade como um fim em si camufla o caráter

⁴³ Sobre essa temática, consultar a coletânea organizada por Ricardo Antunes, *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, na qual se evidencia um intenso movimento de precarização dos postos de trabalho, a partir da reestruturação produtiva nos anos de 1990, mas que não se alteraram no governo Lula. Outros trabalhos importantes sobre esse processo podem ser visto em Ruy Braga (2012 e 2016). Sobre a terceirização, ver Cunha (2015).

antissocial e antinacional que vinha do plano real, e isso colocava o Brasil numa posição de necessidade externa de financiamento. Assim, o lulo-petismo, imerso nessa herança, deveria demonstrar às frações burguesas associadas (banqueira e financeira), que ele não estaria disposto, nem politicamente e nem ideologicamente, a mexer nesses pilares.

Retornando aos documentos, além da carta, dois outros documentos explicitam ou dão mais detalhes dessa forma de conciliação lulo-petista. No documento “concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil”, a tese do projeto conciliatório lulo-petista gravita em torno de um programa nacional popular democrático.

O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e, portanto muito mais que um regime político – o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e, internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território do seus próprios países; por isso, a questão social é inseparável da questão nacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b)

A nosso ver, de maneira distinta, mas não oposta, o programa de governo, por ter sido algo construído no encontro nacional do PT, traz ainda alguns elementos mais críticos do que o exposto pela carta assinada por Lula. Se há uma dimensão de outra forma de desenvolvimento que visava alguma ruptura com o modelo neoliberal, exteriormente, na visão de Lula, não havia essa possibilidade. É uma mudança gradual, uma transição lenta, sem romper com a confiança das frações burguesas. A nosso ver, essa distância entre a perspectiva lulista (vitoriosa) e a do PT submete o partido a Lula, o que reforça, por sua vez, a ideia do lulo-petismo. Chegar à liderança do bloco no poder, como o PT almejava desde a década de 1980, só poderia ocorrer com Lula, buscando garantir toda confiança necessária, mudando, inclusive para o “lulinha paz e amor”.

Esta, no entanto, não era a única distância entre o partido e Lula, uma vez que o lulo-petismo buscava manter o pacto neoliberal que vinha sendo construído desde

Collor e também queria permitir que o bloco no poder fosse mais democrático. O PT, mesmo sem ser um partido revolucionário, longe disso, tinha ainda pretensões verdadeiras de democratizar as tomadas de decisões, tendo em vista que esta é a forma de ser do partido: negociar com todos que fosse possível para que todos ganhassem.

Esse argumento que apontamos também foi identificado por Marcos Nobre na obra *Imobilismo em movimento*, publicada em 2013. Para o autor, “o governo Lula procurou combinar uma tática de produzir ‘credibilidade perante os mercados’ com uma pretensão de mudar o gerenciamento do sistema político herdado do período anterior.” (NOBRE, 2013, p. 101).

Na visão de Nobre, não havia alternativa viável para a esquerda que não fosse o próprio governo Lula, consolidando essa posição no segundo mandato. Essa alternativa ocorreu, ainda segundo Nobre, por cooptação aberta de organizações e sindicatos, mas não como uma mera cooptação, mas, como êxito da aliança lulo-petista em convencer uma parcela organizada da esquerda brasileira de que essa era a única forma de conseguir algum avanço, dentro do bloco no poder.

o ritmo e a velocidade das transformações que [o lulo-petismo] estava imprimindo eram os limites máximos dentro das correlações de força vigentes. A barganha proposta pela aliança lulista era mais ou menos a seguinte: não sendo possível uma radical reforma do sistema político, troquemos um pacto com o pemedebismo por avanços na diminuição das desigualdades, de renda e reconhecimento social. (NOBRE, 2013, p. 102)

Concordamos com a linha de argumento de Nobre na medida em que, para nós, o PT, ao liderar o bloco no poder depois de uma longa espera, com uma típica paciência cristã, não iria correr o risco de perder a mão da conciliação e garantir algum benefício às camadas mais pobres, além de proporcionar alguma melhoria da condição de vida para a classe trabalhadora, mesmo que o custo fosse a precarização do trabalho e a continuidade do modelo neoliberal (ainda que em velocidade mais baixa, graças ao fluxo de capital chinês).

Por isso, se o lulo-petismo quisesse alguma condição de governabilidade do bloco no poder, seria inevitável fazer uma aliança com as frações burguesas e barganhar com o fiel da balança do bloco no poder brasileiro, o fisiologista PMDB. A

característica da “governabilidade” lulo-petista dependeria da capacidade de negociação e diálogo com o “centrão”, pois este era a grande trava de qualquer transformação do bloco no poder (NOBRE 2013). Com isso, o lulo-petismo teve de estabelecer uma aliança com o pemedebismo, principalmente após o episódio do mensalão, e, assim, construir uma maioria parlamentar.

Em entrevista, Lula (2018) aponta justamente para a dimensão de que, ao fim das eleições, o partido que ganhasse o executivo deveria olhar para o legislativo e ver quantas cadeiras havia conquistado, pois, sabe o líder do bloco no poder, que qualquer decisão importante na Câmara precisa de, no mínimo, 247 votos. E qual a resposta de Lula? Negociar, pois “se não tiver, vai ter que buscar. E vai buscar, normalmente, em quem não votou nele. Isso se chama negociação. [...] Você negocia. É assim. Se não for assim, você não governa” (LULA da SILVA, In: JINKINGS, 2018, p. 86-87).

Para Nobre (2013), mesmo diante de todas as travas do pemedebismo com as quais o PT teve de lidar, houve um modelo social mais democrático, tanto na forma de exercício do governo quanto no combate às formas de desigualdades, o que o autor denomina “social-desenvolvimentismo”.

Essa perspectiva também foi adotada pelo petista Juarez Guimarães (2007), segundo o qual a ideia da democratização do Estado por meio do modo petista de governar seria uma tentativa de costurar uma nova forma de gestão do bloco no poder por meio da democracia participativa e o orçamento participativo. Porém, as medidas que tivessem uma capacidade de transformar o Estado brasileiro por dentro só seriam efetivadas por meio de uma criativa capacidade de oferecer respostas às suas próprias demandas e costurar um novo arranjo político.

O grande problema no argumento de Guimarães (2007), a nosso ver, está exatamente na perspectiva do lulo-petismo, isto é, Lula é negociador e não revolucionário. Lula é conciliador. E essa sua característica foi fundamental para que o lulo-petismo fosse efetivado, garantindo, assim, os interesses de uma fração burguesa que estava alijada no governo FHC.

Armando Boito Jr, com grande rigor teórico, demonstrou como há um rearranjo das frações burguesas no interior do bloco no poder no período lulo-petista.

Assim, o projeto político-econômico desenvolvido pelo pacto lulo-petista representaria o projeto neodesenvolvimentista, isto é, um desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico (BOITO JR, 2012). Na perspectiva de Boito Jr (2012), esse modelo possuía duas características básicas: a primeira são os modestos índices de crescimento econômico, que estava limitado pela acumulação financeira, resultada da rolagem da dívida pública e dos juros elevados; a segunda característica é a aceitação de uma especialização regressiva, que está vinculada, muito mais, ao mercado exportador.

Com isso, a conciliação lulo-petista seria aceita pelas frações burguesas, não como o resultado de que um governo Lula fosse o melhor governo para segurar o movimento operário e popular, mas porque havia uma disputa no bloco no poder, e a burguesia compradora, aliada e subalterna do capital financeiro, buscava voltar ao poder após o primeiro mandato de Lula. Com isso, essa burguesia interna teve de aceitar e integrar uma frente com o lulo-petismo.

Boito Jr (2012) chama a atenção, por exemplo, para o fato de que o pacto lulo-petista dependia do apoio da burguesia interna, e vice-versa, embora esta não fosse uma dimensão pacífica e natural, mas uma relação que é em si desajustada, uma vez que é a correlação capital x trabalho. Porém, Lula e FIESP estavam dispostos a dar as mãos no modelo conciliatório lulo-petista: a FIESP ao criticar os industriais que consideravam ser o excesso de gastos do Estado um grande problema, ao passo que o governo implantaria políticas econômicas, como o “Minha casa, minha vida”, ao mesmo tempo em que não desencadearia um amplo processo de regulamentação do mercado de trabalho. Por isso, conclui Boito Jr (2012), a relação entre governo e burguesia interna é uma relação de representação política reconhecida de parte a parte. O governo lulo-petista encamparia as propostas dos industriais em troca do apoio político das frações burguesas.

É importante destacar ainda que, para Boito Jr, a burguesia interna não é um bloco homogêneo, mas há diferenças nos interesses da burguesia rural, industrial e bancária, pois todas dependem de proteção do Estado frente ao capital estrangeiro. Os interesses parecem ser divergentes: a burguesia agroindustrial quer subsídios à exportação, a bancária quer o controle administrativo do Estado sobre a entrada de

capital estrangeiro no setor e a grande indústria quer proteção para seus produtos no mercado interno. A solução oferecida pelo lulo-petismo consistiu na política de juros do Banco Central. Por meio dela, o governo Lula expandiu o orçamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), multiplicando os programas de crédito subsidiado para a grande indústria e para o agronegócio, ao mesmo tempo em que tinha de manter algum benefício à sua base de sustentação, a classe trabalhadora e a parcela pobre e miserável da população brasileira. Para o segundo grupo a solução seria mais simples, um programa direto de transferência de renda, como o Bolsa Família, que injetava dinheiro corrente nas pequenas localidades, garantindo um fluxo de capital, e, para a classe trabalhadora, assistiu-se a uma política de valorização do salário mínimo (essa, realizada a conta gosto das frações burguesas, mas era o preço a ser pago).

Assim, o governo lulo-petista buscou realizar manobras para contornar as contradições das frações burguesas, o que garantiu mais alguns anos de sobrevivência, até as contradições estourarem novamente, agora, sobre o colo de Dilma. Assim não houve, segundo Boito Jr (2018), uma luta de classes, mas um conflito de classes, para o qual foi necessário um reequilíbrio das forças das frações burguesas no interior do bloco no poder. Por isso, houve uma disputa entre as frações internas e associadas no interior do bloco no poder.

A saída para a crise foi dada, provisoriamente por Temer, na medida em que buscava convergir os interesses de ambas, efetivando uma reforma trabalhista, ao mesmo tempo em que congelava os gastos públicos e levava a cabo medidas de caráter ainda mais liberalizantes, como veremos no quarto capítulo.

2.6. Lulo-petismo e a bancada evangélica: uma aproximação

Por fim, queremos ainda trazer um elemento que, a nosso ver, é importante para compreender a relação do lulo-petismo com as camadas populares. Foi durante o período lulo-petista que se buscou um leque de ampla aliança, não apenas na costura com as frações burguesas, mas também no sentido de se aproximar de setores que lhe eram críticos, como é o caso dos setores neopentecostais.

André Singer (2012), ao analisar o lulismo, apontou de maneira rápida e superficial, um aspecto que, para nós, é bastante significativo. Na visão de Singer, a mudança da alma de Sion para Anhembi efetivaria uma mudança no campo político de alianças, como a chapa entre Lula e o liberal José Alencar, do Partido Liberal (PL), que, ao mesmo tempo, costurou uma aliança com frações burguesas e também criou canais com setores religiosos. Afinal, o PL havia em 2006 se fundido com o direitista PRONA e criado o PR.

Essa disposição pragmática em estabelecer alianças com setores que historicamente eram hostis ao PT, como é o caso de setores religiosos, permitiu, a nosso ver, uma entrada e uma consolidação da bancada evangélica no interior do bloco no poder. Se nos anos de 1980 as igrejas neopentecostais, especialmente, a IURD execrava a esquerda e o PT, comparando Lula a Satanás, essa perspectiva começa a se modificar após a eleição de 2002. Afinal, para os interesses estratégicos dos líderes evangélicos, não seria interessante a ruptura com o governo federal, pois, no limite, ele é quem autoriza ou não as concessões de rádio e televisão.

Essa relação entre esquerda e a bancada evangélica historicamente se deu de maneira complexa, uma vez que existem barreiras tradicionais que impedem uma aproximação. Apenas a título de exemplo, há setores da esquerda que defendem pautas como direitos reprodutivos das mulheres, as quais ferem o princípio do direito à vida como dom dado por Deus. É algo para o qual nunca vai haver conciliação, mesmo entre os membros da bancada evangélica que se aliam ideologicamente à esquerda, como é o caso de Benedita Silva (PT-RJ), contrária a pautas que ferem os princípios morais da religião.

A tese de doutorado defendida por Saula Baptista em 2007 evidencia que a IURD, antes de conseguir criar um partido próprio, o PRB, havia filiado parte de seus membros no PL, partido do vice de Lula. Essa estratégia, na visão de Baptista (2007), criou uma forma de parceria oculta entre o PT e o PL, que contribuiu para a eleição de Lula em 2002, e, na esteira aberta pela IURD, o PSC, de grande base da Assembleia de Deus, também buscou costurar um apoio em torno da candidatura de Lula em 2002.

Nas próprias eleições de 2002, Lula buscou apoio nos setores evangélicos recebendo aval de lideranças de vários segmentos de igrejas evangélicas, após Serra ter assegurado o apoio da Igreja do Evangelho Quadrangular. O apoio de lideranças evangélicas em torno da candidatura de Lula ocorreu após um encontro em uma churrascaria no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 900 pessoas. Ali, Lula recebeu o apoio de diversos representantes de igrejas evangélicas, incluindo Metodista, Batista, Sara Nossa Terra e IURD, assim como recebeu pastores da Assembleia de Deus, que oficialmente declarou apoio a Serra, após a Convenção Nacional das Assembleias de Deus (ORO, 2003).

Segundo reportagem publicada em 2002⁴⁴, durante o encontro de Lula com representantes das igrejas, o líder petista fez um discurso recheado de imagens bíblicas, cuja intenção era mostrar a seus interlocutores que não possuía nada de ‘demoníaco’. Para Lula, era necessário rechaçar a política do medo, pois “a gente não tem que ter medo, a gente tem que votar com consciência, porque se a gente permitir que prevaleça a teoria do medo, a gente vai voltar milhares de anos atrás, quando Herodes, por medo do novo, queria matar todas as crianças à procura de Jesus Cristo”.

Assim, Lula ainda afirmou que “você nunca, na história da igreja evangélica, foram chamados à responsabilidade e a participar da construção desse país como eu vou chamar”. Foi nesse sentido que Pastor Everaldo – um importante membro evangélico, candidato a presidente nas eleições de 2014 –, à época vice de Garotinho nas eleições, disse ser necessário dar um voto de confiança na administração e no governo petista.

Em entrevista ao jornal *El País Brasil*, o pesquisador da USP Ricardo Mariano, afirmou que os evangélicos avançaram politicamente durante os governos lulo-petista, Segundo Mariano (2014), foram os constantes acenos de Lula e Dilma, que prometiam aos evangélicos o aumento de parcerias com o Estado em troca de apoio parlamentar e votos. Um dos campos privilegiados nessa ação, segundo Mariano, se deu no campo da saúde, na medida em que houve muitos espaços e subsídios públicos para clínicas de

⁴⁴ CRISTINA, Fátima. Lula ganha apoio de pastores evangélicos no rio. **Reuters**. Publicado em 17 de outubro de 2002. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/17/ult27u27501.jhtm>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

recuperação de pessoas em situação de drogadição, legitimando, com isso, a ação política das igrejas evangélicas.

O problema dessa relação é que a verba pública é utilizada para fins religiosos. Afinal, nessas clínicas adota-se o discurso religioso em detrimento do discurso técnico produzido, por exemplo, pelo campo da Psicologia, o que, na visão de Mariano (2014), seria um atentado à laicidade do Estado.

Nesse sentido, a posição da IURD não era estática politicamente, uma vez que ela havia passado de opositora de Lula para sua aliada estratégica (BAPTISTA, 2007). Essa postura credenciou a IURD como uma aliada política do PT até as eleições de Dilma, rompendo com esse pacto após 2014. A nosso ver, essa perspectiva pragmática da IURD não é efetivada sem grandes contradições internas, pois, mesmo com o apoio institucional, havia membros eleitos graças à força da IURD que eram contrários à aliança, e isso se vincula mais aos interesses materiais da igreja, os quais, são fundamentais para o que interesses morais sejam efetivados.

Um exemplo do que estamos argumentando aparece numa fala do então senador e Ministro da Pesca do governo Dilma, Marcelo Crivella (PRB-RJ). Para Crivella, durante um encontro da Convenção Nacional da Assembleias de Deus em São Paulo, que contou com aproximadamente 3 mil pastores, o senador e ministro afirmou que os pastores deveriam aplaudir o governo do PT, pois as políticas públicas do lulopetismo eram voltadas aos mais pobres, e isso se reverteria para a própria igreja como dízimo: “A nossa presidenta e o presidente Lula fizeram a gente crescer porque apoiaram os pobres. E o que nos sustentam são os dízimos e ofertas de pessoas simples e humildes”⁴⁵.

Com isso, continuou Crivella:

⁴⁵ ARAGÃO, Jarbas. “Governo PT ajuda os pobres, que dão mais dízimo”, defende Crivella. **GospelPrime**. Publicado em: 22 de março de 2013. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/pt-pobres-dizimo-marcelo-crivella-iur/>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

A presidenta Dilma disse: não vamos mais explorar o povo. E quando sobra mais dinheiro, o povo evangélico não é o povo que vai para a boutique pra comprar roupa de marca. Sabe o que o povo faz? Ele vai mais na igreja, porque tem condições de pagar o metrô e o trem. Ele dá mais oferta, mais dízimo, faz mais caridade. Então nós temos que aplaudir a presidenta Dilma. (CRIVELLA In: ARAGÃO, 2013).

A fala de Crivella explicita um elemento importante e que deve ser levado em consideração nesse momento: a conciliação lulo-petista é tão bem feita que consegue trazer não só empresários liberais para compor com o governo, mas também traz para perto um setor que não se orienta “racionalmente” por meio uma lógica apenas econômica, mas, sobretudo, moral, que é o caso de setores evangélicos. A aliança com os evangélicos demonstra a habilidade que o PT, e especialmente Lula, possuem para construir amplo arco de alianças, ao mesmo tempo em que evidencia que os setores neopentecostais também estão atentos aos arranjos políticos no bloco no poder.

Nesse momento, o que estava pesando mais era uma dimensão pragmática, isto é, a bancada evangélica ganhava alguma posição de destaque e maior importância no governo Lula, mas, a partir de 2014, com as constantes denúncias midiáticas, eles desembarcam do governo para conseguirem caminhar com suas próprias pernas.

Leandro Alonso, em livro publicado em 2012, demonstrou exatamente como se deu a relação do messianismo evangélico nas eleições de 2012. Para o autor, os evangélicos contemporâneos vão corroborando cada vez mais a ascensão do voto religioso no Brasil, e, num ambiente de convergências e divergências, começa a emergir uma espécie de messianismo político evangélico. Mesmo permanecendo no espectro da direita política, o movimento messiânico evangélico, a IURD se aproximou estrategicamente de Dilma, apoiando-a oficialmente.

Essa relação começa a estremecer a partir de 2014 e se agrava em meio ao processo do golpe parlamentar. Se na década anterior houve uma aproximação como apontamos, a partir de 2014 há um distanciamento. É importante ainda notar que 2014 foi o primeiro pleito presidencial no qual apareceu uma candidatura confessional evangélica ao cargo de presidente: foi com o mesmo Pastor Everaldo do PSC, que no segundo turno apoiou Aécio Neves, mas já havia apoiado Dilma em 2010, surpreendendo inclusive correligionários, pois o partido à época estava inclinado a apoiar o PSDB (CUNHA; LOPES; LUI, 2017).

Um dos elementos que configuraram a ruptura com o pacto lulo-petista reside já no período pós-eleições de 2010. Segundo Pastor Everaldo, a ruptura com o PT ocorreu no primeiro ano do governo Dilma em razão de insatisfações e de um suposto aparelhamento do Estado por parte de Dilma. Na visão do Pastor, conforme demonstraram Cunha, Lopes e Lui (2017), o aparelhamento havia se dado quando Dilma passou a escolher apenas membros do PT para compor o governo, o que seria, a seu ver, um modo de aparelhar o Estado para assumir o poder, sendo o resultado de uma “teoria gramscista”, pois o que o PT desejava era implantar um regime socialista, cubano ou venezuelano.

Assim, esse processo de ruptura das bases evangélicas, que havia se iniciado já no governo Dilma, aprofundou-se, a nosso ver, em 2013 – quando a presidenta sofre um rebaixamento do índice de confiança social e, em 2014-2015, após a apertada eleição e durante o processo do golpe parlamentar. Esse processo foi crucial para que todos os que se aproximavam do PT em razão de sua força política, se distanciassem para se manterem vivos, politicamente. Para um partido fisiologista, apoiar o PT em plena crise poderia ter sérias implicações futuras.

3. Neopentecostais e a política no Brasil: as bases de uma nova conciliação de classes

O longo percurso apresentado no capítulo anterior abordou os limites e a incapacidade da conciliação de classes lulo-petista em oferecer respostas políticas⁴⁶ e econômicas⁴⁷ às classes trabalhadoras, resultada de crises desdobradas da correlação capital x trabalho na conjuntura que passou a se evidenciar, principalmente, após 2013. Agora, adentramos de maneira mais específica em como a bancada evangélica se constituiu como força política, analisando sua participação na crise do lulo-petismo e o papel que ela busca ocupar no interior do bloco no poder. Por isso, buscamos, ao longo deste capítulo, desenvolver nossa hipótese, na qual a bancada evangélica, com a crise do lulo-petismo, busca configurar uma nova forma da conciliação de classes, aliando-se às frações burguesas, cujas contrapartidas são as pautas moralizantes.

Assim, conforme nossas pesquisas apontaram, há uma afinidade eletiva entre as frações burguesas e a bancada evangélica, na qual ambos os grupos políticos se aproximam com interesses mútuos: as frações burguesas, que, unidas em torno do golpe e do governo Temer, necessitam de alguma força política com capilaridade nas classes populares, ao passo que a bancada evangélica precisa de algum apoio das frações burguesas para levar adiante suas pautas morais. Assim, há o Deus mercado que se associa com o Deus moral, numa espécie de afinidade eletiva com vistas a combater o inimigo demoníaco, a esquerda e o que ela representa.

Nesse sentido, para sustentar o argumento apresentado, entendemos que o limite da conciliação representa-se pelo golpe parlamentar de 2016 e que a própria característica histórica do PT fez com que o partido não oferecesse alternativas para além da quais apresentou, pois, como foi visto, a compreensão estratégica que se

⁴⁶ Insatisfação popular (junho de 2013); crise de representatividade (ICS); desgaste midiático; perda de representatividade no parlamento (eleições de 2014 e 18) e derrotas consideráveis nas eleições municipais (2016)

⁴⁷ Incapacidade de oferecer respostas concretas que melhorassem a vida das classes trabalhadoras, perdendo com isso grande base de apoio (idas e vindas das políticas econômicas do período Dilma).

construiu no partido defendia que as mudanças em prol das classes trabalhadoras e populares só poderiam se dar dentro da ordem e, portanto, na direção do bloco no poder. Todavia, isso implicava a necessidade do apoio das frações burguesas que, após 2014, de maneira mais explícita e direta, não estavam mais dispostas a “pagarem o pato”⁴⁸ e apoiar o pacto lulo-petista.

Em nosso entendimento, essa era a contradição fundamental que levou à derrocada do lulo-petismo, uma vez que este não mais seria necessário às frações burguesas internas, em virtude da necessidade dessas frações em aprovar reformas que lhes permitiriam maiores ganhos, como a reforma trabalhista, por exemplo. Nesse sentido, seria necessário às frações burguesas algum agente político que pudesse encampar suas reformas, mas que tivesse uma capilaridade nas próprias classes trabalhadoras. Conforme argumentamos com esta pesquisa, esse papel passou a ser efetivado pela bancada evangélica com todo o alinhamento “antiesquerdista” e com práticas moralizantes, que, nesse momento, caíam como luva aos interesses imediatos das frações burguesas.

Assim sendo, para compreendermos como a fração neopentecostal se tornou aliada política para as frações burguesas, cujo objetivo era realizar uma conciliação ainda mais conservadora em um contexto de crise política e econômica em troca de suas pautas moralizantes, devem ser retomados os aspectos históricos que permitiram à bancada evangélica tornar-se uma fração importante no interior do bloco no poder.

3.1. Imbricações teóricas e metodológicas entre religião e política

Analisar a imbricação entre política e religião nem sempre é das tarefas mais fáceis, sobretudo quando olhamos sob a perspectiva das contradições entre capital x trabalho, nas quais tradicionalmente não se observa a questão religiosa, mas a questão da luta de classes. Porém, isso não significa que não haja importantes estudos que

⁴⁸ Alusão ao “pato amarelo” instalado pela FIESP na frente de sua sede na Avenida Paulista em São Paulo-SP

analisam tal processo, ainda que de uma orientação teórico-metodológica weberiana e, portanto, diferente de nossa linha.

Entendemos que a questão religiosa, embora distinta da dimensão política e econômica, não deve ser compreendida como um aspecto completamente isolado destes campos. O próprio Max Weber (s.d.) reconhece que o modo de vida determinado religiosamente é, em si, profundamente influenciado pelos fatores políticos e econômicos, operando dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais, embora nenhuma ética econômica tenha sido determinada exclusivamente pela religião (WEBER, s.d.).

Ainda segundo a perspectiva de Weber,

por mais incisivas que as influências sociais, determinadas econômica e politicamente, possam ter sido sobre uma ética religiosa num determinado caso, ela recebe sua marca principalmente das fontes religiosas, e, em primeiro lugar, do conteúdo de sua anunciação e interpretação. (WEBER, s.d., p. 312).

A concepção apresentada por Weber, ainda que distinta teórica e metodologicamente do pensamento de Marx, reflete aspectos semelhantes a este. Para Marx e Engels (2007), a própria organização da vida material, do processo real da produção, possibilita a construção de diferentes formas de consciência, inclusive as religiosas. Assim sendo, segundo os autores, as relações sociais são produtoras desses aspectos e a práxis real é transformadora determinante e ativa das práticas humanas.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual dos homens, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, *da religião, da metafísica de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante*, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-94).

A longa citação de Marx e Engels nos leva justamente para a necessidade e a importância de compreender a questão religiosa vinculada aos aspectos políticos e econômicos. Ainda que conte com autonomia relativa, essa relação deve ser compreendida como resultada e resultantes de interesses materiais, ou seja, “se pretender falar de uma essência da religião, isto é, de uma base material dessa inessencialidade, deve procurar [...] no mundo material, que encontra em cada estágio do desenvolvimento religioso” (IDEM, p. 162).

Assim sendo, sob a perspectiva apresentada por Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã* (2007), devemos entender a religião como um elemento ideológico, ou seja, como resultado de uma produção de ideias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais. Essa linha de argumentação é sustentada por um importante pesquisador do campo marxiano e que se debruça sobre a questão religiosa, Michael Löwy (2006).

Segundo Löwy (2006), após *A Ideologia Alemã*, Marx pouco de debruçou sobre a questão religiosa e nessa obra o fazia como desdobramento das relações sociais. Porém, embora não apresentando de maneira sistemática, há algumas conexões entre protestantismo e capitalismo, sobretudo, n’*O Capital*, quando aponta para a relação entre ambos como uma das formas de acumulação primitiva do capital, ao estimular a expropriação de propriedades da Igreja Católica. Todavia, é importante salientar que a análise de Löwy (2006) sugere que Marx se refere repetidamente ao capitalismo como uma religião da vida diária.

Para outras perspectivas que se debruçam sobre a Sociologia da Religião que não são necessariamente de autores marxistas, existem referências importantes nesse mesmo sentido, como é o caso de Cândido Camargo em um importante trabalho sobre a relação entre Igreja e Desenvolvimento, publicado em 1971. A tese defendida pelo autor é a de que, ao observar um processo de modernização, sobretudo o urbano, o que notava no caso brasileiro era como as religiões ofereciam um instrumental ideológico e condições psíquicas e psicológicas necessárias aos sujeitos trabalhadores para enfrentarem as contradições do processo de modernização.

Para Camargo (1971), as ideologias religiosas são fatores integrantes e fundamentais no processo de transformação social modernizante, porque, na medida em

que a religião é internalizada, oferece modalidades de orientações de vida pessoal, principalmente para um contingente populacional que não é formalmente absorvido e está à margem da modernização, uma espécie de “*lumpen-proletariado*”, que tem os sentidos de suas vidas delimitados e impregnados dos valores necessários e adequados ao desenvolvimento capitalista.

Em trabalho clássico da Sociologia da Religião, o pesquisador Richard Dickinson (1970) aponta que as igrejas podem empreender, cinco tipos de ação em relação ao desenvolvimento: 1) influência espiritual, intelectual e moral sobre os indivíduos; 2) ação organizada através de *lobbies* ou organizações políticas; 3) aplicação, em seu modo de vida e nas suas organizações, de um protótipo experimental dos tipos de princípios e de relação que devem funcionar em larga escala na sociedade; 4) patrocínio de trabalhos de programas e serviços; e, 5) contribuição para a revisão e o aperfeiçoamento contínuos da filosofia do desenvolvimento e da sociedade, no plano nacional e internacional.

Devemos destacar, na argumentação apresentada por Dickinson (1970), que os pontos 2 e 3 são fundamentais para nossas pretensões nessa tese, uma vez que frações evangélicas buscam levar a cabo a direção do bloco no poder, empreendendo uma conciliação específica, visando a generalizar e universalizar premissas típicas dos setores neopentecostais, como é o caso a compreensão do trabalho como dimensão ascética, para a qual não mais haverá ganhos materiais, mas uma recompensa divina. Portanto, os brasileiros não deveriam pensar em crise, mas trabalhar, pois, assim, a recompensa seria garantida pode Deus⁴⁹.

O que buscamos sustentar até esse momento é que há uma relação empiricamente verificável entre o pensamento religioso e as questões econômicas e, portanto, há também nisso, segundo nossa perspectiva, uma dimensão política. Isto porque, se buscamos com nosso trabalho apontar de que maneira a bancada evangélica postula uma conciliação de classes após a profunda crise lulo-petista, ainda que baseada nas premissas moralizantes e conservadoras, ela deve buscar vincular seus interesses mais imediatos às frações burguesas que estão na ofensiva, pós-governo PT. Nesse sentido, é possível dizer que há uma espécie de *afinidade eletiva*, que possibilitou, na

⁴⁹ Iremos ao longo deste capítulo esmiuçar essa questão.

conjuntura brasileira, a aproximação entre essas frações de modo a buscarem compor a liderança do bloco no poder.

Com isso, ao compreendermos que a dimensão religiosa não se desvincula das condições materiais, não podemos também descolá-la das dimensões políticas e, ao compreendermos a política como uma forma de organização da vida social, o pensamento religioso também busca criar valores práticos para a vida cotidiana das parcelas da população que ingressam em suas fileiras. Portanto, cabe nesse momento analisar em perspectiva histórica a questão neopentecostal com vistas à avaliação da bancada evangélica como representante de frações de classe que buscam levar a cabo uma forma específica de conciliação de classes.

3.2. O neopentecostalismo e a questão política

No vasto campo da Sociologia das religiões, existem pesquisas que se tornaram fundamentais para a compreensão e delimitação do problema neopentecostal. Aqui, daremos destaques aos trabalhos de Paul Freston (1993, 1994 e 2006), Pierucci e Prandi (1996), Ricardo Mariano (2014), Oro (2003), Dantas (2008), Cunha, Lopes e Lui (2017), principalmente em razão da análise e das considerações políticas, ainda que de maneiras breves e/ou insuficientes, a nosso ver, no que diz respeito à não consideração na avaliação política da correlação capital x trabalho.

Na medida em que postulamos nossa hipótese de pesquisa e, durante o seu desenvolvimento, chegamos ao argumento de que a bancada evangélica busca assumir a liderança do bloco no poder e dirigir uma conciliação de classes após crise do modelo lulo-petismo, julgamos e avaliamos necessário compreender que essa bancada não se configura numa totalidade homogênea, seja por questões da representatividade de diferentes interesses das frações trabalhadoras, seja por distinções doutrinárias e teológicas. Nestas, porém, é mais fácil a construção de um consenso, sobretudo, na dimensão moralizante.

É importante destacar que há recentes pesquisas no campo da Sociologia da Religião que identificam o caráter plural e diverso do ponto de vista político dos

neopentecostais. Para o pesquisador e professor Claudio de Oliveira Ribeiro (2019), há um setor evangélico brasileiro que possui um compromisso social, que, embora seja minoria dentro do próprio campo evangélico e neopentecostal, atua de maneira direta vinculando as perspectivas teológicas evangélicas a uma dimensão progressista.

Alguns dos exemplos dessa perspectiva progressista são: “Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito”; “Evangélicas pela igualdade de gênero” e a agência “novos diálogos”. Assim, conclui Ribeiro (2019), embora sejam minoritários do ponto de vista político, esses grupos representam uma riqueza enorme no mundo evangélico, sendo, ainda, uma parcela com pensamento aberto e crítico e uma postura mais sensível ao sofrimento humano. Por isso, em razão do pouco espaço midiático alcançado por esses grupos, as avaliações em geral que são feitas estão vinculadas ao caráter conservador e reacionário dos evangélicos.

A perspectiva adotada por Ribeiro (2019), embora importante, não modifica a natureza de nosso argumento, uma vez que, na medida em que estamos abordando a dimensão da bancada evangélica e investigando como esta busca uma nova forma de conciliação de classes, ela o faz pela via conservadora e não progressista. Se não podemos dizer que os evangélicos são conservadores, a sua posição política concreta que é marcada na via institucional no bloco do poder é, conforme apontaram nossas pesquisas, uma força conservadora e reacionária. Por isso, ao adotarmos a categoria “bancada evangélica”, estamos nos referindo ao grupo conservador constituído por evangélicos e neopentecostais que possuem uma perspectiva política à direita e que se associam às frações burguesas.

A imbricação entre religião e política não é nova, conforme vimos de maneira incipiente na introdução deste capítulo. Porém, é com a criação das Igrejas Neopentecostais que o elemento político ganha uma nova estatura e isso se vincula à própria forma como se construíram as igrejas neopentecostais, tendo nas figuras como o autointitulado Bispo, Edir Macedo e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), as principais referências, que, sem sombra de dúvidas, são os divisores de água para a imbricação política que deságua nesta tese.

O sociólogo Paul Freston, em trabalho publicado em 1994, apresentou uma breve história do pentecostalismo brasileiro, destacando o que denominou de “três

ondas” do movimento. A primeira delas consistiu no momento de “formação” de um campo neopentecostal, datado da década de 1910, com a chegada quase que simultânea da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (AD), em 1911. A onda posterior remete aos anos de 1950/60, com a criação das igrejas, como Quadrangular (1951), Deus é Amor (1962) e, por fim, a terceira onda, para nós a mais importante, iniciada em fins da década de 1970 e início de 1980, com o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), de 1977, e Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), de 1980.

Segundo Freston (1994), esse tipo de diferenciação permitiu compreender as marcas que cada igreja carrega da época em que foi criada. A primeira onda é o momento da origem mundial e da expansão do pentecostalismo para todos os continentes. A segunda onda está vinculada, no caso brasileiro, ao processo de modernização e urbanização e, internacionalmente, ao pós II Guerra e à expansão de missões para a América Latina. Já a terceira onda começa durante a ditadura civil e militar, principalmente na área de comunicações, quando a urbanização já atinge grande parte da população brasileira, o “milagre” está exaurido e a “década perdida” econômica começava. Inicialmente, as igrejas da terceira onda se fixam no Rio de Janeiro em locais economicamente frágeis.

A tipificação das igrejas pentecostais nas três ondas contribui, em nosso entendimento, para a percepção das clivagens e frações de trabalhadores que estão vinculados a essas igrejas. Nesse sentido, Freston (1994) argumenta que a AD é a igreja que mais cultiva um “intelectualismo pequeno-burguês”, ao passar por um processo de ascensão social, bem como busca se distanciar de grupos como a IURD.

Mais do que a dimensão teológica, salta-nos aos olhos a distinção entre as igrejas pentecostais “históricas” e as neopentecostais. Vale ressaltar que, por se tratar de três ondas distintas do pentecostalismo, sendo que em cada uma delas há particularidades próprias e, com a terceira onda inaugurando a “Teologia da Prosperidade” e de participação política direta, concordamos com a distinção apresentada por Mariano (2014). Assim, ao invés de falarmos de pentecostalismo de terceira onda, chamaremos essas igrejas de *neopentecostais*, termo já consolidado na literatura sociológica.

A terceira onda demarca o corte histórico-institucional da formação de uma corrente pentecostal que será aqui designada de *neopentecostal*, [...]. O prefixo *neo* mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do neopentecostalismo. (MARIANO, 2014, p. 33).

Um dos elementos fundamentais da ruptura dos neopentecostais em relação aos pentecostais, segundo Mariano, e que, em nosso caso, é fundamental para o aspecto político, reside na ideia da busca da salvação pelo ascetismo de rejeição ao mundo. Isto significa que, se os pentecostais da primeira e segunda onda estavam preocupados com a relação entre pobreza material e o sofrimento da carne, os neopentecostais invertem essa relação, ou seja, buscam riquezas, buscam um livre gozo do dinheiro, buscam status social e os prazeres deste mundo (MARIANO, 2014).

Este elemento se configura, na perspectiva dos estudiosos do tema, na chamada Teologia da Prosperidade, caracterizada como uma

doutrina que grosso modo, defende que o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo. E, com isso, em vez de rejeitar o mundo, passam a afirmá-lo; Além de possuir uma fé inabalável e de observar as regras bíblicas de como tornar-se herdeiro das bênçãos divinas, o principal sacrifício que Deus exige de seus servos, segundo esta teologia, é de *natureza financeira: ser fiel nos dígitos e dar generosas ofertas com alegria, amor e desprendimento*. (MARIANO, 2014, p. 44, grifos nossos).

O elemento da Teologia da Prosperidade é importante, a nosso ver, pois ela é quem aponta e cria as condições para os neopentecostais participarem da disputa política sem pudor e tendo os elementos moralizantes como plataforma política, o que os levaria, por exemplo, a formar a bancada evangélica. Isto implica argumentar que, na perspectiva teológica, não interessa mais o “reino dos céus”, mas o aqui e agora e, para isso, nada melhor do que ter Cristo no coração como meio infalível de derrotar o Diabo, retribuindo a Deus as graças alcançadas a cada vitória contra o pretense inimigo. Esse segundo elemento, a disputa entre Deus e o Diabo na perspectiva neopentecostal, foi denominado por Mariano (2014), em nosso entendimento de maneira muito precisa, de Teologia do Domínio, uma vez que esse domínio se converte nos elementos políticos, como é visto adiante.

Disto decorre que filiação religiosa e os cultos possuem como finalidade atingir fins terrenos, e é isso que leva à compreensão de por que o Diabo é tão veementemente combatido, ou seja, ele é considerado o exterminador de riquezas, causador de todos os

males (MARIANO, 2014) e, por isso mesmo, a antítese divina que carece ser superada, o que é feito sem culpas, rodeios ou escamoteando interesses. Em razão disso, as mídias, rádios e TVs são fundamentais, uma vez que nelas são apresentados os testemunhos de bênçãos e o principal elemento de divulgação das bênçãos que, supostamente, tornam os crentes bem-sucedidos.

Isso significa, a nosso ver, que, se observarmos do ponto de vista ideológico, a conversão ao neopentecostalismo representaria aos trabalhadores uma possibilidade “real” de melhoria das condições de vida com relativa ascensão social, algo que seria possível como resultado de uma graça divina. Nesse sentido, converter-se às religiões neopentecostais significaria uma nova maneira de acesso ao consumo, no qual o trabalhador não se observa como assalariado, mas como filho e ungido de Deus, responsável direto por seu sucesso.

Todavia, se estamos considerando que a dimensão neopentecostal se torna uma dimensão ideológica e que converter-se representa uma possibilidade de ascensão social, devemos entender isso como um elemento que transcende a esfera religiosa e adentra em outros campos, especialmente o político e o cultural. Se as rádios e os canais de televisão foram, e continuam sendo, um importante veículo de divulgação dos neopentecostais, na contemporaneidade outro campo muito utilizado, principalmente para perspectivas políticas, é a internet e as redes sociais. Em sua pesquisa de doutorado, Rafael Lopez Villasenor apontou como o ciberespaço configurou-se em nova fronteira religiosa e, em virtude da popularização dos espaços virtuais, esse fenômeno também passa a acometer as religiões evangélicas, que começam a atuar também nesse espaço. Porém, na pesquisa de Villasenor (2013), o que foi verificado foi apenas esse campo como espaço teológico e não na particularidade política.

Na relação entre a particularidade política e a rede social ou o ciberespaço, há pesquisas realizadas por Magali da Cunha (2013), a qual analisou o lugar das mídias digitais no caso do Pastor Marco Feliciano. A pesquisadora apontou que as redes sociais passaram a ser um campo explorado pelos neopentecostais, sobretudo em razão da rápida difusão das ideias e mensagens e da visibilidade adquirida por Feliciano em

razão de postagens racistas⁵⁰, homofóbicas e intolerantes. Essas postagens, conforme argumentou Cunha (2013), sofreram uma série de críticas públicas e, justamente a visibilidade dada a elas fez com que Feliciano adentrasse ainda mais como representante de campos conservadores e reacionários que se identificavam na fala do pastor. Além de Feliciano, Cunha (2013) apontou que outro pastor que ganhou grande notoriedade nas mídias sociais foi Silas Malafaia, também com postagens do mesmo cunho de Feliciano, e, assim, também passou a angariar seguidores, exercer influência e construir um imaginário de um inimigo.

Conforme aponta Novaes (2017), esses sujeitos, na medida em que sempre se colocam publicamente fazendo referências bíblicas, levantando, principalmente questões morais, garantem certa visibilidade.

Com isso, concluiu Magali da Cunha (2013), que a forma como Feliciano se colocou nas mídias sociais revelou como os evangélicos e neopentecostais começaram a disputar estes espaços, atuando de maneira articulada com um projeto bem definido: a defesa da família. Assim, seriam seus naturais inimigos aqueles que eram contrários ao projeto de Deus: todos aqueles que defendiam os valores opostos àquilo que eles entendiam como família tradicional. E isso valia inclusive para o PT e seu compromisso com uma agenda de potencialização de políticas públicas voltadas para os direitos humanos e as questões de gênero.

Em realidade, estamos diante de um fenômeno neopentecostal que é complexo, uma vez que não está circunscrito apenas ao “mercado” religioso, mas à construção de uma expressão cultural, de um *ethos* neopentecostal. Essa perspectiva é adotada por Joanildo Burity (2016) e consiste em uma ruptura de um segregacionismo que era presente nas primeiras décadas, quando os evangélicos chegaram ao Brasil. Porém, com a complexificação da sociedade brasileira, argumenta o autor, os evangélicos

⁵⁰ No conjunto de mensagem estavam escritas as seguintes frases: “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis *twitters* rsss”; “Toda nação pagã parecem atraírem desgraças. A bíblia diz: Bendita é a nação cujo Deus é o Senhor! A cura está em Cristo!”; “A maldição q Noé lança sobre seu neto, canaã, respinga sobre continente africano, daí a fome, pestes, doenças, guerras étnicas!”. Essas mensagens foram publicadas em 31 de março de 2011 e optamos por manter a forma como foram escritas. Na segunda declaração via *Twitter* estava escrito: “A podridão dos sentimentos Dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, a rejeição”.

inicialmente e os neopentecostais posteriormente adentram em uma dinâmica social, cultural, econômica e política, criando um novo campo em disputa política na religião evangélica e neopentecostal, vistas agora como religião pública. Assim, o debate público não se desvincula – e nem pode –, da perspectiva religiosa (BURITY, 2016).

Todavia, essas questões, como temos defendido, não implicam e nem ficam circunscritas apenas à dimensão teológica. Na medida em que os evangélicos e neopentecostais adentram na disputa política e passam a pleitear – e ganhar – um campo cada vez maior no bloco no poder, devem, necessariamente, entrar em diálogo com outras forças sociais que compõem o Estado, que é, no limite, a materialização da luta de classes. Por isso, colocam-se em convergência com aquilo que pode oferecer um campo mais limpo para seus propósitos, isto é, um ataque às forças progressistas.

Entendemos que esse elemento é uma espécie de esvaziamento político-ideológico da luta política classista, uma vez que, conforme argumentam Marx e Engels (2007), a religião é um elemento ideológico resultado de uma produção de ideias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais. Nesse sentido, a dimensão religiosa converte-se por meio de sua Teologia da Prosperidade, como uma “luva tanto para a demanda imediatista da resolução ritual de problemas financeiros e de satisfação de desejos de consumo dos fiéis mais pobres” (MARIANO, 2012, p. 149). Essa lógica, segundo Mariano, no neopentecostalismo é inversa ao pentecostalismo clássico.

A Teologia da Prosperidade subverte radicalmente o velho ascetismo pentecostal. Promete prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida. Ademais, segundo ela, a pobreza significa falta de fé, algo que desqualifica qualquer postulante à salvação. *Seus defensores dizem que Jesus veio ao mundo pregar o Evangelho aos pobres justamente para que eles deixassem de ser pobres.* Da mesma forma, Ele veio pregar aos doentes porque desejava curá-los. (MARIANO, 2014, p. 159).

Ainda nesse sentido, é importante o argumento apresentado por outros dois renomados pesquisadores da Sociologia das Religiões, Pierucci e Prandi (1996), ao afirmarem que a religião supre aquilo que o mundo profano não dá. É nesse momento, “quando a racionalidade econômica frustra, a certeza dos propósitos rui, que as alternativas religiosas se mostram como respostas” (PIERUCCI, PRANDI, 1996, p. 17).

Dito de outra maneira, a argumentação apresentada possui como base a proposta apresentada por Max Weber, ao asseverar que “os deuses concedem riquezas ao homem que os agrada, através do sacrifício ou pelo seu comportamento [...]. As seitas protestantes, porém, estabeleceram conscientemente uma ligação entre essa ideia e esse tipo de comportamento religioso” (WEBER, s.d. p. 359). Com isso, a perspectiva defendida pelo sociólogo não está propriamente na doutrina ética de uma religião, mas na sua conduta ética, pelas quais são atribuídas recompensas, isto é, formas de bens de salvação. Isso “ajudou ao nascimento do ‘espírito’ do capitalismo moderno, seu *ethos* específico: o *ethos* das *classes médias burguesas* modernas” (Idem, p. 369).

Não é demais ressaltar que Weber não está olhando propriamente ao mesmo fenômeno que nós, até mesmo porque o neopentecostalismo é algo recente. Ainda assim, ao discorrer sobre a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, o que fica evidente é de que maneira tal imbricação está vinculada a espécies de sacrifícios dos fiéis e recompensas divinas, o que, para nossa pesquisa, se torna crucial no aspecto político.

Em um clássico estudo no campo da psicologia social, Martín-Baró (1998) argumenta que na América Latina a religiosidade assume uma dupla dimensão: vertical, como uma religião transmundana e individualista, aliada aos setores sociais dominantes e simpatizantes dos regimes conservadores, denominada de religião da ordem, e horizontal, intramundana e comunitária, incorporada pelos setores sociais oprimidos e simpatizantes de regimes progressistas, a qual o psicólogo denomina de religião subversiva. Para nossa pesquisa, é mais importante essa primeira religião, a religião da ordem, a qual atribui a Deus a responsabilidade principal de julgar e fazer justiça social.

Assim sendo,

A religião da ordem oferece ao homem uma representação ilusória mediante a qual, por um lado, oferece uma explicação divina de sua situação intramundana, e, por outro, oferece como saída a intervenção de Deus. Ao homem socialmente alienado, o qual, a provação do fruto de seu trabalho também lhe impede de transcender historicamente, a religião lhe oferece também uma transcendência alienadora, já que põe nas mãos de Deus a decisão última de seu destino (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 249, *tradução nossa*)

Entendemos ser importante a reflexão apresentada pelo psicólogo Martín-Baró, uma vez que, ao debruçar-se sobre a religião, o autor nos aponta uma pista importante

sobre a relação de uma transcendência das condições de vida dos indivíduos como resultado de uma decisão divina, que, por sua vez, nos ajuda a compreender como o aspecto político-religioso também está imbuído deste elemento, ou seja, os indivíduos agem politicamente sob um viés religioso e ideológico produzido historicamente e socialmente.

Nesse contexto, a psicologia pode nos oferecer alguma contribuição, não no sentido da imersão da psique humana, que poderia nos levar a um campo subjetivista ou da dimensão do indivíduo isolado, mas no sentido de nos fornecer elementos referenciais com os quais podemos observar alguns aspectos das decisões políticas. Assim, conforme outro estudioso da psique humana do campo marxista, Bernard Doray (1989), “o campo da subjetividade engloba o conjunto dos processos pelos quais o indivíduo, em estreito contato com as estruturas simbólicas da cultura humana, tenta assumir e abrir um acesso à forma genérica de seu ser.” (DORAY, 1989, p. 85).

Bernard Doray (1989) argumenta, ainda, que os aspectos subjetivos, e a ideologia, particularmente, devem ser vistos como conjuntos de processos materiais que pertencem ao domínio da realidade psíquica e contribuem de maneira decisiva para estruturar a forma como os indivíduos, os grupos e as classes se reconhecem como sujeitos de sua existência social. Não obstante, na medida em que um fiel de uma igreja neopentecostal vota no pastor de sua igreja ou em quem ela sugere, o crente se sente representado pelo pastor, mas não se sente representado por um partido político, sendo essa consciência específica o resultado da busca genérica de seu ser, uma vez que está alienado de si e do mundo em razão do trabalho estranhado e alienado.

Assim, se as religiões de modo mais ou menos genérico, permitiam uma passividade no âmbito político, no caso dos neopentecostais há uma novidade no tange à participação política, tendo em vista que o movimento neopentecostal já nasce com uma perspectiva de participação política, como forma de expandir sua própria cosmologia, comprovando as forças de sua fé e de seu Deus. Com isso, o pastor torna-se o representante direto que poderia encaminhar e permitir aos sujeitos outro sentido na vida, uma vez que a dimensão ontológica do trabalho os desumaniza em razão do trabalho alienado.

Em pesquisa realizada por Dantas (2011), a autora aponta que, na perspectiva dos clérigos e pastores, os homens não seriam capazes de orientarem suas vidas em conformidade com a moral, bem como o poder político não estaria habilitado a arbitrar normas relacionadas à ética. Assim, as igrejas evangélicas neopentecostais têm investido na consolidação de estruturas hierárquicas, na racionalização do funcionamento institucional, na burocratização das atividades religiosas, na profissionalização das estratégias políticas e na ampliação da cidadania dos fiéis e, por isso, não mais se encontra a religião reclusa à vida privada, mas passa a circundar espaços públicos.

Assim, segundo Dantas (2011), é nesse contexto de desprivatização do sagrado e penetração na esfera pública que as igrejas evangélicas e neopentecostais passaram a se interessar por política partidária, desenvolvendo estratégias eleitorais e inventando um modo peculiar de fazer política.

Esse aspecto também é observado por Mariano (2014), uma vez que uma das estratégias de inserção social das igrejas neopentecostais é justamente a participação política, lançando inclusive candidaturas próprias – desde 1982 – para expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos.

Essa foi uma visão construída historicamente pelo movimento neopentecostal, principalmente, a partir das bem-sucedidas mobilizações eleitorais de certos ramos do neopentecostalismo conservador de base popular, que passa a se apresentar como via de alternativa à participação política para os membros de suas igrejas e seus líderes (PIERUCCI, 1996b).

Os protestantes (neopentecostais) de pendor fundamentalistas, cuja expansão no Brasil se vem processando há muitas décadas, em ritmo sabidamente veloz, com base em um modelo de proselitismo muito bem-sucedido entre as camadas mais pobres da população brasileira, por todo o território nacional. Sua recente disposição para o ativismo da esfera pública política revelou-se, no palco do Congresso Constituinte, um evento não apenas novo, mas importante, cujo impacto na dinâmica da sociedade brasileira de modo geral, particularmente da vida política do país (PIERUCCI, 1996b, p. 165).

A avaliação de Pierucci nos permite observar um elemento fundamental para nossa tese, a participação neopentecostal na política institucional e na composição do bloco no poder. Essa tendência já tinha sido percebida e descrita tanto por Pierucci

quanto por Mariano, abrindo um campo para inúmeras pesquisas que apontam para a questão do “voto evangélico”. Todavia, mais do que esse elemento de como votam os evangélicos e neopentecostais, o que nos é importante nesse momento é compreender que a bancada evangélica, sobretudo a parte de origem neopentecostal, possui uma visão da política como algo necessário à expansão de sua fé, como uma forma de objetivação de um plano divino para a política.

A atuação política dos neopentecostais dentro do bloco no poder, em nossa avaliação, deve ser compreendida por dois elementos fundamentais, um fator objetivo e outro subjetivo, isto é, o primeiro como os interesses materiais das próprias igrejas e o segundo como um elemento teológico-espiritual. Assim sendo, os neopentecostais, ao adentrarem na disputa política do bloco no poder, intentam expandir seus ideais religiosos partindo da defesa dos interesses concretos, ou seja, há uma relação dialética entre os elementos objetivos e subjetivos.

O primeiro aspecto ligado à esfera objetiva está, a nosso ver, vinculado a dois elementos fundamentais: a) concessões de rádio e TV, e b) imunidade tributária, isto é, isenção de alguns impostos para igrejas e templos religiosos. Esses dois fatores vinculam-se umbilicalmente ao aspecto teológico-espiritual para expansão da fé, pois, com maior publicidade das igrejas, maiores são os números de potenciais fiéis atingidos, ao mesmo tempo em que o não recolhimento de alguns impostos permitiria realocar recursos da própria igreja para a expansão de sua própria doutrina.

Já no diz respeito à dimensão teológica-espiritual, a expansão dos números de fiéis depende, substancialmente, da capacidade de a igreja provar seus “milagres”, isto é, demonstrar como em seu templo, devido a sua fé e a seus esforços, as graças divinas são concedidas. Nesse sentido, a exposição sistemática nos cultos dos milagres alcançados, quase que numa visão espetacularizada, se constitui num elemento retórico importante para a demonstração do poder da igreja. A busca da demonstração do poder da IURD, por exemplo, se expressa na sua base material, conforme aponta Paul Freston.

A IURD tem uma estratégia de expansão diversificada. Está construindo uma relação com a sociedade brasileira que o grupo protestante algum já teve (seja por causa do estrangeirismo, mentalidade sectária ou simples falta de expressão numérica). As vezes essa relação é atribuída a faro empresarial, mas não é só isso. *A Universal tem uma visão de penetração na sociedade, um conceito*

arrojado de missão religiosa. Todo império econômico (e força política) é funcional para a missão religiosa: as televisões (a Record e retransmissoras, e uma participação minoritária na TV Rio), as emissoras de rádio (mais de uma dúzia), o jornal diário (*Hoje em dia*, de Belo Horizonte) e a gráfica para divulgar a mensagem religiosa; uma construtora para erguer os templos; uma fábrica de móveis para mobiliá-los; e um pequeno banco para facilitar as transações financeiras, inclusive para o exterior. Na amplitude de suas atividades, a IURD começa a parecer com a Igreja Católica ou com uma igreja protestante nacional da Europa (FREESTON, 1994, p. 143).

Com isso, a disputa para entrar e consolidar-se no interior do bloco no poder, torna-se condição substancial e necessária para a mediação dos interesses da IURD, isto é, manter as concessões de rádios e TV, ser isenta de impostos, bem como levar ao bloco no poder as pautas moralistas e religiosas, como elemento que escamoteia os interesses objetivos.

Em um importante trabalho publicado pelo antropólogo e pesquisador Ari Oro (2003), a IURD marcou uma nova etapa da participação política das igrejas neopentecostais. Isto porque, para atingir os objetivos políticos e alcançar um sucesso eleitoral, relacionou seu carisma institucional com o uso extensivo e intensivo da mídia, trazendo ao campo político elementos simbólicos do campo religioso e, com esse sucesso, gerou um efeito mimético em outras igrejas, que buscam também alcançar seus interesses políticos.

Isso significa, segundo Oro (2003), que, para os fiéis, votar não constitui apenas um exercício de cidadania, mas também é concebido como um ato que preenche um sentido quase religioso, isto é, tratar-se-ia de um gesto quase que de exorcismo do demônio que se encontra na política, cuja libertação seria realizada pelo “povo de Deus”. É justamente nesta perspectiva que o Bispo Edir Macedo, principal nome do neopentecostalismo brasileiro, aborda a questão política. Macedo e Carlos Oliveira publicaram em 2008 o livro intitulado *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, cuja tese fundamental consiste em compreender que a política se coaduna com o modelo social desenvolvido por Deus. Para isso, o principal objetivo do livro seria esclarecer os cristãos acerca da política a partir do ponto de vista bíblico e técnico, de modo que “todos compreenderão com clareza o grande projeto de poder elaborado por Deus para *Seu povo*” (MACEDO e OLIVEIRA, 2008, p. 10, grifos nossos).

Nota-se na passagem que o suposto plano político de Deus é para *Seu povo* (sic), ou seja, caberia aos fiéis tomarem a dianteira do bloco no poder para fazerem valer os interesses e planejamentos divinos. Com isso, Edir Macedo aponta para aquilo que ele compreende como grande capacidade dos evangélicos em modificar o cenário político, sobretudo, em razão do número de fiéis. Nas palavras do próprio bispo,

Lamentavelmente, esse senso de percepção [do “projeto de Deus”] tem faltado a muitos cristãos, que hoje já somam no Brasil uma população de cerca de 40 milhões de pessoas, que vem crescendo a cada dia. *É um enorme potencial, mas essas pessoas, em sua maioria, encontram-se como um gigante adormecido. Elas precisam despertar ao toque da alvorada; mais do que isso, ouvir o mesmo que Deus falou para Gideão: “Vai nessa tua força”. Em outras palavras: “Emancipem-se!”.* A emancipação começa com o amadurecimento individual, o inconformismo com certas situações, o consenso em um ideal e a mobilização geral. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 20, grifos nossos).

Assim, por um lado, há um grande número de fiéis e evangélicos no Brasil – conforme os dados publicados no último censo realizado pelo IBGE em 2010, o percentual da população evangélica em relação ao realizado em 2000 cresceu 6,8% passando de 15,4% para 22,2%, somando um total 42.275.440⁵¹ pessoas. Desses, 25.370.484 são de origens pentecostais, segundo a definição do instituto, e, mais especificamente, adotando nossa compreensão de neopentecostais, o número reduz-se para aproximadamente 5 milhões de pessoas, das quais, 1.873.243 são da IURD, igreja fundada por Edir Macedo. Por outro lado, é uma tendência dos fiéis serem muito vinculados e “obedientes” aos desígnios da própria igreja, o que, por sua vez, construiria um campo bastante fértil para eleger um grande número de representantes dos neopentecostais.

É por isso que Macedo e Oliveira (2008) postulam que os evangélicos não poderiam mais restringir-se às perspectivas apolíticas, mas que deveriam compreender que, por vivermos em um sistema social em que as decisões referentes à vida cidadã no Brasil se dão por meio da política, e que esta ao dizer respeito a leis gerais, educação, saúde, moradia, impostos, salários e muitas outras coisas, é que os evangélicos

⁵¹ Esse número é considerado o total de evangélicos, ignorando as distinções particulares desse amplo e heterogêneo grupo.

deveriam assumir e entrar de vez na dimensão política para tomarem a dianteira do “Plano de Deus para Seu povo” (sic).

Ao longo do livro, Macedo e Oliveira insistem na potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores, afirmando que eles podem decidir qualquer pleito eletivo, seja no legislativo, seja no executivo, nas esferas municipal, estadual e federal. Por isso, afirmam que “um movimento social organizado com cerca de 40 milhões de pessoas, que são os evangélicos, teria uma força e tanto” (Idem, p. 33). Desta maneira, os evangélicos deveriam adotar estratégias para o êxito na participação política, pois o processo de ascensão ao poder político não se daria como obra do acaso, mas como “um conjunto de ações estratégicas, bem elaboradas e objetivas, que vê o político como produto às ações dos que desejam elegê-lo” (Idem, p. 35).

Por isso, continuam os autores, seria importante destacar que quem participa ou almeja participar da vida pública tem de saber analisar o cenário político para que possa fazer um diagnóstico e, então, planejar o tipo de ação considerada mais eficaz confirme a real necessidade do momento (Idem). O que os autores estão destacando é a capacidade e a necessidade da conciliação de classes internamente ao bloco no poder, pois, embora tenham uma força considerável, os evangélicos não deveriam estar alheios às alianças políticas estratégicas, mesmo considerando Deus como o “libertador”.

A forma de poder considerada mais eficaz e abrangente é o político, que depende de habilidades estratégicas e ideológicas. É preciso saber jogar para conquista-lo e estabelecê-lo. A escolha da bandeira a ser definida e sua forma discursiva de defesa devem ser analisadas como os movimentos de uma partida de xadrez. *Saber comunicar-se de acordo com o contexto é o grande segredo.* (IDEM, p. 48).

A distância entre a publicação de Edir Macedo e a última eleição foi de exatos 10 anos e, nesta conjuntura, parece que algumas questões modificaram-se. Dentre elas, destacamos, principalmente, o crescimento quantitativo e qualitativo da bancada evangélica, o que a transformou em uma importante fração de classe, cuja força possibilita assumir algum protagonismo para a tomada de decisão em assuntos estratégicos e fundamentais para a própria bancada, passando também a ser vista como potencial aliada pelas frações burguesas. Isso se dá, sobretudo, em razão da forte crítica aos partidos de esquerda – canalizada ao PT –, que embora restrita a uma dimensão moralizante, cai como luva aos interesses de frações burguesas, na medida em que

buscam adotar medidas ainda mais austeras e que atendam seus interesses, como por exemplo, reforma trabalhista e reforma previdenciária⁵².

Nas eleições de 2018 a bancada evangélica, em sua totalidade e de maneira indiscriminada, recebeu 11.155.035 votos, ou seja, pouco mais de 11 milhões de votos, quase $\frac{1}{4}$ da quantidade de fiéis evangélicos. A nosso ver, esse fato representa um trunfo na mão da bancada para tentar assumir um papel importante na direção do bloco no poder. É evidente que não significa dizer que todos os votos se deram em razão de os candidatos serem evangélicos, uma vez que há outras variáveis que não devem ser negligenciadas. Um exemplo disso é a eleição de Eduardo Bolsonaro e Joice Hasselmann, ambos do Partido Social Liberal (PSL), que obtiveram 1.843.735 e 1.078.666 respectivamente. É pouco provável que eles aglutinem os votos apenas por serem da bancada evangélica, mas, além disso, por ambos adquirirem grande visibilidade nas redes sociais a partir dos atos em defesa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e da aproximação com Jair Bolsonaro (PSL), então candidato que se elegeu presidente.

Nesse sentido, a partir do que foi exposto até aqui, podemos perceber que existe uma espécie de “afinidade eletiva” entre os grupos neopentecostais e a política, permitindo que os primeiros passem a adentrar de “corpo e alma” na disputa política interna ao bloco no poder. Com isso, cabe avaliar agora de que maneira a bancada evangélica vem se colocando nas disputas internas do bloco no poder, para, em seguida, chegar à nossa hipótese: com a crise do lulopetismo representado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a bancada evangélica surge como um ator importante para buscar uma conciliação com as frações burguesas, cuja contrapartida é apoio às pautas moralizantes.

3.3. Eleições e os neopentecostais

Não são poucos os trabalhos que têm sido produzidos especificamente a respeito da bancada evangélica, sendo os primeiros datados de fins de 1980,

⁵² Essa argumentação é retomada adiante.

especialmente pelo sociólogo Antônio Flávio Pierucci. Em um dos trabalhos de Pierucci (1996b) que aborda a bancada evangélica na constituinte, a mobilização bem-sucedida de ramos do neopentecostalismo de base popular se apresentou como via alternativa de participação política para os membros da igreja e seus líderes, elegendo nada menos do que 33 parlamentares na constituinte.

Ainda segundo a avaliação do autor (1996b), embora com 33 parlamentares autodeclarados evangélicos, não se trata, imediatamente, de uma bancada coesa. Todavia, a grande novidade está centrada no forte apelo popular que os “crentes” trazem para a arena política, principalmente das demandas de cunho tradicionalista e moralista que não deixam de ser demandas reais de frações trabalhadoras que não conseguem separar as esferas políticas da vida privada. Assim sendo, esse ativismo moralista se mostrava como um novo campo aberto para a participação e mobilização eleitoral.

O que foi observado à época por Pierucci estava vinculado à busca de publicidade pelos evangélicos conservadores, sobretudo por duas frentes; visibilidade diante da opinião pública, marcando presença na esfera midiática, e uma presença política propriamente dita. Ao ler o trabalho após 30 anos de sua primeira publicação, consideramos parece que Pierucci acertou em sua avaliação, ao argumentar que

Estamos, pois, assistindo a uma passagem. A barulhenta presença dos parlamentares protestantes conservadores no Congresso Constituinte, desde a sua abertura em fevereiro de 1987, pode ser vista como um *longo ato de celebração desta passagem*, de inauguração solene de *uma nova era para as igrejas cristãs e seus fiéis, suas crenças, seus pontos de vista, seus diagnósticos, suas práticas, seus valores, bem como para seus interesses corporativos de curto e longo prazo*. A julgar por seu entusiasmo [...] soou a hora do ativismo político também para aqueles grupos religiosos cristãos que, diferente dos católicos de todos os matizes, caracterizavam-se pela determinação, que parecia inabalável, de manterem-se afastados da vida pública, do debate político, da luta ideológica para além das querelas religiosas e teológicas. (PIERUCCI, 1996b. p. 167, grifos nossos).

O que nos fica claro é uma tendência inaugurada, sobretudo, pela participação política dos evangélicos, conforme apresentado na seção anterior, e que, desde a constituinte, só fez crescer a participação cada vez mais barulhenta da bancada evangélica, capacitando-a a alterar substancialmente os rumos do bloco no poder.

Outro importante argumento apresentado por Pierucci (1996b) consiste num amadurecimento da ala conservadora do protestantismo no Brasil, que passou a

capitalizar vantagens para si, colocando-se como representante da maioria “cristã” brasileira. Esses parlamentares que outorgam a si mesmos como “representantes da maioria de nosso povo”, o fazem buscando uma tutela política dos fiéis e também como *lobby* político, na medida em que muitos dos pastores evangélicos eleitos mostram-se dispostos a emular e pressionar os católicos em nome de Deus e do povo de Deus em razão das plataformas e objetivos políticos de suas corporações religiosas (Idem).

Como já constatamos, o sucesso eleitoral de setores evangélicos localizam-se em duas igrejas inicialmente, Assembleia de Deus e IURD. Segundo a análise de Mariano (2014), o que essas igrejas buscam são manutenções de concessões de rádio e TV e demais interesses corporativos, e, por isso mesmo, os parlamentares evangélicos buscam justificar seus mandatos apontando para a defesa dos privilégios fiscais das igrejas, o combate de virtuais penalidades pela desobediência de leis restritivas à poluição sonora e, em planos municipais, atuam na proposição de leis relativas a códigos de edificações. Além disso, cabe destacar, outro elemento que, para nós, é de extrema relevância, é o papel desses parlamentares em içar e brandir bandeiras moralistas.

Bruna Dantas (2011), em sua tese de doutorado, aponta para uma força política dos neopentecostais desde a constituinte, reforçando o argumento apresentado até aqui. Para a autora, as diferentes denominações religiosas, sobretudo as evangélicas, mobilizaram-se para eleger seus candidatos e garantir representação parlamentar que pudesse defender os interesses morais, como princípios cristãos e orientações doutrinárias, em relação, por exemplo, a pautas de manutenção da família, união conjugal monogâmica e heterossexual, proibição do aborto e do divórcio, a moral sexual e o combate à homossexualidade.

Um exemplo deste elemento está vinculado à fala de um deputado neopentecostal, Antônio de Jesus, eleito pelo PMDB-GO. Ele não era novato na disputa política institucional, pois já havia sido candidato a uma vaga na Assembleia Legislativa goiana em 1978 pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Com o fim do bipartidarismo, migrou para o PDS e depois para o PMDB. Constituindo-se em figura pública e política a partir de seu trabalho de evangelista e da atuação em programas radiofônicos evangélicos, o parlamentar era ligado à AD (MELO, 2018).

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, certo estadista declarou: “A Bíblia é a carta magna dos pobres e oprimidos. A raça humana não está em condições de dispensá-la”. Eu acredito que, de fato, a Bíblia é a constituição espiritual do homem. E, apesar de haver sido concluída há cerca de dois milênios, nunca precisou ser remodelada. O homem muda, a sociedade se transforma, a Ciência evolui, mas a Bíblia continua sendo aplicável, nunca perde a sua modernidade e eficácia. Um exemplo disso é o que aconteceu no dia em que um exemplar da Bíblia foi colocado na mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Por força de uma proposta nossa, o art. 46 do Regimento Interno diz: “A Bíblia deverá ficar na mesa da Assembleia Nacional Constituinte à disposição de quem dela quiser fazer uso”. (BRASIL, DANC, 26/06/1987, p. 2921-2922).

A defesa que o parlamentar fez da Bíblia apontava que esta deveria estar presente na mesa da constituinte como uma espécie de balizadora das ações dos parlamentares, afinal, “não se deve confundir Bíblia com religião, posto que ela é a revelação de Deus aos homens” (Idem, ibidem). Nesse sentido, a presença da Bíblia na mesa, além de simbólica, era objetiva e prática, sobretudo pelo fato de o parlamentar rejeitar os caminhos da direita e da esquerda, seguindo um caminho de retidão moral. (Idem).

Em artigo publicado pelo doutorando Sydnei Melo (2018), no qual foi discutido o papel dos evangélicos na constituinte, observando especificamente o uso da Bíblia na mesa diretora e da expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo da Constituição, o autor argumentou que colocar Bíblia na Mesa da Constituinte simbolizava para os evangélicos uma sinalização da fé cristã dos brasileiros e, mais do que isso, uma demanda própria dos evangélicos, como uma forma de demarcar a atuação das igrejas na esfera política. Assim, Melo (2018) conclui que a introdução da Bíblia na mesa da ANC foi a primeira grande vitória do bloco parlamentar evangélico.

É pelas bandeiras moralistas que os neopentecostais passam a enxergar os adversários políticos, sobretudo os partidos de esquerda, ou centro-esquerda como é o caso do PT. Nas eleições de 1989 e 1994 esse elemento ficou evidente, conforme demonstraram Mariano e Pierucci (1996) e Pierucci e Prandi (1996c) respectivamente. O argumento defendido por Mariano e Pierucci (1996) consiste num envolvimento muito forte dos evangélicos na eleição presidencial de 1989, o que não significou propriamente numa força eleitoral.

Já naquela eleição, os evangélicos tinham um nome viável, Íris Rezende, evangélico do PMDB, então ministro da Agricultura do governo Sarney, que, porém, fora derrotado na convenção interna do partido em abril de 1989 quando foi escolhido o nome de Ulysses Guimarães, frustrando, assim, aqueles que tinham interesse em eleger um “homem de Deus”. Porém, ainda que momentaneamente frustrada a intenção de lançar um candidato evangélico, o desenrolar daquela eleição permitiria mais envolvimento em relação a essa escolha, sobretudo durante o segundo turno. O próprio bispo Edir Macedo (*apud* MARIANO; PIERUCCI, 1996) defendia que, após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo o convenceu de que Collor era o escolhido.

É evidente que Collor não possuía nenhum vínculo com as igrejas evangélicas. Porém, o então candidato fez uma série de incursões em igrejas neopentecostais e pentecostais, participando de programas das doze emissoras de rádio da IURD, de Edir Macedo, e visitando sistematicamente igrejas da AD. Da mesma maneira que Collor visava os eleitores “fiéis”, os líderes religiosos também tinham interesse na aproximação com Collor, mais do que por uma questão ideológica, mas, principalmente, em razão do medo e perigo que poderia representar a vitória de Lula e do PT para os interesses da IURD (IDEM).

É claro que os líderes pentecostais não se restringiram à atitude gentil de recepcionar candidatos em seus templos e os “apresentar”, com maior ou menor fervor, aos fiéis reunidos em culto. *Participaram ativamente da campanha do intuito de exercer influência sobre o destino dos votos dos crentes* – um voto que eles esperavam dócil e obediente – quando não os envolveram diretamente como ativistas de campanha. Por exemplo: dois dias antes do primeiro escrutínio, foram apreendidas pelo TER do Rio de Janeiro duas toneladas de material de propaganda de Collor, em dois templos da IURD, num dos quais funcionava uma gráfica clandestina. No dia da eleição, 15 de novembro, os seguidores desta igreja fizeram boca de urna para eleição de Collor. (MARIANO; PIERUCCI, 1996, p. 197 – 198, grifos nossos).

O que deve ser visto especificamente aqui é uma polaridade ideológica marcada no segundo turno, sendo Collor um candidato à direita e Lula, à esquerda. Assim, grande parte dos pastores, segundo Mariano e Pierucci (1996), optaram por Collor. É curioso que podemos apontar um paralelo com as eleições de 2018, no segundo turno entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, sendo que o primeiro

claramente declarou-se cristão e adotou pautas especificamente moralistas, um pouco diferente de Collor. Nesse sentido, nas eleições de 1989, a vitória de Lula poderia representar uma cruzada de discriminação aos evangélicos, conforme argumentava o pastor pentecostal e deputado estadual Daniel Marins. Assim, concluem os autores (IDEM), os dados levam a considerar que o peso dos votos pentecostais no segundo turno foi um desmedido e alastrado temor da implantação de um regime comunista pelo governo petista.

Em certa medida, a vitória do PT poderia implicar empecilhos às estratégias de Edir Macedo e da IURD. Segundo avaliação de Paul Freston (1994), Edir Macedo viveu nos Estados Unidos de 1986 a 1989, retornando ao Brasil depois de assimilar seletivamente modelos estadunidenses de ações religiosas, como a Teologia da Prosperidade, por exemplo. Assim, ao voltar ao Brasil, imediatamente se deu a compra da Rede Record, mostrando a visão e a compreensão da igreja frente às mídias e, por isso mesmo, havia “receios do que significaria um governo de esquerda para seu império de comunicações e para o trabalho da própria igreja [...] o individualismo de sua mensagem religiosa e a receita de enriquecimento baseado na libertação do trabalho assalariado” (FRESTON, 1994, p. 135).

Mesmo comprando a Record, havia ainda necessidade de autorizações do Ministério das Comunicações, sobretudo porque houve uma série de elementos misteriosos envolvendo a compra. O processo de transferência da Record para a IURD e Macedo emperrou em 1991 quando a área de fiscalização do Ministério das Comunicações apontou uma série de irregularidades. Foi apenas no segundo semestre de 1993 que um deputado federal ligado à IURD, Laprovita Vieira, procurou o então chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, solicitando que ele intercedesse em prol da Record e IURD e ele encampou a causa. Assim, a pedido de Hargreaves, o Ministério das Comunicações desengavetou o processo, fez um novo parecer desconsiderando as irregularidades, solicitou a aprovação de Itamar Franco, em troca, foram conseguidos os 30 votos da bancada evangélica para aprovar a criação de um Fundo Social de Emergência no Congresso⁵³.

⁵³ FOLHA DE São Paulo. **Bispo comprou Record em 89**. 14 de Janeiro de 1996, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/27.html>. Acesso em: 31/05/2018.

Nesse sentido, a concessão da Record contribuiu, segundo Freston (1994), para que, em pouco mais de uma década, fosse substancialmente diversificada a base social da IURD.

Avançando em nossa tese, é importante observar o peso que os evangélicos também tiveram nas eleições de 1994, que acabaram por eleger Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Houve, conforme argumentaram Prandi e Pierucci (1996c), um grande apoio e voto dos evangélicos para FHC, sendo algo próximo a 42% contra 17% que votaram em Lula. O que os autores identificaram é o alto índice de rejeição de Lula frente aos neopentecostais, cujo total foi de 55,1%. Uma hipótese apresentada consiste na identificação de Lula e do PT como um político e um partido que fariam uma crítica às religiosidades e, mais do que isso, que poderiam representar um entrave nos interesses das igrejas neopentecostais, sendo ainda os neopentecostais os que mostraram menor apego às liberdades e organização de expressões. Pode-se afirmar, portanto, que há um indício, já nas eleições de 1994, do chamado voto ideológico, isto é, uma imbricação entre os interesses políticos e da igreja, permitindo aos sujeitos optarem politicamente a partir da visão de mundo religiosa.

O que progressivamente pode ser observado é o fato de as igrejas neopentecostais adquirirem estratégias políticas claras, cujos elementos fundamentais consistem em apresentar um número reduzido de candidatos para evitarem pulverização dos votos. Assim, esse modelo *iurdiano* passa a ser adotado por outras igrejas neopentecostais, lançando candidatos oficiais, que, normalmente, ocupam uma posição de poder dentro das congregações.

Embora privilegiemos a IURD como principal referencial neopentecostal de nossa tese, ela não é a igreja que elege mais parlamentares, ainda que tenha sido o grande modelo às demais igrejas neopentecostais e pentecostais históricas, como é o caso da Assembleia de Deus. Apesar de a AD não ser uma igreja neopentecostal como a IURD e ter chegado ao Brasil (em Belém do Pará) em 1909, ela só passou a ingressar oficialmente na política nos anos de 1980, seguindo o modelo da IURD, embora tenha objetivos teológicos de se diferenciar da igreja de Edir Macedo.

Esse argumento é apresentado por Paul Freston (1994) ao compreender que a AD seria a igreja que mais cultuava o que Weber chamava de “intelectualismo pequeno-burguês”, isto é, eles possuem uma grande variedade de produtos literários, cerca de 170 títulos em seu catálogo, sendo 140 de autores nacionais. Assim, o pesquisador entende que a AD passou, em sua história, por um processo de ascensão social, isto é, há uma acentuada preocupação com a respeitabilidade social e orgulho nos êxitos educacionais e profissionais dos membros.

A AD quer se distanciar de grupos como a IURD. Os cultos se tornam cada vez mais comedidos, principalmente nas igrejas-sedes para onde gravitam as pessoas em ascensão e onde os membros humildes das congregações de bairro já não se sentem à vontade. As características da igreja que se consideravam virtudes no passado (inclusive o apoliticismo) já são vistas de outra ótica (FRESTON, 1994, p. 93).

Na avaliação de Freston (1994), um dos aspectos importantes da entrada no campo político e na disputa do bloco no poder pós 1986 é uma reestruturação interna realizada em uma Convenção Geral em 1979, tornando a AD mais burocrática possibilitando uma articulação nacional, indispensável para que o projeto de candidaturas coordenadas à Constituinte tivesse tanto sucesso.

A IURD e a AD são as igrejas evangélicas com maiores sucessos eleitorais e, embora tenham interesses teológicos distintos e possam fazer parte de distintas frações das classes trabalhadoras, há unidade quando questões moralistas ganham o cenário, sobretudo, identificando candidatos e partidos de esquerda como inimigos “diabólicos”. Essa unidade poderia ser muito bem explorada por frações burguesas quando lhes interessasse, como veremos adiante.

Julgamos ser importante demonstrar que a bancada evangélica foi se construindo historicamente como um agente político importante no bloco no poder e foi justamente esse processo de consolidação que lhe permitiu costurar uma aliança, em razão de uma afinidade eletiva, com as frações burguesas, tal como demonstramos nessa pesquisa.

A IURD como uma força neopentecostal e primeira igreja a adentrar institucionalmente na política, política do ponto de vista evangélico, passou a ser alvo de alguns estudos no campo da sociologia das religiões. Segundo demonstrou em artigo

publicado em 2010, o pesquisador Rafael Villasenor (2010) argumentou que a IURD, já em suas primeiras participações efetivas, passou a demonizar aqueles candidatos não apoiados pela igreja. Isso ocorria por meio da utilização do discurso de criação de um medo nos eleitores-fiéis para votarem em candidatos apoiados pela igreja.

É exatamente, na visão de Villasenor, a política do medo, por meio do uso simbólico do Diabo, que permitiria uma manipulação no imaginário do eleitor fiel. Por isso, desde sua origem, a IURD passou a atuar politicamente, como já vimos anteriormente. Nesse sentido, por se lançar no campo político atravessado pelo elemento religioso, a IURD transfere todo o capital religioso para o campo político.

Isso implica dizer que, se vimos que o Diabo é uma figura necessária e umbilicalmente ligada a Deus, como uma relação na qual um não existe sem o outro, seriam, assim, parceiros inseparáveis na visão de Ricardo Mariano (2014). Essa perspectiva teológica não poderia não invadir a política. Por isso, Villasenor (2010) aponta para a demonização dos não-fiéis. Assim, já em 1989, a IURD sonhava com um nome evangélico para a disputa da presidência, porém, acabou apoiando abertamente Collor contra os demoníacos Lula e o PT.

Esses ataques em 1989 também se verificaram em 1994, quando a IURD passou a apoiar FHC (PRANDI, PIERRUCCI, 1996c; VILLASENOR, 2010), pois ainda não havia aparecido o messias, que, tal como na literatura cristã, vem para libertar seu povo. Porém, ainda que não houvesse emergido o messias, sabia-se quem era a representação daquilo que não queriam: o diabólico Lula. Assim, a aproximação em 1994 do PT e Lula com o catolicismo e o apoio de religiões de matrizes africanas foram associados a “forças demoníacas”, uma vez que as referidas denominações são vistas pelos neopentecostais como inimigas.

Esse imaginário das religiões de matriz africana como demoníacas é tão presente nos meios neopentecostais que Edir Macedo publicou em 1995 um livro intitulado “Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônio?”. Esse livro é tão importante na literatura neopentecostal que já vendeu mais de 3 milhões de cópias e foi

recentemente relançado em 2019 com uma tiragem de 800 mil cópias⁵⁴. No livro, a tese defendida por Macedo é a de que esses espíritos que são incorporados em religiões de matriz africana, especialmente a Umbanda, seriam manifestações de magia, feitiçaria e bruxaria. Com isso, mesmo buscando-se fazer o bem, o que se fazia nessas religiões era uma prática demoníaca.

Gostaria de fazer um parêntese aqui e mencionar que essa crítica de Macedo às religiões de matriz africana possui uma dupla dimensão. Em primeiro lugar, as igrejas neopentecostais avançam inicialmente sobre áreas pobres, comunidades e favelas, justamente onde os terreiros eram mais presentes. Com isso, atacar essas religiosidades era uma forma de ganhar um campo (MARIANO, 2014, NOVAES, 2017), já que as igrejas neopentecostais chegam, como aponta Regina Novaes (2017), em áreas periféricas e marcadas pela presença precária do Estado.

Com isso, em áreas marcadas pela fragmentação e violência, as igrejas evangélicas ofereceriam recursos simbólicos para dar sentido à vida e para enfrentar situações difíceis (NOVAES, 2017). Até a entrada das neopentecostais, quem contribuía para esse enfrentamento, do ponto de vista espiritual, eram justamente os terreiros e religiosidades de matriz africana.

Por outro lado, uma interpretação que temos desse fenômeno é que, ao criticar as manifestações de espíritos na Umbanda como demoníacos, as igrejas evangélicas estão tentando destruir uma imagem simbólica de arquetípicos trabalhadores e membros dos grupos subalternos. Isto porque, na Umbanda especificamente, há manifestações de espíritos identificados como: pretos velhos (ex-escravos); caboclos (indígenas ou povos originários); marinheiros; ciganos; pombas giras (prostitutas) e exus (ladrões ou marginais); boiadeiros, baianos etc. Essas categorias arquetípicas demonstrariam, segundo cosmovisão umbandista, como esses espíritos, outrora identificados como pessoas pobres, marginalizadas e até bandidas, podem, por meio de uma ascese espiritual, tornarem-se sábios, aprenderem com os “erros” e ensinarem os “filhos de fé”. Assim, ao marginalizar as religiosidades de matriz africana, especialmente a Umbanda,

⁵⁴ <https://www.jmnoticia.com.br/2019/08/05/relancamento-de-polemico-livro-de-macedo-atrai-980-mil-pessoas-em-todo-o-brasil-diz-iurd/>

faz-se a tentativa de silenciar, simbolicamente, as classes populares e subalternas. Fecha-se o parêntese.

Se em 1989 e 1994 a IURD ficou em lado oposto ao PT, o mesmo ocorreu nas eleições de 1998, sendo um dos imaginários construídos a velha imagem de que, se o PT ganhasse, fecharia igrejas evangélicas. Posição essa que começou a se modificar em 2002, como vimos no capítulo anterior, quando Lula e o PT buscam apoio destes segmentos da população.

Segundo dados do DIAP, nas eleições de 1998, foram 44 parlamentares eleitos como membros da bancada evangélica, número que saltou para 68 em 2002. Em 2006, houve uma grande perda e elegeram-se apenas 43 membros⁵⁵, para, em seguida, em 2010, chegar a 63 membros. Nas eleições de 2014 foram 75 e, por fim, nas últimas eleições, em 2018, chegou-se ao número recorde de 84 membros, com a vitória de um presidente que abertamente marca uma posição cristã, no sentido conservador (e reacionário) que se aproxima da bancada evangélica⁵⁶.

Esses números representam, a nosso ver, como a constância da presença dos parlamentares evangélicos vão os configurando e os potencializando como atores e agentes importantes do bloco no poder em meio ao processo político. São grupos muitas vezes barulhentos e que mobilizam, em torno de si, muitos fiéis. Assim, mesmo com toda a pluralidade de religiões representadas, há uma unidade política quando o assunto são as pautas relativas aos costumes. Essa aliança seria impensável do ponto de vista religioso, pois disputam o mesmo campo e os mesmos fiéis (CUNHA, 2019).

Se inicialmente parte do que buscavam os evangélicos com o ativismo e a participação política era ampliar sua capacidade de alcance por meio de concessões de rádios e televisões, para enfrentarem o catolicismo, entendiam que, quanto maior fossem seus poderes e inserções religiosas, mais benefícios para a igreja teriam. Por

⁵⁵ Essa redução estava ligada aos escândalos resultados da “CPI dos sanguessugas”, na qual foi evidenciado que evangélicos levaram 58% da propina de R\$ 9 milhões, pagos pela família Vedoin para direcionamento de emendas, sendo que, destes, pouco mais de um terço da bancada estava envolvido, totalizando 23 parlamentares. Esse escândalo pode ter sido significativo para a redução do número de parlamentares evangélicos no pleito de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1208200605.htm>. Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

⁵⁶ Todos os dados foram extraídos dos levantamentos realizados pelo DIAP.

isso, desde os anos de 1980, os neopentecostais passaram a ingressar na política (MARIANO, HOFF e DANTAS, 2006). Ainda para os pesquisadores, um dos elementos importantes que demonstravam progressivamente a importância dessa parcela da população é representada pela busca, cada vez maior, de políticos e partidos não evangélicos desse grupo, como foi o caso de Lula em 2002 e 2006.

Todavia, a partir de 2002, iniciou-se uma mudança no cenário em relação ao lulo-petismo, como demonstramos no fim do capítulo anterior. Essa aproximação se deu nas eleições de 2002, 2006, 2010 e, a partir daí, houve mais distanciamento e crítica aos “demoníacos” petistas.

Em pesquisa de mestrado defendida por Marcelo Pereira da Cruz (2009), o autor investigou as relações entre IURD e PT em 2002. Na pesquisa, Cruz (2009) identificou que a aproximação entre ambos se deu como resultado de uma busca de melhor colocação no jogo político. Dito de outra maneira, pode ser compreendido que a IURD e o PT perceberam a possibilidade de uma aliança estratégica. Para o PT, aproximar-se desse grupo seria uma possibilidade real para alcançar mais votos, ao mesmo tempo em que, para a IURD, apoiar Lula, que vinha sendo um candidato que aparecia com chances reais de vitória, significaria poder adentrar no governo do qual sempre tiveram medo e barganhar ainda mais espaços públicos e políticos.

Cruz (2009) identificou que elementos importantes para essa aproximação ocorreram em razão de demandas pontuais, como uma forma de se recolocar na disputa do bloco no poder e, do ponto de vista discursivo, essa aproximação, por parte da IURD, se deu em razão da “pauta histórica” do PT de ser um partido que buscava combater a corrupção.

A partir da aproximação, a justificativa apresentada pelas lideranças da Igreja que buscaram essa nova estratégia, foi de que o PT, desde a sua fundação, tinha como bandeira lutar contra todas as formas de corrupção e injustiças sociais, propósitos que combinavam com os ideais cristãos defendidos pela instituição religiosa. Essa releitura do inimigo pode ser traduzida como uma flexibilidade da IURD, que se apresenta ainda como uma igreja em construção, um grupo que ainda pode romper com antigas regras e buscar novas estratégias para alcançar seus objetivos. Formou-se assim, um novo grupo, apontado pelas lideranças da IURD, como um socialismo de resultados e práticas. Essa mudança de estratégia levou a IURD a ficar do lado da esquerda. (CRUZ, 2009, p. 84).

A aproximação entre ambos, a partir do fragmento da pesquisa de cruz (2009), nos permite perceber que a IURD, quando visa seus objetivos, parece não se importar muito com a questão teológica, desde que os interesses materiais estejam garantidos. Ainda assim, parte dessa aproximação se deu pela mediação do PL, partido que seria lançado à vice-presidência de Lula em 2002 e era coligado à IURD antes da criação do PRB. Por isso, fazia-se necessário a IURD justificar essa aproximação e o canal que foi usado consistiu no combate à corrupção. Isso, tempos depois, se tornou também um argumento para o distanciamento do lulo-petismo.

Essa aproximação via PL e José Alencar foi mencionada por Crivella, homem forte na IURD em 2002, quando disse em entrevista que “a tendência é apoiar Lula, até porque o nosso senador José Alencar (PL-MG) é candidato a vice na mesma chapa”. Cabe destacar, ainda, que o apoio em 2002 só ocorreu no segundo turno, pois, no primeiro, o PL ficou dividido e sua parcela evangélica apoiou o candidato Anthony Garotinho (PL-RJ) para presidente e sua mulher, Rosinha Matheus, para o governo do Rio⁵⁷.

Essa aproximação traz outra característica de pioneirismo político à IURD, pois, além de ser a primeira igreja evangélica neopentecostal a adentrar no campo político de maneira organizada (ORO, 2003), foi a primeira igreja que se aproximou, por algum tempo, de forças que eram vistas como demoníacas até então, passando a ser aliadas políticas. Vale ressaltar, porém, que isso foi feito pela via da bandeira moral de combate à corrupção.

Essa concepção foi trazida ao debate por Oro (2003), quando o autor identificou que o papel ético da Igreja seria anunciar a verdade, “doa a quem doer e cobrar nossas autoridades a prática dos princípios éticos do nosso povo” (ORO, 2003, p. 57). Com isso, a aproximação com o PT poderia ser justificada do ponto de vista teológico, uma vez que a corrupção seria a representação do mal, uma antítese da verdade e do bem.

⁵⁷ SANTOS, Chico; ESCÓSSIA, Fernanda. Bispos da Universal decidem apoiar Lula. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 8 de outubro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200241.htm>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

Portanto, para a IURD, e outras igrejas pentecostais ou reformadas, a corrupção é a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de “reserva moral” da sociedade. (ORO, 2003, p. 57)

Com isso, a partir da argumentação de Oro, pode ser compreendido que uma aproximação com o lulo-petismo se vincula, do ponto de vista teológico com a bandeira da moralidade política. Essa questão da moralidade política foi, a nosso ver, bastante evidenciada ao longo deste capítulo.

Por fim, cabe ainda compreender como se inicia um processo de ruptura com o lulo-petismo voltando a “demonizá-lo”. Esse processo de ruptura tem algumas de suas raízes em 2010, muito embora nessas eleições houvesse ainda um apoio institucional por parte da IURD a Dilma e ao PT, como demonstrou Alonso (2012).

Ainda em 2010, conforme apontou Alonso (2010), havia todo o desdobramento do fim do governo Lula, findando essa fase do lulo-petismo, e o país passava por um sentimento de otimismo político. Houve aumento no salário mínimo, lançamento do filme “Lula, o filho do Brasil” e também boa avaliação da população do governo etc. Enfim, havia um movimento que sustentava a imagem criada no lulo-petismo de sua perspectiva conciliadora e do “ganha-ganha”.

Já no início de 2010, muito em razão das campanhas eleitorais, iniciou-se um movimento de parte de setores evangélicos de demonização de Dilma, e grande parte dessas críticas estavam vinculadas a seu passado ligado à luta armada. Além disso, esse movimento se deu também como desdobramento das críticas que os bispos faziam sobre o Programa Nacional dos Direitos Humanos, que, em sua terceira versão, propunha o avanço de pautas caras ao moralismo evangélico, como direito sexual e reprodutivo defendido e debatido pelas mulheres. Há de se considerar, ainda, que questões de gênero e direitos homoafetivos passaram a ser duramente criticados pelos evangélicos (ALONSO, 2012).

Esse processo jogou lenha na fogueira da sucessão de Lula e, conforme salientou Alonso (2012), as questões morais e de crença dos candidatos foram utilizadas contra Dilma, para mostrar que ela representaria valores opostos ao cristianismo. Esse

elemento foi o início da crise de relacionamento do lulo-petismo com os evangélicos, pois foi justamente nesse processo que despontaram, por exemplo, Silas Malafaia e Paschoal Piragine Junior, da Primeira Igreja Batista de Curitiba, local onde não por acaso foi o berço da lava-jato (2012).

Segundo Alonso (2012), ali iniciou-se uma crítica dos evangélicos, que estavam entendendo que o Brasil estava, com esse documento, se sobrepondo ou impondo uma “lei da mordaca” sobre eles e que, em sua visão doutrinal e teológica, o casamento homoafetivo, por exemplo, seria contrário às premissas cristãs. O estopim foi o PL 122 de 2010, o qual propunha reprimir crimes contra as expressões homoafetivas, que, na visão de Malafaia, seria uma mordaca aos evangélicos. Portanto, esses valores, na medida em que foram defendidos pelo lulo-petismo como forma de ampliação de direito tocavam em um ponto delicado aos evangélicos e, por isso, a ruptura seria questão de tempo.

Todavia, ainda houve apoio da IURD a Dilma e a razão disso, argumenta Alonso (2012), era o fato de não ter despontado ainda um “messias”, isto é, alguém que fosse capaz de conduzir pela esfera política os evangélicos. Afinal, qualquer movimento messiânico precisaria de personagem messiânico para acontecer o combate ao império da iniquidade maligno. Por isso, ainda na dimensão de quem seria esse messias, ou quando seria anunciado, havia uma disputa entre Deus e o Diabo, lugar que seria ocupado por Dilma, que ainda não era o Diabo, mas também não era do lado “divino” (ALONSO, 2012).

O pesquisador Alonso Gonçalves (2019), que investigou os batistas, apontou de que maneira estes, que são evangélicos “históricos” e não neopentecostais, já nas eleições de 2010 passaram a adotar uma campanha abertamente antipetista. Se, conforme aponta Gonçalves, os batistas em seu início no Brasil não se posicionavam politicamente, essa perspectiva começou a mudar um pouco em 1964 durante a ditadura militar, isto é, a partir do golpe de Estado os Batistas voltaram-se à direita institucionalmente, apoiando a ditadura.

Já no período mais recente, essa posição à direita foi retomada a partir de 2010, quando a Convenção Batista Brasileira passou a apoiar explicitamente o antipetismo. Isso ocorreu inicialmente em duas igrejas de Curitiba e em uma do Rio de Janeiro. É

importante mencionar que um dos pastores, Roberto Silvado, em 2010 era pastor licenciado da Igreja Batista do Bacacheri, igreja que tem como um de seus fiéis Daltan Dallagnol, o menino de Curitiba, que junto ao “herói Moro” “daria fim à corrupção petista e colocaria Lula atrás das grades”.

Em certa medida, era o desenhar do messianismo apontado por Alonso (2012), mas que não estava evidente. Tempos depois, com a prisão de Lula pela operação lava-jato, começaram a aparecer bonecos infláveis de Moro, o menino de Curitiba, como super-herói. Da mesma forma, Dallagnol também era visto como uma espécie de messias e, inclusive, como apontou Gonçalves (2019), passou a fazer palestras em igrejas batistas.

Em vídeo publicado em 2010, dentro da Igreja Batista, Piragine, da Primeira Batista de Curitiba, defendeu que havia o risco do império da iniquidade, caso Dilma fosse eleita, e, explicitamente, orientava os votos dos fiéis contra o PT. No vídeo, o pastor afirma que com o PLC 122/2006 – que tinha por objetivo criminalizar a homofobia – haveria legalização da pornografia, pedofilia, violência familiar, infanticídio e aborto, sendo que, para o PT, essas questões seriam “questões fechadas” e, por isso, orientava um voto para defender a família brasileira, advogando que todas as igrejas deveriam se unir⁵⁸.

Há uma questão importante que foi destacada por Caio Barbosa em sua dissertação de mestrado defendida em 2016, na qual analisou a relação da IURD com o lulismo a partir da ótica dos fiéis. Barbosa (2016) demonstrou que, entre os fiéis, havia uma postura de um conservadorismo moral muito presente e, que, votar no legislativo em candidatos da igreja era bom porque eles “não prometiam nada, apenas que iriam legislar conforme a bíblia dizia”, diferentemente de outros candidatos.

Se em 2010 houve ainda um apoio da IURD ao PT, em 2014 não houve uma declaração oficial, distintamente dos Batistas, que continuavam na mesma toada de 2010. Essa aparente neutralidade da IURD permitia que houvesse ainda votos em candidatos do PT para as eleições presidenciais, porém, na particularidade observada, o voto estava guiado mais por uma condição material e econômica do que ideológica.

⁵⁸ Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr sobre as eleições 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>

Esse aspecto difere de quando se votava para o legislativo em membros que a Igreja apoiava (BARBOSA, 2016).

Esse elemento moralista que Barbosa (2016) identificou no voto para o legislativo, na realidade, representa um conservadorismo que, a partir de 2014, ganhou espaços. Em coluna publicada no Jornal *O Globo* em 08/07/2014, José Casado argumentava que a direita estava avançando, sobretudo por dimensões tradicionalistas em questões morais e sociais⁵⁹. O conservadorismo não se via na perspectiva econômica, porém, com a afinidade eletiva, passou a se aproximar dos interesses das frações burguesas, surgindo um novo Frankenstein político, o “conservador nos costumes e liberal na economia” (sic).

Essa perspectiva já possui um indicativo, que apareceu em pesquisa intitulada “Comportamento Político”, realizada e publicada pelo Datafolha em 2013. Na pesquisa foi identificado que 48% da população brasileira se identificavam com valores de direita ou centro-direita, 30% de esquerda ou centro-esquerda e 22% de centro. As perguntas tinham teores como pena de morte, papel de sindicatos, partido de preferência, legalização do porte e posse de arma de fogo, a relação entre pobreza e preguiça individual, drogas, criminalidade, homossexualidade, aborto etc.

A pesquisa nos ajuda a compreender como o perfil eleitoral ou do comportamento político está vinculado ao conservadorismo, sobretudo, do ponto de vista dos valores e costumes. Esse elemento torna-se, a nosso ver, um aspecto que foi disputado e explorado pelas igrejas evangélicas para encamparem e elegerem seus candidatos.

É essa perspectiva que aponta para uma reconfiguração dos evangélicos na política, que, com força eleitoral, passam a ser vistos como importante agentes políticos pelas frações burguesas e dos quais, paulatinamente, passam a se aproximar. E grande parte dessa aproximação é pela via de crítica à esquerda, que representaria um imaginário demoníaco, ao mesmo tempo que todas as crises econômicas e problemas de ganância do Estado seriam resultado da ação dessa mesma esquerda. Portanto, a resposta

⁵⁹ CASADO, José. A direita avança. **O Globo**. Publicado em 08 de julho de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-direita-avanca-13171346>. Acesso em: 04 de novembro de 2019.

econômica de combate aos “demônios” seria pela via do liberalismo e das pautas caras às frações burguesas.

Com isso, o conservadorismo destes grupos religiosos encontra guarida na onda conservadora, extremista e fundamentalista, que torna possível a ascensão de uma direita religiosa com atuação sem precedente no campo político. E, a nosso ver, a expressão desse fenômeno chega à eleição do medíocre Bolsonaro, que representa um homem “temente a Deus”, mas que, mais do que isso, tem apoio das frações burguesas, pois está disposto a destruir e levar às últimas consequências esse ultraliberalismo.

3.4. A bancada evangélica – Frente Parlamentar Evangélica e o bloco no poder

Na medida em que partimos dos resultados de uma aproximação com o campo da sociologia das religiões e também da ciência política, gostaríamos de deixar claro nesse momento que, consideramos a Frente Parlamentar Evangélica e a bancada evangélica como instâncias distintas. Adotaremos aqui a categoria analítica “bancada evangélica” para nos referirmos ao grupo que atuou diretamente na crise do lulopetismo e buscou lançar, aliado às frações burguesas, uma nova forma de conciliação ainda mais conservadora e moralista.

Essa distinção faz-se necessária em virtude de que a Frente Parlamentar Evangélica não necessariamente é um grupo com certa homogeneidade, uma vez que corresponde, no momento de sua criação, a um colegiado muito mais amplo. Em sua fundação, ou oficialização como frente parlamentar em 2003, havia mais de 190 membros que dela faziam parte, dentre os quais muitos não eram de fato evangélicos, mas achavam legítima tal bancada.

É importante destacar que a participação evangélica, que se configurou formalmente em 2003 como Frente Parlamentar Evangélica, já tinha gérmenes contidos na constituinte de 1987-88. Além da dimensão de origens da frente parlamentar, também havia a gênese do que viria a ser a bancada evangélica, tal como a estamos

concebendo neste trabalho. Isto porque havia parlamentares evangélicos que não se configuravam ainda como uma frente parlamentar, mas que já ensejavam algumas de suas atuações do ponto de vista moralizante, por exemplo.

Por isso, entendemos ainda – e desenvolvemos esse argumento ao longo desta seção – que todo esse percurso histórico é importante para compreender o papel que a bancada evangélica pleiteia após 2014. Esse caminho foi construído por trilhas muitas vezes tortuosas, de distanciamento, aproximação e por fim, pelo distanciamento do lulopetismo. Dito de outra maneira, o PT (e a esquerda) inicialmente era demonizado, entre 2002 e 2010 houve uma aproximação, para, após 2014 passarem a atuar em bloco homogêneo, contrários à conciliação lulopetista, voltando a demonizá-los. Após esse caminho de experiência e consolidação interna (enquanto uma bancada), tornou-se um agente importante interno ao bloco no poder, que passou a pleitear uma nova forma de conciliação de classes.

De acordo com a pesquisa realizada por Freston (1994), as raízes da FPE já estavam contidas na constituinte e seus principais elementos, como já foi mencionado, eram a unidade em questões comportamentais, isto é, privilegiavam uma narrativa sobre família, mídia e simbolismo religioso na vida pública. Naquele momento, isso era visto por Freston mais como um centro fisiológico do que como uma direita ideológica, embora o próprio autor já reconhecesse uma mudança da atitude política dos evangélicos associados ao crescimento demográfico.

Em artigo recém-publicado, Trevisan (2019) argumentou que a criação da FPE em 2003 libertou muitos parlamentares da necessidade de fazerem parte da bancada “de partidos” e não da religião. Desta maneira, a frente passou a ser vista e compreendida como necessária para influenciar mudanças mais efetivas, ampliando a atuação para além das igrejas e, mais do que isso, a nosso ver, também representa uma habilidade política que os parlamentares adquiriram para se organizarem em defesa de seus interesses suprapartidários.

Nesse momento cabe salientar um detalhe importante na compreensão da FPE, uma vez que uma frente, para ser inscrita oficialmente, precisa ser composta por pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo. É evidente que essa quantidade de parlamentares que compõe a frente não necessariamente converge nos interesses,

porém, representa certa capacidade de mobilização. A atual FPE é composta por 195 parlamentares e sua principal finalidade, segundo os documentos oficiais, é fiscalizar os programas e as políticas governamentais voltadas à proteção da família e da vida humana, tendo hoje como atual presidente, o deputado Silas Câmara do PRB/AM.

De acordo com Trevisan (2019), a FPE, um grupo com alta capacidade organizativa, é composta por presidência, coordenação e vasta equipe de assessoria, contando ainda com uma sala onde os membros se reúnem semanalmente para tratarem temas de interesses, como solicitar requerimentos de informações, audiências, votações a favor/contra projetos específicos, estratégias para interromper sessão no plenário e nas comissões. Assim, através dessas estratégias “os parlamentares evangélicos buscam revestir o argumento religioso que justifica muitos de seus posicionamentos com argumentos mais “técnicos” ou bíblicos” (TREVISAN, 2019, p. 36).

Com isso, a defesa dos interesses dos evangélicos não está assentada, imediatamente, no aspecto bíblico, como demonstrou Trevisan (2019), mas em tentativas de encontrar lacunas e brechas nas leis para justificarem seus posicionamentos religiosos. Um exemplo disso, aponta a autora, assenta em um dos argumentos para se posicionarem contrariamente ao casamento homossexual, que consiste não na condenação bíblica, mas no fato de que a Constituição reconhece a união estável entre homem e a mulher como entidade familiar⁶⁰. Porém, é evidente que na esfera privada o que não é proibido é permitido e, ao argumentarem desta maneira, estão aparentemente baseando-se não em uma dimensão jurídica, mas, essencialmente, em um aspecto bíblico.

Entendemos que esse elemento é fundamental para a defesa dos interesses evangélicos, pois, desta maneira, buscam sofrer menores desgastes públicos e políticos, como ocorreu quando Marco Feliciano saiu em defesa do seu projeto sobre “cura gay”⁶¹. Embora estejam no escopo moralista dos evangélicos, desgastes desta natureza podem gerar maiores dificuldades em nova forma de conciliação e na tentativa de criar consensos com setores das classes trabalhadoras sobre suposta necessidade de realizar as reformas em prol do capital.

⁶⁰ Artigo 226, parágrafo 3.

⁶¹ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/feliciano-faz-campanha-em-favor-da-cura-gay/>

Queremos deixar claro neste momento que, embora estejamos debruçados sobre a bancada evangélica e investiguemos como essa se consolida no interior do bloco no poder, não devemos perder de vistas que, ao falarmos sobre a dimensão do Estado, estamos necessariamente falando de uma correlação capital x trabalho e considerando como essa disputa é interiorizada no bloco no poder. Sendo assim, a bancada evangélica, em seu núcleo mais conservador, tenta se catapultar como arauto da moralidade capaz de efetivar transformações “éticas” e “morais”, ao legislar conforme “seu” Deus e, nesse sentido, conta com algum apoio de setores das classes trabalhadoras que confiam mais em seus pastores do que em partidos políticos.

Conforme já apontamos no início desta pesquisa, desde 2016, com a crise do modelo de conciliação lulo-petista, há, para as frações burguesas, a necessidade de algum consenso – ainda que relativo – em meio às frações das classes trabalhadoras para que as reformas de seus interesses possam ter alguma legitimidade e apoio. Por isso, especificamente a bancada evangélica – e não a FPE – intenta se colocar como nova responsável por uma política de conciliação.

Para desenvolvermos melhor o argumento, queremos apresentar de maneira breve o papel da bancada evangélica durante o golpe de 2016 e demonstrar como ela passou a ocupar posições centrais para a mediação do conflito capital x trabalho, que, por sua vez, foi um aspecto fundamental às frações burguesas, que viam nas reformas temerárias um avanço da velocidade do pacto neoliberal que vinha caminhando em marcha lenta durante o reformismo fraco do período lulo-petista.

Sustentamos que a bancada evangélica, na referida conjuntura, ocupa um papel importante na conciliação de classes do governo Temer, sendo responsável pela tentativa de legitimar moralmente, baseada em premissas religiosas, a construção de algum consenso nas classes trabalhadoras em prol das reformas temerárias, cuja contrapartida consistiria no apoio de suas pautas moralizantes.

Nessas e em outras situações, pastores evangélicos negociam apoios e contrapartidas. De um lado, abrem suas igrejas, onde um grande número de “eleitores evangélicos”, com grande frequência cotidiana, são disputados por candidatos de diferentes religiões, perfis e partidos. Nas campanhas eleitorais, candidatos não evangélicos visitam igrejas, participam de cultos, criam “comitês evangélicos”. Depois

das eleições, para alimentar tais relações, implementam-se parcerias em ações públicas e cargos são oferecidos como moeda de troca (NOVAES, 2017).

3.5. A bancada evangélica e uma nova forma de conciliação de classes?

Ao demonstrar como a bancada evangélica vem se consolidando nas últimas eleições, cabe agora dar o salto e desenvolver melhor um dos argumentos centrais de nossa pesquisa: como a bancada evangélica torna-se postulante à direção do bloco no poder, visando a construir uma forma de conciliação com as frações burguesas, uma vez que a conciliação lulo-petista já não pode mais vigorar. Nesse contexto, as reformas político-econômicas neoliberais seriam defendidas pela bancada evangélica, cuja contrapartida consistiria no apoio a suas pautas moralizantes.

A nosso ver, os trunfos utilizados pela bancada evangélica ao postular a condução de conciliação de classes – ainda mais conservadora do que a lulo-petista – estão vinculados aos seguintes aspectos: crescimento numérico da população evangélica; orientação religiosa decisiva para o voto, criando assim “eleitores fiéis”; argumento moralizante da política; confiança de parcela da população nas instituições religiosas. Vejamos agora como esses aspectos se articulam.

Iniciemos pelo crescimento populacional evangélico. Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE, o número de evangélicos⁶² – abstraindo a pluralidade das denominações teológicas – cresce de maneira constante, conforme apresentado abaixo:

⁶² Nesse momento iremos abstrair a singularidade das religiosidades evangélicas e trabalharemos com os dados referindo-se aos evangélicos como um todo, reconhecendo ainda os limites dessa generalização apressada.

Tabela 1: População Evangélica

	1991	2000	2010
População Brasil	146.815.818	169.872.856	190.755.799
Evangélicos pentecostais	8.179.706	17.975.249	25.370.484
Evangélicos total	12.567.987	26.184.941	42.275.440
Percentual de Evangélicos	8,56	15,41	22,16

O fator a ser observado, para além da frieza dos números, é o crescimento constante dos evangélicos no Brasil, que quase triplicaram num intervalo aproximado de 30 anos. O dado por si já demonstraria uma importância sociológica de se compreender a razão de tal crescimento. Porém, nosso intuito é relacionar esse crescimento absoluto com a forma de atuação política dessa parcela da população.

É evidente que a quantidade integral da população evangélica, por si, não deve ser considerada um elemento importante em nosso trabalho. No entanto, ao cruzar com dados produzidos por pesquisas realizadas pelo Datafolha, em 2016 e 2017, alguns elementos nos saltam aos olhos.

Na pesquisa Datafolha intitulada “Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil”, realizada em dezembro de 2016, podem ser verificados alguns elementos importantes para a compreensão do fenômeno evangélico e a questão política. Segundo a pesquisa, aproximadamente 29% da população com 16 anos ou mais são evangélicos, sendo a idade média dos evangélicos 37 anos, ante 40 dos brasileiros (DATAFOLHA, 2016).

No que tange à escolaridade, 34% têm o ensino fundamental completo (35% entre os brasileiros) e 51% o ensino médio (45% entre os brasileiros), porém, no ensino superior os evangélicos ficam abaixo da média nacional, sendo 15% frente a 20%. Já na localização geográfica, 49% dos evangélicos estão na região Sudeste (ante 43% dos brasileiros), 23% no Nordeste (27% dos brasileiros), 10% no Norte (8% brasileiros), 9% no Sul (ante 15%) e outros 9% no Centro Oeste (no Brasil, 8%). Outra variável importante diz respeito à renda familiar, 53% dos evangélicos possuem renda familiar inferior a 2 salários mínimos (49% dos brasileiros), 33% têm renda entre 2 e 5 salários (36% no Brasil) e 9% obtêm mais do que 5 salários (na população geral, 10%) (DATAFOLHA, 2016).

Os dados sobre a população evangélica vão se tornando mais significativos à nossa tese na medida em que são verificados elementos comportamentais e cotidianos, pois em nosso entendimento esse aspecto aponta para um elemento também político, que veremos adiante.

Segundo a pesquisa Datafolha (2016), 65% dos evangélicos costumam ir à igreja mais de uma vez por semana e 22% vão pelo menos uma vez, e, apenas a título de comparação, entre os católicos 17% frequentam a igreja mais de duas vezes por semana e 37% pelo menos uma vez. Esses dados demonstram claramente uma maior assiduidade da população evangélica, o que, por sua vez, pode representar maior capacidade dos líderes religiosos em influenciar o comportamento das pessoas. Ainda no mesmo bojo, 58% dos evangélicos sempre contribuem com dinheiro para sua religião, frente a 34% dos católicos, ao passo que o valor dado pelos evangélicos em comparação aos católicos é 2,7 vezes maior.

Sobre os comportamentos, a mesma pesquisa apontou que os evangélicos são mais propensos às recomendações das igrejas e dos pastores: no consumo de bebidas alcóolicas, por exemplo, há uma abrangência de 85% dos evangélicos, sendo que 66% seguem totalmente, contra 45% de recomendações dos católicos e 20% de seguirem totalmente. Com relação a conteúdos impróprios de diferentes mídias, como TV e internet, 76% dos fiéis tiveram essa informação, dos quais 51% seguem totalmente e 20% seguem parcialmente; já para os católicos, 40% receberam algum tipo de recomendação, sendo seguida totalmente por apenas 16% e por 18% em parte. Já quando o quesito é a vestimenta, 64% dos fiéis já receberam alguma recomendação, sendo seguida totalmente por 37%, ao passo que, nas igrejas católicas, 27% dizem ter algum ensinamento, sendo seguido totalmente por 12%.

Nos aspectos materiais e financeiros, para 97% dos evangélicos, todo o sucesso financeiro é devido, em primeiro lugar a Deus, com 89% concordando totalmente, ao passo que, para 28% dos evangélicos a pobreza é resultada da falta de fé.

Em outra pesquisa realizada pelo Datafolha em setembro de 2017 e intitulada “Religião e comportamento eleitoral”, alguns dados importantes apareceram e devem ser relacionados com o que estamos até agora argumentando.

Segundo a pesquisa Datafolha (2017), 21% dos entrevistados afirmaram que já votaram em candidato declarado evangélico. Esse dado aparentemente não é muito significativo, já que corresponde a aproximadamente 1/5 das respostas computadas. Porém, ao transpormos esse percentual para números absolutos, vemos uma cifra que não pode ser menosprezada. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há no Brasil 147.302.357 eleitores aptos para as eleições de 2018 e, se considerarmos aproximadamente 20% deste número, chega-se a uma cifra aproximada de 30 milhões de eleitores⁶³. Outro aspecto que ainda está vinculado ao fato do número de 21% diz respeito a quem já votou em evangélico, que pode ter sido ou não na mesma eleição.

Outro dado bastante significativo que nos salta aos olhos diz respeito ao fato de as pessoas levarem em consideração o apoio das lideranças religiosas aos candidatos políticos. Para os evangélicos em geral, 26% levam em consideração o apoio de seus líderes religiosos, ao passo que, entre os neopentecostais, a cifra sobe para 31%. E, quando perguntado se já haviam votado em candidato recomendado pela igreja, 16% dos evangélicos já votaram e, nos neopentecostais, a margem sobe para 28%. Apenas a título de comparação, entre os católicos o valor cai para 6% de pessoas que já votaram em candidato recomendado pela igreja.

Esses dados significam que as igrejas evangélicas de modo geral, e, especificamente as neopentecostais, têm uma grande capacidade de influenciar não apenas o cotidiano da vida das pessoas, mas também suas decisões políticas, o que acaba sendo fundamental para o êxito eleitoral da bancada evangélica, cujas eleições de 2018 somaram mais de 11 milhões de votos, conforme visto anteriormente. Esse número de 11 milhões se aproxima do cruzamento dos dados apresentando. Levando em consideração que 31% dos neopentecostais votam conforme o líder religioso de sua igreja, numa população de 25 milhões aproximadamente, chega-se a quase oito milhões de votos “fiéis”, valor esse capaz de eleger quase a totalidade da bancada evangélica.

Assim, tanto o crescimento da população evangélica quanto sua fidelização comportamental e eleitoral aos líderes de suas igrejas, capacitam a bancada evangélica a se colocar como uma pretensa conciliadora, uma vez que tem ampla abrangência em

⁶³ Em nosso argumento, mais importante do que o número ser preciso ou não é a tendência que é demonstrada.

frações das classes trabalhadoras, que não se identificam como trabalhadoras e não se veem representadas por partido político, mas têm plena confiança nos seus líderes espirituais.

Todos esses dados sugerem alguns indícios de como as igrejas evangélicas possuem uma capacidade muito grande de orientar as condutas dos fiéis, que por sua vez, acaba reverberando no aspecto político. Em certa medida, essa relação entre comportamento individual e conduta religiosa foi identificada por Max Weber (2006) quando o sociólogo identificou o que ele chamou de ação em relação a valores, isto é, como as ações individuais são efetivadas e orientadas por valores morais ou religiosos, o que, em certa medida, é nítido perceber a partir da pesquisa do Datafolha aqui utilizada.

Esses elementos da conduta dos indivíduos também foram identificados por Marx e Engels, n’*A Ideologia Alemã* (2007), ao argumentarem que “as ideias dominantes são separadas dos indivíduos dominantes e, sobretudo, das relações que nascem de um dado estágio do modo de produção, [...]e é muito fácil abstrair dessas diferentes ideias “a ideia”” (MARX; ENGELS, 2007, p. 49).

Desta maneira, queremos chamar a atenção para o fato de a conduta e o comportamento dos indivíduos serem orientados pelas igrejas, que aparecem diante deles como um elemento divino, que dota de sentido sua vida cotidiana, e, por sua vez, também inunda de sentido suas opções e decisões políticas, levando esses aspectos a aparecerem como a vontade do próprio Deus.

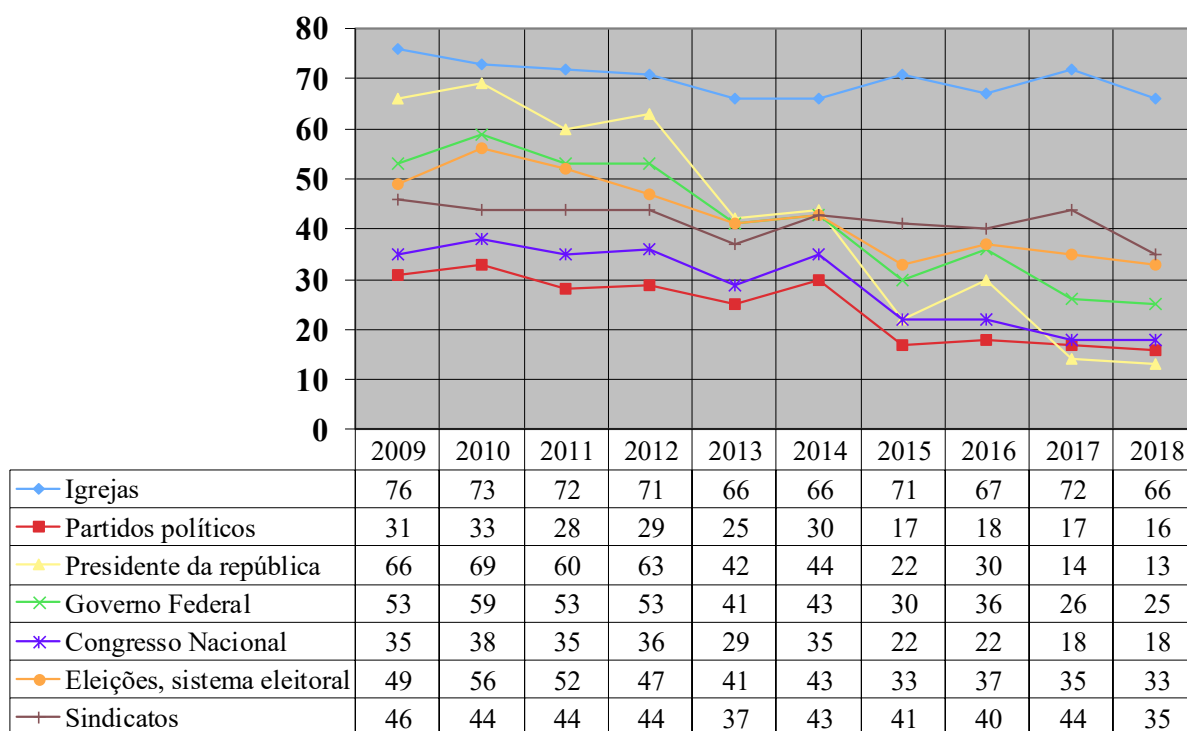
Outro aspecto importante para nossa pesquisa são os dados produzidos pelo IBOPE na pesquisa chamada de Índice de Confiança Social, o ICS, que é anualmente realizada desde 2009 e tradicionalmente no mês de julho. A nosso ver, esses dados contribuem para a tentativa da bancada evangélica em alçar uma posição de conciliação no interior do bloco no poder, tendo em vista que as igrejas possuem alta confiança popular e, por sua vez, podem se tornar “porta-vozes” de uma nova prática política, como esmiuçaremos adiante.

Segundo o ICS de 2018, a instituição que possui maior confiança da população é o Corpo de Bombeiros, com 82%, seguido das igrejas, com 66% de confiança, Polícia Federal, com 65%, Forças Armadas, com 62%, ao passo que, ao fim da lista, verificam-

se os sindicatos, com 35% de confiança, o sistema eleitoral, com 33%, governo federal, com 25%, Congresso Nacional, 18%, partidos políticos, 16% e Presidente da República, com 13% (IBOPE, 2018).

A pesquisa não discrimina as igrejas, mas as trata de uma perspectiva homogênea. Assim, tomemos esse dado não como valor absoluto, mas como elemento referencial necessário para a construção de nosso argumento e de nossa pesquisa, isto é, como a bancada evangélica, além de um alcance e capilaridade nas classes trabalhadoras, possui um respaldo e confiança de parcela significativa da população e, por isso, pode pleitear frente às frações burguesas um papel central na conciliação de classes.

Gráfico 2 - Índice de Confiança Social



É notório observar no gráfico que existem dois momentos em que há declínio no ICS das instituições, excetuando-se as igrejas, nos anos de 2013 e 2015. A primeira

data está vinculada às Jornadas de Junho de 2013 e a segunda, a nosso ver, aos questionamentos do pleito eleitoral de 2014, quando o candidato derrotado em segundo turno, Aécio Neves (PSDB), questiona a validade das eleições, pede recontagem de votos e inicia publicamente uma cruzada golpista cuja intenção era derrubar a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Queremos chamar a atenção para alguns aspectos deste gráfico, analisando-o à luz de nossa pesquisa. O primeiro fator é o decréscimo vertiginoso da confiança na presidência. Se de 2009 a 2012 o ICS mantinha-se estável acima de 60 pontos percentuais, em 2013 cai para casa dos 40 pontos e, em 2015, para 20 pontos, chegando em 2018 a 13 pontos.

Esses números significam um decréscimo de confiança na presidência, que, por sua vez, permite que uma conciliação de classes seja mais difícil de ser objetivada justamente pela redução da confiança. É evidente que os interesses das frações das classes burguesas e trabalhadoras é que ditam as regras da forma de condução da conciliação, porém, com baixo apoio e confiança de parcela população, os poderes de barganha do líder do bloco no poder reduzem. E, mais do que isso, como as frações trabalhadoras poderiam apoiar medidas de um chefe do executivo em quem não há confiança? Nesse sentido é importante o dado de alta confiança das igrejas.

Mesmo após o golpe de 2016, a confiança do presidente da república continua bastante baixa, dada a grande impopularidade de Temer e de suas reformas temerárias, que atacam diretamente os interesses das classes trabalhadoras, como a aprovação da reforma trabalhista e teto dos gastos públicos. Além disso, outro fator que contribuiu para que esse índice de confiança se mantivesse baixo foi a massiva campanha do “Fora, Temer”, pela ilegitimidade desse governo, cuja base se compunha com os derrotados na eleição de 2014.

Além do presidente particularmente, o governo federal também sofreu do mesmo dilema, uma vez que, depois de 2013, cai para a casa dos 40 pontos e, depois de 2015, para 30. Em 2016, após o golpe, há uma pequena melhoria no número, que vai a 36. Isso se dá em razão de um suposto otimismo com a saída de Dilma, mas volta a cair nos anos seguintes muito em razão da adoção de medidas impopulares.

Partidos políticos e Congresso Nacional na série histórica do IBOPE (2018) não figuraram em nenhum momento com grande confiança da população. Porém, depois de 2015, essa rejeição aumentou ainda mais, em nossa compreensão, muito em razão do próprio curso político e acirramento das contradições sociais, resultantes da luta de classes.

A instituição que parece passar de alguma forma ilesa a todas as contradições geradas a partir de 2013 foi a Igreja. Como explicitado anteriormente, não são discriminadas as religiosidades, mas vê-se a igreja de uma forma homogênea. As taxas de confiança gravitam na casa dos 70 pontos, ora com um pouco mais ora com um pouco menos. Isso deve ser levado em consideração, a nosso ver, porque essa instituição tem confiança da população e, na medida em que os líderes religiosos evangélicos adentram na política para compor o bloco no poder, passando a bradar com elementos moralizantes e anticorrupção, eles conseguem convergir uma confiança institucional à sua imagem.

Assim, se há uma crença geral de que políticos e partidos seriam corruptos, portanto, imorais, caberia a uma instituição moralizante “moralizar” a imoral política, sobretudo em razão de uma “dupla” função por estes assumidos, isto é, o cumprimento de uma função ordenadora e de controle das condutas (leis), exercendo-as sob um viés moralizante religioso. Ou seja, nesta perspectiva não há moralidade sem lei e disciplina sem submissão. Portanto, se há uma imoralidade na política representada pela corrupção, deveriam ser, aos olhos da bancada evangélica, as igrejas e os pastores políticos aqueles que possibilitariam uma salvação, na medida em que ingressam no bloco no poder para cumprir um desígnio divino, conforme vimos anteriormente.

Com isso, a partir de todos os dados apresentados, bem como com as contradições internas do próprio bloco no poder durante o período lulo-petista⁶⁴, concordamos com a argumentação de Boito Jr. (2018), para o qual estamos diante de um conflito de classes que, de alcance menor em relação à luta de classes, opõe-se num

⁶⁴ Esse argumento será trabalhado no primeiro capítulo intitulado provisoriamente de “Origem histórico do lulo-petismo: origem, ápice e crise; na quarta seção, mas que ainda não foi apresentada neste texto de qualificação, pois preferimos ir desenvolvendo as bases do argumento com o fito de apresentar a banca de qualificação como estamos costurando nosso caminho, após a qualificação voltaremos e desenvolveremos de maneira mais cuidadosa a crise do lulo-petismo.

sistema de alianças e de oposições intrincado e complexo, a diferentes segmentos e frações das classes capitalista e dominante, que disputavam a apropriação da riqueza e da renda, isto é, o conflito distributivo parece estar na raiz da crise política que depôs a presidenta Dilma e causou uma profunda crise na conciliação lulo-petista.

O que parece evidente em nossa compreensão é que a forma da conciliação lulo-petista já não seria suficiente para solucionar as crises e contradições internas do bloco no poder, sobretudo no conflito de distribuição da riqueza. Além disso, as frações que ficaram à margem nesse período parecem reivindicar uma volta, principalmente as frações burguesas vinculadas ao capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. Assim, essas frações historicamente no Brasil estavam aliadas ao PSDB⁶⁵ (BOITO JR, 2012).

Nesse sentido, na medida em que a crise interna do bloco no poder torna-se insustentável e o lulo-petismo não consegue manter uma base de apoio, o golpe torna-se quase inevitável e quem retorna a direção do bloco no poder são os representantes dos interesses das frações vinculadas ao capital financeiro e internacional. Por isso mesmo, as primeiras medidas do governo Temer⁶⁶ são acelerar as reformas de caráter neoliberal, como privatizações do pré-sal e congelamento por 20 anos do investimento público, por exemplo, bem como realizar reformas que busquem atrair setores das frações burguesas que outrora apoiavam o lulo-petismo, mas que viam com bons olhos medidas como reforma trabalhista, aprovação da terceirização irrestrita.

Assim, se todas essas reformas encabeçadas por Temer por si já possuem um caráter antipopular, e isso somado ainda a toda insatisfação e questionamento da legitimidade do governo após o golpe, julgamos necessário às frações burguesas algum elemento ideológico para construir alguma legitimidade em frações das classes trabalhadoras. É evidente que toda a instabilidade política e econômica do momento pós-golpe foi um trunfo para que as reformas temerárias fossem aprovadas rapidamente, sob a narrativa de “retirar o país da pior crise econômica de sua história” (sic) deixada

⁶⁵ Idem nota anterior.

⁶⁶ Aprofundaremos esse argumento no próximo capítulo intitulado “Golpe e neoliberalismo”, demonstrando a aproximação dessas frações com a bancada evangélica.

pelo lulo-petismo, mas que, após acabar com a “maldição petista”, deveriam governo e população parar de pensar em crise e trabalhar.

O tragicômico lema “Não pense em crise, trabalhe” foi amplamente divulgado após o golpe, como uma tentativa de criar uma imagem de que a economia e a política iriam melhorar. Por isso mesmo, ao analisarmos essa frase, nos transparece um elemento escatológico, cujo fim, a graça, seria alcançado a partir de esforços laboriosos de homens de fé, da fé de que o país estaria melhorando agora sem o PT na direção do bloco no poder.

Assim, para o governo Temer e as frações burguesas que ele representa, ninguém melhor para ocupar esse posto do que a bancada evangélica. Isto pela capilaridade que possui no interior da classe trabalhadora, considerando-se o crescimento constante da população evangélica e de seus “eleitores fiéis” e a confiança que as igrejas possuem, além da própria dimensão ideológica e ascética que os evangélicos possuem em relação ao trabalho.

Devemos lembrar nesse momento da análise realizada por Weber (s.d.), quando entende que os laboriosos merecem mais em comparação àqueles menos afortunados e que não trabalham tanto. A própria religiosidade protestante apontava o caminho da salvação como uma mudança, saindo de uma fuga contemplativa do mundo, dirigindo-se ao “trabalhe nesse mundo”, como, portanto, uma dimensão ativa e ascética. Por isso mesmo salienta que

não é a doutrina ética de uma religião, mas a forma de conduta ética a que são atribuídas recompensas que importa. Essas recompensas funcionam na forma e na condição dos respectivos bens de salvação. [...] As recompensas eram atribuídas a quem se “provava” perante Deus, no sentido de alcançar a salvação e provar-se frente aos homens [...] Ambos os aspectos foram mutuamente suplementares e funcionaram no mesmo sentido: ajudaram ao nascimento do “espírito” do capitalismo moderno, seu *ethos* específico: o *ethos das classes médias burguesas modernas*. (WEBER, s.d. p. 368-369, grifos no original).

É interessante observar que o espírito capitalista identificado por Weber constitui o *ethos* dos estratos médios (classe média), que se tornaram os críticos mais raivosos do lulo-petismo, demonstrando uma espécie de “espírito fascista” quando

observamos o desenrolar do processo político desde o golpe, aflorado e canalizado principalmente nos discursos sexistas, machistas e homofóbicos de Jair Bolsonaro.

Porém, retornando a nossa linha de argumentação, a bancada evangélica não aparece como mero títere das frações burguesas que voltam (sem terem saído completamente) à direção do bloco no poder, mas também passa a fazer exigências como contrapartida de seu apoio, uma vez que ela possui um lastro social amplo. Assim, a bancada evangélica entra nessa conciliação buscando atingir seus objetivos, dentre os quais se tornar uma fração central no bloco no poder, pois este seria também o plano de Deus para o Seu povo, que já perdeu oportunidades de promover mudanças através do voto (MACEDO e OLIVEIRA, 2008).

As contrapartidas defendidas pela bancada evangélica estão vinculadas à “preservação dos valores cristãos e de defesa da família” (FPE, 2018), que envolvem: combate à “ideologia de gênero” (sic), defesa dos direitos da família tradicional, escola sem partido (sic). Em troca, esses parlamentares aceitariam compor uma frente para a “modernização do Estado” e dos ajustes fiscais.

A bancada evangélica não possui uma diretriz político-econômica bem delimitada, mas defende uma espécie de gestão do plano divino, isto é, estão mais preocupados com a dimensão comportamental e teológica do que com a dimensão econômica, embora o manifesto publicado após as eleições de 2018 apontem para uma aproximação de uma ideologia gerencial neoliberal. Assim, seria possível à bancada evangélica se aproximar de qualquer fração que compõe o bloco no poder, como apoiadora de plataformas específicas (reforma do Estado, ajustes fiscais, reformas trabalhistas, reforma da previdência, congelamento do gasto público), cujas contrapartidas se localizam numa dimensão moralizante e não econômica.

Portanto, entendemos haver uma espécie de cisão da política e da economia, como se fossem duas dimensões completamente independentes uma da outra. Assim, o Deus “Família” cuida do aspecto moral e político e o Deus “Livre-Mercado”, da economia.

4. As bases da República Evangélica: o ensaio neoliberal de Temer

4.1. As razões do golpe parlamentar: da pequena à grande política

O processo político que redundou no golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016 seu deu, a nosso ver, como resultado de uma disputa mais ampla na correlação capital x trabalho e marcou a ruptura com o período lulo-petismo. Embora estejamos falando de um novo momento da conjuntura brasileira, isto é, de uma recomposição e reorganização das forças políticas (classes sociais e frações de classe) no interior do bloco no poder, este processo também foi incorporado por indivíduos que atuaram na elaboração e articulação para que o golpe pudesse ser efetivado.

Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx apresenta uma crítica a um de seus interlocutores que compreenderam o golpe de Estado dado por um indivíduo isolado, ao passo que, para outro interlocutor, o golpe seria o resultado de uma evolução histórica precedente. No entanto, Marx diz que ambas as análises são equivocadas, pois não encontram na luta de classes as circunstâncias e condições que permitiram a um personagem grotesco e medíocre desempenhar o papel de herói. Ao mesmo tempo, compreendeu que Bonaparte buscava assegurar a ordem burguesa e estava ciente de ser o representante destas frações (MARX, 2011b).

Essa breve retomada de Marx nos é útil, pois, a nosso ver, o golpe dado por Temer, embora seja resultado de uma luta de classes, também perpassa por elementos individuais que representa o jogo baixo da pequena política no sentido apresentado por Gramsci. Assim, entendemos ser importante apontar para as ações de Michel Temer, Eduardo Cunha, Aécio Neves, alguns membros que exercem grandes influências na bancada evangélica e em algumas instituições representantes do capital financeiro e produtivo. Isso porque a compreensão desses fatores também nos ajuda na análise de todo o processo do golpe parlamentar e na compreensão de seus desdobramentos, chegando à nossa hipótese, segundo a qual a bancada evangélica busca assumir o papel de conciliação no interior do bloco no poder, outrora ocupado pelo pacto lulo-petista.

Como já explicitamos anteriormente, o conceito gramsciano de pequena política nos é bastante útil para a compreensão deste processo, uma vez que, segundo o autor sardo, além de esta ser a política do dia-a-dia, a política parlamentar, do corredor e das intrigas, a “pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela dominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Se a pequena política corresponde às questões parciais e às lutas pela dominância entre as frações, a grande (ou alta) política, o seu contrário, remete a questões relativas à estrutura do Estado e à “sociedade política”, isto é, ao conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência, estabelecendo uma específica relação de poder (COUTINHO, 1985). Por isso mesmo, os sujeitos que estão inseridos nos meandros da sociedade política, atuam e jogam toda luz à pequena política, realizando um grande esforço para que não ocorra nenhuma mudança radical na sociedade. Nas palavras do próprio Gramsci, “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2007, p. 21-22).

A nosso ver, a formulação de Gramsci a despeito da relação entre pequena e grande política é extremamente útil para a compreensão do fenômeno do golpe parlamentar sofrido por Dilma, principalmente, porque grande parte do elemento retórico utilizado pelos parlamentares estava vinculada a supostas características pessoais, como intransigência e incapacidade de Dilma dialogar com as ratazanas que habitam os corredores do parlamento. Porém, na realidade, o que se observa é uma recomposição das frações burguesas e uma reordenação na direção do bloco no poder. Relembrando Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (2005), a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.

Isso significa que se o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra, todas as nuances que explicitam essa relação devem ser mascaradas, para que se crie um “teatro político” onde apenas os indivíduos e suas idiossincrasias sejam levados em consideração pelo público que, atônito, assiste à peça. Por isso, nos

cabe avaliar agora esse teatro – que mais parece um picadeiro, até com palhaços profissionais – que resultou no golpe parlamentar em Dilma.

No mesmo ano de 2016, quando se deu o golpe parlamentar, Rodrigo de Almeida publicou o livro “À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff”, no qual relata parte do que ele havia vivenciado como assessor de imprensa do então ministro da fazenda, Joaquim Levy, e, depois, como secretário de Imprensa da Presidência. Com isso, a obra de Almeida (2016) torna-se uma importante ferramenta para compreensão da pequena política que derrubou a presidenta Dilma, encerrando um longo ciclo da forma de conciliação lulo-petista.

Para Almeida (2016), os meses que antecederam o golpe foram uma versão brasileira das dez pragas do Egito: inflação de dois dígitos, desemprego, recessão econômica, o rompimento da barragem de Mariana, o vírus Zika, a operação Lava Jato, a delação premiada de Delcídio do Amaral, a polêmica da compra da refinaria de Pasadena, a ação no TSE que pedia a cassação da chapa Dilma-Temer e o processo de impeachment instaurado no congresso.

Se não bastassem todos estes elementos que naturalmente já trariam dificuldade ao governo Dilma, ainda havia alguns personagens icônicos que jogavam lenha na fogueira da crise enfrentada pela presidenta: o “capitão do Golpe”⁶⁷, Michel Temer; o “homem das contas na Suíça”, Eduardo Cunha; o “playboy mimado e inconformado” pela apertada derrota nas eleições de 2014, Aécio Neves; os “cordeiros de Deus”, membros da bancada evangélica, todos estes podem ser legítimos representantes do que Marx denominou de “cretinismo parlamentar”.

A expressão cretinismo parlamentar empregada por Marx (2011b) cabe como uma luva aqui, uma vez que ela era a expressão do uso não constitucional das prerrogativas parlamentares que tentavam suprimir o sufrágio universal na França. No caso do contexto brasileiro em questão, tais sujeitos precisavam mover-se estritamente dentro dos limites parlamentares. Isto é, o golpe parlamentar ocorreu dentro da

⁶⁷ Expressão utilizada por Ciro Gomes durante um congresso do PDT em dezembro 2015 e divulgada à exaustão por parte da imprensa quando Cunha aceitou a admissibilidade do processo de impeachment no parlamento. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/12/ciro-gomes-acusa-michel-temer-de-ser-capitao-do-golpe.html>

legalidade, uma vez que foi efetivado pelo parlamento e chancelado pelo judiciário. No entanto, embora estivesse “dentro da legalidade”, o argumento utilizado para depor Dilma, “pedaladas fiscais”, era constituído de práticas habituais dos governos que antecederam o dela e deixaram de ser crime dois dias depois da efetivação do golpe no Senado⁶⁸.

Além dos personagens citados, houve outros setores ligados à sociedade civil que foram fundamentais para o golpe: o “patético pato amarelo”: FIESP; os “indignados, revoltados e paneiros das redes sociais”: “Movimento Brasil Livre” (MBL), “Vem pra Rua” e demais grupelhos, que atiçavam o fogo popular que queimaria Dilma, além, obviamente, da cereja do bolo, os “meninos curitibanos cheios de convicção”: Moro e Dallagnol.

Todos estes fatores foram cruciais e decisivos para a compreensão do golpe parlamentar contra Dilma, pois, de certa maneira, eles eram a expressão da pequena política. Além disso, por trás de todos estes indivíduos, o que se via eram interesses das frações de classes que se reordenavam no interior do bloco no poder, cujo modelo de conciliação lulo-petista encontrava um limite histórico.

Na perspectiva de Almeida (2016), o golpe começou a se delinear logo após Aécio Neves ser derrotado nas urnas, já que quatro dias depois do pleito, no dia 30 de outubro de 2014, o PSDB entrou com um pedido no TSE para “auditoria especial” sobre o resultado das eleições. Esse fato, na visão do autor, era a origem do impeachment em busca de um motivo. No pedido assinado pelo coordenador jurídico nacional do PSDB, reivindicava-se a autorização para a criação de uma comissão formada por técnicos indicados pelos partidos políticos para a fiscalização de todo o processo eleitoral.

A peça era toda marota, pois, se por um lado, buscava aliviar a barra do TSE, argumentando que não colocava em questão a lisura da apuração e o trabalho da Justiça Federal, por outro, justificava o gesto com “denúncias e desconfianças” surgidas após a vitória de Dilma, especialmente nas redes sociais. O autor do pedido, em entrevista ao

⁶⁸ Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. **Brasil de Fato**. Publicado em 2 de setembro de 2016; disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

portal de notícias G1, argumentou que: “não tem nada a ver com pedido de recontagem de votos nem estamos questionando o resultado. Só queremos evitar que esse sentimento de que houve fraude continue a ser alimentado nas redes sociais”⁶⁹.

É possível afirmar que, naquele momento, a intenção era criar uma instabilidade ao governo Dilma, pois estava sendo colocada em dúvida a legitimidade do mandato da presidenta recém-reeleita. E, um mês depois, Aécio Neves prometeu em ato no Congresso que ele representaria o movimento oposicionista do parlamento⁷⁰, afirmando que “estamos selando um pacto para a construção da oposição revigorada e vitoriosa, pois passamos a eleição falando a verdade sobre uma nova construção política ética”⁷¹.

Aécio defendia ainda que faria a “mais vigorosa oposição da história do país” e, mais tarde, na tribuna do Senado afirmou, como líder da oposição:

Ainda que por pequena margem, o desejo da maioria dos brasileiros foi que nos mantivéssemos na oposição, e é isso que faremos. Faremos uma oposição incansável, inquebrantável, e intransigente na defesa dos interesses dos brasileiros. Vamos fiscalizar, cobrar e denunciar [...] Retorno com convicções mais sólidas. É nosso desejo contribuir para que o país avance através das reformas que os brasileiros esperam, como a política e a tributária, transformar o Bolsa-Família e a segurança pública em políticas de Estado, melhorar a educação básica, recuperar o investimento em saúde, restaurar a federação. Nosso projeto para o Brasil continua mais vivo do que nunca (NEVES *apud* OLIVEIRA, 2014)⁷²

⁶⁹ REDAÇÃO. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar “lisura” da eleição. **G1.com**. Publicado em: 30 de outubro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

⁷⁰ Que rapidamente se converteria de opositores a golpistas.

⁷¹ Agência Brasil. Em ato no Congresso, Aécio promete “vigorosa oposição”, publicado em 05 de novembro de 2014, disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/em-ato-no-congresso-aecio-promete-%E2%80%98vigorosa-oposicao%E2%80%99/>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

⁷² OLIVEIRA, Guilherme. Aécio Neves promete oposição “incansável e intransigente”. **Agência Senado Notícias**. Publicado em: 05/11/2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

O discurso de Aécio teve um tom ameaçador a Dilma, que logo se transformaria em uma prática golpista. Dias antes do inflamado discurso de Aécio, o candidato a vice-presidente em sua chapa, Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB-SP, disse na mesma tribuna do Senado que recusava qualquer proposta de diálogo com Dilma, pois, segundo ele, o PT, por meio das redes sociais, havia propagado “mentiras” ao longo da campanha eleitoral que não seriam esquecidas pelo PSDB. Isto correu após as eleições, pois, em seu discurso Dilma, havia pregado diálogo para unir o país em seu segundo mandato. A esse respeito, afirmou Nunes:

Quem faz isso não tem autoridade moral para pedir diálogo. Comigo, não. Estende uma mão e, com a outra, tem um punhal para ser cravado nas costas [...] Eu fui pessoalmente agredido por canalhas escondidos nas redes sociais a serviço do PT, de uma candidatura. Não faço acordo. Não quero ser sócio de um governo falido, e nem cúmplice de um governo corrupto. [...] Eles transformaram as redes sociais em um esgoto fedorento para destruir adversários. Foi isso que fizeram. Não diga a candidata Dilma que não sabia o que estava acontecendo. Todo mundo percebia as insinuações que fazia nos debates e os coros nos debates sociais, dizendo que o Aécio batia em mulheres, era drogado (NUNES *apud* GUERREIRO, 2014)⁷³.

As declarações demonstram a sanha golpista do PSDB, sobretudo pela intransigência em relação ao diálogo com a direção do bloco no poder. É válido ressaltar, ainda que, no político jogo institucional, os interesses das frações burguesas estão sendo defendidos por seus representantes, e, nesse caso, o PSDB aproxima-se dos interesses financeiros, ou de uma burguesia associada (e neoliberal), que, embora lucrasse no período lulo-petista, não exercia uma hegemonia no bloco no poder e via no PSDB seus autênticos representantes.

Entendemos aqui, que, embora a composição lulo-petista buscasse efetivar uma forma de conciliação baseada num “ganha-ganha” e a política econômica do período lulo-petista fosse categorizada por alguns estudiosos como período

⁷³ GUERREIRO, Gabriela. Vice de Aécio não aceita diálogo com Dilma e promete “não dar trégua”. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 28 de outubro de 2014, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539777-vice-de-aecio-nao-aceita-dialogo-com-dilma-e-promete-nao-dar-tregua.shtml>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

neodesenvolvimentista – ou de quebra do consenso neoliberal⁷⁴ –, concordamos com a argumentação desenvolvida por Plínio Sampaio Jr (2017), para o qual

O neodesenvolvimentismo enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. [...] O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. *Não se questiona a possibilidade de os objetivos serem simplesmente antagônicos com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia.* Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade. (SAMPAIO, 2017, p. 156-157)

Assim, se o neodesenvolvimentismo pode ser um simulacro, crescimento e modernização, a sua aparência esconde e disfarça a apologia do *status quo*. Para o PT, desde o início de sua história, conforme demonstramos anteriormente, não havia interesses em romper com a lógica societária do modo de produção capitalista, e isso reverbera no “modo petista de governar”. Porém, trata-se de um elemento novo na conjuntura pós-eleição de 2014, porque as frações burguesas optaram por romper com esse modelo conciliatório.

Se entendemos que o PT não representa uma ofensiva ao capital, a questão era: como se dava o ajuste fino que o governo “neodesenvolvimentista” operava em relação ao modelo “neoliberal”, isto é, como o PT, por exemplo, atendia interesses FIESP, indústria local de transformação com a entrada sistemática de produtos industrializados chineses de 2006 a 2011, atendendo aos interesses da burguesia associada vinculada aos setores importadores e exportadores? Por isso, a política econômica lulo-petista criava alguns nichos protecionistas para certos setores em compras públicas, como é o caso das indústrias de construção pesada e construção naval, ao mesmo tempo que a ampliação da concorrência do mercado chinês fazia com que a FIESP exigisse maiores – e constantes – flexibilizações para suas mercadorias tornarem-se mais competitivas no mercado interno. Tais questões exigiam maiores desregulamentações do trabalho, como

⁷⁴ Sobre alguns dos autores que defendem essa linha de argumentação consultar especialmente as coletâneas de apologias ao período lulo-petista, SADER, Eder, 2010 e 2013; CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo e SARTI, Fernando, 2018. Guardado as devidas diferenças entre as obras citadas, a grande linha de argumentação dos defensores do neodesenvolvimentismo ou governo pós-neoliberal, está assentado na própria forma de conciliação lulo-petista, que viam nos governos do PT, uma intervenção de um partido político com origens operárias, que efetivaram melhorias consideráveis ao nível de vida da classe trabalhadora e dos índices macroeconômicos.

por exemplo, a reforma trabalhista e a terceirização irrestrita, fatos sobre os quais o PT tinha suas reticências, mas não era totalmente contrário⁷⁵.

Retornando à linha de argumentação, se o PSDB historicamente representa os interesses neoliberais e, portanto, a fração da burguesia associada ao capital financeiro, ampliando ainda a dependência brasileira aos países centrais⁷⁶, especialmente os EUA, seriam necessárias ainda outras frentes para que o golpe pudesse ser bem sucedido, para que tivesse ainda alguma aparência de legitimidade. Aécio, o derrotado inconformado fazia o barulho necessário, atraía os holofotes, mas ainda era preciso outros setores, inclusive internamente ao próprio PSDB. Talvez seja possível afirmar que a dupla Aécio-Nunes não se conformou com a maneira como se deu a derrota no pleito eleitoral, inclusive chegaram a comemorar a vitória⁷⁷, porém, a virada de Dilma ocorreu no exato momento em que 88,9% das urnas já tinham sido apuradas, ou seja, foi praticamente uma virada aos 45' do segundo tempo, caso fosse uma partida de futebol.

Se Aécio foi o grande agitador para o golpe, internamente ao PSDB a questão só foi fechada em 2015-2016, quando o partido se organizou e se alinhou às propostas das reformas temerárias. Para Almeida (2016), o PSDB buscou uma saída jurídica para efetivar o golpe, e havia duas frentes: a cassação da chapa Dilma-Temer via TSE e Justiça Eleitoral ou via congresso.

A chancela do golpe via congresso era mais fácil de ser efetivada, principalmente pela tese que virou clichê: o Brasil saiu dividido da disputa presidencial de 2014, sobretudo pela margem extremamente estreita entre os candidatos⁷⁸. Toda a beligerância de Aécio começava a criar dificuldades ao segundo mandato de Dilma, a

⁷⁵ Um exemplo desse debate pode ser visto em Cunha (2016).

⁷⁶ Para maiores detalhes sobre essa discussão, consultar: Antunes, 2004; Carneiro, 2002; Corsi, 2003; Cunha, 2015; Filgueiras, 2003; Galvão, 2007; Ouriques, 2017; Sampaio Jr; 2017; Souza, 2016; Vasconcellos, 1997.

⁷⁷ Redação. Aécio, familiares e convidados comemoram a vitória antes do tempo. **Portal Pragmatismo Político**. Publicado em: 28 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/aecio-familiares-e-convidados-comemoraram-vitoria-antes-tempo.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

⁷⁸ O pleito eleitoral de 2014 terminou com 51,64% (54.501.118 votos) para Dilma, contra 48,36% (51.041.155 votos) para Aécio

ponto de já em 2015 ter iniciado campanhas pelo golpe. Entendemos que o golpe parlamentar foi efetivado sem um consentimento de parte da população, principalmente os estratos mais altos da classe média, pois, desde as jornadas de junho de 2013, o pacto lulopetista vinha sendo questionado com um pouco mais de vigor e, após as eleições, iniciaram uma campanha pelo golpe.

O primeiro registro dos atos pró-impeachment se deu seis dias após o resultado do pleito eleitoral na cidade de São Paulo, quando foi realizado um protesto em que, além do impeachment, os manifestantes pediam intervenção militar⁷⁹. Desde então, os atos multiplicaram-se, tanto no número de cidades onde passaram a ocorrer, quanto na quantidade de pessoas envolvidas, tendo como marco as manifestações de 15 de Março e 13 de Dezembro de 2015.

Ambas as manifestações, 15 de março⁸⁰ e 13 de dezembro⁸¹, foram convocadas principalmente por meio das redes sociais, especialmente o *Facebook*, e em sua organização articulavam-se os grupos: “Movimento Brasil Livre” (MBL); “Vem Pra Rua” e “Revoltados On-Line”. Além desses grupos, ajudaram ainda na mobilização, quadros do PSDB⁸². Na cidade de São Paulo, por exemplo, o metrô, que é de responsabilidade do governo estadual (PSDB), liberou as catracas para os “manifestantes”, o que não faz nem quando há grandes eventos e manifestações populares na Avenida Paulista⁸³. Além disso, houve ainda um papel importante da

⁷⁹ URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, publicado em: 01 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 13 de Abril de 2016

⁸⁰ BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País Brasil**, publicado em: 15 de março de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

⁸¹ REDAÇÃO. Manifestantes a favor do impeachment de Dilma vão às ruas. **El País Brasil**, publicado em: 13 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450015512_142895.html>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

⁸² VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanos-definematuacaonosatosproimpeachmentimp,1641620#>>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

Central Globo de Jornalismo, que, durante essas manifestações fez, ao longo do dia, coberturas e chamadas ao vivo como um claro estímulo à participação da população⁸⁴.

Segundo o Datafolha, o “15 de março” em São Paulo contou com aproximadamente 210 mil pessoas. Em todo o país houve manifestações, totalizando 160 cidades, que reuniram, segundo contagem das Polícias Militares, 2,3 milhões de pessoas⁸⁵. Já o “13 de dezembro” também ocorreu em todos os estados, mas com um alcance menor. tendo sido ao todo 87 cidades, e, segundo os organizadores, contou com a participação de cerca de 400 mil manifestantes em todo o país⁸⁶. Em ambas as manifestações era uníssono o pedido de impeachment, sobretudo em virtude da “institucionalização da corrupção” (sic) resultada das práticas e governos *lulo-petistas*⁸⁷.

As manifestações que ocorreram durante o ano de 2015, a nosso ver, serviram para que os parlamentares golpistas tivessem alguma condição de justificar seus posicionamentos para efetivar o impeachment. Porém, além desse fato, seriam necessários outros aspectos, isto é, a atuação, articulação e conspiração do vice, Temer, e do presidente do Congresso para colocar em plenário a proposta do golpe parlamentar.

Se Aécio era o agitador – em metáfora futebolística, aquele que joga para a torcida –, era necessário alguém de confiança para levar adiante o impeachment e, nesse caso, o homem era Eduardo Cunha.

⁸³ AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. **Valor Econômico**, 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

⁸⁴ Um fato curioso e que reforça essa ideia da participação tucana nos atos foi o então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Moraes (atualmente Ministro do STF), solicitar à Federação Paulista de Futebol o adiamento da partida entre Palmeiras x XV de Piracicaba, das 16h00 para às 11h00 de 15 de março de 2015.

⁸⁵ REDAÇÃO. Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. **G1.com**, 16 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contra-dilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

⁸⁶ REDAÇÃO. Manifestações contra Dilma ocorrem em todos os estados do Brasil. **G1.com**. Publicado em: 13 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/manifestacoes-por-impeachment-de-dilma-sao-registradas-pelo-brasil.html>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

⁸⁷ PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistemica-institucionalizada-14905059>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

Eduardo Cunha era o algoz ideal. Ao fim da tarde de 2 de dezembro de 2015, efetivou o que já vinha ameaçando: acolheu um dos inúmeros pedidos de impeachment de Dilma – eram cerca de 50, segundo o presidente da Câmara⁸⁸. Temer, anos depois, em novembro de 2019, em entrevista para Andréia Sadi, no programa televisivo transmitido pela mídia golpista, *GloboNews*, afirmou categoricamente que Cunha abriu o processo de impeachment como resultado de uma chantagem, em que o PT não o apoiou no Conselho de Ética na Câmara. Para Temer, o fato decisivo ocorreu em dezembro de 2015, quando a bancada do PT na comissão (3 membros, o que era suficiente para anular ou dar continuidade ao processo) pediu a cassação de Cunha em razão do episódio das contas na Suíça⁸⁹, pois, conforme argumentou: “[foi] um equívoco do PT, eu penso que se o PT tivesse votado com ele [Cunha] naquela comissão, ele estava com boa vontade de eliminar o impedimento”⁹⁰.

Segundo Almeida (2016), Cunha tentou negociar a todo custo um acordo de proteção mútua com o planalto, cuja proposta era: ele, Cunha, seguraria os processos de impeachment e, em troca, o PT o ajudaria a escapar do risco de ter seu mandato cassado. Assim, além do agitador Aécio Neves e do vingativo Cunha, faltava ainda o conspirador Temer adentrar de corpo e alma no golpe.

Cunha era um personagem que trazia consigo uma particularidade que o ligava aos setores conservadores, especialmente da bancada evangélica, não apenas por ser membro da bancada, mas por defender temas e pautas que convergiam com o interesse moral da bancada evangélica.

Entendemos que esse era um importante elo entre Cunha, a bancada evangélica e o golpe parlamentar. Em artigo publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP*, Fernando Limongi (2015) argumentou que Cunha se declarava um conservador

⁸⁸ BARIFOUSE, Rafael. O que dizem os outros 11 pedidos de impeachment contra Dilma. **BBC Brasil**, São Paulo, publicado em 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160414_outros_pedidos_impeachment_rb>. Acesso em 07 de julho de 2016.

⁸⁹ DA REDAÇÃO. Documentos com assinatura de Cunha comprovam contas na Suíça, diz TV. **Veja**. Publicado em 16 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/documentos-com-assinatura-de-cunha-comprovam-contas-na-suica-diz-tv/>>. Acesso em 07 de Julho de 2016.

⁹⁰ GLOBONEWS. Temer diz que Cunha autorizou o impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara. **Globonews**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghtml>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

convicto e, como tal, tinha como prioridade defender seus interesses econômicos (dólares na Suíça) e as pautas moralistas. Para isso, tinha um objetivo claro e definido: minar o poder o PT e o que ele representa (LIMONGI, 2015).

Essa briga entre PT e Cunha tinha, na perspectiva de Limongi (2015), um ar dramático, pois todas as vezes que o PT tentava enfrentar Cunha, ele saía mais fortalecido. Desde que ascendeu à liderança do partido, Cunha minou as bases do governo, pois, além de uma bancada própria, tinha ainda na manga, pautas-bombas que, sempre que necessário, colocava em cena, para assim, criar uma confusão e vender a solução. Nas pautas-bombas de Cunha, estavam projetos de lei que causavam grandes tremores econômicos, como o PL de ajuste salarial ou de bloqueio de novas formas de arrecadação, por exemplo. A nosso ver, essa medida adotada por Cunha tinha uma dupla dimensão: dificultar as ações do governo para tentar sanar a crise econômica que se arrastava e atingir as metas fiscais, bem como desmoralizar e fragilizar o governo, demonstrando a “incapacidade” de Dilma de governar⁹¹.

Já no que tange à “bancada própria” de Cunha, em pesquisa realizada pelo Laboratório *Analytics*, vinculado ao departamento de Computação da Universidade Federal de Campina Grande⁹², chegou-se à conclusão de que 138 parlamentares votaram em mais de 85% das pautas seguindo as recomendações do “cacique” do PMDB, Eduardo Cunha, no primeiro semestre de 2015. Ao todo, foram membros de 14 partidos, formando uma espécie de bancada própria e suprapartidária; destes, quase 20 eram da bancada evangélica, que, na magistratura de 2014-2018 eram em 81, segundo dados do DIAP (2014).

Mais do que os números absolutos, queremos destacar aqui o poderio que Cunha possuía e a quantidade de parlamentares que tinha em suas mãos, ou, pelo menos, aqueles sobre os quais tinha grande influência, conforme mostrou o “cunhômetro”. Efetivamente, o parlamentar não hesitou em utilizar esse trunfo na manga contra Dilma.

Faltava ainda, para fechar a tríade da pequena política, o conspirador, o “capitão do golpe”, isto é, a certeza daquele que entraria no lugar de Dilma. Segundo

⁹¹ Para um detalhamento das “pautas-bomba”, consultar a reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1664711-saiba-o-que-sao-as-pautas-bomba-nas-maos-do-congresso-contr-o-governo.shtml>

⁹² Pesquisa publicada em: <<https://www.houseofcunha.com.br>>

Almeida (2016), Dilma sabia, já no ano de 2015, das movimentações de seu vice e do fato de que uma parcela significativa do PMDB discutia com setores do governo e da oposição sobre o dia seguinte à sua queda.

O PT adotou uma estratégia arriscada com Temer, no momento posterior a Cunha ter aceitado o pedido de impeachment no congresso: publicamente, homens-chave do partido elogiavam Temer. Jaques Wagner e Edinho Silva, Ministro da Casa Civil e Ministro da Secretaria de Comunicação Social do Brasil, respectivamente, diziam que Temer tinha uma longa trajetória constitucionalista e democrata e que, portanto, não tal postura não caberia na biografia do vice-presidente. Até a presidenta Dilma, em 5 de dezembro de 2015, em viagem ao Recife para lançar o Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, aproveitou a entrevista e fez uma espécie de cobrança pública, dizendo que esperava confiança integral de Temer e que tinha certeza de que Temer como político e como pessoa era um constitucionalista (ALMEIDA, 2016).

Essa estratégia foi arriscada, pois os petistas estavam forçando um posicionamento público de Temer, na medida em que eles tornavam públicos os vários elogios à biografia do “capitão do golpe”. A nosso ver, esses episódios fizeram com que Temer viesse a público e demarcasse sua posição sobre o golpe. Dois dias depois, Temer finalmente quebrou o silêncio e, em duas jogadas – dignas de um exímio atacante, como falamos no linguajar futebolístico, cortou o zagueiro e bateu para o gol – deixou clara sua posição.

A primeira jogada, o corte, foi a carta-desabafo “*verba volant, scripta manent*”, na qual dizia que a presidenta o tratava como um vice decorativo, desprezando-o e desconfiando dele e do PMDB. Dizia ele a Dilma que, mesmo tendo mantido “a unidade do PMDB apoiando seu governo usando o prestígio político que tenho advindo da credibilidade e do respeito que granjeei no partido. Tudo isso não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo”.

Temer ainda dizia na carta que o planalto o tratava como vice decorativo, que ele tinha perdido o protagonismo político que possuía, o qual não foi utilizado pelo governo, que o PMDB e ele jamais foram convidados para discutir formulações econômicas. Além disso, argumentou que no segundo mandato a presidenta não manteve Moreira Franco no Ministério da Aviação Civil, que tinha sido indicado por Temer, e ressaltou que o documento “Uma ponte para o futuro” também tinha sido desprezado. Por tudo isso, Temer encerrou a carta dizendo que “sei que a senhora não

tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento, mas essa é minha convicção”. A nosso ver, estava claro que Temer estava dando o corte na pressão que Dilma e o PT faziam sobre ele publicamente.

A segunda jogada após o corte era o chute para o gol, a finalização, e foi o que Temer fez dois dias depois da publicação da carta. No dia 9 de dezembro de 2015, declarou à imprensa que o impeachment – a nosso ver, o golpe – ocorria dentro da normalidade democrática extraordinária, que as instituições estavam funcionando, que deveria ser preservado o que estavam fazendo as instituições, e isso revelaria a democracia plena do país⁹³. Esse passo dado por Temer, a nosso ver, demonstrava que não havia mais nenhuma dúvida de que o vice estava ao lado do golpe e que, juntamente com Cunha e Aécio, fechava o trio de apoio à manobra. Jogando de maneira articulada, eles faziam as costuras e os movimentos necessários para sua efetivação.

Porém, para o processo do impeachment, do ponto de vista legal, se efetivar, era necessário que dois terços dos parlamentares o aprovassem e, a conta ainda não estava fechada apenas com a bancada de Cunha, uma vez que seriam necessários 342 votos. Para isso, seria necessário buscar aliados fiéis que estivessem dispostos a tirar Dilma e o PT da direção do Estado brasileiro.

Em meio a esse processo, a bancada evangélica também se colocou integralmente favorável ao golpe: dos 81 membros que compõem a bancada, apenas quatro membros votaram contra, Benedita Silva (PT-RJ), Rejane Dias (PT-PI), Sérgio Brito (PSD-BA) e George Hilton (PROS-MG). Ou seja, 95% da bancada evangélica foi favorável ao golpe, número que foi muito maior ao que era esperado antes mesmo da votação realizada pelo próprio líder da bancada João Campos (PRB-GO).

João Campos, em declaração à imprensa em 6 de abril de 2016, dias antes daquele fatídico domingo de 17 de Abril, afirmou que a bancada tinha se posicionado de maneira favorável ao impeachment, dizendo que a decisão tinha sido tomada em reunião com a participação de 70 deputados, alguns virtualmente. Campos afirmou que os aspectos decisivos eram a “grave crise econômica, moral, ética e política que

⁹³ Sobre a declaração de Temer. ver em: <https://tv.estadao.com.br/politica/temer-quebra-o-silencio-e-affirma-que-impeachment-ocorre-dentro-da-normalidade-democratica.521940>

atravessava o Brasil,” e os “recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo e crimes de responsabilidade praticados por Dilma”⁹⁴.

Após João Campos ter lido a nota, Leonardo Quintão (PMDB-MG) disse que havia ainda parlamentares indecisos e que visitaria os pastores e lideranças evangélicas para explicar por que era importante a aprovação do impeachment⁹⁵. Ainda segundo Leonardo Quintão, a posição seria para defender o “povo mais humilde, que perdeu empregos” e, por isso, seria necessária a visita aos líderes religiosos para demonstrar que, com o impeachment, seria possível “recuperar a nação”.

Efetivamente foi isso que ocorreu, pois importantes líderes neopentecostais passaram a declarar publicamente o apoio ao impeachment de Dilma, como é o caso de Silas Malafaia. O pastor, que já havia em 12 de março de 2015 convocado pelas redes sociais evangélicas a irem às manifestações pelo impeachment de Dilma, voltou às redes sociais⁹⁶ e ameaçou os parlamentares indecisos, dizendo que

Aqueles deputados evangélicos que estão indecisos ou que estão contra, e vou logo avisando aqui, deputado evangélico que votar contra impeachment, que fugir do plenário e não aparecer no dia da votação, que for contra o impeachment, podem se preparar, eu, lá no seu estado, vou ter o prazer de fazer campanha contra você, e vou ter o prazer de ajudar alguém para te derrotar. Eu não vou deixar passar essa. [...]. Quero ver quem for favorável a esse governo. Foi

⁹⁴ A íntegra da nota da bancada evangélica publicada pelo portal de notícias GospelPrime, disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-apoia-impeachment/>

NOTA À NAÇÃO BRASILEIRA

A **FPE- Frente Parlamentar Evangélica**, tendo em vista a grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil, com graves consequências na vida do povo brasileiro, tais como: desemprego, inflação, fechamento de empresas, descrédito econômico nacional e internacional, e entendendo que os mais pobres do país são os que mais estão sofrendo com os resultados dessa crise generalizada;

Considerando que os recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo Dilma são uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito e amparada pelo caminho constitucional, legal e democrático embasado pelo pedido de impeachment que tramita no Congresso Nacional, bem como a necessidade do país de reestabelecer a esperança, a confiança, a unidade nacional e a retomada do crescimento, **DECIDIU, MANIFESTAR PUBLICAMENTE SUA POSIÇÃO FAVORÁVEL AO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, em reunião extraordinária, na tarde de hoje. Brasília, 06 de abril de 2016.

João Campos, Deputado Federal, Presidente da frente Parlamentar Evangélica.

⁹⁵ ARAGÃO, Jarbas. Bancada Evangélica emite nota apoiando impeachment. **GospelPrime**. Publicado em 6 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-apoia-impeachment/>. Acesso em 5 de julho de 2017.

BRAGA, Isabel; VENTURA, Manoel. Bancada evangélica anuncia apoio ao impeachment de Dilma. **O Globo**. Publicado em 6 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-anuncia-apoio-ao-impeachment-de-dilma-19032782>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

⁹⁶ Canal do *YouTube*: Silas Malafaia Oficial.

comprado, meu irmão? Para nós, evangélicos, sabemos que quem nos comprou pagou um preço muito caro, que foi o sangue de Cristo, te compraram? Então você é mais venal do que ímpio. Eu vou ficar de olho nisso e vou denunciar em programa de televisão, nas redes sociais. Deputado evangélico que faltar ou que votar contra o impeachment pode contar comigo, que vou ser uma muralha contra você no seu estado (MALAFAIA, Silas, 2016, publicado no *YouTube* e transcrito por nós)⁹⁷.

A declaração de Malafaia é um dos exemplos de como os grandes líderes religiosos exercem uma pressão e uma grande influência sobre os parlamentares evangélicos, que, pela própria dimensão doutrinal, são fiéis aos “superiores”. E, nesse sentido, quando Quintão disse que procuraria pastores e líderes para dizer sobre a importância do impeachment, utilizava-se justamente do alcance religioso para os fins políticos.

Após a declaração de Quintão, João Campos retornou ao microfone e argumentou que a posição não era nem partidária, nem religiosa, mas seria uma posição em favor da nação. Por fim, para Ronaldo Nogueira (PTB-RS), a bancada esperava algo em torno de 80% de votos favoráveis ao impeachment. Porém, como foi demonstrando anteriormente, foram 95% os favoráveis e não apenas os 80% esperados.

Com as falas e declarações da bancada evangélica, questionamos como pode uma bancada evangélica, que se coloca a todo instante como defensora de certos valores morais, ir a público sob a insígnia da própria bancada – dizendo ainda que procuraria pastores e líderes religiosos para convencer os membros que estavam em dúvidas, que deveriam ser favoráveis ao impeachment – e afirmar que a posição tomada não era religiosa? O que fica claro, a nosso ver, é justamente uma posição de caráter religioso com vistas a enfraquecer e seu inimigo “diabólico-esquerdista”, que era visto no governo petista.

Como foi exposto no capítulo anterior, parte do elemento discursivo e prático de igrejas como a IURD, AD e Batista, as principais igrejas que estão na bancada evangélica, é justamente o combate a candidatos e partidos identificados como de “esquerda”, pois representariam exatamente os valores morais opostos aos defendidos

⁹⁷ Vídeo publicado no portal *YouTube* em 8 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uJa9h7zNMAo>. Acesso em: 7 de julho de 2017.

pelos neopentecostais. Por isso, mesmo que do ponto de vista retórico, a afirmação dos parlamentares da bancada evangélica de que suas posições não são religiosas, mas em “favor da nação”, não passa de uma falácia, pois, para eles, o elemento religioso e o político são indissociáveis.

Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2018, Reginaldo Prandi e João Carneiro argumentaram que a bancada evangélica, além de pertencer a diversos matizes religiosos e, algumas vezes, competir entre si dentro do mercado religioso, manifesta em certas condições, algumas unidades, principalmente quando questões de ordem moral estão em jogo.

Porém, o que destacam os pesquisadores é que a bancada evangélica, de maneira diferente a outras bancadas, votou em bloco a favor do golpe e, mais do que isso, teve uma posição ainda mais incisiva do que a parcela de deputados não evangélicos (PRANDI, CARNEIRO, 2018). Um dado que chama a atenção na pesquisa, foi o índice de 93,8% dos evangélicos que votaram pelo impeachment, contra 67,7% dos não evangélicos⁹⁸. Com isso, concluem os pesquisadores, a religião, especialmente a evangélica, deu mostra de ser um novo ator político, que, na votação pela admissibilidade do impeachment, atuou como se estivesse em uma grande vitrine política.

Assim, os votos dos membros da bancada estiveram mais alinhados a questões da tradição do que da democracia. Por isso mesmo, a incursão dos evangélicos na política está vinculada à tentativa de preservar a tradição, que, no limite, é bastante conservadora, para não dizer reacionária, e reverbera nas pautas moralizantes, como estamos argumentando ao longo do trabalho.

Ora, se é a defesa da tradição que está em jogo, trata-se de uma pauta eminentemente conservadora, posto que se procura barrar, via intervenção política, e não mais apenas no âmbito cultural e interpessoal, o avanço de qualquer proposta liberalizante, progressista, condizente com mudanças sociais e culturais em curso no mundo moderno. Essa é a cola que une os evangélicos das mais diferentes denominações na arena política, já que fora dali as disputas entre

⁹⁸ É evidente que esse número de não evangélicos não deve ser resumido apenas a uma dimensão religiosa, mas também de classe. Porém, ainda assim, o número é significativo.

diferentes igrejas e lideranças são mais obstinadas (PRANDI, CARNEIRO, p. 19).

Portanto, o que se presencia, a nosso ver, é a maneira como a bancada evangélica se une, em torno do conservadorismo e da tradição, para um combate aos setores que são vistos como inimigos. E, mesmo após uma aproximação de setores evangélicos do lulo-petismo, essa aproximação foi frágil e ocorreu mais pela dimensão ideológica, de, no fundo, os evangélicos não confiarem na esquerda, do que pelos ganhos imediatos.

Todos os fatos apresentados aqui antecederam a efetivação do golpe parlamentar e fazem parte da pequena política, conforme a perspectiva desenvolvida por Gramsci (2007). Isto porque esse jogo de bastidor, de corredores do planalto, de arranjos, personificando a política, como se o problema político do Brasil fosse resultado da ação do presidente ou de um partido específico, é, a nosso ver, justamente a grande política, ou a política econômica, pois ela não aparece inicialmente e não fica explícita, mas é ela quem coordena as ações de todos os personagens mencionados.

As frações burguesas apostaram e bancaram a queda de Dilma, a FIESP e sua campanha “Não vou pagar o pato” fez um grande lobby pelo golpe, política e simbolicamente. Simbolicamente inflou um pato de borracha na frente de sua sede na Avenida Paulista, local onde alguns manifestantes acamparam por tempo indeterminado, em defesa do golpe, e, no dia do lançamento da campanha, distribuiu milhares de patos de borracha para as pessoas que ali transitavam em setembro de 2015. Politicamente, a FIESP articulou não apenas com industriais, mas com a burguesia do comércio, dos serviços e da agricultura.

A FIESP, a nosso ver, representa a grande ruptura do pacto da burguesia interna com o lulo-petismo. Se em 2005 ela havia defendido o lulo-petismo durante o episódio do mensalão e, em 2007, liderado o movimento para barrar a renovação da CPMF, em 2015 estava encampando e apoiando o golpe. Porém, além da FIESP, entidades como FEBRABAN, FECOMERCIO, CNI e Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV) também estavam insatisfeitas com o governo Dilma, em especial, acerca de uma das medidas da presidenta de aumentar a alíquota da contribuição previdenciária paga pelas empresas, que, nos anos anteriores tiveram desoneração. Para as entidades, o

grande problema era o aumento da carga tributária para melhorar as finanças do governo, em um momento de redução do emprego, principalmente após 2014 e a indústria ter fechado 216 mil postos de trabalho. Por isso, tendo em vista que se tratava de um retrocesso para a competitividade e de um estímulo à desindustrialização, as entidades defendiam que o ajuste fiscal do governo deveria ser dado pela redução do gasto e não pelo aumento da tributação⁹⁹.

Todavia, desde a eleição de 2014, Dilma tentava reconstruir uma confiança com as frações burguesas, que chegou ao fim com a exaustão do ciclo de crescimento econômico e com a retomada das mobilizações sociais, como foi o caso das jornadas de junho de 2013, por exemplo. O recrudescimento da crise econômica mundial deprimiu o comércio internacional e, com a inflexão na política monetária estadunidense, geraram-se incertezas sobre os fluxos de capitais internacionais (SAMPAIO JR, 2017).

Se desde 2012 a renda *per capita* do brasileiro estava praticamente estagnada e o PIB perdendo vitalidade, isso gerava ainda mais contradições e deixava o país cada vez mais vulnerável à lógica especulativa das frações associadas – financeiras e bancárias. Sampaio Jr (2017) argumenta, e concordamos com essa perspectiva, que o deslocamento do centro dinâmico do crescimento brasileiro para o mercado externo, com o avanço do processo de especialização regressiva das forças produtivas, reforçou o caráter de dependência da economia brasileira em relação às vicissitudes do mercado internacional. Se o fiel da balança comercial, que mantinha o superávit primário eram as *commodities*, este tornava-se ainda mais problemático quando deprimia sua demanda em razão também de uma crise econômica mundial (SAMPAIO JR, 2017).

O autor observa que “o agravamento das incertezas em relação ao desdobramento da crise internacional e aos seus efeitos sobre a economia brasileira desestimula a realização de novos investimentos” (SAMPAIO JR, 2017, p. 171). Com isso, sem romper com os parâmetros da ordem global, a possibilidade de manter o crescimento econômico fortalecendo o mercado interno com retração das exportações é uma estratégia limitada.

⁹⁹ G1. Medida “acaba com o programa de desoneração da folha”, diz FIESP. **G1.com**. Publicado em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/medica-acaba-com-o-programa-de-desoneracao-da-folha-diz-fiesp.html>; Acesso em: 06 de janeiro de 2019.

O economista e professor da UNICAMP Pedro Zabluth Bastos (2017) argumentava que, desde o segundo trimestre de 2012, as ações anticíclicas eram limitadas, assim como argumentou Sampaio Jr., pois o espaço fiscal aberto pelo regime de superávit foi principalmente para expandir os subsídios ao setor privado e não para recuperar o investimento público. Essa medida não foi capaz, para Bastos, de reverter o grande número de importações provocado pelas decisões das grandes corporações globais em um cenário de superprodução nos países desenvolvidos.

Com este cenário, as frações burguesas, principalmente a interna – produtiva –, preferiram recuperar as margens de lucro a elevar investimentos, fato que gerou o famoso “pibinho” de Dilma em 2014. Porém, a trajetória de desaceleração poderia ser efetivada com queda da taxa de juros e elevação do investimento público. No entanto, havia um elemento dramático aí: havia todo o sentimento que desde 2013 estremeceu as bases da confiança do governo Dilma, principalmente porque, em um contexto de rápida desaceleração do crescimento, havia vultosos fundos públicos indo para a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014 e para as obras das Olimpíadas de 2016.

A nosso ver, essa foi a razão para que Dilma, após reeleita, nomeasse um convicto neoliberal, Joaquim Levy, para o Ministério da Fazenda. Essa opção, para nós, se deu como uma tentativa de unificar e apaziguar as insatisfações, principalmente burguesas, pelo fato de o planalto aceitar o argumento da oposição de que a desaceleração era resultada da perda de credibilidade de um governo não amigável ao mercado. Além disso, havia a intenção de frear a sanha dos parlamentares atizados por Aécio e os demais golpistas, pois a oposição havia conquistado uma grande vitória no parlamento, o que se evidenciou, por exemplo, no golpe via parlamento.

Por isso, ao nomear Joaquim Levy como ministro da fazenda ao fim das eleições de 2014, Dilma buscava realizar um ajuste fiscal, visto inclusive por Levy como “inevitável”, para reverter a “gastança” que os parlamentares alegavam estar no centro da perda de confiança com a dívida pública. A nosso ver, a estratégia era arriscada e o *timing* do planalto foi péssimo, porque, se a tentativa de solucionar a crise econômica era adotar uma estratégia recessiva, que na prática ia de encontro aos interesses da classe trabalhadora, pois significava mais arrocho e atendia aos interesses das frações burguesas, Dilma perderia o apoio das classes trabalhadoras – ou pelo

menos as deixaria ainda mais descontentes – durante o golpe parlamentar. Este, portanto, poderia ter tomado outro caminho *se* a estratégia do planalto tivesse sido diferente. Mas, como sabemos, o “se” não existe na história.

Ao referendar a agenda do grande capital, sancionando o consenso conservador de que a crise deveria ser enfrentada com um convencional ajuste neoliberal, Dilma comprometeu seu segundo mandato com políticas abertas e inequivocamente regressivas e antinacionais. A expectativa de que seria possível combinar “ajuste” preventivo com a preservação da “paz social” transformou a candidata do PT na campeã incontestada de arrecadação do dinheiro junto às grandes empresas. A demagogia do “coração valente” como símbolo de um compromisso histórico com valores de esquerda era puro engodo. (SAMPAIO JR, 2017, p. 219).

O que se vê na argumentação de Sampaio Jr é justamente a opção política de Dilma enfrentar a crise tentando aproximar-se mais das frações burguesas do que da classe trabalhadora. Entendemos que toda medida econômica adotada pela direção do bloco no poder é uma decisão política, nunca é a “única solução”. E isso contribuiu para que a classe trabalhadora não mobilizasse todo seu esforço possível para impedir o golpe.

De acordo com a visão de Boito Jr (2018), o golpe teve uma fraca resistência pela articulação de diversos fatores. Primeiramente, porque Dilma traiu o discurso de campanha, disse que “nem que a vaca tossisse” faria um ajuste fiscal. mas logo após a eleição, ela o fez. Esse foi, inclusive, um dos argumentos de Aécio para o “estelionato eleitoral” que ele tanto esbravejou. Outro fator era a insatisfação da burguesia interna, que, desde 2011, via sua trajetória em declínio devido ao aumento da entrada de manufaturas chinesas, e, por isso, Boito Jr afirmava que essa fração não mais reconhecia o governo Dilma como sua representante. Sendo assim, “a ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho mais livre para avançar” (BOITO JR, 2018, p. 294).

Outro fator da trama, segundo Boito Jr (2018), consistia na passividade dos trabalhadores da massa marginal, pois, se eles foram importantes para as vitórias eleitorais do PT, eram pouco mobilizados politicamente e desconheciam sua força. Por

isso, no momento da crise, esses trabalhadores não tinham condições ideológicas nem organizativas para saírem em defesa do governo.

Se os trabalhadores da massa marginal, conforme denomina Boito Jr, não foram capazes de se articularem, os trabalhadores sindicalizados foram neutralizados por três fatores: o primeiro foi a traição do discurso de campanha; o segundo foi a posição de subordinação do sindicalismo frente à política neodesenvolvimentista, e o terceiro fator foi a peculiaridade da estrutura sindical, pois, se a alta cúpula das três centrais sindicais progressistas – CUT, CTB e Intersindical – mobilizaram-se contra o golpe, fornecendo recursos financeiros, logísticos e meios de comunicação para a resistência, por outro lado, os sindicatos de base ficaram imóveis, não se organizaram e nem compareceram às mobilizações.

Todos estes fatores articulados significam que a pequena política cumpriu bem seu papel, escamoteou a luta de classes e a correlação capital x trabalho do principal elemento da crise e do golpe parlamentar sofrido por Dilma. A complexidade de fatores que deixavam a crise mais aguda foi reduzida à abstrata e genérica corrupção, que, no entanto, continha uma grande aderência nos segmentos populares.

Portanto, diante dos elementos apresentados, avaliamos, a partir de uma visão apresentada por Nobre (2013) sobre o pemedebismo – e como este busca impor uma supermaioria antes de dar início às disputas por espaço dentro do bloco no poder – que Dilma perdeu a capacidade de diálogo com o PMDB após a carta de Temer e perdeu também a disputa com Cunha. Assim, a tradicional disputa interna ao PMDB (um partido fragmentário – o que faz disso sua força), constitui-se em consenso contra Dilma. Portanto, o pemedebismo, seria um grande bloqueio para o pleno desenvolvimento das forças progressistas que buscassem alguma mudança na forma de administração do bloco no poder (NOBRE, 2013).

Porém, o próprio pemedebismo é uma trava e não uma alavanca¹⁰⁰, isto é, ele ainda depende de alianças com partidos que tenham alguma entrada nas classes trabalhadoras. Se elas estiveram ao lado do PT por algum tempo, agora o jogo havia

¹⁰⁰ Um exemplo disso foi a baixíssima aprovação de Temer ou então a votação de Meirelles no pleito eleitoral de 2018, com pouco mais de 1,2 milhões de votos, 1,2% dos votos válidos.

mudado, pois quem possuía a capacidade, outrora do PT era, agora, em nossa hipótese, a bancada evangélica.

Assim, como acertadamente pontuou Gramsci (2007), por trás do jogo da pequena política há uma grande política. Por isso mesmo, toda a conjuntura que vinha desde as jornadas de 2013, passando pela eleição polarizada de 2014, que se desdobrou nas polarizações de 2015, indicou que as frações burguesas precisavam se locomover com cuidado para aprovar suas reformas, de modo que não fosse um apagar da fogueira com gasolina. Assim, essas frações buscavam e precisavam de setores aliados dentro das próprias classes populares para que suas demandas fossem aceitas sem muitas ressalvas. Nesse sentido, entendemos, após nossas pesquisas, que o principal elemento discursivo e ideológico por trás das reformas realizadas por Temer era a reconstrução do país, tentando limpar a trágica herança deixada pelo PT, e, por isso mesmo, Temer, apoiado pela bancada evangélica, lançava o slogan “não pense em crise, trabalhe”, pois assim, poderia ser construída a “ponte para o futuro”.

A crise do lulo-petismo conforme arrolada e o golpe parlamentar nos trazem outra reflexão importante: qual o caráter das *reformas temerárias*? Isto porque, a nosso ver, só é possível compreendermos o sentido do golpe a partir do momento em que levamos em consideração as dimensões políticas e econômicas, e, para isso, é de fundamental importância investigar as medidas adotadas pelo governo Temer.

4.2. Temerárias Reformas Neoliberais (A antessala do temerário governo e das temerárias reformas)

Conforme foi demonstrado até aqui, a crise enfrentada pelo governo Dilma era complexa e de grandes proporções, causando fissuras no bloco no poder. Por isso mesmo, Temer, com perspicácia política e como “capitão do golpe”, lançou junto ao PMDB o projeto “Ponte para o futuro”.

O documento foi lançado pelo PMDB durante o governo Dilma em outubro de 2015 e, a nosso ver, foi um importante argumento de Temer para justificar o desprezo de Dilma, por ele e pelo PMDB. Assim, o documento é central, pois nele está contido o que Temer estava disposto a por em prática caso o impeachment avançasse. Afinal, ele foi publicado pouco mais de um mês antes de o impeachment ser aceito pelo peemedebista evangélico Eduardo Cunha.

O documento em seu início já explicita a que veio, apontando que buscava a “união dos brasileiros de boa vontade”, uma vez que o país clamava por pacificação, por estar profundamente dividido e com ódio disseminado, o que inviabilizava os consensos políticos, sem os quais as crises seriam ainda maiores (PMDB, 2015). Por isso, as propostas apresentadas ao longo do texto seriam iniciativas que constituiriam “uma necessidade, e quase um consenso, no país”.

A nosso ver, ainda que o PMDB compusesse a base do governo que dirigia o bloco no poder e também fosse responsável pela crise econômica, com o documento, o partido buscava “tirar o corpo fora” e criar uma espécie de consenso sobre uma suposta “única saída possível”, pois, com a inércia política (que, de passagem, era criada pelo próprio PMDB), as soluções políticas e econômicas não poderiam ser efetivadas. Era, portanto, o PMDB criando a doença e vendendo o remédio.

Voltando ao documento, as razões da crise econômica seriam resultadas não apenas do esgotamento de uma capacidade fiscal do Estado, mas também de um “mal-estar social e de conflitos políticos profundos”, pois “o Estado, *embora grande, não presta os serviços que parece prometer*, e a economia, ainda pobre ou de renda média, está longe de oferecer oportunidades e renda adequada para a maioria da população” (PMDB, 2015, p. 3, grifos nossos). Assim, fica cada vez mais claro que o PMDB atíça e joga lenha na fogueira lulo-petista para aparecer como “o salvador da pátria” e, além disso, atende ao anseio neoliberal, apontando para o tamanho do Estado e sua ineficiência. Este é o recurso retórico empregado pelos setores que defendem as práticas privatistas, conforme melhor apresentado na próxima seção.

Por isso, defendem os peemedebistas que o “Estado deve ser funcional, qualquer que seja seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos

corretos para iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (Idem, p. 4). Estado funcional e distribuição de incentivos para a iniciativa privada nada mais são do que um eufemismo para a privatização em nosso entendimento.

É justamente pela sua dimensão privatista e neoliberal que a ponte para o futuro – que está mais para a “ciclovía Tim Maia”, que desabou parcialmente em 2016 no Rio de Janeiro e, por ironia do destino, foi projetada pelo próprio PMDB no governo de Sérgio Cabral – seria realizada com o ajuste fiscal. Ou seja, o principal argumento da crise brasileira, segundo os arquitetos da ponte, era a crise fiscal, maior gasto que arrecadação e a tendência ao endividamento do Estado. Esse seria o principal obstáculo para a retomada do crescimento econômico aos olhos de Temer. Por isso, “sem um ajuste de caráter permanente [privatização e cortes em direitos e em serviços que atendem especialmente aos mais pobres] que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (Idem, p. 5).

A tentativa de responder às demandas históricas do neoliberalismo, sem passar como agentes dele próprio, era buscada retoricamente sob a roupagem de um suposto consenso sobre a visão do documento, como se fosse uma visão meramente técnica e não política. Por isso, afirmava que o ajuste fiscal, “é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. *Nenhuma visão ideológica pode mudar isto.*” (Idem, ibidem).

Porém, é nítido que Temer e toda fração burguesa sabem que o remédio é amargo e pode matar o paciente: sua solução será muito dura para o conjunto da população, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais.. Isso torna mais explícito o que temos argumentado, uma vez que, além de tentar construir um consenso nas classes trabalhadoras de que não há saída, Temer precisava também de apoio de setores estratégicos com capilaridade nas classes trabalhadoras; daí a importância da bancada evangélica e do mote de não se pensar em crise. Era como se os golpistas soubessem do risco que eles também assumiam ao dar o golpe e adotar medidas extremamente impopulares em uma conjuntura social e politicamente instável.

Por isso, a medida adotada inicialmente pelo governo Temer foi o congelamento dos gastos públicos por meio da “PEC do teto dos gastos públicos”. Entendemos que ela era essencial para dar confiança para as frações burguesas de até onde o governo golpista de Temer estava disposto a ir. Em seguida, seria fundamental demonstrar seu apoio incondicional à burguesia por meio da tão esperada reforma trabalhista, que pode ser vista como um grande ataque aos direitos dos trabalhadores e como mais uma forma espúria de aumento dos ganhos das frações burguesas, com a redução do custo do trabalho.

Na “pinguela para o futuro” eram colocados de maneira explícita os problemas econômicos e as formas de ajustes, e, de maneira mais sutil, havia acusações ao PT, como uma administração incompetente e corrupta. Era sutil a crítica, mas estava lá, como pode ser lido no seguinte trecho: “*Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria*” (Idem, p. 5-6, grifos nossos). Como já foi explicitado, é possível que se alguém, sem nenhum conhecimento sobre a política brasileira lesse o documento, teria a certeza de que o partido que escreveu aquilo não compunha o governo e que, portanto, estava mais para oposição.

E, naquele momento, era, de fato, oposição. Uma oposição dentro da base do próprio governo, por mais paradoxal que isso pareça e que, não por acaso, constituiu os arquitetos do golpe.

O PMDB apontava que o problema fiscal, portanto, era de natureza estrutural, ligado à forma de funcionamento do próprio Estado e, por isso, seriam necessárias reformas profundas em sua estrutura. Desta maneira, argumentavam que tinham sido criadas despesas obrigatórias que permitiam o crescimento automático dos gastos e isso não poderia ser entronizado na lei. Assim, a conclusão a que se chegou foi a de que, por um lado, não havia espaço para o aumento das receitas públicas através do aumento da carga tributária e, por outro, havia uma rigidez institucional, que tornava o orçamento público uma fonte permanente de desequilíbrio. Portanto, a solução era o “conjunto de reformas nas leis e na constituição [sem as quais], a crise fiscal não será resolvida e, ao contrário, tende a tornar-se cada vez mais grave”. (Idem, p. 7).

Com o diagnóstico apresentado, o PMDB passou a definir quais seriam os caminhos que propunha para solucionar a crise estrutural: o primeiro deles seria a reforma da sistemática orçamentária ou a extinção das vinculações constitucionais estabelecidas. Por isso, o partido argumentava: “precisamos de um novo regime orçamentário com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. A despesa orçada terá que ser executada, sem ressalvas arbitrárias, salvo em caso de frustração de receitas” (Idem, p. 9). Além disso, o documento previa ainda o fim das indexações de todas as despesas salariais e benefícios.

A segunda linha de ação proposta era a reforma da previdência, cuja solução seria, portanto, mais simples, com o aumento do tempo de aposentadoria. A terceira linha proposta era o equilíbrio fiscal, isto é, a relação entre juros e dívida pública. Assim, ao propor mexer nos juros e dívidas públicas, o intuito era realizar todos os esforços para manter o país superavitário, capaz de cobrir as despesas dos juros e, com isso, reduzir a inflação. Além do controle fiscal e inflacionário, ainda estava prevista a política cambial, conjecturando o aumento das reservas externas e a moderação da volatilidade do câmbio, oferecendo proteção aos agentes privados expostos à variação do câmbio. Ou seja, era o velho e tradicional modelo neoliberal, mas defendido com algum grau de aprofundamento, o congelamento dos gastos públicos. Com isso, a meta era atingir um crescimento médio de no mínimo 3,5% a 4% ao ano.

Assim, a ponte – ou pinguela – para o futuro seria, a nosso ver, a demonstração de até onde Temer estava disposto a ir, caso assumisse a liderança do bloco no poder. Era a cartada para tranquilizar as frações burguesas e construir uma unidade político-econômica entre elas, pois buscava atender interesses dos diferentes setores burgueses. Assim, ao adotar as medidas privatistas com vistas à “participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação da infraestrutura, em modelos de negócios que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorcem o mercado”, o governo continuaria oferecendo estímulos aos setores da construção civil.

O terceiro eixo estava vinculado à abertura de mercados externos, preparando, com isso, uma abertura comercial que tornasse o setor produtivo mais competitivo,

graças aos bens de capital, tecnologias e insumos importados. Essas medidas favoreceriam os setores importadores do capital produtivo, ao mesmo tempo em que dariam estímulo ao agronegócio para expandir sua presença no mercado global. Essa seria uma tentativa de agradar os exportadores e deixar mais fácil a vida dos importadores. Porém, tendo em vista que a abertura comercial traz dificuldades aos setores produtivos, para remediar essa situação, havia a reforma trabalhista, que não era explicitada pelo documento.

Por fim, o quarto eixo centrava-se no próprio Estado, que deveria operar por uma maioria política articulada com os objetivos deste crescimento, com base na livre iniciativa, na livre competição e na busca por integração com os mercados externos.

Portanto, todas as diretrizes apontadas até aqui no documento lançado pelo PMDB às vésperas da aceitação do pedido de impeachment, já eram, a nosso ver, uma forma de Temer oferecer as garantias do “contrato”, isto é, um comprometimento de que implementaria as medidas esperadas pelas diferentes frações burguesas. Essa unidade era fundamental para que o governo Temer se mantivesse de pé, mesmo com sua baixa popularidade e ilegitimidade. As frações burguesas deveriam, portanto, também ajudar a segurar Temer no governo para que as reformas avançassem, e, junto a elas, outros setores também buscavam atender seus interesses em troca do apoio a Temer, como é o caso da bancada evangélica.

Vejamos mais de perto como na prática se deram essas medidas. Com isso, nosso eixo de análise passará por duas dimensões específicas: PEC 55 (teto dos gastos públicos) e reforma trabalhista – não devemos nos esquecer da reforma da previdência lançada pelo planalto, porém, embora importante, ela não se efetivou durante o governo Temer e não foi objeto de nossas investigações. Entendemos que as reformas propostas são centrais para a compreensão do modelo neoliberal levado a cabo por Temer e que, por se tratarem de medidas impopulares, seriam necessários agentes políticos que tivessem capilaridade nas classes trabalhadoras, de modo a criarem um relativo consenso sobre a necessidade de tais medidas, para, assim, arrumar um pouco do “caos” deixado pelo lulo-petismo.

Tais reformas possuem três eixos centrais para pensarmos na correlação capital x trabalho no interior do bloco no poder: A PEC 55, batizada de “PEC do teto dos gastos”, sob a qual congelam-se os gastos e investimentos públicos por 20 anos. É mantido o investimento da data de quando foi aprovado e reajustado apenas pelo índice de inflação. Isso, na prática, implica uma retração cada vez maior dos serviços públicos, que, ao perderem ainda em qualidade, ajudarão a expandir o nicho de mercado que passará a oferecer os serviços que até então eram de preponderância do Estado. A reforma trabalhista versa especificamente sobre a dimensão do trabalho e cria novas formas de contratação ainda mais precárias, como é o caso, por exemplo, da forma de trabalho intermitente. E, por fim, mencionamos a reforma da previdência, que, a nosso ver, é a ‘galinha dos ovos de ouro’ dos capitalistas financeiros, porque, na medida em que as reformas avançam, a tendência é que os trabalhadores passem a buscar iniciativas privadas para conseguirem se aposentar com melhor condição. Isso, por sua vez, acaba criando uma fonte de renda estável e constante aos fundos de pensão que administram esse dinheiro religiosamente depositado pelos trabalhadores.

Com isso, passemos a avaliar as *reformas temerárias* e a analisar como a bancada evangélica assumiu o posto de apoio no governo Temer. Destarte, é importante destacar que há na composição desse governo uma aproximação com a bancada evangélica, como uma espécie de afinidade eletiva.

Quando recorremos ao conceito de afinidade eletiva, embora já tenhamos mencionado no segundo capítulo, vale enfatizar que o utilizamos sob a perspectiva apresentada por Michel Löwy:

Designamos por “afinidade eletiva” um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou a influencia no sentido tradicional. Trata-se, a partir de certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão. [...] seria interessante tentar fundar o *estatuto metodológico* desse conceito, como instrumento de pesquisa interdisciplinar que permite enriquecer, nuançar e tornar mais dinâmica a análise das relações entre fenômenos econômicos, políticos, religiosos e sociais (LÖWY, 1989, p. 13).

Nesse sentido, nos parece muito útil o conceito de afinidade eletiva justamente por ele permitir uma aproximação de dois campos distintos, religião e política,

utilizando a compreensão do bloco no poder e a maneira como as diferentes classes sociais se colocam nessa estrutura. Portanto,

a afinidade eletiva não se dá no vazio ou na placidez da espiritualidade pura: ela é favorecida (ou desfavorecida) por condições históricas e sociais. [...] Nesse sentido, uma análise em termos de afinidade eletiva é perfeitamente compatível com o reconhecimento do papel determinante das condições econômicas e sociais (LÖWY, 1989, p. 18).

Isto posto, podemos retornar à avaliação da imbricação entre o neoliberalismo das reformas temerárias e o papel que a bancada evangélica cumpre na tentativa de criar algum consenso nas classes trabalhadoras sobre a importância das reformas, pautando-se no discurso de apelo à autoridade presente nos meios religiosos. Destacamos, especificamente, as religiões neopentecostais, pois, na cosmovisão evangélica, o pastor seria uma forma de ungido e escolhido por Deus para efetivar seus planos.

Assim, entender o governo Temer e a aproximação com a bancada evangélica como nova forma de administrar a correlação capital x trabalho no interior do bloco no poder é possível, a nosso ver, principalmente a partir de um importante elemento: a composição ministerial temerária. Em troca de apoio e bênçãos dos neopentecostais, a bancada evangélica faturou dois ministérios – e não foram quaisquer ministérios, uma vez que se tratou de dois ministérios que regulam diretamente a relação capital x trabalho.

O primeiro deles, o Ministério do Trabalho, ficou com o deputado federal e pastor da Igreja Assembleia de Deus, Ronaldo Nogueira do PTB-RS. O segundo, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com o presidente do PRB, bispo licenciado da IURD, Marcos Antônio Pereira.

Ronaldo Nogueira permaneceu no ministério de maio de 2016 a dezembro de 2017, quando abandonou o cargo para dedicar-se a campanha de reeleição ao cargo de deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Foi justamente com Nogueira no cargo de ministro que dois grandes ataques aos direitos trabalhistas foram efetivados: a Lei nº13.429 de março de 2017, que tornou a terceirização irrestrita, e a Lei nº 13.467 de julho de 2017, intitulada Reforma Trabalhista. Essas duas leis são basilares no projeto neoliberal implantado por Temer e condição fundamental às frações burguesas.

Já o bispo licenciado Marcos Pereira permaneceu no cargo de maio de 2016 até janeiro de 2018, quando, ao ser mencionado na operação Lava-Jato por ter recebido propina da Odebrecht, pediu demissão. Ainda sobre Marcos Pereira, durante seus dois anos de gestão houve superávits recordes, em 2017 de US\$ 67 bilhões, e em 2016 de US\$47,7 bi¹⁰¹.

Vejamos mais de perto o núcleo duro do tripé das reformas temerárias e como os neopentecostais da bancada evangélica se colocaram na defesa dessas pautas.

4.2.1. A temerária reforma dos gastos públicos

A primeira das reformas por nós chamadas de temerárias será a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, de 15/12/2016. Escolhemos iniciar com esta pelos seguintes motivos: por razão cronológica, isto é, foi a primeira grande reforma temerária e, por isso, a nosso ver bastante simbólica; além disso, ela representa uma espécie de entrada dada quando se financia um imóvel ou automóvel, ou seja, Temer demonstrava que estava disposto a ir às últimas consequências nas reformas neoliberais, deixando um campo preparado para, posteriormente, o ultraliberalismo continuar avançando, o que se demonstra no governo do medíocre e grotesco – porém ultraliberal e capacho estadunidense, Bolsonaro¹⁰².

Aqui o nosso argumento consiste em demonstrar como o congelamento dos gastos públicos e a “redução” ou realocação do Estado é historicamente uma demanda

¹⁰¹ Esses superávits foram mantidos, sobretudo em razão da parceria comercial com a China, iniciada de maneira mais sistematizada no governo lulo-petista, mantendo ainda as *commodities* como o principal produto exportado pelo Brasil (dados extraídos da série histórica do Ministério da Economia). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>

¹⁰² O próprio Temer em declaração à imprensa em julho de 2018, após ter deixado o governo, deu declarações afirmando que o governo Bolsonaro estava dando certo porque dava continuidade ao seu governo. Na declaração à imprensa, disse: “eu me recordo, quando presidente da República, eu dizia: ‘olha, será bem sucedido o presidente que der sequência àquilo que estou fazendo’. Do jeito que as coisas vão indo, governo vai bem, porque está dando sequência ao nosso governo”. Publicado em: EXAME. Temer: governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu. **Revista Exame**. Publicado em: 22 de julho de 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/temer-governo-bolsonaro-vai-bem-porque-esta-dando-sequencia-ao-meu/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

das frações neoliberais vinculadas aos interesses das frações burguesas associadas, sejam elas financeiras ou bancárias.

Na então PEC 55 de 2016, que logo se converteria na Emenda Constitucional nº 95, buscava-se instituir um novo regime fiscal. A ideia era congelar por 20 anos os gastos públicos, com o intuito de evitar seu crescimento, e, após 10 anos, o montante gasto poderia ser revisado. O limite para o gasto seria o que foi gasto no ano anterior acrescido da inflação do mesmo período. Por ter sido uma reforma aprovada em 2016, o orçamento disponível foi o gasto no ano de 2015, e apenas saúde e educação só começaram a valer em 2018.

Por isso mesmo, a dobradinha Temer-Meirelles argumentava que o Brasil não poderia continuar gastando da maneira como estava e necessitaria, portanto, de um novo plano político-econômico, e não meramente fiscal. Aos olhos do governo temerário, era a busca de um regime que sustentasse uma nova estrutura fiscal, como já estava desenhado na “pinguela para o futuro”, em que se reverte o quadro do desequilíbrio fiscal no médio e longo prazo do Estado brasileiro. Este é visto pelos golpistas e pelas forças econômicas neoliberais e ultraliberais como grande e ineficiente.

Assim, com a PEC do teto, a intenção estava em mudar os rumos das contas públicas para restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos públicos e, por conseguinte, da dívida pública. Desta maneira, seria possível, aos olhos dos golpistas, recolocar a economia em trajetória de crescimento com geração de renda e empregos. O documento foi assinado por Henrique Meirelles, um dos grandes nomes do liberalismo no Brasil e um importante membro e representante da burguesia financeira e bancária.

A justificativa para aprovação da PEC, segundo o texto proposto ao parlamento, estava no crescimento desmesurado da dívida, que fazia o risco Brasil elevar-se, produzindo desconfiança econômica. Por outro lado, geravam-se altos juros, que por sua vez, deprimiam os investimentos e comprometiam a capacidade de geração de empregos na economia. Com isso, o diagnóstico feito por Meirelles e sua trupe era alterar a constituição para “evitar a ganância”. Mas o que significa essa ganância? Será que são considerados “ganância” os 45,11% do PIB que vão para pagar banqueiros por

meio dos juros e amortizações da dívida pública, conforme demonstra a auditora Maria Luca Fattorelli¹⁰³?

Em audiência pública sobre a dívida pública brasileira realizada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em 29 de agosto de 2015, Maria Lucia Fattorelli apresentou o *paper* “O sistema da Dívida no Brasil e a necessidade de uma Auditoria”. Fattorelli apontou, então, que o grande problema fiscal do Brasil é a “gastança”, conforme executado pelo Orçamento Geral da União em 2014, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, e não para os serviços essenciais como saúde (3,98%), educação (3,74%), trabalho (3,21%) ou mesmo a previdência social, que consome 21,76% do orçamento.

Na visão de Fattorelli (2015, 2017), o sistema da dívida utiliza o endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não financiamento de Estados; são reproduzidas internacionalmente dívidas sem contrapartida cujo maior beneficiário é o sistema financeiro. Assim, a auditora entende que esse montante possui alguns indícios de ilegalidade, sendo anatocismo, ou seja, cobrança de juros sobre juros, o que não é permitido pela legislação, ao menos que seja previamente estabelecida. Além disso, esse mecanismo se dá por meio de atualização monetária automática, mensal e cumulativa da dívida.

Com isso, somando-se todas as dívidas que o Brasil possui, segundo cálculos de Fattorelli (2015), a dívida brasileira dividida entre dívida interna e externa soma R\$ 4,777 trilhões, ao passo que o PIB brasileiro de 2014 divulgado pelo IBGE era de R\$ 5,52 trilhões. Assim, essa crise brasileira, na avaliação de Fattorelli (2017), é “fabricada por essa política monetária suicida que, além de criar cenário de escassez de recursos na economia, impede a realização de investimentos geradores de emprego e renda, gera despesa elevadíssima que sobrecarrega o orçamento público e cria mais dívida pública” (FATTORELLI, 2017, p. 31).

¹⁰³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/arquivos/audiencia-publica-20-08-2015/2015-08-20-apresentacao-maria-lucia-fattorelli-auditoria-cidada-da-divida>

O que se observa, portanto, na PEC que congela os gastos públicos por 20 anos, não é, nem de longe, um mecanismo para corrigir essa distorção, esse dreno do recurso público às frações burguesas associadas, financeira e banqueira, mas, ao contrário, é exatamente aos recursos e fundos públicos. Isso porque, na medida em que o Estado gasta menos com serviços, ficam garantidos os recursos ao pagamento da dívida e, por isso, a retórica de aplicação mais eficiente dos recursos públicos é, na realidade, eficiência para os super-ricos.

Na medida em que a primeira reforma temerária é aprovada e congela-se o gasto público por 20 anos, questionamos qual o peso que isso terá na conjuntura. Em um país desigual, uma parcela grande da população é dependente dos serviços públicos e tende a depender deles ainda mais em conjunturas econômicas de grande instabilidade. Se, por exemplo, em momentos de crise econômica o desemprego aumenta, essas pessoas se tornam ainda mais dependentes dos serviços públicos e, se cada vez mais isso acontecer, é necessário ao governo investir maiores recursos e não congelá-los.

A nosso ver, congelar por 20 anos os gastos públicos – e, exatamente, por um governo golpista e sem legitimidade – é a maior demonstração da maneira como o Estado interioriza a relação capital x trabalho, defendendo, acima de tudo, os interesses das frações burguesas em detrimento dos interesses das classes trabalhadoras. O Estado garante o pagamento dos super-ricos em detrimento da vida, saúde, educação e lazer dos mais pobres; é um Hobbin Hood às avessas.

Em reportagem publicada, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) argumentaram que a PEC do teto dos gastos públicos representa um retrocesso para o desenvolvimento científico do país, uma vez que tende a limitar o crescimento competitivo¹⁰⁴. Vale ressaltar que não é apenas o “crescimento competitivo” que será limitado, mas a vida de milhares de pessoas que passam a ser afetadas por essas medidas.

¹⁰⁴ Reportagem publicada em: <http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/1-comunidade-cientifica-considera-a-aprovacao-da-pec-55-um-retrocesso-para-o-desenvolvimento-do-pais/>

A votação no congresso foi relativamente tranquila aos interessados e, embora tenha havido grandes debates travados nas galerias do parlamento, especificamente pela oposição aos golpistas, a PEC foi aprovada com 366 votos contra 111. Foram 24 votos a mais do que o necessário para a aprovação de qualquer emenda constitucional, requerida por 1/3 do parlamento. A bancada evangélica, em especial, objeto de nossa pesquisa, votou massivamente favorável à proposição, e isso era importante, a nosso ver. Se estamos defendendo o argumento de uma “afinidade eletiva” entre a bancada evangélica e as frações burguesas em torno de Temer, a bancada deveria demonstrar sua fidelidade exatamente ajudando a aprovar as reformas temerárias.

Com isso, a bancada, com seus 81 membros, segundo dados do DIAP, votou majoritariamente favorável à referida PEC. Apenas seis parlamentares não votaram conforme os interesses golpistas, o que caracteriza, portanto, algo em torno de 92% de aprovação. A nosso ver, o apoio da bancada evangélica às reformas temerárias é exatamente a representação de como seus interesses, que são puramente morais (e materiais, na medida em que defendem concessões de rádios e TV e isenção de impostos aos templos religiosos), podem se aproximar dos interesses das frações neoliberais.

4.2.2. A temerária reforma trabalhista

No dia 13 de julho de 2017, foi sancionada por Michel Temer, sem vetos, a reforma trabalhista – Lei nº 13.467, que alterou a CLT em grande parte, para atender ainda mais as demandas das frações burguesas, como se não fosse a mesma CLT um braço do patronato. O juiz do trabalho e professor da Faculdade de Direito da USP, Jorge Luiz Souto Maior, a nosso ver o maior expoente da defesa dos trabalhadores do judiciário brasileiro, argumenta que a função da legislação do trabalho é, primeiramente, proteger o modelo capitalista de produção e não, como muito se diz, defender o trabalhador (2017a).

Para o autor, a legislação do trabalho protege o modelo capitalista, uma vez que, para funcionar, é necessário que os trabalhadores se submetam a vender seu trabalho. Para que isso aconteça, é preciso atrair os trabalhadores para o mercado de trabalho, e, nesse ponto, aparece exatamente o direito do trabalho, pois ele confere compensações sociais aos trabalhadores pela venda da força de trabalho. Assim, se os trabalhadores são “livres” para venderem sua força de trabalho pelo preço que quiserem, haverá sempre quem aceite trabalhar mais por menos, o que puxa, na visão de Souto Maior, todos para baixo. Nesse sentido, há também uma disputa entre os capitalistas, e a legislação “estabelece um padrão regulatório, para evitar que os empregadores, concorrendo entre si, destruam o projeto que interessa ao capital” (SOUTO MAIOR, 2017a, p. 174).

Todavia, o que se observa no discurso dos defensores da reforma trabalhista é o contrário, isto é, argumentam que a legislação trabalhista engessava os braços dos empregadores, uma vez que elevava sobremaneira os custos da contratação de força de trabalho. O ministro neopentecostal Ronaldo Nogueira argumentou que a reforma poderia gerar nos dois anos seguintes à sua aprovação 2 milhões de empregos¹⁰⁵. A principal novidade na visão do ministro era a nova categoria de contratos: o intermitente; trabalho em tempo parcial e remuneração por produtividade.

Para Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo Temer, a reforma poderia gerar 6 milhões de novos postos, tendo, na visão do ministro, como grande mudança “dar mais poderes aos trabalhadores para negociar suas próprias condições de trabalho”¹⁰⁶.

Endossando o coro dos ministros, havia entidades como a FECOMERCIO e a FIESP. A primeira publicou um editorial em 06 de setembro de 2016, logo após a

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Marcelo. Ministro diz que novos contratos de trabalho vão gerar 2 milhões de empregos. **Portal da Câmara dos Deputados**. Publicado em: 10/10/2017, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/524979-ministro-diz-que-novos-contratos-de-trabalho-vaog-gerar-2-milhoes-de-empregos/>. Acesso em: 05/08/2018.

¹⁰⁶ MARTELLO, Alexandro. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. **G1.com**. Publicado em: 30/10/2017, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em 05/08/2018.

consumação do golpe, afirmando que a reforma trabalhista permitiria a retomada da economia e da geração de empregos. Para a federação, a regulamentação da terceirização, por exemplo, seria um marco jurídico fundamental para romper com a “insegurança jurídica”, podendo gerar postos de trabalho com jornadas mais “flexíveis”. Além da terceirização, seria possível estabelecer outras formas de contratos flexíveis, como nas jornadas de trabalho, salários, horas extras, adicional noturno, participação nos lucros e resultados, negociação de férias, entre outros¹⁰⁷.

Outra entidade de grande importância neste processo foi a FIESP, que outrora se alinhava à conciliação lulo-petista. A entidade, em campanha pela reforma trabalhista, lançou cartilhas argumentando que esta possibilitaria uma “modernização das leis trabalhistas”. Segundo a FIESP (2017), essa modernização traria as seguintes vantagens aos trabalhadores: contratação da terceirização; novas formas de contratação, como o trabalho intermitente; maior flexibilidade em relação às férias, podendo dividi-las em até três vezes. Com isso, a reforma seria, na visão de Paulo Skaf (presidente da FIESP), um “passo importantíssimo para o Brasil, trazendo modernidade ao Brasil, mais oportunidades aos trabalhadores e mais segurança jurídica”¹⁰⁸.

O grande mote da defesa da reforma trabalhista, seja pelos ministros de Temer ou por entidades patronais expressas pela FIESP e FECOMERCIO, está na ideia de flexibilização. O campo da Sociologia do Trabalho nos oferece um vasto referencial para pensarmos o que significa objetivamente a flexibilização e entendermos como isso impacta a vida do trabalhador. Vasapollo (2006), sociólogo italiano, defende em suas pesquisas que a flexibilização pode ser entendida como: 1) liberdade para a empresa despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e vendas diminuïrem; 2) liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessitar; 3) faculdade da

¹⁰⁷ FECOMERCIO. Reforma trabalhista permitirá retomada da economia e da geração de empregos. **Portal FECOMERCIO**. Publicado em: 06/09/2017. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/reforma-trabalhista-permitira-retomada-da-economia-e-da-geracao-de-empregos>. Acesso em: 05/08/2018

¹⁰⁸ LOPES, Roseli e TONI, Graciliano. “Passo importantíssimo para o Brasil”, afirma Skaf no seminário de modernização trabalhista. **Portal FIESP**. Publicado em: 31/08/2017. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/passo-importantissimo-para-o-brasil-afirma-skaf-no-seminario-modernizacao-trabalhista/>. Acesso em: 05/08/2018.

empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho; 4) possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho mudando horário e características de trabalho; 5) possibilidade de contratar trabalhadores em regime parcial e trabalho temporário por tempo determinado.

A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho. [...] Com o pós-fordismo e a mundialização econômica-produtiva o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram sua produção para além dos limites nacionais e, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade. (VASAPOLLO, 2006, p. 46).

É evidente que o autor está pensando numa esfera mundializada, e, no nosso caso, pensamos particularmente a reforma trabalhista no Brasil. Porém, efetivamente, são duas dimensões que não podem ser vistas de maneiras isoladas, sobretudo porque o Brasil, em sua condição de país periférico e dependente, está sujeito às regras da totalidade capitalista.

A reforma trabalhista na medida em que é vista de maneira (intencionalmente) enviesada pelos representantes diretos de frações burguesas como modernizante, tornou-se um alibi e passou a legitimar o desrespeito à legislação pelos empregadores, os quais, na visão de Souto Maior (2017a), nunca abriram mão do caráter repressivo da lei e das estruturas do Estado para abafar as lutas dos trabalhadores.

O que está havendo efetivamente, na visão de Souto Maior (2017b), é a “chegada de um processo histórico de sucessivas tentativas, vindas de determinados segmentos políticos-empresariais brasileiros, de apagar os direitos trabalhistas da Constituição, o que se tornou incontornável e incontrolável de abril de 2016 em diante.” (SOUTO MAIOR, 2017b).

Ainda na reforma, o que apareceu, tanto nas falas do ministro evangélico Ronaldo Nogueira quanto do notadamente neoliberal Henrique Meirelles, foi a “segurança jurídica”. Porém, o que nos salta aos olhos é a pergunta: que segurança

jurídica é essa? Ao que nos parece, e concordando com a interpretação de Souto Maior (2017b), é que se busca passar uma ideia de que os capitalistas e empresários brasileiros são vítimas de uma atuação exagerada (e até desonesta) de advogados, procuradores e juízes do trabalho, acusando-se estes últimos de não serem “imparciais”; de tratarem os trabalhadores como “coitados”; de serem “paternalistas”; de fixarem condenações impeditivas da competitividade das empresas e “aniquiladoras de empregos” (Idem).

Outro elemento importante contido na reforma trabalhista que demonstra seu caráter perverso sobre os trabalhadores e a luta política é a concepção do negociado sobre o legislado, tal como consta no artigo 611-A. No artigo, atribuiu-se à convenção coletiva ou acordo coletivo uma força de lei quando dispuser sobre a jornada de trabalho. Isso significa que, em linhas gerais, ao equiparar a convenção coletiva com o ordenamento jurídico, afasta-se a obrigatoriedade do cumprimento da legislação, bem como retira-se uma das principais referências da luta política dos sindicatos na negociação coletiva: ampliar e garantir os direitos legalmente constituídos. Essa negociação coletiva não pode dialogar e deliberar sobre condições menos benéficas do que a legislação. Porém, o que observamos na reforma é o oposto, isto é, a convenção terá força de lei ao negociar sobre: parcelamento de férias em até três vezes; trabalho remoto; remuneração pro produtividade; registros de trabalho, dentre outros.

Isto significa que os empregadores poderão sobrepor seus interesses para além dos direitos garantidos constitucionalmente. Efetivamente, essa prática prejudicará os trabalhadores que atuam em setores que não são historicamente organizados e enfraquecem a luta política dos sindicatos, uma vez que, em setores que não são mobilizados, será mais difícil garantir e/ou ampliar direitos.

À época o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, em entrevista à Folha de São Paulo em 2017 para defender a reforma trabalhista argumentou que, no Brasil, “nunca vou conseguir combater desemprego só aumentando direito. Vou ter que admitir que, para garantia de emprego, tenho que reduzir um pouquinho, flexibilizar um pouquinho dos direitos sociais [...] se eu não admitir que isso [direitos] não pode crescer, nunca vou atingir o pleno emprego” (sic). E não bastasse o que foi dito, isto é, uma clara defesa do elo mais forte da correlação capital x trabalho, o ministro (note-se que é o presidente do TST e não

qualquer indivíduo) disse que “a reforma deu segurança jurídica. Em época de crise, se não estiverem claras as regras, o investidor não investe no Brasil [...] *se você passa 50 anos crescendo salário e direito, termina ganhando R\$ 50 mil por jornada de cinco horas. Não há empresa ou país que suporte*”¹⁰⁹.

A fala do presidente do TST demonstra claramente uma contradição às evidências empíricas relativas à determinação do emprego em uma sociedade capitalista e às particularidades do mercado de trabalho brasileiro. Como podemos observar na tendência recente, por exemplo, durante os governos lulo-petistas houve uma das menores taxas de desemprego, justamente quando houve um relativo aumento dos direitos e aumento real do salário mínimo. Evidentemente isso é uma síntese de diversos fatores e não pode e não deve ser explicado apenas como se fosse a adoção de uma política econômica específica.

Ainda sob a temerária reforma trabalhista, no artigo 2º houve a definição do trabalho temporário: trata-se daquele prestado por pessoa física ou empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, podendo ter duração de até 120 dias, com a possibilidade de ser prorrogado pelo mesmo período; ao término do contrato, fica impedido que a mesma empresa realize um contrato com o mesmo trabalhador (ou empresa interposta) para o mesmo cargo.

O trabalho temporário tornou-se uma importante estratégia utilizada pelos empregadores capitalistas como uma forma de reduzir o custo da produção vinculado ao aumento ou redução da quantidade de trabalhadores conforme os dissabores do mercado. Assim como o trabalho temporário, o trabalho terceirizado também é um instrumento central para alcançar os mesmos fins, e, embora a terceirização não seja objeto da temerária reforma trabalhista, ela é um dispositivo que complementa a reforma, uma vez que sua regulamentação também foi aprovada no mesmo contexto.

¹⁰⁹ ALEGRETTI, Laís. É preciso flexibilizar direitos sociais para haver emprego, diz chefe do TST. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 06/11/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1933111-e-preciso-flexibilizar-direitos-sociais-para-haver-emprego-diz-chefe-do-tst.shtml>. Acesso em: 06/08/2018.

Depois de observados alguns elementos da reforma trabalhista, gostaríamos de destacar algumas das justificativas apontadas pelo ministro evangélico Ronaldo Nogueira, com o intuito de defender a necessidade da reforma.

A justificativa não é extensa, tem pouco mais de duas páginas e contém 12 parágrafos. Efetivamente não há nenhum dado e nenhuma evidência é apresentada pelo ministro para sustentar a defesa ou a “necessidade” da reforma. O ministro parece ignorar – ideologicamente orientado – as pesquisas no campo da Sociologia do Trabalho e de outros campos como do Direito, por exemplo. Vejamos mais de perto algumas de suas posições:

No primeiro parágrafo da justificativa de Nogueira, já é observada a seguinte colocação:

submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta do Projeto de Lei [...], para *aprimorar as relações de trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores*, atualizar os mecanismos de combate à informalidade da mão-de-obra, regulamentar o art. 11 da CF [...] para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O que está implícito no texto é que a reforma trabalhista – vista como um instrumento de aprimoramento das relações de trabalho – iria gerar o aumento do número de postos de trabalho, uma vez que, ao flexibilizar as formas de contrato, minar as forças coletivas dos trabalhadores como os sindicatos e atacar o excesso de “judicialização” das relações de trabalho, os empregadores se sentiriam mais à vontade para aumentar os postos de trabalho, pois os encargos seriam menores.

Mas, ao contrário da argumentação, a reforma permite a criação de postos de trabalhos ainda mais precarizados, como, por exemplo, o trabalho intermitente. Essa perspectiva de redução de direitos se torna um elemento perverso de convencimento dos trabalhadores, uma vez que, com o aumento do desemprego, instabilidade econômica – resultada de decisões políticas – e fragilização dos sindicatos como o principal instrumento de luta coletiva dos trabalhadores, estes na necessidade de trabalharem para se manterem vivos, acabam aceitando qualquer posto de trabalho, por mais precário que este seja.

Segundo o evangélico ministro temerário, no sétimo parágrafo da mesma justificativa,:

No Brasil temos um elevado nível de judicialização das relações do trabalho, o que é retratado pela quantidade de ações trabalhistas que anualmente dão entrada na Justiça do Trabalho. Na grande maioria das ações a demanda reside no pagamento de verbas rescisórias. A falta de canais institucionais de diálogos nas empresas que promovam o entendimento faz com que o trabalhador só venha a reivindicar os seus direitos após o término do contrato de trabalho. Com isso, problemas que poderiam ser facilmente resolvidos no curso do contrato de trabalho vão acumulando, para serem discutidos apenas ao término do vínculo empregatício, na Justiça do Trabalho.

É fato que os acordos judiciais são a maior parte dos processos na Justiça do Trabalho, como bem disse o ministro. Todavia, o que ele não explicita por sua matiz ideológica é o que significam esses índices. Segundo o relatório geral do TST publicado em 2018, os principais casos estão vinculados ao não recebimento de pagamentos garantidos por lei, sobretudo após serem mandados embora, ou seja, os trabalhadores estão buscando garantir o recebimento daquilo que lhes é de direito e não estão, como os defensores da temerária reforma afirmam, “abusando do empregador”. Na lista dos casos, segundo o relatório geral elaborado pelo TST em 2018¹¹⁰, os temas mais recorrentes são: aviso prévio, multa do artigo nº 477 da CLT¹¹¹, multa de 40% do FGTS; multa do artigo nº 467 da CLT¹¹²; férias proporcionais; 13º salário proporcional; horas extras.

O que se observou, portanto, na reforma trabalhista foi a exclusiva incorporação de demandas e pautas que o setor empresarial tinha no que tange às relações de trabalho, conforme mencionado por Souto Maior (2017c): “não se trata de mera reforma, mas de uma alteração profunda do modo de produção e nas relações de

¹¹⁰ Relatório geral do TST, 2018.

¹¹¹ Art. 477 da CLT: “É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessão das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha recebido na mesma empresa”.

¹¹² Art. 467 da CLT: “Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento”.

trabalho no Brasil e todas no mesmo sentido de atendimento de demandas empresariais.” Por isso mesmo, sob a retórica de que se está modernizando uma legislação dos anos 40, o que se está tentando realizar é um desmonte do pacto realizado na Constituição de 1988, sem o estabelecimento de um amplo debate a seu respeito, com o estabelecimento, inclusive, das vias necessárias de participação popular (SOUTO MAIOR, 2017c).

Portanto, o que se demonstra evidente é que a temerária reforma trabalhista é, em realidade, a busca do atendimento dos interesses patronais e empresariais atacando a via de menor resistência: os direitos trabalhistas.

Essa prática não é exclusiva do ilegítimo governo de Michel Temer, mas a flexibilização da legislação trabalhista é um argumento recorrente entre os defensores do neoliberalismo¹¹³, uma vez que a mudança da estrutura sindical e os direitos dos trabalhadores têm sido apresentados como as condições de entraves para o próprio processo de crescimento e geração de empregos.

Em importante pesquisa realizada pela pesquisadora Andréia Galvão (2007) sobre a relação entre neoliberalismo e reforma trabalhista, as reformas trabalhistas devem ser observadas de uma ótica que envolve três principais elementos: em primeiro lugar, considerando a conjuntura e as condições por meio das quais são efetivadas; em segundo lugar, levando em conta os elementos ideológicos que estão por trás delas; e, em terceiro lugar, avaliando a correlação de forças entre os setores que defendem e se opõem a essa reforma.

A pesquisa de Galvão nos permite perceber algumas semelhanças entre as reformas trabalhistas nos períodos neoliberais de FHC e de Temer. Para a autora (2007), os direitos trabalhistas foram a via de menor resistência frente aos ataques neoliberais. Além disso, grande parte da incapacidade de o movimento sindical oferecer respostas que fossem para além da contradição do plano discursivo se deu (em partes) pela disseminação da ideologia neoliberal também entre os trabalhadores. Os sindicalistas também falavam em modernização, busca de entendimento, parcerias etc.

¹¹³ Para uma visão mais ampla e detalhada da relação entre neoliberalismo e reforma trabalhista na década de 1990, ver Galvão (2007).

Galvão (2007) ressalta ainda parte dos interesses de classes por trás da reforma à época dos anos de 1990. Segundo a autora, há um discurso patronal e das frações burguesas de que a reforma trabalhista seria o único caminho (e somente de uma única maneira possível) elaborado de maneira “racional” e “técnica”, para assim combater ineficiência e desperdícios, atualizando a arcaica legislação trabalhista e modernizando as relações de trabalho. Assim, o que foi demonstrado pela autora foi o inverso do prometido, uma vez que houve uma redução do rendimento médio real dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo, na mesma medida em que aumentaram o PIB e a concentração de renda.

Se observarmos as justificativas das frações que defenderam a temerária reforma trabalhista, parecem ser as mesmas daquelas defendidas nos anos de 1990, como uma espécie de “*ctrl + c*; *ctrl + v*”; mas, cumpre observar, 2016 não é 1990. Agora, o convencimento também passa por outras esferas, como é o caso da dimensão moral/religiosa. Essa justificativa era a mesma, por exemplo, que o empresariado e representantes das frações burguesas defenderam para justificar a terceirização. Na pesquisa realizada por Cunha (2015), argumentou-se que o empresariado defendia essa prática de terceirização como uma nova e moderna forma de contratação, uma vez que ela seria mais ágil, flexível e, portanto, “racional”.

Destarte, o que pode ser percebido, ainda que de maneira rápida, é que a retórica de “modernização” e “flexibilização” está presente desde os anos de 1990, como o grande ideal a ser buscado. Porém, os novos elementos de agora consistem nos ataques à Justiça do Trabalho, vista como um gasto desmesurado e cuja atuação dificultaria a vida do empresariado. Além desse elemento, houve ainda a regulamentação de formas precarizantes do trabalho como os trabalhos temporário e intermitente. Neste último, o trabalhador recebe apenas pelas horas efetivamente trabalhadas, com alternância imprevista de dias e horários. É como se pensar na jornada de trabalho do professor, por exemplo, se ele recebe por hora/aula, caso ele estivesse em um regime intermitente, quando o dia de sua aula caísse em um feriado ele não receberia a aula, uma vez que não trabalhou naquele dia.

A perspectiva que enxerga a temerária reforma trabalhista como modernizante corresponde a uma tendência de aumentar a individualização no trabalho, modificando o

comportamento dos trabalhadores e enfraquecendo sua capacidade de resistência política. Dois importantes estudos do campo da Sociologia do Trabalho francesa, Danièle Linhart (2007) e Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), apontam para algumas dessas características. Danièle Linhart, embora esteja preocupada com uma particularidade francesa, debruçou-se sobre o “rolo compressor da modernização”, que possui uma tendência de gerar uma individualização das situações de trabalho, cujo elemento primordial era que os trabalhadores fossem receptivos às solicitações de uma chefia, ou seja, esse projeto “modernizador” supõe um “desarmamento” dos assalariados, “modernizando” o comportamento dos assalariados (LINHART, 2007).

Assim como Danièle Linhart argumentou, Boltanski e Chiapello (2009) também desenvolvem uma análise semelhante, quando estudam o discurso empresarial a partir dos anos 90, identificando neste uma nova configuração ideológica. Segundo os autores, o “novo espírito do capitalismo” tem, em princípio, a capacidade de permear o conjunto das representações mentais, infiltrando-se nos discursos políticos, fornecendo representações legítimas e esquemas de pensamento aos sujeitos, de modo que sua presença torna-se difusa e geral. Isso significa que no discurso e na literatura empresarial, a defesa pela empresa eficaz e competitiva assume um caráter moral, por se tratar de uma visão normativa que diz aquilo que deve ser, e não o que é (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É possível compreender essa dimensão da modernização e racionalização do trabalho levando-se em consideração as análises de Gramsci com relação ao americanismo e o fordismo. Segundo o autor sardo, o industrialismo é uma luta contínua, dolorosa e sangrenta contra o elemento da animalidade do homem (GRAMSCI, 2001). Esse processo de racionalização acaba criando um “novo tipo humano adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo [...]”. É ainda a fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial” (GRAMSCI, 2001, p. 248). Sob esses princípios da racionalidade gerencial, os trabalhadores são apenas os instrumentos de produção para o capital, e, pior do que isso, os administradores “não se preocupam com a ‘humanidade’, com a ‘espiritualidade’ do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas.” (GRAMSCI, 2001, p. 267).

Por isso mesmo, julgamos que a perspectiva ideológica dos representantes e intelectuais orgânicos¹¹⁴ das frações burguesas pode e deve ser vista como uma tentativa de criar uma espécie de ideologia do consenso, tal como definida por István Mészáros, sendo sustentada por uma pretensa racionalização institucional e política.

As ideologias de consenso, política e institucionalmente sustentadas, têm um peso e um poder de persuasão muito maiores do que qualquer apelo direto – em nome da ciência ou qualquer outra coisa – a que os indivíduos particulares e os grupos sociais “revolucionem sua atitude mental” para que haja uma “cooperação fraterna”, apelo este que, deixado por sua própria conta, está fadado a permanecer confinado ao plano do mero pensamento veleitário (MÉSZÁROS, 2012, p. 145).

Isso significa que essa ideologia do consenso atinge coletivamente os trabalhadores, que absorvem de tal maneira a ideologia neoliberal, naturalizando-a. Isso ocorre de tal sorte que, em meio aos discursos proferidos pelas frações burguesas e seus representantes, a reforma trabalhista, por exemplo, seria uma condicionante para a geração de novos postos de trabalho.

Em certo ponto, as medidas para aumentar a taxa de acumulação, levadas a cabo pelas frações burguesas, como a reforma temerária, ou então a mudança de se tornar irrestrita a terceirização, estão vinculadas a uma espécie de “tese da inevitabilidade”. A título de exemplo, nos anos de 1990 quando as práticas de terceirização estavam sendo implementadas, a CUT, embora tenha adotado um discurso crítico em relação a essa forma de contratação, efetivamente adotou uma postura mais moderada. Isto porque o que a central buscava era regulamentar a terceirização, pois a via como inevitável, defendendo, portanto, que deveria ser terceirizada apenas a atividade meio e não a atividade fim¹¹⁵. Essa prática se deu com a adoção de políticas econômicas de cunho neoliberal nos anos de 1990. Parte disso pode ser explicado ainda pela própria mudança da postura da CUT, conforme avaliado por Boito Jr (1999), quando a central modificou-se de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo

¹¹⁴ O sentido dos “intelectuais orgânicos” é concebido da forma como foi desenvolvida por Gramsci (2006), para o qual a produção teórica de tais intelectuais se vincula organicamente à estrutura da produção (e reprodução) material (e espiritual) da sociedade capitalista.

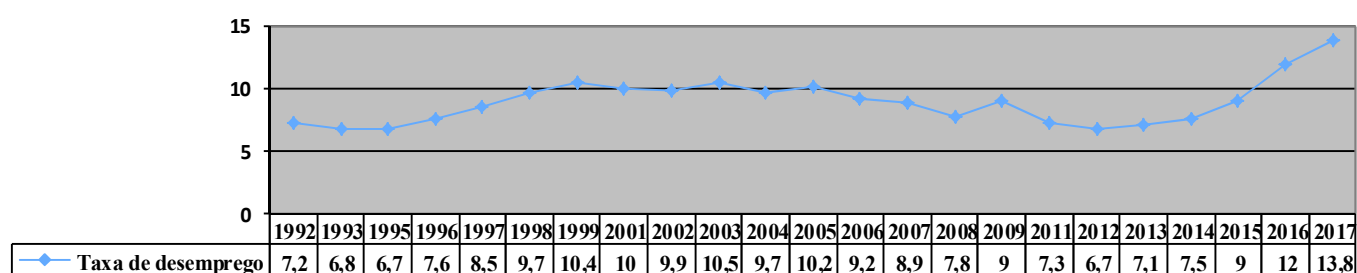
¹¹⁵ Para maiores detalhes, consultar Cunha (2015).

propositivo, ou seja, abandonou a crítica mais direta em relação à burguesia e passou a adotar medidas conciliatórias.

Assim, tal mudança significou para a classe trabalhadora de maneira mais geral, um enfraquecimento da luta prática e da agitação contra o modelo neoliberal de Collor e depois de FHC. Mas, como já apontamos, evidentemente a década de 2010 não é a mesma que a de 1990; o neoliberalismo não é o mesmo e as práticas sindicais tampouco, a conjuntura é outra e a forma como os sindicatos lidaram com a questão da terceirização também.

Além disso, a década de 2010 representa outra condição comparada com 1990, pois, se em 90 o neoliberalismo de FHC advinha de uma profunda crise política, tendo como um de seus efeitos mais contundentes sobre a classe trabalhadora a hiperinflação, nos anos de 2010, via-se o oposto: um aumento da capacidade de consumo e ganhos reais do salário mínimo. Além disso, o índice de desemprego também foi diferente e, conforme dados do IPEA, ao fim da década de 1990, em 1999 a taxa estava em 10,4%, atingindo seu ponto mais alto em 2003, com 10,5%. Após esse período, passou a cair constantemente até atingir seu menor índice em 2012, com 6,8%, voltando a crescer após esse período e disparando após a instabilidade política a partir de 2014.

Gráfico 2 Taxa de Desemprego, Fonte IPEA, elaboração própria.



Na visão de Ruy Braga (2016), esse fenômeno da redução do desemprego e do aumento dos ganhos reais pode ser visto como uma forma de desconcentração de renda, promovida pela combinação entre políticas públicas redistributivas, crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho. Esse conjunto de medidas garantiu a

absorção de uma massa de trabalhadores pobres, que, por não serem capazes de poupar, transformam todo o dinheiro que entra na base da pirâmide salarial em consumo. Isso proporcionou um ciclo de progresso material, mas com sérias limitações: incapacidade de oferecer empregos em setores com mais qualificação e menor condição de precariedade (BRAGA, 2016).

Esses dados indicam, por exemplo, como é possível falar de certa reconfiguração do movimento sindical após a eleição presidencial de Lula, principalmente com a criação de novas centrais e organizações¹¹⁶. Além disso, houve um realinhamento e uma aproximação das principais centrais, CUT e Força Sindical como base do governo, assim como estratégias adotadas pelo lulo-petismo para envolver o movimento sindical em sua plataforma política, criando os organismos tripartites. Por fim, há o do papel da legislação, que consagrou o reconhecimento e o financiamento das centrais.

Na avaliação de Galvão (2012), essas medidas geraram um duplo movimento: por um lado, um indicativo de vitalidade para o movimento sindical, pois a forma encontrada por uma parcela do movimento manifestou sua insatisfação e seu descontentamento tanto em relação ao governo quanto às centrais sindicais próximas a eles; e, por outro lado, expressou uma tendência à acomodação política, já que algumas entidades se adequaram de maneira quase passiva à nova conjuntura e aproveitaram de benefícios por ela introduzidos (GALVÃO, 2012).

Braga (2016) partilha da perspectiva apresentada por Galvão (2012), segundo a qual houve uma reviravolta das relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, representada pela vitória de Lula nas eleições de 2002. Pós 2003, a reorientação do sindicalismo da CUT em direção ao diálogo social assumiu certo protagonismo na tentativa de Lula em pacificar as tensões sociais entre o capital e o trabalho.

Nesse sentido, no imediato pós-golpe não havia um setor que pacificasse as tensões sociais, ao mesmo tempo em que o aumento do desemprego pôde levar parte da classe trabalhadora a adotar uma medida mais cautelosa e buscar preservar seus

¹¹⁶ Consultar: GALVÃO, 2012.

empregos, ainda que sob condições precárias, o que pode ajudar a entender parte da fraca resistência à temerária reforma trabalhista. O discurso de Temer sobre as crises que o país atravessava exemplificava qual era a tônica ideológica do governo: “não pense em crise, trabalhe!”. E, ninguém seria mais ideal a esse discurso que membros da bancada evangélica que partem da premissa de que, se trabalharmos, Deus nos recompensará, conforme visto nos capítulos anteriores.

4.3. Temer e o governo como “ato religioso com o Brasil”

Ao demonstrarmos como a temerária reforma trabalhista busca atender aos interesses das frações burguesas, uma vez que possibilita um aumento das taxas de acumulação, era necessária uma perspectiva ideológica que criasse uma espécie de consenso nas frações trabalhadoras, de modo que ela (ainda que parcialmente) apoiasse a “importância e necessidade” da reforma.

Michel Temer, logo após o golpe, iniciou a construção de uma base de seu governo, cujo aspecto central consistia em alicerçar-se sobre duas bases fundamentais: 1) Bases conservadoras, principalmente os representantes das frações burguesas internacionais e neoliberais e seus representantes do PSDB; e, 2) uma base reacionária, representada por uma parcela específica dessa extrema-direita¹¹⁷: o fundamentalismo religioso.

Após iniciado o processo do golpe, Temer se colocou na missão de construir um governo que buscava uma união dos “brasileiros de boa vontade”, pois “o país clama por pacificação, pois o aprofundamento das visões e a disseminação do ódio e

¹¹⁷ O pesquisador Luís Felipe Miguel aponta uma tríade principal da extrema-direita brasileira: o libertarianismo fundamentado na “escola econômica austríaca”, influente em meios acadêmicos e ativistas nos Estados Unidos, que prega o menor Estado possível, ou seja, uma releitura neoliberal; a segunda base está no fundamentalismo religioso, que desdobramos de maneira mais detalhada em nosso trabalho, e uma terceira base é a “reciclagem” do antigo anticomunismo (MIGUEL, 2018).

dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores” (PMDB, 2015). Com isso, Temer buscava o máximo de apoio para conseguir efetivar as reformas que atendessem aos interesses das diferentes frações burguesas que compõem o bloco no poder, ao mesmo tempo em que buscava apoio e legitimidade das frações da classe trabalhadora, tanto nos estratos médios (cujas argamassas eram o antipetismo), quanto nos estratos mais baixos e pobres (vítimas diretas da retração econômica e redução da capacidade de endividamento do Estado).

Em seu discurso de posse, Temer afirmou:

Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro têm de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento. (TEMER, discurso de posse, 12/05/2016)

Nesse sentido, a unificação reivindicada por Temer passava, a nosso ver, pela aproximação com as diferentes frações burguesas: interna e associada¹¹⁸, cujo intermédio estava sendo realizado pelo PSDB – principalmente nas frações associadas – e pelo apoio das federações industriais ao golpe, como é o caso da FIESP. Não apenas nas frações burguesas, mas Temer buscava algum apoio na classe trabalhadora, principalmente nas bases conservadoras e reacionárias que tivessem alguma capilaridade em frações da classe trabalhadora, como é o caso da bancada evangélica, importante expoente do pensamento conservador e que, conforme mostramos nos capítulos anteriores, cresceu a passos cavaleiros. Além disso, Temer buscava também o apoio do próprio PSDB, que possuía uma base da classe média.

Nós todos sabemos que, há um bom tempo, o mundo está de olho no Brasil. Os investidores acompanham, com grande interesse, as

¹¹⁸ Essa diferenciação entre a burguesia interna e a burguesia associada está posta por Boito Jr (2018), cuja inspiração encontra-se no pensamento de Poulantzas (1975). Segundo Boito Jr, o termo burguesia interna serve para diferenciar uma fração burguesa de países dependentes menos ambiciosa que a burguesia nacional – que chegou a assumir posições anti-imperialistas –, mas que não é mera extensão dos interesses do capital estrangeiro no interior do país onde assenta sua base de acumulação. Já a fração completamente integrada ao imperialismo é denominada de burguesia associada, e não burguesia internacional ou externa, uma vez que a própria fração interna da burguesia brasileira se internacionalizou, aproveitando-se dos espaços abertos pelo lulopetismo.

mudanças no nosso país. Havendo condições adequadas — e nós vamos produzi-las —, a resposta será rápida, pois é grande a quantidade de recursos disponíveis no mercado internacional e até internamente, e ainda maior as potencialidades no nosso País. E com base no diálogo, nós adotaremos políticas adequadas para incentivar a indústria, o comércio, os serviços e os trabalhadores. E a agricultura, tanto a familiar quanto o agronegócio. Precisamos prestigiar a agricultura familiar, que é quase um microempreendimento na área da agricultura, especialmente apoiando e incentivando os micros, pequenos e médios empresários. Além de modernizar o País, estaremos realizando o maior objetivo do governo: reduzir o desemprego. Que há de ser, os senhores percebem, estou repetindo esse fato porque eu tenho tido — e os senhores todos têm tido —, contato em todas as partes do País, com famílias desempregadas. E nós vemos o desespero desses brasileiros, que contam com um País com potencialidades extraordinárias e que não consegue levar adiante uma política econômica geradora de empregos para todos os brasileiros. (TEMER, discurso de posse 12/05/2016).

É evidente que a fala de Temer aponta para um sentido genérico e abstrato, porém, o que ela representa é a tentativa de angariar apoio tanto das frações burguesas quanto de frações da classe trabalhadora, pois, dessa maneira, seria mais fácil manter o apoio no congresso para conseguir “vitórias” importantes nas votações das reformas temerárias. Na perspectiva de Temer, as reformas fundamentais seriam frutos de um desdobramento ao longo do tempo, e, por isso, para garantir uma “sustentabilidade e assegurar o futuro”, pagando os aposentados e gerando emprego, seria urgente aprovar as “controvertidas, [...] reforma trabalhista e a previdenciária. A modificação que queremos fazer, tem como objetivo, e só se este objetivo for cumprido é que elas serão levadas adiante, mas tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego.” (idem)

Com isso, se Temer tinha como objetivo aprovar as temerárias reformas que conduziram o país à “modernização”, era necessário, segundo o presidente, ter uma base no congresso (que ele conseguia liberando verbas para emendas parlamentares) e na sociedade (que buscava apoio nas classes médias por intermédio do PSDB e das camadas pobres por intermédio da bancada evangélica).

Com isso, um dos pilares fundamentais de Temer consistia no PSDB, que, após fechar a questão do impeachment passou a atuar de maneira decisiva na articulação do

golpe¹¹⁹. Como vimos anteriormente, Aécio, logo após as eleições de 2014, bradou e questionou a vitória de Dilma Rousseff e logo no início de 2015 já vinha acusando-a de estelionato eleitoral. Porém, ainda faltava fechar a questão interna ao partido e definir como seria a composição deste num futuro governo Temer.

Aécio foi o grande porta-voz do golpe dentro do PSDB. Porém, o partido não se constitui apenas de um único sujeito e seria necessário fechar a questão de como o partido se colocaria no golpe. Esse ponto foi fechado em dezembro de 2015, dias depois de Cunha decretar no congresso a admissibilidade do *impeachment* de Dilma. Conforme matéria publicada pelo *Estadão* em 10 de dezembro, após um jantar em Brasília onde estavam presentes os principais líderes tucanos, dentre eles os seis governadores e congressistas da legenda, passaram a unificar o discurso de defesa do afastamento de Dilma.

O maior expoente do partido, FHC, argumentou que o impeachment seria possível na visão do partido, em razão do reiterado desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista benefícios eleitorais. Porém, não bastaria apenas o suposto crime de responsabilidade, mas também seria necessário um “clima”, isto é, para o ex-presidente deveria se formar um clima para o seguimento do processo, uma vez que as razões jurídicas estavam postas e, em sua análise, o clima do momento (dezembro de 2015) era de que o governo estava paralisado.

Um dos exemplos do apoio do PSDB ao governo golpista do PMDB ficou evidente após reunião onde Aécio e Temer acertaram a participação dos tucanos num eventual governo Temer, conforme reportagem publicada pela Folha de São Paulo¹²⁰. No encontro, os tucanos aceitaram integrar a administração com a ocupação de cargos na equipe ministerial, porém, o acordo só foi oficializado após a cúpula nacional

¹¹⁹ DECAT, Erich; GADELHA, Igor. Com apoio de FHC, PSDB fecha posição pelo impeachment da presidente Dilma. **Estadão**. Publicado em: 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/com-apoio-de-fhc--psdb-fecha-posicao-pelo-impeachment-da-presidente-dilma,10000004539>. Acesso em: 08/08/2018

¹²⁰ URIBE, Gustavo. Temer e Aécio acertam participação de PSDB em eventual governo. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 24 de abril de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765958-temer-e-aecio-acertam-participacao-de-psdb-em-eventual-governo.shtml>. Acesso em: 08/08/2018.

partidária ter documentadas as propostas para mudança dos rumos políticos e econômicos do país. Na reportagem, Aécio Neves afirma haver uma convergência no partido de que o PSDB não deve negar apoio e deve contribuir com o governo Temer, e que isso “não depende de nenhuma contrapartida de cargos”.

A atuação do PSDB na composição do governo Temer é sintomática. O PSDB historicamente esteve associado às frações burguesas vinculadas organicamente ao capital financeiro, sobretudo em razão da adoção do modelo político-econômico levado a cabo durante o governo FHC. Na perspectiva de Boito Jr. (2018), embora a política lulo-petista não tenha rompido com o receituário neoliberal, não era a mesma fração que exercia a hegemonia no bloco no poder durante o período FHC, uma vez que neste tratava-se do capital internacional e da fração da burguesia brasileira integrada, que, no entanto, durante o governo de Lula, foram relegadas a um segundo plano.

Por isso mesmo, houve uma composição entre Temer e PSDB. Embora o protagonismo do golpe tenha sido efetivado pela dupla Temer-Cunha, a formulação jurídica, o programa econômico, a ponte com o empresariado (frações da burguesia interna e fração associada) e a legitimação perante a classe média passaram pelo PSDB (SINGER, 2018). O que Temer teve de fazer, a nosso ver, foi trazer para próximo de si tanto as frações burguesas e frações da classe trabalhadora, sobretudo num momento de grande instabilidade política e aprofundamento da crise econômica.

O receituário que seria aplicado, por ser demasiado amargo para as frações trabalhadoras, dependeria da capacidade de convencimento destas, cujos elementos narrativos e retóricos concentravam-se na ideia de que “não teria outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação” (PMDB, 2015).

Além das reformas, como vimos anteriormente, uma das formas que Temer, de maneira sagaz a nosso ver, conseguiu encontrar para construir algum consenso nas frações trabalhadoras foi se utilizar, em seu discurso de posse, de uma narrativa que

possui grande aderência em parcela da população: a ideia de “pensamento positivo”, quase numa dimensão religiosa e de autoajuda¹²¹. Segundo Temer:

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, *porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar.* (TEMER, discurso de posse, 2016, grifos nossos).

O que está por trás da afirmação de Temer, “não pense em crise, trabalhe”? Parece-nos que esse discurso vai ao encontro do problema apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) na obra “A nova razão do mundo”. No livro, os autores apontam para o que eles estão chamando racionalidade do neoliberalismo, considerando o neoliberalismo como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, seguindo o princípio universal da concorrência.

Os autores, Dardot e Laval (2016), argumentam que há uma “ascese do desempenho”, na qual a ética neoliberal do eu não se restringe aos limites da empresa, ou, nesse caso, do bloco no poder. Este é visto por Temer sob a mesma lógica empresarial, uma vez que tenta “aliciar as subjetividades” com a ajuda de controles e avaliações de personalidade, como forma de falar e se portar diante do outro; afinal, se o sujeito não é capaz de governar a si, como pretende governar o outro? Assim, todos os “exercícios práticos de transformação de si mesmo tendem a jogar o peso da complexidade e da competição exclusivamente sobre o indivíduo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 342).

Esse “gerenciamento da alma” introduz nos sujeitos a necessidade de assumirem plenamente a expectativa de certos comportamentos e certa subjetividade no trabalho. “Não pense em crise, trabalhe”, portanto, pode significar que os sujeitos

¹²¹ Apenas a título de ilustração, em diversos rankings de livros mais vendidos no ano de 2019, é quase constante a presença de livros de autoajuda, religiosidade, exercícios de positividade e demais perspectivas de responsabilização dos indivíduos. No *site Estante Virtual*, a seção de não-ficção conta com 15 títulos, dos quais 10 são de autoajuda, superação, sucesso etc. Na plataforma *Amazon*, dos 50 títulos mais vendidos, 27 são da mesma categoria.

devem gerir a complexidade da economia globalizada, pois o indivíduo é um gerente de si que deve resolver todos os problemas.

Portanto, todo o otimismo mencionado por Temer demonstra de que maneira ele transfere dos ombros da política econômica para os ombros dos trabalhadores a responsabilidade e a forma de superação da crise econômica passada pelo Brasil, como se ela não fosse resultado de um projeto político que beneficia as grandes frações burguesas em detrimento das frações trabalhadoras.

Não bastassem os elementos individualizantes que Temer emprega em sua retórica, a qual, a nosso ver é uma forma de acessar a parcela da classe média principalmente as vinculadas ao PSDB e à Lava-Jato, há, ainda, a adesão a uma histeria contra partidos de esquerda (MELO, 2016), representada, sobretudo, pelo signo da reação conservadora iniciada em 2015. Além disso, cumpre um papel ideológico de vinculação com outros setores das frações trabalhadoras, aquelas mais sensíveis ao discurso empregado por igrejas neopentecostais como a Teologia da Prosperidade, segundo a qual, se o cristão trabalhar de maneira dura e digna, Deus o recompensará. Portanto, mais uma vez, “não pense em crise, trabalhe” e “Deus irá retribuir”.

Ainda durante o discurso de posse, Temer disse que:

O nosso lema — que não é um lema de hoje —, o nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida.

Finalmente, meus amigos, fundado num critério de alta religiosidade. E vocês sabem que religião vem do latim religio, religare, portanto, você, quando é religioso, você está fazendo uma religação. E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País.

Por isso que eu peço a Deus que abençoe a todos nós: a mim, à minha equipe, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos grandes desafios que temos pela frente. (TEMER, discurso de posse, 2016).

A fala de Temer anuncia, a nosso ver, exatamente a tentativa de buscar apoio em um setor que cresceu exponencialmente no Brasil, atingindo cerca de 22 milhões de

pessoas e ganhou representatividade no bloco no poder, com uma bancada com 75 membros eleitos em 2014, principalmente com lideranças expressivas das instituições religiosas, algumas delas com grande destaque na mídia, conforme dados do DIAP¹²² (2014).

Temer, ao recorrer à retórica dizendo que faria do governo um ato religioso e atravessado pelos “valores fundamentais do nosso país”, está justamente se colocando na tentativa de aproximação com estes setores, que carregam em si um conservadorismo e um sentimento “anti-esquerdista”, cruciais para o apoio às suas reformas. O fato de essa parcela da bancada evangélica não possuir nenhum projeto econômico, além de suas pautas morais, faz com que haja uma *afinidade eletiva* entre os setores neoliberais (que carregam consigo valores individualistas, meritocráticos, de “redução” do Estado e combate à corrupção e privilégios) e os neopentecostais com elementos moralizantes (estatuto da família, por exemplo).

Como afirmamos no segundo capítulo, a bancada evangélica não possui um projeto político-econômico consolidado e se baseia mais nas perspectivas moralizantes. A nosso ver, ela se vincula às frações dirigentes do bloco no poder como uma forma de fisiologismo para ir adentrando nos meandros da dimensão política e incutir, pela base, sua perspectiva moral.

Em seu intercurso, a bancada evangélica passou um período de aproximação com o lulo-petismo e, depois de votar em bloco contra Dilma e ajudar a consolidar o golpe, passou a apoiar indiscriminadamente Temer. De acordo com uma reportagem da revista *Época*, os evangélicos teriam “abraçado” Temer¹²³.

¹²² “Lideranças de relevo na comunidade evangélica, algumas delas com grande exposição na mídia. No Acre, foi eleito o apresentador de TV Alan Rick (PRB-AC); na Bahia, foram eleitos o músico e cantor gospel Irmão Lázaro (PSC) e a atual vereadora Tia Eron (PRB), além da reeleição de Márcio Marinho (PRB) e Sergio Brito (PSD). Do Ceará, vem o radialista e o atual deputado estadual Ronaldo Martins (PRB). Na bancada do Maranhão, foi eleita a comunicadora e atual deputada estadual Eliziane Gama (PPS). Merecem destaque ainda os líderes evangélicos: Marcos Soares (PR-RJ), que é advogado, especialista em Teologia Prática, atual deputado estadual e filho do missionário RR Soares; e o sacerdote Sôstenes Cavalcante (PSD).” (DIAP, 2014, p. 106).

¹²³ MOURA, Marcelo, DAL PIVA, Juliana. Como os evangélicos abençoaram Temer. **Revista Época**. Publicado em: 11 de maio de 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/como-os-evangelicos-abençoaram-temer.html>. Acesso em: 05/06/2019.

Segundo a reportagem, durante o 34º congresso internacional dos Gideões Missionários da Última Hora¹²⁴, foi reproduzido um vídeo com o tema instrumental do hino nacional e, em seguida, foi exibida uma fala do então ainda vice-presidente Michel Temer dizendo que: “nós que somos religiosos – e eu tomo a liberdade de dizer que a palavra religião vem de *religo, religare* –, nós todos queremos fazer uma religação dos brasileiros. Com muita fé, nós todos, eu também, vamos orar pelo nosso país”, ao fim da fala do vídeo, havia uma bandeira do Brasil tremulando como pano de fundo para a seguinte frase: “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”.

Assim que o vídeo com a mensagem gravada por Temer encerrou-se, foi a vez de Marco Feliciano, deputado federal pelo PSC e pastor evangélico, subir ao palco e fazer uma pregação afirmando que:

dentro de 15 a 20 dias, esse homem vai assumir a Presidência da República do Brasil [...], não sei se você ouviu ele dizer ali: ‘nós, que somos religiosos’. Ele é um homem temente a Deus vai mudar nossa história e a história do Brasil. Que queria que toda igreja agora levantasse as mãos para o céu. Nesse momento, *nós decretamos que esse espírito que dividiu o país está sumindo daqui. Porque um tempo de unidade, de prosperidade, vai cair sobre a nação brasileira. Ordenamos que todos os demônios desapareçam da nossa nação. E profetizamos que o Brasil é do senhor Jesus*” (FELICIANO, In: MOURA e DAL PIVA, 2016, grifos nossos)

Marco Feliciano foi um representante da bancada evangélica que ganhou grande destaque na mídia, sobretudo nas redes sociais, criando polêmicas, voltando os holofotes públicos para si mesmo. A fala de Feliciano no evento, em abril de 2016, evidencia de que maneira setores da bancada evangélica compreenderam o golpe e a maneira como se colocariam no governo Temer. Ao afirmar que “decretamos que esse espírito que dividiu o país está sumindo daqui”, o pastor – e deputado – está diretamente falando sobre a esquerda e o PT, pois decretou em seu voto durante a admissibilidade

¹²⁴ Este evento é realizado todo mês de abril na cidade de Balneário Camboriú-SC e tem como objetivo a “conscientização missionária, visando o despertar do povo de Deus, para que se tornem contribuintes voluntários dos missionários e apoio a ação social”. O evento reúne milhares de pessoas, recebe pessoas de diversos países e ocorrem cultos diários das 07h00 até às 23h00 ininterruptamente.

do processo de impeachment no congresso, que votaria sim contra o PT, o partido das trevas¹²⁵ (sic).

Ainda é evidente em sua fala um discurso de apelo à autoridade, decretando e ordenando aos espíritos demoníacos que sumissem do Brasil. Afinal, em sua visão teriam sido estes os responsáveis pelo mal que assolava o país, espíritos estes, é claro, que estavam representados pelo PT. Mais do que essas avaliações políticas, que, diga-se de passagem, são extremamente pobres, chamamos a atenção exatamente para a dimensão da autoridade moral que ele se coloca.

Na perspectiva da interpretação de Ricardo Mariano (2014), há no pentecostalismo um elemento fundamental de sua retórica que é a guerra contra o Diabo, uma espécie de guerra santa, na qual o dualismo maniqueísta neopentecostal exacerba a guerra contra o Diabo, tornando Deus (e seus representantes neopentecostais) e Diabo parceiros inseparáveis.

Como nos aspectos religiosos neopentecostais, a autoridade moral da liderança religiosa não é questionada, e, ao contrário, esse elemento se torna um trunfo importante às frações burguesas a ela vinculadas. Isso se dá justamente pelo poder de convencimento que os parlamentares-pastores possuem sobre frações desorganizadas politicamente, do ponto de vista clássico da Sociologia e Política¹²⁶ e, paradoxalmente, muito bem organizadas politicamente do ponto de vista moral e religiosa. Assim, a nosso ver, estamos diante de uma velha e nova perspectiva política, aquela orientada por um prisma moral. O que ocorre agora, na contemporaneidade, é a consolidação dessas práticas, ou seja, alcançaram um novo patamar, passando a exercer uma influência decisiva dentro da disputa política, influenciando diretamente a forma como o bloco no poder conduz a correlação capital x trabalho.

¹²⁵ Voto de Marco Feliciano do PSC-SP: “Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo *Vem Pra Rua*, dizendo que Olavo tem razão, senhor presidente, dizendo tchau pra essa querida e dizendo tchau ao PT partido das trevas, eu voto sim ao impeachment, senhor presidente”.

¹²⁶ Aqui estamos nos referindo às organizações clássicas estudadas pela Sociologia e Política, como os partidos e sindicatos, por exemplo, que se orientam por uma perspectiva de classe específica, seja ela pertencente ao campo progressista, conservador ou reacionário.

Em livro publicado em 2014 por Osésa Rodrigues de Oliveira, intitulado “A responsabilidade política da Igreja”, o pastor neopentecostal da Igreja Batista em Brasília-DF – e um dos articuladores para a criação do partido evangélico Partido Liberal Cristão –, argumenta que “a maior autoridade espiritual que existe na Terra é a igreja constituída por Jesus Cristo nosso Senhor e aquilo que a igreja concorda na terra, será concordado no céu” (OLIVEIRA, 2014, p. 42). Adiante afirma o pastor:

se a igreja afirma que a política é do Diabo, simplesmente a igreja está entregando a política sob o governo do Satanás. Daí começamos a entender porque a degradação moral, dos conceitos da família estão sendo mudados, a aprovação de leis que ferem os preceitos bíblicos estão sendo aprovadas no Congresso Nacional” (Idem, *ibidem*.).

Embora o trecho seja de um pastor que não tenha alcançado a visibilidade de Marco Feliciano, por exemplo, entendemos que essa perspectiva representa o que os setores da bancada evangélica pensam a despeito da política. De maneira semelhante, Edir Macedo – este, sim, com notório peso público –, em obra já supracitada, argumenta que há planos de poder e de nação imbuídos por Deus que transcendem o tempo e o espaço ao se basear em passagem bíblica¹²⁷. Por isso, Macedo defende que as pessoas que foram evangelizadas e passaram a fazer parte do universo dos que professam uma mesma fé, não se referindo a nenhuma igreja especificamente, mas ao “cristão” abstrato e genérico, deveriam ver e perceber que “projeto que aqui está sendo apresentado [...] está muito próximo de ser concluído, mas que, ao mesmo tempo, requer ações práticas de seus genuínos representantes” (MACEDO, OLIVEIRA, 2008, p. 72). Portanto, deveriam todos os cristãos se conscientizar.

Conscientizar-se, na prática evangélica neopentecostal, seria entender que os fiéis fazem parte de um plano maior, o Plano de Deus, e que por isso, deveriam estar submetidos aos seus representantes, pois toda autoridade seria ordenada por Deus.

Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade senão de Deus; e as autoridades que há são ordenadas por Deus. Por isso, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os

¹²⁷ Gênesis 17:3-6 “Prostrou-se Abrão, rosto em terra, e Deus lhe falou: Quanto a mim, será contigo a minha aliança; serás pai de numerosas nações. Abrão já não será o teu nome, e sim Abraão; porque por pai de numerosas nações te constitui. Far-te-ei fecundo extraordinariamente, de ti farei nações, e reis procederão de ti.”

magistrados não são temor para as boas obras, senão para as más. Queres tu, pois, não temer a autoridade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ele é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois ele não traz em vão a espada; porque é ministro de Deus, vingador para castigar o que faz o mal. Portanto, é necessário estar sujeito, não somente pelo castigo, mas também pela consciência. (BÍBLIA, 2015, Livro Romanos 13:1 – 5, p. 1738.)

A passagem bíblica por nós resgatada representa uma das maneiras como os líderes neopentecostais buscam alicerçar sua autoridade sobre os fiéis e demonstra, em tese, que eles não estão na política para defenderem interesses pessoais. Ao contrário, buscam efetivar os planos de Deus, segundo os quais eles seriam homens escolhidos por Deus para a realização desse trabalho.

A retórica dos líderes neopentecostais foi estudada e, segundo a pesquisa de doutorado de Alexandre Bandeira, o discurso religioso neopentecostal é acessível para população e se associa às promessas atualizadas de amparo às demandas sociais que o governo ou não atende, ou o faz de maneira parcial e limitada, como saúde, trabalho e assistência social (BANDEIRA, 2017).

Para Bandeira (2017), as igrejas neopentecostais distinguem-se de outras denominações cristãs justamente pela sua dimensão pragmática que dispensa as ritualísticas, com fácil pregação, uma vez que não depende de profundas exigências teológicas, mas, sim, demanda uma capacidade carismática. Assim, essas igrejas se fundamentam sob a égide do individualismo, e os problemas que os fiéis trazem não são vistos como desdobrados de problemas sociais, isto é, não criticam o contexto social e usufruem dos veículos de comunicação para pregar como as curas e as superações dos problemas são apresentadas como resultado da fé e do trabalho efetivado pelo cristão como uma bênção divina. Portanto, pela alta capacidade de penetração em tecidos sociais, a autoridade religiosa invade a disputa política (BANDEIRA, 2017).

Retornando à aproximação de Temer com a bancada evangélica, um fato ocorrido tem um importante significado simbólico e político na afinidade eletiva temerária, neoliberal e neopentecostal: o primeiro compromisso de Temer – após proferir seu discurso de posse e empossar os ministros – consistiu na reunião com alguns dos principais representantes da bancada evangélica no Congresso Nacional para

uma bênção ecumênica¹²⁸. Conforme apresentado nas reportagens, a primeira “bênção” a Temer foi realizada pelo presidente da FPE – e membro da bancada evangélica¹²⁹ –, o deputado do PRB de Goiás, João Campos.

Em vídeo publicado em sua conta pessoal na rede social *Facebook*, João Campos, lendo um trecho do Velho Testamento, o livro 1 Crônicas (cap. 28), diz:

E disse Davi a Salomão, seu filho: Sê forte e tem bom ânimo, e faze-o; anão temas, nem te desanimes; porque o SENHOR Deus, meu Deus, há de ser contigo; não te deixará, nem te desampará, até que acabes toda a obra do serviço” (Crônicas 28:20). Me permita ainda Sr. Presidente, uma outra breve palavra de Salomão para Davi, “E tu, meu filho Salomão, conhece o Deus de teu pai, e serve-o com um coração perfeito e com uma alma voluntária; porque o Senhor esquadrinha todos os corações, e penetra em todos os desígnios do pensamento; se o buscares, será achado por ti; porém, se o deixares, rejeitar-te-á para sempre. Olha, pois, agora, porque o Senhor te escolheu para edificares uma casa para o santuário; sê forte, e faze a obra (Crônicas 28: 9-10) (CAMPOS, 2016)¹³⁰.

Além do fragmento apresentado pelo vídeo publicado por João Campos, segundo reportagem publicada pelo *Estadão*, Temer leu trechos do Evangelho e rezou o Pai Nosso com os religiosos da bancada evangélica. No vídeo postado no perfil de Campos, apareceu de relance outro personagem de grande importância no campo neopentecostal: Silas Malafaia. Para a reportagem, ao justificar sua presença ali, Malafaia afirmou: “não teve viés político, viemos só para abençoar. Para falar de política, temos nossos parlamentares”.

Julgamos não ser necessário apontar a imensa contradição do que falou Malafaia. Afinal, ele está em um evento político para não falar de política?! Ao mesmo

¹²⁸ UOL. Não “temas”, diz deputado a Temer em oração com bancada evangélica. **UOL**. Publicado em: 13/05/2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/nao-temas-diz-deputado-evangelico-para-temer-em-oracao.htm>. Acesso em: 06/08/2018.

LEAL, Luciana Nunes. Temer se reúne com grupo de líderes religiosos no Planalto. **Estadão**. Publicado em: 12/05/2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-se-reune-com-grupo-de-lideres-religiosos-no-planalto,10000050905>. Acesso em: 06/08/2018

¹²⁹ Importante salientar que a Frente Parlamentar Evangélica não necessariamente faz parte da bancada evangélica, justamente por ser a frente algo amplo que reúne diversos representantes das frações de classe, mas que não são coesos como a bancada evangélica. Esta, embora em menor número em relação à frente, é bastante articulada e seus membros se orientam ideologicamente de maneira muito semelhante.

¹³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1103301329711617>

tempo, mandou seu recado: “para falar de política temos nossos parlamentares”. O que está por trás da fala do bispo, a nosso ver, é a forma como a bancada evangélica se aproveita da baixíssima popularidade de Temer para emplacar pautas e demandas que lhe são próprias, em troca de apoio das suas bases de eleitores. Isto quer dizer que a bancada evangélica, embora tenha em suas fileiras setores e frações das classes trabalhadoras, não se coloca na preservação e ampliação de direitos que se vinculam às demandas clássicas dos trabalhadores. Ao contrário, busca efetivar e garantir pautas moralizantes, que, bem ou mal, não avançaram da forma como seus parlamentares gostariam no período lulo-petista, embora em alguns momentos o lulo-petismo e a bancada evangélica estivessem próximos.

Além de Malafaia e João Campos, ainda estavam presentes no ato os parlamentares e pastores Marco Feliciano (PSC), Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) e Roberto Lucena (PV-SP), bem como Pastor Everaldo e o bispo Samuel Ferreira.

Nesse momento, a bancada evangélica colocava-se de maneira ativa, não apenas como uma fração das classes trabalhadoras – as quais evidentemente não representam seus interesses materiais – que é utilizada pelas frações burguesas, mas como grupo de parlamentares que percebe sua força e sua capacidade de disputa da hegemonia e liderança do bloco no poder. Por isso mesmo, a bancada passa a dar apoio a Temer, mas também passa a pressioná-lo por suas pautas e suas demandas.

A pergunta que emerge conosco é: por que a bancada evangélica e as frações burguesas associadas se vincularam? Qual a razão dessa afinidade eletiva?

As respostas que ensejamos para tais perguntas perpassam por dois elementos fundamentais e excludentes: um é a questão econômica e moralizante, e o outro elemento é o “inimigo em comum” que esses dois campos possuem: a “esquerda”. Esta, na referida conjuntura, era corporificada pelo PT, segundo a visão das frações burguesas e dos evangélicos. E qual a razão disso?

As medidas político-econômicas com caráter neoliberal, como a reforma trabalhista e a PEC de congelamento dos gastos públicos atendem a interesses mais imediatos das frações burguesas. A trabalhista, mais vinculada às frações da burguesia interna, como FIESP e o capital produtivo, pois ela implica uma imediata redução de

custo produtivo, ao passo que o congelamento dos gastos públicos permite às frações da burguesia vinculada ampliarem suas áreas de atuação com a redução dos gastos e investimentos públicos em áreas como saúde e educação, por exemplo,¹³¹ uma vez que o Estado não consegue oferecer mais esses serviços com alguma qualidade em razão da constante precarização dos serviços públicos. Apenas a título de exemplo, a PEC 451/2014, de autoria de Eduardo Cunha (e está arquivada desde agosto de 2019) propunha a mudança no inciso XXXV do artigo 7º da Constituição Federal, obrigando os empregadores a oferecerem assistência à saúde, isto é, plano de saúde, para todos os trabalhadores registrados. O que é isso senão um nítido ataque ao SUS, vindo exatamente de um dos principais membros da bancada evangélica?

Além da política econômica, há ainda a dimensão moralizante que a bancada evangélica traz consigo e cujos principais elementos estão vinculados ao controle do corpo e ao combate do que pode representar uma ameaça à ideologia cristã. Dentre os elementos principais estão: PL 6583/2013, o “Estatuto da família”, o qual define família formada a partir da união de um homem e uma mulher (sic); PEC 29/2015, de autoria do Senador à época Magno Malta e conhecida como “PEC da Vida”, a qual defende a inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção; PL 7180/2014, o primeiro projeto apresentado que representa o “Escola sem Partido”, de autoria de Erivelton Santana do PSC/BA, membro da bancada evangélica; Isenção econômica e fiscal para as Igrejas, conforme previsto no PLC 55/2019, de autoria da deputada Clarissa Garotinho

¹³¹ Basta ver, por exemplo, no campo da Educação como empresa brasileira Kroton se vincula organicamente às frações financeiras e se tornou gigante no mercado educacional, conforme apontam pesquisas como a dissertação de mestrado de Carla Fernanda Zanata Soares, defendida na UFSC em 2018 e intitulada “A financeirização da educação superior brasileira: o caso do Grupo Kroton”, e o artigo “Capital e Poder a serviço da globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil”, publicado em 2017 na Revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas). O artigo, escrito por Andreia Gomes da Cruz e Maria de Fátima Costa de Paula, tem como argumento a existência de uma disputa por um espaço no campo educacional, resultado também das reformas e rearranjos do Estado, que se vinculam à globalização e às políticas neoliberais.

No campo da saúde, por exemplo, o CEBES, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – grupo que marca posição de defesa do SUS e do acesso universal e gratuito da Saúde, entendendo saúde como direito e não mercadoria –, aponta, em uma série de trabalhos publicados por seus membros, quais seriam as consequências da entrada do capital internacional e suas consequências para a saúde. Eliane Cruz e Francisco Monteiro Neto apontam como a empresa estadunidense *UnitedHealth*, que já é proprietária da Amil (planos de saúde), adquiriu o Hospital Samaritano em São Paulo e avança para a compra de hospitais em Salvador, Recife e Brasília, lembrando que foi no ano de 2015 que ocorreu a autorização para a abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde no Brasil (Lei 13.097/2015), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, fato que era vedado pelo Artigo 23 da Lei 8.080 de 1990, sancionada pelo neoliberal Collor.

PROS/RJ; PDC 539/2016, proposto pelo Pastor Eurico do PHS/SP, o qual propõe sustar a resolução do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas e condutas das psicólogas, prevendo que as mesmas não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoafetivas; trocando em miúdos, o que o pastor quer é a “cura gay”. Além dos projetos aqui apenas mencionados a título de exemplo, havia ainda o pedido ao STF que suspendesse o julgamento da criminalização da homofobia e da transfobia.

Em exímio trabalho jornalístico, Andrea Dip (2018), da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, listou todos os Projetos de Lei de temas religiosos (entre 2014 e 2017) e chegou aos seguintes dados:

Tabela 2 - Projetos de Leis de temas religiosos

Datas comemorativas religiosas	56
Benefícios econômicos e fiscais a Igrejas	35
Temas variados	30
Contra a diversidade de gênero e direitos LGBTQ	29
Contra direitos reprodutivos das mulheres	26
Privilégios legais para membros da igreja	15
Atuação religiosa em órgãos públicos	12
Ensino religiosos nas escolas	10
Alteração no estatuto de Igrejas	10
Escola sem partido	9
Tratamento diferenciado em concursos e provas	3
Presença das Igrejas na discussão sobre o uso das drogas	2
Interferência religiosa na pesquisa científica	1

Todos esses dados trazem um elemento importante que não aparece imediatamente claro nas proposições: uma crítica à(s) perspectiva(s) ideológica(s) da(s) esquerda(s). Para a bancada evangélica, a esquerda é vista como uma personificação do Diabo, e, durante os governos lulo-petistas, embora tenha havido avanços em políticas econômicas neoliberais, do ponto de vista dos costumes, também houve avanços em muitas demandas que levaram à ampliação dos direitos das minorias sociais.

Assim, as pautas apresentadas tanto pelas frações burguesas quanto pelos evangélicos se vinculam não por seu caráter de classe, mas pelo mesmo “adversário” político: a esquerda. Este aspecto, a nosso ver, se torna decisivo para a aproximação e a afinidade eletiva entre ambos. Por isso mesmo, se foi após o golpe de 2016, durante o governo Temer, que as pautas neoliberais avançaram a uma velocidade não vista no período lulo-petista, pode-se dizer que também a bancada evangélica esperava por Temer para suas pautas avançarem¹³².

O já mencionado Sóstenes Cavalcante, segundo reportagem do portal Huffpost, mencionou que o governo Temer possui menos resistência à agenda da bancada:

O governo do PT é um governo muito mais ideológico em seus princípios do que nos princípios da cultura religiosa do País. Portanto, eu acho que, com o Michel Temer, estes nossos assuntos terão ao menos mais diálogo e mais facilidade, o que em nenhum momento de 13 anos do governo do PT nós conseguimos, excetuando os dois primeiros anos do presidente Lula (FERNANDES; CASTRO, 2016)

Na mesma reportagem, João Campos, líder da bancada à época, trouxe outro elemento importante que deve ser levado em consideração: “se o governo Temer assumir, precisa de apoio, não apenas dos partidos políticos, mas também da sociedade. O segmento religioso católico-evangélico toda semana fala com a base porque as igrejas têm capilaridade” (CAMPOS, *apud* FERNANDES; CASTRO, 2016).

Assim sendo, devemos entender que não há uma relação de uma fração se utilizando de outra para impor seus interesses, mas as frações burguesas que se uniram em torno de Temer, se associam com a bancada evangélica para que cada uma dessas forças busque seus interesses. Ressaltamos que, imediatamente, não são interesses que rivalizam, mas que podem ser potencializados justamente pelo inimigo “em comum”, a esquerda “anti-cristã” e “anti-empresarial”.

¹³² FERNANDES, Marcella; CASTRO, Grasielle. Bancada evangélica aposta em governo Temer para avançar em pautas conservadoras. **Huffpost Brasil**. Publicado em: 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/04/16/bancada-evangelica-aposta-em-governo-temer-para-avancar-em-pauta_a_21692709/. Acesso em: 06/08/2018.

Em coluna publicada pelo jornal *El país*, Luiz Ruffato apresentou uma hipótese que nos parece bastante certa: “Temer inaugura a República Evangélica”¹³³. As razões pelas quais Ruffato propõe a existência de uma República Evangélica estão vinculadas às nomeações evangélicas feitas por Temer. Além dos ministros já supracitados, houve ainda a escolha de Fátima Pelaes para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que, por convicções religiosas, disse ser contrária a pautas históricas das mulheres como o aborto, mesmo em caso de estupro, conforme já previsto em lei.

Temer ainda nomeou para o líder da bancada governista na câmara o deputado federal André Moura, que, embora católico, é filiado ao PSC, partido de maioria evangélica, que é presidido pelo Pastor Everaldo. Moura, segundo constatou Ruffato, era o homem de confiança de Eduardo Cunha. Ora, colocar como o líder do governo na câmara alguém vinculado à bancada evangélica é um claro sinal dos caminhos vislumbrados por Temer para construir algum consenso e poder alavancar suas reformas.

A confiança de Temer em um membro da bancada evangélica para construir algum consenso no poder parlamento brasileiro é bastante significativa. Temer não é um sujeito inexperiente nos meandros da pequena política; pelo contrário, não é por acaso que ele contribui na articulação para o golpe em Dilma e, por isso, sabe bem quais os caminhos das pedras. A escolha de um membro da bancada evangélica acena e reconhece a força e a capacidade que esta possuía para a aprovação de qualquer reforma necessária. Por isso, seria tão importante a Temer tê-la ombro a ombro.

Temer representa e canaliza os interesses das diferentes frações burguesas, que, em dadas conjunturas históricas, podem ser mais distantes ou mais próximos, mas nunca estarão em lados opostos na correlação capital x trabalho. No contexto analisado de crise e ruptura com o pacto da conciliação lulo-petista, houve uma maior aproximação destas frações, conforme apontamos ao longo deste trabalho, que, porém, necessitavam de apoio e legitimidade nas frações trabalhadoras. E, para as frações burguesas, seria ainda melhor se fosse de amplos setores populares, desorganizados

¹³³ RUFFATO, Luiz. Temer inaugura a República Evangélica. *El País*. Publicado em 8 de junho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html. Acesso em 06/08/2018.

politicamente, mas com uma fiel capacidade de obediência e de ódio à imagem pintada do lulopetismo e das esquerdas, condição esta que apenas a moralizante bancada evangélica poderia dar.

Julgamos, por isso, que, para as frações burguesas, seria necessário apoio de segmentos que possuem capilaridade nas frações trabalhadoras para que suas reformas tivessem algum apoio em uma conjuntura de crise política, uma vez que seus interesses são diametralmente opostos aos interesses da classe trabalhadora dentro da correlação capital x trabalho. Os lucros e ganhos buscados pelos burgueses são valores expropriados de seus reais produtores, a classe trabalhadora, e parece valer a máxima, “farinha pouca, meu pirão primeiro”, ainda que para o pirão das frações burguesas nunca falte farinha. E, mesmo nesse sentido, a cooptação e aceitação perpassa pela necessidade de convencer os setores explorados de que tudo aquilo é para seu bem, ou, que, de alguma maneira, é justo e necessário.

Justamente por isso, é imprescindível uma grande capacidade retórica e com incrível poder de convencimento, segundo a qual o sujeito explorado acredite que ele deve fazer ainda mais, pois sua recompensa virá, ainda que numa dimensão futura e diante da explicação de que tudo estava sob supervisão divina! “Não pense em crise, trabalhe!” Por isso mesmo, entendemos que as frações burguesas buscaram apoio nas instituições religiosas, especificamente na bancada evangélica, pois, conforme apontamos na introdução deste trabalho, além de ser a segunda instituição com maior confiança da população, traz em si valores individualistas e individualizantes que convergem com a “necessidade” e os interesses dos capitalistas.

Para avançarem em suas demandas, frações burguesas e bancada evangélica precisam lutar contra um inimigo em comum, a esquerda, à qual tecem duras críticas e a cujas pautas criam alguma resistência. Nesse sentido, entendemos que há uma dupla dimensão fundamental para a aproximação de ambas: por um lado, a bancada evangélica não faz grandes exigências do ponto de vista econômico, isto é, suas demandas imediatas são isenções tributárias dos templos religiosos e concessões para rádio e TV, não abrindo mão de elementos morais; por outro lado, aquilo de que as frações burguesas não abrem mão é justamente o interesse econômico mais imediato, ou seja, elas querem ampliar seus ganhos e extrair maiores taxas de mais-valia, enquanto

que a dimensão moral não é, para elas, algo significativo, ou pelo menos, não ao ponto de travar suas demandas econômicas.

Cada uma dessas forças olha para uma dimensão específica: as frações burguesas, para a corpórea/material, e a bancada evangélica, para a espiritual/subjetiva, convergindo para, por um lado, avançar nas reformas neoliberais e aprofundar a contradição capital x trabalho no interior do bloco no poder, e, por outro, criar um aspecto subjetivo, como alguma ideologia do consenso, nas classes trabalhadoras e populares. Essa união, a nosso ver, foi possível nesse momento não apenas por todo elemento conjuntural, mas também como resultado de uma costura elaborada pelo exímio golpista, Michel Temer.

4.4. A Neoliberal República Evangélica

O apoio da bancada evangélica a Temer foi apenas um desdobramento do papel da bancada no processo de golpe de Dilma. Os que estiveram presentes no primeiro ato pós-posse foram justamente membros que estiveram de maneira “incansável” na “luta” para que o processo de golpe parlamentar seguisse adiante. E, mesmo quando surgiram denúncias contra Temer, a bancada evangélica esteve disposta a defendê-lo¹³⁴.

Um ano depois de lidos os trechos bíblicos para Michel Temer, a bancada evangélica segurou toda a “bomba” que estourou em Temer após a divulgação de diálogo do presidente com Joesley Batista, da JBS¹³⁵, quando Temer deu aval para a compra do silêncio de Eduardo Cunha para evitar acordo de delação premiada. No mesmo dia do turbilhão que girou em torno de presidente, horas antes ele havia recebido a visita do pastor Samuel Câmara e, no dia seguinte, de Silas Malafaia. A intenção de

¹³⁴ PACHECO, Ronilso. Para sustentar Temer, bancada evangélica usa igreja e rebanhos em meio ao caos. **The Intercept**. Publicado em 22 de maio de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/05/22/para-sustentar-temer-bancada-evangelica-usa-igrejas-e-rebanhos-em-meio-aos-caos/>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

¹³⁵ Para acompanhar o diálogo completo ver: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/05/leia-integra-da-conversa-entre-michel-temer-e-joesley-batista.html>

Temer, conforme apontou a reportagem publicada pela agência de notícias *The Intercept Brasil*, era buscar apoio dos evangélicos para a aprovação da reforma da previdência.

A divulgação do áudio com diálogos de Temer e Joesley criou alguma repercussão e parte da imprensa cogitava se o presidente renunciaria ou não, mas, no dia seguinte em declaração à imprensa, o golpista, de maneira contundente, disse que não renunciaria¹³⁶. A convicção com que Temer declarou que não renunciaria, a nosso ver, está mais ligada ao apoio que sua fiel base lhe daria do que pelo não envolvimento e culpa no caso de Joesley. Pacheco, na reportagem mencionada, argumenta que os “homens da igreja” têm cada vez mais capilaridade na política, pois constroem seus arranjos por baixo, longe dos holofotes, realizam cultos na Câmara, fazem orações nos corredores, costurando relações apoios, “abençoando” o governo e “amaldiçoando” quem se opõe ao projeto de poder que construíram e não lhes diz amém.

Em reportagem publicada pela *Folha de São Paulo*¹³⁷, foi demonstrado o capital político do Bispo Samuel Ferreira, presidente da Assembleia de Deus Madureira, cujo pai, Manoel Ferreira, tinha sido chamado por Temer em 2009 de “general eleitoral” em virtude de sua terceira eleição para presidente da Câmara. À época, Manoel Ferreira era deputado pelo PR. A reportagem destaca a capacidade e a potencialidade que os evangélicos possuem do ponto de vista político. pois, se está na constituição que todo poder emana do povo, e os brasileiros, afinal, são cada vez mais evangélicos, são justamente estes que reconhecem que toda autoridade emana de Deus.

Temer recebeu duas denúncias do procurador da república à época, Rodrigo Janot, e ambas foram barradas na Câmara num curto período de dois meses, tendo sido rejeitadas por praticamente o mesmo número de parlamentares, ainda que tenha havido uma votação mais apertada em relação ao golpe parlamentar. Na primeira denúncia, os parlamentares aprovaram a rejeição da denúncia de corrupção passiva por 263 a 227, ao passo que, na segunda, foram 251 a 233 para salvar Temer.

¹³⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=WTpETCFmS6Q>

¹³⁷ BALLOUSSIER, Anna Virginia. “Beija-mão” a bispo evangélico já incluiu Temer, Doria, Alckmin e Cunha. *Folha de São Paulo*, publicado em 02 de abril de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1871797-beija-mao-a-bispo-evangelico-ja-incluiu-temer-doria-alckmin-e-cunha.shtml>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

Em ambas as denúncias, a bancada evangélica votou de modo favorável a Temer, e, nesse contexto, uma bancada com 79 parlamentares fez toda a diferença. No portal *GospelPrime*¹³⁸, Marco Feliciano, Takayama (presidente da bancada evangélica à época) e outros importantes nomes da bancada votaram pró-Temer e esses votos foram decisivos, como já afirmamos. Já na segunda denúncia apresentada por Janot, também houve ampla defesa da bancada evangélica e dos setores favoráveis às reformas temerárias, como é o caso do PSDB.

O que, a nosso ver, está por trás do apoio da bancada evangélica a Temer é uma devolução da confiança que o golpista depositou sobre a bancada, incorporando membros desta para compor o governo e sua base, bem como, fazendo a promessa de sancionar projetos criados pela própria bancada.

Na visão dos evangélicos, conforme apresentado por um dos principais portais evangélicos de notícias *online*, o site *GospelPrime*, em reportagem intitulada “Bancada evangélica foi decisiva em processo de impeachment”, assinada por Jarbas Aragão, “nos últimos anos, o Brasil viu ser aprovado o reconhecimento civil das uniões homoafetivas, a liberação do aborto em alguns casos e a doutrinação comunista e liberal sendo imposta nas escolas (sic)”¹³⁹

A perspectiva de parte dos evangélicos e, particularmente, da bancada evangélica não é nova. Essa visão, conforme já visto no capítulo anterior, permitiu uma identificação da esquerda ou centro-esquerda como um inimigo a ser vencido para que as pautas e bandeiras moralizantes avançassem¹⁴⁰. Porém, pode ser dito que essa perspectiva está posta até mesmo antes da vertiginosa ascensão neopentecostal nos anos 90. O historiador e pesquisador Leandro Seawright Alonso publicou em 2016 um livro importante para entender a tradição messiânica do protestantismo no Brasil. Em sua

¹³⁸ ABREU, Tiago. Feliciano, Takayama e maioria dos evangélicos votam a favor de Temer. **GospelPRIME**, publicado em 3 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/feliciano-takayama-evangelicos-favor-temer/>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

¹³⁹ ARAGÃO, Jarbas. Bancada Evangélica foi decisiva em processo de impeachment. **GospelPRIME**. Publicado em: 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-decisiva-impeachment/>. Acesso em: 05/07/2017.

¹⁴⁰ MARIANO e PIERUCCI (1996); PIERRUCCI e PRANDI (1996c);

pesquisa, Alonso (2016) demonstrou que, durante a ditadura civil-militar no Brasil, já havia uma perspectiva protestante – e é importante destacar que ainda não existiam as igrejas neopentecostais – que identificava os setores políticos progressistas (a esquerda em geral) como algo demoníaco e considerava que os protestantes, apoiando o golpe militar, ajudaram a “salvar o Brasil” do comunismo diabólico.

O trabalho de Alonso está vinculado à História e se utiliza metodologicamente da História Oral. Mais do que confirmar se é verídico ou não, é importante entender que todos os relatos não são apenas elementos individuais, mas também trazem consigo a referência e perspectiva de classe na qual o sujeito está inserido. Por isso mesmo, o autor apontou que, no imaginário protestante – principalmente Batistas e Presbiterianos –, estava posto o seguinte:

Após declarar que acredita na ‘condução divina da história’ e oferecer bases para a sua argumentação, o colaborador¹⁴¹ finalmente fez a pergunta que parecia escapar durante a entrevista: “você acha que com a Revolução de Março de 1964 foi diferente?”. Antes de mencionar as duas grandes guerras mundiais do século XX como importantes para a evangelização protestante do Brasil e, por isso, de alguma forma, *conduzidas por Deus, pelo ‘dedo de Deus’*, José Vieira Rocha declarou a vitória sobre as esquerdas brasileiras supostamente ‘contrárias à evangelização protestante’: *‘vencemos os comunistas, graças a Deus, porque o Senhor dos Exércitos queria que a evangelização avançasse no Brasil. Teologicamente é possível identificar uma ação clara de Deus em todos esses momentos históricos. Excelente isso’*. (ALONSO, 2016, p. 158).

O que é visto na fala do entrevistado pelo historiador é a perspectiva de como a esquerda, por ser demoníaca e contrária às exigências divinas, deveria ser derrotada. Esse imaginário acompanha os setores conservadores evangélicos, protestantes e neopentecostais, conforme temos visto ao longo deste trabalho.

Na mesma medida em que foi pontuado por Alonso, Benjamin Arthur Cowan, professor do departamento de História da *George Mason University*, Virgínia, EUA, em seus estudos aponta que a “nova direita” brasileira em fins dos anos de 1970 e início de 1980 foi composta principalmente por evangélicos. Estes construíram uma “direita evangélica”, cujo principal elemento era o combate à crise moral que havia tomado

¹⁴¹ Colaborador é o termo por meio do qual Alonso se refere aos entrevistados.

conta da esfera política nacional e, assim, havia uma transição gradual da dimensão etéreo-espiritual à política (COWAN, 2014).

De acordo com os estudos mencionados, essa perspectiva dos evangélicos e protestantes que se colocavam contra a esquerda não é nova. Diemerson Saquetto, em sua dissertação de mestrado defendida 2007¹⁴², apontou para o que ele chamou das raízes do “pastor político”. Para o pesquisador, o primeiro grande político protestante foi Guaracy Silveira (1893-1953), único protestante declarado que fez parte da Constituinte de 1932 e era donatário dos posicionamentos do Memorial da Confederação de Evangélicos.

Guaracy, segundo Saquetto (2007), foi eleito pelo PSB e buscava “enfrentar a corrente comunista que invadira o partido”, o qual, à época, fazia frente com segmentos da pequena burguesia. Por isso mesmo, Guaracy foi expulso do partido, pois sua postura tinha sido vista como reacionária. Saquetto aponta ainda que, após este fato, Guaracy retomou a vida de pastor, mas voltou à política em 1945 como deputado, participando inclusive de articulações que deram origem ao PTB. Porém, sua situação religiosa já não era tão favorável, o que levou o deputado em prol da religião e da moral a se aliar aos católicos. Escreveu o deputado: “preferi unir-me ao catolicismo [do que ao comunismo], na aprovação de emendas religiosas [...] concedendo-lhe todos os meios de que necessitassem para *o levantamento do nível moral*” (SILVEIRA, Guaracy, *apud* SAQUETTO, 2007, p. 170 – 171, grifos nossos).

A fala de Guaracy, aqui trazida por intermédio da pesquisa de Saquetto, nos ajuda a demonstrar as ligações entre o protestantismo (e, em nosso caso, o neopentecostalismo) e a dimensão anticomunista, ou de crítica à esquerda, que, por sua vez, se associa aos inimigos clássicos da esquerda, as frações burguesas. Nesse sentido, os elementos retóricos e discursivos dos líderes neopentecostais são trajados de novos, mas sua essência já é praticamente secular.

Porém, o que se via até pelo menos as duas últimas eleições, 2014 e 2018, era que o voto religioso não havia atingido seu ápice, conforme pontou o pesquisador

¹⁴² Dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, na Universidade Federal do Espírito Santo.

Leandro Alonso em obra publicada em 2012. O grande argumento apresentado pelo autor foi o caráter messiânico que começou a aparecer no meio dos evangélicos fundamentalistas, isto é, era um movimento messiânico moderno que atualizou os ideários e propósitos das suas ações teológicas para “salvar o Brasil”.

Nesse sentido, argumentou Alonso (2012), esse ideário veio importado dos EUA, e o fundamentalismo religioso evangélico manteve ares antissocialistas e anticomunistas. Todavia, o que o pesquisador identificou foi que estes setores ainda não haviam atingido o ápice do voto religioso – o que a nosso ver chegou, pelo menos por enquanto, nas eleições de 2018. Em meio a esse messianismo e a essa crítica à esquerda, pontua o autor:

Os protestantes seguem uma lógica capitalista, “burguesa”, que atinge a nova classe média brasileira a qual vivencia atualmente processos de conversão religiosa de resistência à modernização do país. O Brasil está mais crente, mais moderno, porém a nova classe média continua disposta ao lucro selvagem como resposta de Deus, com bênção teológica evangélica e como oportunidade de testemunho. A nova classe média, religiosa, parece estar disposta a galgar seu lugar na malha social. Isto também é contraditório, pois o crescimento socioeconômico no período de Lula foi notável. (ALONSO, 2012, p. 200).

Com isso, a dimensão antiesquerda está associada a uma perspectiva ideológica, umbilicalmente vinculada ao ideário neoliberal e meritocrático, de saídas e responsabilizações individuais. O indivíduo é responsável por seu sucesso e sua desgraça, tendo o tamanho de sua fé e o esforço de seu trabalho como os elementos que os levam ao paraíso ou ao inferno.

Esses elementos, para nós, estão vinculados ao que Mariano (2014) já havia denominado Teologia da Prosperidade e Teologia do Domínio, conforme apontamos anteriormente.

O livro “Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014”, publicado em 2017, de autoria de Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes e Janayna Lui, trouxe uma visão sobre a mudança do pensar evangélico e suas pretensões de se tornarem liderança no bloco no poder. Afinal, pela primeira vez,

houve um pastor evangélico e uma candidatura abertamente confessional: Pastor Everaldo pelo PSC.

Lançar uma candidatura confessional tem um grande significado a nosso ver, embora tenha sido baixa sua votação¹⁴³. Para nós, o significado desta candidatura foi marcar uma posição e testar a aceitação e reação do eleitorado para um candidato abertamente evangélico, com posições e posturas reacionárias. Em entrevista para a *Folha de São Paulo*, a pesquisadora Christina Vital apontou que a vitória do senador – e bispo licenciado da IURD – Marcelo Crivella do PRB-RJ para a prefeitura do Rio de Janeiro foi um passo fundamental na estratégia do segmento evangélico, cujos grandes objetivos são ocupar o Executivo para chegarem ao Judiciário, pois, assim, ocupando cadeiras no STF, seria possível barrar reformas que vão de encontro com suas perspectivas morais, como por exemplo, a pauta do movimento LGBT¹⁴⁴.

No livro publicado por Vital et. al. (2017), o principal argumento apresentado consistiu na compreensão de um projeto liberal conservador que se utilizava da religião para angariar fiéis, poder e recursos de vários tipos. Assim, muitas vezes o discurso religioso era visto como uma tentativa de apaziguamento dos conflitos sociais e da luta de classes. Justamente por isso a bancada evangélica é um importante aliado para os neoliberais, ainda que esse discurso de apaziguamento se dê do ponto de vista econômico, ao passo que, na dimensão moral, não há paz, mas guerra.

Portanto, a dimensão privada da religião transcende a si própria e chega ao espaço público e ao debate público. A determinação privada de uma moral religiosa passa a ser levada a cabo, ainda que discursivamente, no plano universalista político. Os valores que delimitam a vida cotidiana dos sujeitos particulares passam a ser os elementos buscados pela bancada evangélica, cuja tentativa é 'moralizar' a política e a vida social dos cidadãos.

¹⁴³ Nas eleições presidenciais de 2014, Pastor Everaldo atingiu 0,75% dos votos, contabilizando um total de 780.266 votos.

¹⁴⁴ BILENKY, Thais. Estratégia Evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora. **Folha de São Paulo**, publicado em 31 de outubro de 2016, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml?cmpid=compw>. Acesso em 08 de agosto de 2018.

A pesquisa de Vital et. al. (2017) apresentou de que maneira o discurso do candidato Pastor Everaldo transcendeu a dimensão religiosa. Tendo em vista que ele pregava um governo não só para os evangélicos, mas para todos aqueles que defendem a família e a vida, estaria embasado pelos valores “tradicionais” e não apenas religiosos. Esse código de comunicação e conduta visa à manutenção de um *status quo*, naturalização e legitimação de uma ordem social específica, que se sentia ameaçada pelo avanço social promovido pelo governo “de esquerda” do lulopetismo.

Por fim, há um importante documento publicado pela bancada evangélica em outubro de 2018 e intitulado “Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros”. O documento, embora tenha sido escrito pela FPE, corresponde aos interesses do que estamos entendendo como bancada evangélica. Isto porque, a FPE converge parlamentares de diferentes religiosidades e espectros políticos e ideológicos, porém, o que está explícito no texto é uma “atualização” dos manuais neoliberais de privatização do Estado, vistos sob a ótica de “modernizantes”.

Ao longo de suas 60 páginas, observa-se a tentativa de elaborar uma análise conjuntural do país e, ao fim, apresenta-se uma série de propostas para a “modernização do Estado brasileiro”, cujas linhas de ações reforçam justamente o argumento defendido nesta tese: a bancada evangélica vincula-se às exigências econômicas das frações burguesas ao mesmo tempo em que demarca seu campo moral. O coordenador da FPE, Takayama (PSC-PR), argumentou que o manifesto seria uma base de atuação da frente na legislatura seguinte e de cobrança do Executivo federal. Takayama ainda disse que o documento é intitulado “Brasil para os brasileiros”, pois a FPE gostaria de colocar o Estado, a máquina do Estado, em favor do brasileiro¹⁴⁵.

Segundo o documento publicado pela FPE (2018), o próprio sistema eleitoral brasileiro instituído pela Nova República “acabou por criar as condições objetivas para a privatização do espaço público que hoje vivemos. Deveras, a corrupção endêmica e o corporativismo tomaram o país de assalto, alienando o Estado do interesse público que

¹⁴⁵ Frente Evangélica lança manifesto com propostas para a gestão do Brasil. **Portal Câmara dos Deputados**. Publicado em 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/POLITICA/564596-FRENTE-EVANGELICA-LANCA-MANIFESTO-COM-PROPOSTAS-PARA>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

deveria presidi-lo” (FPE, 2018, p. 1). Por isso, na avaliação dos evangélicos, haveria uma espécie de “monopólio da representação” exercida pelos partidos que obrigam qualquer candidato a ser filiado a algum partido.

Essa questão colocada pela FPE, a nosso ver, tem um caráter importante às frações religiosas, pois livraria o pastor-candidato de estar vinculado ao partido “mundano”, podendo ser unicamente representante dos interesses da igreja e de Deus.

O que o documento explicita é que, além da pauta tradicionalmente defendida pela FPE – e bancada evangélica –, isto é, preservação dos valores cristãos e de defesa da família, era importante a frente marcar posições outras, indo além das questões morais. Por isso mesmo, os parlamentares construíram um documento programático, dividido em 4 eixos principais, subdividido em 16 diretrizes. A base de fundamentação está na abstrata e ideológica “modernização do Estado, segurança jurídica, segurança fiscal e revolução da educação”, conforme é defendido no documento,

De fato, tendo a modernização do Estado como o ponto de partida de um amplo processo de transformação da cultura político-administrativa brasileira, o programa pugna que as bases de um novo Brasil se darão em cima do tripé segurança jurídica, segurança fiscal e revolução na educação. Afinal, são conceitos que uma vez aplicados na condução dos negócios de Estado, se retroalimentam em um círculo virtuoso, propiciando estabilidade econômica e institucional perenes, associadas ao desenvolvimento econômico e social substantivo. (FPE, 2018, p. 2).

O que se explicita no documento publicado pela FPE é uma nova roupagem para uma prática bastante conhecida, o neoliberalismo. É uma prática que já remonta ao período de fins da ditadura militar, mas que atingiu um novo patamar no governo FHC e contou com alguma continuidade do governo lulo-petista¹⁴⁶. A retórica de modernização do Estado, por exemplo, vista como tarefa inadiável com fito de tornar a gestão do estado mais eficiente e voltada para a cidadania, já é algo presente nas reformas do Estado em FHC¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Sobre esta temática há uma vasta bibliografia, para consulta destacamos: Antunes (2004); Ouriques (2017); Sampaio Jr. (2017).

¹⁴⁷ Sobre especificamente a questão da reforma do Estado ver Cunha (2015).

Ainda segundo a publicação da FPE (2018), a modernização pretendida perpassaria por quatro áreas, conforme já mencionado, sendo: 1) modernização do Estado, por meio de: a) enxugamento da máquina e racionalidade administrativa; desburocratização, governança e transparência; c) governo digital e efetividade dos serviços públicos; d) princípio constitucional da subsidiariedade e as parcerias com o setor privado. Por isso, justificam

na ordem do dia da Nação, a mais urgente de todas as pautas é, sem dúvida alguma, a modernização do *mastodôntico Estado brasileiro. Exageradamente grande e sistematicamente ineficiente*, o Estado foi erigido em plagas brasileiras sob a égide do patrimonialismo, *tornando-se um fim em si mesmo*, há muito divorciado dos anseios da população. (FPE, 2018, p. 4)

O documento segue afirmando ainda que

A modernização do Estado tem o objetivo de aumentar a eficiência e de reduzir custos por meio da revisão da estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, evitando o retrabalho, a sobreposições de competências, a perda da geração da capacidade de inovar, a ausência de ganho de produtividade e não adoção de práticas racionais na gestão pública. [...] A atual estrutura orgânica do Estado excessivamente intervencionista, gerador de déficits, incapaz de atender de forma eficaz às demandas da sociedade. Esvaziou, por causa do seu tamanho e complexidade, a capacidade de o Estado planejar suas políticas públicas. (Idem, ibidem).

O que se vê, portanto, na argumentação que visa a justificar a necessidade do Estado é a mesma que, há mais de 30 anos vem sendo defendida, inicialmente pelos administradores de empresas e, em seguida, pelo seio do Estado. Esta prática discursiva remete aos estudos desenvolvidos nos EUA, a partir dos anos de 1950, quando se discutia o comportamento administrativo público, apresentando as premissas do “modelo racional de administração”¹⁴⁸, que seria exportado aos países latino-americanos juntamente com toda a parafernália neoliberal.

Em publicação de Richard Barnet e Ronaldo Müller no livro Poder Global, cujas premissas são justamente a maneira como os interesses dos EUA podem ser garantidos em meio aos países subdesenvolvidos, os autores entendem que o desafio do

¹⁴⁸ Para melhor compreensão deste processo, consultar: DENHART, Robert. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

mundo subdesenvolvido é administrativo e não mero problema de comercialização. Por isso, os países pobres têm sido uma indispensável fonte de capital de financiamento para a expansão global das empresas e, em razão desse fato, o administrador público deveria estar interessado nas questões de como os países pobres poderiam se tornar parceiros comerciais e receberem investimentos das empresas globais. Assim, advertem os autores – com óbvios interesses em exportar um modelo gerencial aos países latino-americanos –, “a estratégia fundamental da empresa é a criação de um meio econômico global que assegure estabilidade, expansão e altos lucros aos seus empreendimentos planetários” (BARNET; MÜLLER, 1974, p. 165).

Com isso, Barnet e Müller apontam para uma grande fonte de poder das empresas nos países pobres: o controle da ideologia, ou, como afirmam, dos valores que condicionam a maneira como vive o povo. Por isso, o grande sucesso das empresas no mundo subdesenvolvido é “comercializar sonhos que vendem do mundo industrializado”. Desse modo, é conveniente à burguesia imperialista que haja frações da burguesia associada aos seus interesses e que a população pobre e trabalhadora dos países “compre” essa perspectiva. Além disso, é indispensável, ainda, que os administradores do bloco no poder também compreendam o Estado como o agente necessário à expansão dos lucros e dos ganhos das ‘empresas transnacionais ou globais’.

Por isso mesmo, as práticas de modernização e melhoria da eficiência e gestão do Estado, como vemos defendido pela bancada evangélica, não trazem nenhuma novidade e se inserem na técnica imperialista dos EUA, que, por meio do FMI impõem condições específicas como a “redução do Estado” para que os fluxos de capitais sejam mantidos para os países periféricos do capitalismo.

Retornando ao documento publicado pela FPE e, após os breves apontamentos feitos, chamamos a atenção ainda para um elemento que possui um efeito retórico quase pirofágico, no sentido de encantar os cidadãos e trabalhadores “mais desavisados”. Para a FPE, o objetivo último da modernização e racionalização do Estado seria, portanto, “mais do que ajudar, a principal tarefa do Estado é parar de atrapalhar o cidadão, em especial, o empreendedor, única fonte de geração das riquezas do país. Sinergia é a

palavra de ordem e eficiência, eficácia e efetividade são os desafios das instâncias do governo” (FEP, 2018, p. 5).

É notório a quais frações o divino plano de poder atende. Não é a dos mais pobres, que dependem dos serviços públicos em razão de suas vidas em condições degradantes, muitas vezes em um emprego precário, intermitente, terceirizado ou informal e, além disso pagarão um alto preço pelas reformas trabalhistas e pela redução dos gastos públicos. É justamente pelo fato de a classe trabalhadora ter uma renda aquém do que é necessário para viver de maneira digna que o Estado, por meio das políticas públicas e serviços públicos, se torna um elemento fundamental para que parte da classe trabalhadora possa ter acesso a lugares inimagináveis, como a universidade pública, por exemplo. Esse fator foi conquistado por meio de políticas de democratização do acesso à universidade, medidas que, embora sejam paliativas e não vão à raiz do problema, sem sombra de dúvida permitem uma melhora da condição imediata de vida das pessoas.

Esse elemento é simbiótico, pois, se o Estado não consegue oferecer um serviço público de qualidade, a alternativa é orar e esperar o milagre divino ocorrer. Afinal, Deus olha por aqueles que labutam e agracia quem não pensa em crise, mas trabalha.

Na seção apontada pela FPE como segurança jurídica, chegam a ser irônicas as justificativas apresentadas no documento, ao afirmar que a segurança jurídica e a dignidade humana são os dois principais valores que orientam o projeto de nação delineado na Constituição Federal. Por isso, justificam que a segurança jurídica é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, mas, para isso, deveriam ser respeitados os contratos e as leis sem tergiversar. Oras, o que salta aos olhos é a pergunta: e quais as razões de a bancada evangélica ter apoiado o golpe parlamentar? Não seria esta uma ruptura e uma forma de transgressão à ordem democrática, ou, então, fazer cultos na Câmara dos Deputados, que, em tese, deveria ser um espaço laico, não seria transgressão à lei? Parece-nos que a lei, na perspectiva da bancada evangélica, é justamente a lei que pode ser compreendida conforme conveniência. Afinal, estamos presenciando tempos nos quais até o cristianismo é utilizado para se defender tortura.

O terceiro elemento norteador do documento apresentado em 2018 pela FPE também traz consigo aspectos que convergem com a ótica neoliberal. Trata-se do eixo segurança fiscal. Nele, defende-se que

a responsabilidade fiscal deve ser considerada um valor intrínseco à gestão, [...] [e] ter um Estado que obtenha superávits primários consecutivos é medida de higiene institucional, pois depende a saúde da economia nacional [...] ademais, a modernização previdenciária deve ter como princípio a sustentabilidade financeira, lastreada em robusto cálculo atuarial. Por fim, a independência da autoridade monetária de um lado ajuda a blindar a economia de governos populistas e perdulários, e de outro dá aos agentes econômicos um nível de confiança superior [...] (FPE, 2018, p. 36).

O que se observa, portanto, é mais do mesmo: a velha prática neoliberal de crítica às políticas redistributivas – ainda que dentro dos limites neoliberais, como é o caso do lulo-petismo –, pois estas são vistas na ótica neoliberal como populismo e demagogia. É defendida, ainda, no documento, a abertura do comércio e dos portos às novas nações amigas, especialmente, EUA e Israel, para eliminar os “acordos econômicos ideológicos”.

Por fim, o quarto elemento, e não menos importante, é o que o documento denomina de “revolução na educação”¹⁴⁹. Entendemos que é nessa seção que emergem todos os elementos moralizantes da pauta tipicamente evangélica, pois o que se vê até essa parte é a defesa dos interesses de frações burguesas, que, em nosso entendimento, é mais uma forma que a bancada evangélica encontrou de costurar com elas uma aliança. Isso porque as frações burguesas dependem, para cada reforma e medida realizadas a seu favor, de algum apoio ou consentimento nas classes trabalhadoras, o que daria alguma legitimidade a essas medidas. O que se vê agora é a contrapartida moral exigida pela bancada evangélica, ainda que o documento seja de 2018.

Já de início, no documento é admitido que, de todos os eixos, este é o maior arco temporal, sendo uma medida de longo prazo, uma vez que investir em educação é

¹⁴⁹ Deveria ser uma contrarrevolução na educação, isso admitindo que o Brasil passou por um avanço educacional no governo lulo-petista que pode ser considerado revolucionário, ainda que com inúmeros problemas. Estamos nos referindo aos investimentos que o PT fez na educação durante o período em que esteve na liderança do bloco no poder. A exemplo, o orçamento do Ministério da Educação em 2003 era de R\$18,1 bilhões, pulando para R\$ 45,2 bi em 2010, e, se considerado à época do golpe parlamentar, o montante girava em torno de 100 bi, segundo dados publicados pelo Instituto Lula.

agregar valor ao cidadão. Carregado de saudosismo, o documento fala de uma lembrança em que a educação pública era motivo de orgulho, com professores bem-sucedidos e que sentiam orgulho de serem professores. Argumentava, ainda, que os vestibulares e a educação superior tinham significados diferentes: a promoção ao ensino superior era um diferencial no qual a pessoa que muito se esforçasse teria mais oportunidades e ganharia mais, e, por isso mesmo, a realidade atual seria diametralmente oposta¹⁵⁰.

Os elementos que compõem a “(contra)revolução na educação” passam por: mérito, escola sem ideologia e sem partido (sic), novo ensino superior brasileiro e prioridade do investimento na educação básica e ensino técnico. Apenas pelos eixos já é possível identificar uma imbricação entre os valores neoliberais e os valores neopentecostais de uma teologia da prosperidade.

Chega a ser cômico, se não fosse trágico, o que o documento traz sobre a defesa da meritocracia na educação:

Valorizar e incentivar o mérito em todo o sistema educacional nacional como condição do sucesso individual e, por extensão, no sucesso do Brasil. *A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas* teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, *em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que e tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários.* (FPE, 2018, p. 53, grifos nossos)

O documento é um show de horrores, não apenas pelo fragmento apresentado, mas também pelo que se segue¹⁵¹, trazendo afirmações como: “destruição dos valores e princípios do mérito acadêmico-escolar universitário contribui para a violência contra a

¹⁵⁰ É evidente que não podemos observar a realidade educacional e achar que é boa. Pelo contrário, ela está da forma como está em razão de medidas neoliberais que retiram verbas da educação para o pagamento de títulos da dívida pública, como resultado de um projeto ideológico e político. Um exemplo disso foi a barbárie de o atual Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, defender que nas universidades públicas há plantação de maconha e que os estudantes fazem balbúrdias! Esse projeto de sucateamento da educação é um projeto de longo prazo.

¹⁵¹ Na rede social *Facebook*, há uma comunidade intitulada “coisas ditas por reações que seriam bacanas se fossem verdade”. Faço coro a isso e considero que, de fato, seria “bacana” se essas coisas fossem verdadeiras!

civilização judaico-cristã, atingindo duramente o cristianismo, tal como aconteceu da URSS” (Idem, ibidem); “o democratismo comunista é a destruição do ensino de qualidade, pois quanto mais ideológico, mais ele se torna improdutivo, ineficiente e corrupto”; “o mundo contemporâneo no Século XXI é e será cada vez mais competitivo e exigente. Portanto, todas as sociedades que ainda praticam uma educação ideológica, populista e demagógica, vão cada vez mais ficando para trás, e jamais conseguirão superar o abismo crescente que as separam das mais avançadas”; “as sociedades mais avançadas do mundo não discutem a meritocracia como solução, pois todas são necessariamente meritocráticas, e desconhecem o populismo e a ideologia na educação, por isso são extremamente avançadas.”

Os argumentos apresentados buscam justificar todos os ataques à esquerda, ao ensino superior público crítico e de qualidade e aos demais setores que percebem a educação como um instrumento para a melhoria da condição de vida. Porém, essa melhora perpassa por uma melhor capacidade de observação das condições concretas da realidade e não por uma fantasia lunática macarthista, como defendida pela bancada evangélica. O que se assiste é um salvo-conduto à perseguição de todos os setores com algum compromisso com uma educação libertária e progressista.

Todos esses elementos são, a nosso ver, malabarismos ideológicos para justificar e defender a “urgência” das pautas morais, conforme já vimos anteriormente. Além disso, todos esses ataques à esquerda e ao que eles imaginam ser esse campo ideológico implicam um favorecimento de ideologias extremamente necessárias ao capitalismo neoliberal, como individualismo e meritocracia, além de serem caras, ainda, aos sujeitos de “muita fé”. Esse aspecto representa fortemente o que estamos argumentando ao longo deste trabalho sobre a afinidade eletiva entre as frações burguesas e a bancada evangélica.

Chega a ser patético¹⁵², mas, claro, é extremamente conveniente aos interesses das frações burguesas e da bancada evangélica o restante do documento, especialmente o que é dito como “escola sem ideologia” e “escola sem partido”. Ao mencionar a

¹⁵² É evidente que tal vocabulário não é comum a gêneros acadêmicos, como esta tese, mas, individualmente, não tenho outro adjetivo a não ser esse.

escola sem ideologia, o documento atesta a mínima ideia e compreensão do que são educação e escola. mas, ao mesmo tempo, demonstra a capacidade retórica que encontra grande aderência em setores populares, já que, afinal, esta é a prática nas igrejas evangélicas. Os representantes da FPE sequer compreendem que, mesmo sob um governo supostamente progressista, como é o caso do lulo-petismo, a educação também traz elementos de reprodução da lógica social capitalista, e o currículo é também um instrumento de poder que mercantiliza a cultura, conforme crítica apresentada por Michael Apple (2002).

O documento traz propostas como: “libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual de suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal”. Por isso, na visão dos membros da FPE, ou temos escola ou ideologia, e, por isso mesmo, afirmam que terão de “reinsserir a Escola e a Universidade pública em *seu leito tradicional e conservador*”.

A necessidade de defender o fim da ideologia na escola perpassa pela compreensão de que

a ideologia de gênero é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais frações de esquerda autoritária. Ela desvia a escola das suas atribuições normais e investe na subversão de todos os valores e princípios da civilização.

Com isso, os ataques às crianças e adolescentes “criariam as condições para destruir os alicerces da civilização [...] e criar as condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado”.

Por tudo isso, concluem os lunáticos – mas ideologicamente orientados – membros da bancada evangélica: “devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando *a formação e a sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações*” (Idem, p. 55). Assim, seria possível ensinar o “amor a Pátria, aos Símbolos Nacionais, aos Heróis Nacionais”. O que se busca, portanto, é mais do que nunca formar sujeitos obedientes e que não tenham autonomia no pensar, que sejam heterônomos, para utilizar uma expressão de Kant, isto é, que sejam tutelados

justamente pelos pastores, pois eles são vistos como os guardiões e representantes da autoridade divina.

Com isso, no ensino superior e na pós-graduação, seria possível também “libertar os professores da repressão pela CAPES” e “modernizar a graduação”. Ainda há no documento a sugestão do programa “alfabetização solidária”, que obrigaria graduandos e pós-graduandos a trabalharem por um semestre para uma turma de analfabetos – como se esse fosse o verdadeiro gargalo da educação brasileira¹⁵³.

Por fim, o último elemento sobre a educação apresentado está na “má distribuição de recursos na educação”, pois, de acordo com o documento, gasta-se muito com educação superior – que traria pouco retorno – e pouco com educação básica e tecnológica. Por isso, os membros da FPE propõem que os gastos sejam reduzidos no ensino superior e investidos onde o retorno é mais imediato. Afinal, o país precisa de trabalhadores “qualificados” e não cientistas que pensem e que busquem produzir conhecimento, o que poderia ser dito de outra forma: “não pense em crise, trabalhe”.

Todos esses elementos evidenciam, em si e por si, como a bancada evangélica possui um projeto ideológico que converge com as frações burguesas, conforme buscamos demonstrar ao longo deste trabalho, e os elementos ideológicos defendidos pela bancada caem como uma luva aos interesses do capital. Esse fato, por fim, não deve ser visto apenas como um fenômeno interno, mas é resultado também de um processo histórico mais amplo, o que Gramsci percebia como bloco histórico.

Por isso mesmo, para encerrar esse capítulo, vamos, de maneira rápida, apontar para a relação entre a perspectiva ideológica e religiosa e os interesses imperialistas dos EUA na desestabilização de governos progressistas e de regimes democráticos na América Latina, com o intuito de recomporem suas taxas de lucros. Para isso, seria necessário algum apoio local de frações associadas que tivessem alguma capilaridade nas classes trabalhadoras. Assim, o caso brasileiro não é um caso isolado, não é um

¹⁵³ Para maiores detalhes sobre essa temática, consultar: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.

relâmpago num dia ensolarado. Por se tratar não apenas de um fenômeno isolado, mas de uma estratégia mais ampla da classe dominante mundializada, os elementos da dimensão ideológica e religiosa devem estar associados à perspectiva política internacional.

Segundo Enrique Dussel, em entrevista realizada ao jornal mexicano *Aristegui Noticias*¹⁵⁴, o que está ocorrendo na América Latina é uma nova arma dos EUA para dar golpes nos países com governos progressistas, por meio da utilização de seitas evangélicas. Dussel, ao defender esse argumento, apontava para o recentíssimo caso do golpe de estado boliviano e ainda o papel que as igrejas evangélicas tiveram no golpe no Brasil e na eleição de Bolsonaro, bem como em outros golpes, como é o caso de Honduras.

Ainda na entrevista, afirmou que a Bíblia reivindicada pelos evangélicos vinha da interpretação de seitas estadunidenses que modificavam a subjetividade em direção às necessidades da sociedade burguesa capitalista, lembrando Max Weber e sua discussão na clássica *A Ética Protestante*. Assim, embora essa subjetividade protestante seja necessária ao capital e tenha bases já no que foi apresentado por Weber, seria ainda, segundo Dussel, necessário o desenvolvimento de novas ferramentas analíticas para a compreensão destes fenômenos políticos na América Latina como um todo.

Para dois professores de economia da *Universidad Nacional de La Plata*, na Argentina, Walter Formento e Gabriel Merino, a crise financeira global estourada a partir de 2008 logrou uma luta por uma nova configuração da ordem mundial. Para os autores, na medida em que a crise se desdobrava, aprofundava-se a luta de classes, incidindo em fraturas visíveis e agudas em relação ao próprio desenvolvimento de forças reacionárias que visavam a realinhar as frações burguesas vinculadas ao capitalismo financeiro internacional, realinhando o bloco latino-americano aos interesses imperialistas estadunidense e se opondo à tentativa de desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) de reconfigurar regionalmente a América Latina (FORMENTO; MERINO, 2011).

¹⁵⁴ Entrevista publicada no portal *YouTube*, em 17 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hP5bNC2CDeo>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

Segundo Formento e Merino (2011), a relativa paz regional alcançada na América Latina estava ameaçada com a crise econômica de 2008, pois, ao que tudo indicava, havia um interesse ianque de restabelecer uma nova ordem regional – e global. Algumas das evidências identificadas pelos autores estavam vinculadas a cinco fatores centrais. O primeiro deles consistiu na utilização em 2008, depois de 50 anos, da Quarta Frota da Marinha dos EUA para patrulhar os países da América Latina, especialmente do Atlântico Sul, cuja base de apoio estava no Pacífico Sul, especificamente no Peru, após a aprovação do Tratado de Livre Comércio entre ambos os países. Assim, no acordo estava prevista a utilização de portos peruanos pelas frotas militares. Ainda do ponto de vista militar, houve a instalação de sete bases militares na Colômbia,

Outro fator identificado pelos autores foi o apoio direto ao golpe em Honduras, derrubando Manuel Zelaya, que, dentre outras medidas, queria rever a *Ley General de la Minería*, a qual previa um regime tributário privilegiado que permitiria às empresas estrangeiras extraírem as riquezas minerais com uma contrapartida de 1% ficar no município que fosse afetado pela extração¹⁵⁵. Formento e Merino (2011) chamaram a atenção para um ponto que nos é bastante significativo. Para os autores, o golpe hondurenho foi propiciado inclusive com o apoio das altas câmaras empresariais (fração da burguesia associada, sendo quase todas vinculadas à exportação) e da alta cúpula da Igreja Católica. Ainda nesse sentido, os autores pontuaram que houve novos processos de desestabilização e desgastes de governos democraticamente eleitos com apoios de setores religiosos.

Portanto, os aspectos dessa recomposição regional, segundo Formento e Merino (2011), estariam vinculados à UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e a sua posição de enfrentamento (ainda que moderado) do imperialismo ianque com projetos contra-hegemônicos, ainda que estivessem associados à aproximação com a China.

A nosso ver, os fatos destacados pelos pesquisadores argentinos convergem com a compreensão de Dusserl a respeito das novas ferramentas dos EUA para

¹⁵⁵ Para maiores detalhes sobre o caso hondurenho, consultar a dissertação de mestrado de Sílvia Alvarez Cardoso, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UnB em 2016 e intitulada “Golpe de estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal”.

recomporem seu domínio regional na América Latina, o que ajuda a explicar o golpe parlamentar no Brasil e a dimensão do que estamos ensejando com a “República Evangélica”, com o realinhamento neoliberal (mais acelerado) a partir do governo Temer e, posteriormente, Bolsonaro.

Conforme foi visto na seção anterior, Temer com suas reformas e políticas econômicas, aproximou-se das frações burguesas (associada e interna) e adotou uma agenda política neoliberal. Para isso, foi necessário também um alinhamento com a bancada evangélica, para conseguir algum apoio popular, baseado, principalmente, na lógica moralista anti-esquerda. Em certa medida, tais políticas estão vinculadas à recomposição do imperialismo estadunidense na América Latina.

Há um dado bastante importante para pensar do ponto de vista da influência da direita cristã estadunidense na América Latina, que tem se dado pela via religiosa e chegou ao Brasil em 2019 com um forte apoio ao bolsonarismo. Era o chamado “Ministério do Capitólio”, que é uma organização evangélica que visa a ensinar governantes a usar a Bíblia para justificar o avanço da ultradireita e cujo representante no Brasil se reuniu com Onyx Lorenzoni¹⁵⁶ (DEM) para se aproximar do governo.

Segundo reportagem publicada pela *Agência A Pública*¹⁵⁷, o objetivo do Ministério do Capitólio – que foi fundado pelo ex-jogador de basquete, Ralph Drollinger –, a ideia era expandir a experiência da evangelização de atletas para a política. O responsável pelo ministério no Brasil e por conduzir estudos bíblicos no planalto, Raul José Ferreira Jr, disse na entrevista que “se Deus permitir” vai conduzir também estudos bíblicos na Casa Civil junto ao presidente Jair Bolsonaro e seus ministros, traduzindo as palavras do pastor americano para o presidente brasileiro.

Nós estamos realmente trabalhando firme para que possa haver ao menos um encontro do pastor Drollinger com o presidente Bolsonaro agora em agosto, para que a partir daí a gente possa desenvolver um trabalho. Mas, mesmo que o presidente não esteja entre eles, nós

¹⁵⁶ Na ocasião ele ocupava o ministério da Casa Civil

¹⁵⁷ DIP, Andrea; VIANA, Natalia. Os pastores de Trump chegam à Brasília de Bolsonaro. **Agência A Pública**. Publicado em: 12 de agosto de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/08/os-pastores-de-trump-chegam-a-brasilia-de-bolsonaro/>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

vamos tentar construir um trabalho dentro da Casa Civil, junto dos ministros diretamente ligados ao palácio (DIP, VIANA, 2019).

Essa perspectiva demonstra como há um avanço via religiosidade dos interesses imperialistas, e esse grupo atua desde 2017 em outros países latino-americanos, como México, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Uruguai e, recentemente, no Brasil. Por fim, cabe ainda mencionar que não é nova essa perspectiva e, conforme aponta Luiza Mateo em seu artigo sobre a direita cristã no governo Bush, as pautas de costumes serviram para dar uma unidade à direita cristã, que se mobilizou e passou a expandir suas ações inclusive para além dos EUA, como alicerce da própria direita estadunidense.

Essa perspectiva também teve continuidade no governo Obama, conforme apontou Finguerut (2014), ao demonstrar que essa nova direita teve uma grande efetividade, principalmente por meio da atuação dos *Think thanks*. Essa nova direita identificada pelo pesquisador, cuja base ideológica sustenta-se no tripé composto pelos grupos dos libertários, pela Direita Cristã e pelos neoconservadores, forma a corrente desse grupo. Ainda segundo a pesquisa, o grande vilão identificado pelo grupo é, justamente, o próprio Estado, visto como grande problema político.

Assim, podemos perceber que há uma vinculação também nos EUA entre essa nova direita ultraliberal e esse conservadorismo das igrejas evangélicas, tornando-as uma potente força política, capaz de mobilizar e causar grandes retrocessos.

No caso brasileiro, quem adotou essas perspectivas dos *think thanks* estadunidenses, segundo Rejane Hoeveler (2016) foram os movimentos “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”, que adotaram programas neoliberais, ao mesmo tempo em que se identificavam com uma nova direita conservadora nos costumes. Essa perspectiva permitiria a aceitação de pautas mais conservadoras morais e religiosas, como o governo Temer como ato religioso e o fenômeno do bolsonarismo, ao mesmo tempo em que defendia uma postura econômica ultraliberal, como a de Bolsonaro, mas cuja base já estava posta em Temer.

Portanto, se o projeto neoliberal depende não apenas da agenda econômica, mas também de elementos ideológicos para ser implementado, a perspectiva

neopentecostal se torna um instrumento importante de avanço da ética neoliberal. Isto porque há na perspectiva neopentecostal uma dimensão da Teologia da Prosperidade, a qual promete uma prosperidade material quando o fiel se dedica a Deus. Esse elemento discursivo torna-se um importante artifício do neoliberalismo, cujas superações e saídas para os problemas políticos e sociais estão sempre vinculadas à dimensão individual e não coletiva.

Portanto, no caso brasileiro, ao buscar construir uma ponte entre o neoliberalismo e o neopentecostalismo, a bancada evangélica está, a nosso ver, tentando assumir uma posição de direção do bloco no poder, demonstrando às frações hegemônicas que podem confiar nela, pois ela é “fiel”. Assim, a bancada teria legitimidade frente a frações da classe trabalhadora, podendo substituir o PT, que, com todos os seus problemas, possui alguma força – que ficou evidente quando, mesmo com todas as críticas e sangrias, levou seu candidato à presidência, Fernando Haddad, para o segundo turno nas eleições de 2018.

Se o pacto conciliatório lulo-petista queria realizar a conciliação de classes e aceitava as condições impostas pelo neoliberalismo ao mesmo tempo em que fazia suas barganhas, o preço cobrado pela bancada evangélica seria muito menor, e com uma vantagem muito maior. Isso se daria justamente por ser uma condição histórica e ideológica de combate à esquerda e por defender elementos individualistas, meritocráticos, inspirados pela Teologia da Prosperidade, além, obviamente, das isenções tributárias aos seus templos e concessões de rádios e tevês para conseguirem chegar ao máximo possível de pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ética protestante e o espírito do fundamentalismo?

Ao iniciar o último momento desta pesquisa, as considerações finais, fazemos de outra maneira. Se, comumente esse momento é uma síntese do que foi feito e depois apresenta-se algo mais conclusivo, invertemos a forma de exposição. Apresentaremos inicialmente o que concluímos com nossas pesquisas e depois evidenciaremos de que maneira isso apareceu nos capítulos que antecedem a presente seção.

O primeiro elemento que gostaríamos de mencionar é o fato de que nossa pesquisa demonstrou que se trata de uma nova conjuntura e com uma reconfiguração do bloco no poder representado pelo bolsonarismo, cujo apoio da bancada evangélica foi fundamental, uma vez que, do ponto de vista ideológico e moralista, seus parlamentares configuram-se no pilar do novo governo. Afinal, grande parte do núcleo duro que elegeu o pequeno e medíocre Bolsonaro, o fez em razão das defesas de pautas moralizantes como ele trouxe na campanha de 2018.

Justamente em razão desse fenômeno é que intitulamos essas considerações finais de “Ética protestante e o espírito do fundamentalismo?”. O título é uma pergunta e não uma afirmação, o que, em si, traz um gesto no qual nos parece que há algo novo que está por trás desse fenômeno do bolsonarismo. Além disso, o título faz uma referência à clássica obra weberiana, *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, pois, se para o sociólogo alemão a reforma protestante modifica a disciplina e o comportamento humanos, construindo um novo *ethos* que foi fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, aqui, em nosso caso, isso que no título do trabalho chamamos de “fundamentos da república evangélica”, aponta para um novo espírito político que vem sendo construído com base no ódio, na intolerância e na violência miliciania, tudo isso alimentado espiritualmente por um discurso dos “cidadãos de bem”, cristãos e defensores da família.

Esses elementos discursivos servem como instrumento de coação e coerção política e têm legitimado ações violentas contra grupos minoritários, como tem sido

visto nos noticiários. Nossa pesquisa, ao observar o fenômeno político imediatamente antecedente ao atual governo, nos permite pensar de que maneira o religioso governo Temer ofereceu as bases para que todo esse processo pudesse emergir.

Essa configuração política ultraliberal e conservadora, representada pelo governo Bolsonaro, está vinculada à ideia de restauração de uma autoridade da lei, de restauração da ordem e da implementação de um Estado mínimo que não embarace a livre iniciativa, mas que seja máximo para aqueles que questionam essa configuração política e econômica.

Nesse sentido, o governo Temer e as reformas temerárias representaram, a nosso ver, uma aceleração das pautas neoliberais, cujos interesses das frações burguesas estavam explícitos, tais como a reforma trabalhista e ampliação da terceirização, bem como a PEC do teto dos gastos públicos. Essas medidas, por um lado, dizem mais de pautas econômicas e, pela configuração política e social, podem ser implementadas sem grandes linhas de resistências. Por exemplo, a aprovação à reforma da previdência contou com uma mobilização muito tímida das centrais sindicais e dos partidos de esquerda, o que pode significar que parte da esquerda tem perdido a capacidade de dirigir ideologicamente as forças sociais e, em seu lugar, o conservadorismo “cristão” – no sentido neopentecostal – tem dado as cartas.

Nesse sentido, não devemos pensar em crise, mas trabalhar. Trabalhar, pois Deus há de recompensar os fiéis que, com muito esforço, labutam e pagam dízimo, cuja promessa é uma vida material melhor.

Para isso, os neopentecostais se utilizam de duas ferramentas fundamentais para o direcionamento ideológico, como foi visto no terceiro capítulo: Teologia da Prosperidade e Teologia do Domínio. São esses os alicerces sobre os quais se estrutura o fundamentalismo que nosso trabalho evidenciou.

Se de forma geral a Teologia da prosperidade ensina que os cristãos têm direito a bem-estar, saúde e boa situação financeira para que desfrutem na terra os privilégios de serem “filhos de Deus”, a Teologia do Domínio (MARIANO, 2014) significa a luta contra o diabo e contra demônios específicos, espíritos territoriais e hereditários, que podem estar em grupos sociais específicos, como a vinculação da esquerda ao diabo.

Assim, há uma dualidade entre um comportamento belicoso da Teologia do Domínio que se reflete na bancada evangélica, a qual é, por vezes, intolerante e grande parte dessa luta levaria às graças da prosperidade material. Com isso, quem não concorda com a bancada evangélica se torna, automaticamente, um inimigo não deles, mas também de Deus – que é o que de mais sagrado há para eles. Assim, conforme Mariano (2014) pontuou, esse comportamento:

[Se] torna prato cheio para os políticos evangélicos, a crença nos espíritos territoriais tem-se prestado ao uso eleitoral. Justificam seus defensores, candidatos e cabos eleitorais que a eleição de evangélicos para os altos postos políticos da nação trata bênçãos sem fim à sociedade. Além de desalojar parcialmente infiéis, idólatras, macumbeiros e adeptos de práticas pagãs parcialmente culpados pelas terríveis maldições que recaem sobre o país, os políticos evangélicos, eleitos, teriam a privilegiada oportunidade de poder interceder, nos planos material e espiritual, diretamente no próprio local onde se alojam poderosos demônios territoriais que tanto oprimem os brasileiros (MARIANO, 2014, p. 144).

Com isso, na passagem selecionada do clássico livro sobre os neopentecostais, de Ricardo Mariano, a Teologia do Domínio e da Prosperidade se tornou uma ferramenta política e eleitoral muito eficiente. O que vimos com o crescimento paulatino da bancada evangélica é a representação e manifestação desse fenômeno, que, por sua vez, se fortalece ainda mais com o crescimento absoluto de evangélicos e do fato de cada vez mais essa população votar conforme orientação religiosa.

Assim, escolhem pautas que representam essa dualidade divino-demoníaca, expressas em pautas moralistas como “ideologia de gênero”, “escola sem partido”, “estatuto da família”, “direito sexual e reprodutivo das mulheres” etc. Como essas pautas são, historicamente, defendidas por partidos de esquerda – mas não só –, estes são vistos como o anticristo e, portanto, passíveis de serem destruídos, pois representariam a antítese de Deus, ou seja, aquilo que existe de pior.

É nesse bojo da crítica que os neopentecostais e a bancada evangélica fazem à esquerda que houve uma aproximação com as frações burguesas, como uma afinidade eletiva. Se as frações burguesas, que a partir da crise do lulo-petismo estavam unidas em torno de medidas que atendiam exclusivamente seus interesses, como vimos, elas necessitavam de alguma legitimidade das classes trabalhadoras e populares, pois o

remédio oferecido por elas era bem amargo. É nesse sentido que o apoio da bancada evangélica, a qual possui grande capilaridade nas classes trabalhadoras e populares, tornou-se fundamental para as frações burguesas.

Se o lulo-petismo e sua forma de conciliação baseavam-se num “ganha-ganha”, isso, para nós, representaria um caráter conservador do PT, uma vez que a conciliação dependia em grande medida de alianças com partidos como o PMDB e com os próprios setores evangélicos, como vimos, e também com as próprias frações burguesas. Era um modelo político e econômico, no limite, autorizado pelo neoliberalismo.

Com isso, a partir de 2013-2014 com a crise de representatividade do lulo-petismo, esse pacto começou a afrouxar e perdeu a capacidade e a direção do bloco no poder, passando a surgir a necessidade de novas forças políticas que ocupassem esse espaço. Isso se deu por uma razão importante: o próprio PT, para tentar preservar seu pacto conciliatório, optou pela posição, nos momentos de crise pós 2014, em se aproximar das pautas neoliberais e conservadoras do congresso em vez de se alinhar à esquerda.

Por isso, com essa estratégia do PT em tentar preservar a governabilidade em detrimento dos interesses reais da classe trabalhadora, o partido ficou desmoralizado. Além disso, com as críticas que sofria da direita evangélica, identificando o partido como “diabólico-comunista”, assim como as de parcelas mais politizadas da esquerda e das classes trabalhadoras, o campo para o avanço do capital sobre o trabalho no interior do bloco no poder ficou ainda mais limpo.

Esse fenômeno político complexo aparenta ser uma “onda conservadora”, que desde 2015 avança a passos largos. Nesse sentido, o que identificamos é que parte da estratégia do PT em buscar conciliar e pleitear apoio no congresso após as eleições de 2014 representa o que a própria história do PT demonstra, isto é, que a tática do partido sempre foi buscar a presidência e, por isso, perdeu parte da base que tinha em sua origem e não conseguiu se manter de pé em meio ao vendaval da crise destampada pós eleições de 2014.

Com isso, e já encaminhando para a conclusão de nossa tese, a correlação capital x trabalho no interior do Estado modifica-se drasticamente. Em uma tacada só,

na eleição de 2018, as frações burguesas conseguiram expulsar da direção do bloco no poder PT, PSDB, DEM e PMDB – ainda que esses partidos estejam muito presentes no parlamento e continuem dando as cartas no legislativo – e colocaram Bolsonaro na direção do Estado. Um patético ultraliberal e reacionário. Baseado ideologicamente na premissa cristã da bancada evangélica e economicamente no ultraliberalismo, ele foi, pelas frações burguesas e bancada evangélica, alçado à liderança e direção do bloco no poder, que agora se orienta sob outra perspectiva que a conciliação lulo-petista. É, portanto, uma nova forma de conciliação, ainda mais conservadora do ponto de vista da política econômica e moralista do ponto de vista dos costumes.

Por fim, a parcela neopentecostal tem se tornado um campo político tão importante que o próprio PT, em sua “eterna” busca pela eleição presidencial, tem construído uma forma de buscar apoio nessa parcela da população, como recentes reportagens têm demonstrado¹⁵⁸. Isso, a nosso ver, tem um duplo significado: mesmo após o golpe parlamentar, o PT ainda buscará as eleições como forma de atuação política e tentará emplacar Lula pela terceira vez, o que significa que o partido não mudou sua estratégia e mantém-se o mesmo desde sua criação. E, por outro lado, representa a importância política cada vez maior que os evangélicos têm adquirido.

Assim, a afinidade eletiva se deu em torno do Deus Dinheiro com o Deus Moral, construindo, desse modo, um espírito protofascista, indicando-nos que temos um longo passado pela frente, e, como disse Eduardo Cunha, em sua votação naquele fatídico domingo de abril de 2016, “que Deus tenha misericórdia dessa nação”.

¹⁵⁸ PAINEL. A pedido de Lula, PT cria núcleos evangélicos nos estados para buscar apoio na base religiosa. **Folha de S. Paulo**. Publicado em: 5 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/05/a-pedido-de-lula-pt-cria-nucleos-evangelicos-nos-estados-para-buscar-apoio-na-base-religiosa/>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

DANTAS, Dimitrius. De olho em 2020, PT tenta estreitar relação com eleitores evangélicos. **Época**. Publicado em 6 de abril de 2019. Disponível em; <https://epoca.globo.com/de-olho-em-2020-pt-tenta-estreitar-relacao-com-eleitores-evangelicos-23577419>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder:** bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: LeYa, 2016.
- ALONSO, Leandro Seawright. **Entre Deus, Diabo e Dilma:** messianismo evangélico nas eleições de 2010. São Paulo: Fonte editorial, 2012.
- _____. **Ritos da oralidade:** a tradição messiânica de protestantes no regime militar brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ANGELO, Vitor Amorim de. **A trajetória da Democracia Socialista:** da fundação ao PT. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha.** São Paulo: Editora Carçoni, 2003.
- APPLE, Michael. **Educação e poder.** Trad. Maria Cristina Monteiro, 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BANDEIRA, Alexandre Dresch. **Valdemiro Santiago parte para o abraço:** estratégias midiáticas e internacionais envolvidas na Mundial Igreja do Poder de Deus. 2017. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.

- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 – 2006).** 2007. 562f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2007.
- BARBOSA, Caio Marcondes Ribeir. **A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014.** Dissertação (Mestrado). 135f. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MARINGONI, Gilberto, MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.** São Paulo: Boitempo, Fundação Lauro Campos, 2017, p. 77-89.
- BOITO JR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. **Reforma e crise política no Brasil.** Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- _____. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO, JR. Armando, GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012. p. 67 – 104.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO Ève. **O novo espírito do capitalismo.** Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.

- _____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André, LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. P. 55 – 92.
- BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores:** a história de uma utopia (1979 – 1994). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.
- BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte. **Diários da Assembleia Nacional Constituinte.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.
- BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura? In: MEZZOMO Frank Antonio, PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira, HAHN, Fábio André (Orgs.). **Religião, cultura e espaço público.** São Paulo/Campo Mourão: Olho d'água/Felicam, p. 13 – 49, 2016.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento.** São Paulo: CEBRAP; Editora brasileira de Ciências, 1971.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP; Campinas: IE – Unicamp, 2002.
- CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo e SARTI, Fernando (Orgs.). **Para além da política econômica.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.
- CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. PT “leve e suave”? In: SADER, Eder (Org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 43 – 101.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o Capital:** crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos nos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998). 2005. 549 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CORSI, Francisco Luiz. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: BATISTA, Roberto Leme, ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COWAN, Benjamin Arthur. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. Trad. Clara Furtado Lins. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014, p. 101 – 125.

CRUZ, Marcelo Pereira da. **A Igreja Universal do Reino de Deus no “jogo do poder”**: a aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002. Dissertação (Mestrado). 115f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009.

CRUZ, Sebastião Velasco. Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil. In: REIS, Fábio Wanderley; O’DONNELL, Guilherme (Orgs.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 256 – 281.

CUNHA, Christina, Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do “inimigo” no caso Marco Feliciano. **Comunicação, Mídia e Consumo**. Vol. 10, n. 29, 2013.

_____. A ascensão da direita religiosa no Brasil contemporâneo. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; LELLIS, Nelson (Orgs.). **Religião e política à brasileira: faces evangélicas no cenário político**. São Paulo: Recriar, 2019. P. 23 – 36.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. **Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados**

que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2015.

_____. Terceirização e o setor público. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 43, 23 fev. 2016.

DANTAS Jr, Altino (ed.). **Lula sem censura: e aí peãozada, partiu pro pau?** 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

DANTAS, Bruna Surugay do Amaral. **Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial.** 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2011.

DICKINSON, Richard. **Igreja e Desenvolvimento.** Trad. Cilda Gomes Alencar. São Paulo: Quatro artes, 1970.

DINIZ, Eli. Transição política no Brasil: perspectivas para a Democracia. In: **X ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1986**, Campos do Jordão: ANPOCS, 1986. Paper. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anual-da-anpocs/gt-11/gt05-9/6225-elidiniz-transicao/file>>. Acessado em 29/12/2018.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Perseu Abramo; Humanitas/FFLCH, 1999. P. 186 – 196.
- DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. 2 Ed. Trad. Heloísa de Castro Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. **Los partidos políticos**. Trad. Julieta Campos e Enrique Gonzáles Pedrero. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- DORAY, Bernard. Da produção à subjetividade: referências para uma dialética das formas. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Edições Vértices, 1989. p. 77 – 108.
- ENGELS, Friedrich. Para a crítica do projecto de programa Social-democrata de 1891. Trad. José Barata-Moura. In: MARX, K. e ENGELES, F. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Editora Avante, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm>. Acesso em: 19/02/2018.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. Máscaras escondem a realidade de abundância. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (Orgs.). **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**.. São Paulo: Outras expressões.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Muitos caminhos uma estrela: memórias de militantes do PT**. Vol. 1. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- FINGUERUT, Ariel. **Entre George W. Bush (2000 - 2008) e Barack H. Obama (2009)** : a efetividade da Nova Direita no consenso político norte –americano. 461f. Tese (Doutorado) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- FORMENTO Walter; MERINO, Gabriel. **Crisis financiera global: la lucha por la configuración del orden mundial**. Buenos Aires: Continente, 2011.

- FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao *impeachment***. 1993. 308 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1993.
- _____. Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI *et. al.* **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**, Petrópolis: Vozes, 1994. P, 67 – 159.
- _____. **Religião e política, sim. Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa: Ultimato, 2006.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan; São Paulo: FAPESP, 2007.
- _____. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO, JR. Armando, GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- GONÇALVES, Alonso. A partidarização de líderes da convenção Batista brasileira: uma análise político-teológica. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; LELLIS, Nelson (Orgs.). **Religião e política à brasileira: faces evangélicas no cenário político**. São Paulo: Recriar, 2019. p. 65-82.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Edição e Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11-110.
- GUIMARÃES, Juarez. **A esperança crítica: 13 ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2007.
- HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A**

- onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- KECK, Margaret. **PT a lógica da diferença:** o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2 Ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- JINKINGS, Ivana (Org.). **Luiz Inácio Lula da Sila, A verdade vencerá:** o povo sabe por que me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo , n. 103, p. 99-112, Nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000300099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital.** Trad. Wanda Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos de 1980. In: **Lutas Sociais.** São Paulo, vol. 20 n. 37, p. 10-22, jun./dez. 2016.
- LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 39. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

- _____. Sobre o conceito de afinidade eletiva. In: _____. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo sobre afinidade eletiva.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 13-18.
- _____. Marxismo e religião: ópio do povo? In. BORON, Atilio; AMADEO Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 271-286.
- _____. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **1964 - ...** (Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 303 – 320.
- _____. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Trad. Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira. **PLURAL: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129 – 142, 2011.
- MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- MACHADO, Ralph. **Lula a.c. – d.c.:** a política econômica antes e depois da “Carta ao Povo Brasileiro”. São Paulo: Annablume, 2007.
- MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1874 – 1985).** São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985 – 1990).** 2008. 387 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985).** Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

- MARIANO, Ricardo; HOFF, Márcio; DANTAS, Toty Ypiranga de Souza. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 65 – 78, jul/dez. 2006.
- MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos neopentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*: religião, política e sociedade. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 193 – 210.
- MATIN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la liberación**. Madrid (Espanha): Editorial Trotta, 1998.
- MARX, Karl. **El Capital**: crítica de la economía política. Livro III. Trad. Wenceslao Roces. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1975.
- _____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. **Para a questão judaica**. Trad. José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. **As lutas de classes da França de 1848 a 1850**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

- _____. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada:** a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, Marília: UNESP Marília Publicações, 1999.
- MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção da direita brasileira. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MELO, Sydnei. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987 – 1988). In: **CAMINHANDO.** Revista da Escola de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, v. 23, n.2, 2018, p. 81 – 105.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **O poder da ideologia.** Trad. Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.]. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 14 – 29.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOVAES, Regina. Os “evangélicos” e a política: reflexões necessárias sobre o Brasil de hoje. **Revista Teoria e Debate.** Edição 158, Março de 2017.

- OLIVEIRA, Francisco. Qual é a do PT? In: SADER, Eder (Org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9 – 35.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. **Trabalho e política:** as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Osésa Rodrigues de. **A responsabilidade política da igreja.** Santo André: Editora Reino, 2014.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18. nº 53, outubro de 2003. p. 53 – 69.
- OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês:** crítica às ciências sociais no Brasil. 4ª Ed. Florianópolis: Insular, 2017.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte (1996b). In: PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. ***A realidade social das religiões no Brasil:*** religião, política e sociedade. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 163 - 192
- PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. Religião e voto: a eleição presidencial de 1994 (1966c). In: _____. ***A realidade social das religiões no Brasil:*** religião, política e sociedade. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 211 – 238.
- POULANTZSAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Trad. Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **Poder político e classes sociais.** Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRANDI, Reginaldo, CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. In: **RBCS**. Vol. 33, nº 96/2018.

- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **1964 - ...**. (Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 503 – 540.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Evangélicos brasileiros e o compromisso social. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; LELLIS, Nelson (Orgs.). **Religião e política à brasileira: faces evangélicas no cenário político**. São Paulo: Recriar, 2019. p. 9 – 22.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.
- SADER, Eder. O que é que está escrito na estrela? In: SADER, Eder (Org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 153 – 176.
- SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil, entre passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.
- _____. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à econômica política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.
- SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político: imaginário de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas**. 2007. 317 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- SECCO, Lincoln. **A história do PT**. 4ª Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O direito do trabalho não trata o trabalhador como “coitado”. In: RAMOS, Gustavo Teixeira et al. (coords.). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017a. p. 173 – 178.
- _____. Armas psicológicas ameaçam a Justiça do Trabalho. In: RAMOS, Gustavo Teixeira et al. (Coords.). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017b. p. 179 – 188.
- _____. **A quem interessa essa “reforma” trabalhista?** Publicado em 01/05/2017. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>; 2017c. Acesso em: 06/08/2018
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- TREVAS, Vicente (Org.). **Desafios do governo local: o modo petista de governar**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. In: **NUMEN: revista de estudos e pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v.16, n. 1, p. 581 – 609.
- VASAPOLLO, Luciano. Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **O príncipe da moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1997.
- VILLASENOR, Rafael Lopez. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 2002. **Ponto-e-vírgula**, n. 8, 2010, p. 155 – 164, 2010.

_____. **Os “sem religião” no ciberespaço:** interfaces da religiosidade nas comunidades virtuais. Tese (Doutorado). 255f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. S.d

_____. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

6.1. FONTES

6.1.1. Fontes primárias, matérias e reportagens

ABREU, Tiago. Feliciano, Takayama e maioria dos evangélicos votam a favor de Temer. **GospelPRIME**, publicado em 3 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/feliciano-takayama-evangelicos-favor-temer/>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. **Valor Econômico**, publicado em 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016

ALEGRETTI, Laís. É preciso flexibilizar direitos sociais para haver emprego, diz chefe do TST. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 06/11/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1933111-e-preciso-flexibilizar-direitos-sociais-para-haver-emprego-diz-chefe-do-tst.shtml>. Acesso em: 06/08/2018.

ARAGÃO, Jarbas. “Governo PT ajuda os pobres, que dão mais dízimo”, defende Crivella. **GospelPrime**. Publicado em: 22 de março de 2013. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/pt-pobres-dizimo-marcelo-crivella-iur/>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

ARAGÃO, Jarbas. Bancada evangélica foi decisiva em processo de impeachment. **GospelPRIME**. Publicado em: 12 de maio de 2016. Disponível em:

<https://www.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-decisiva-impeachment/>.

Acesso em: 05/07/2017.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. “Beija-mão” a bispo evangélico já incluiu Temer, Doria, Alckmin e Cunha. **Folha de São Paulo**, publicado em 02 de abril de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1871797-beija-mao-a-bispo-evangelico-ja-incluiu-temer-doria-alckmin-e-cunha.shtml>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

BARIFOUSE, Rafael. O que dizem os outros 11 pedidos de impeachment contra Dilma. BBC Brasil, São Paulo, publicado em 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160414_outros_pedidos_impeachment_rb>. Acesso em 07 de julho de 2016.

BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País Brasil**, publicado em: 15 de março de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: contendo o velho e o novo testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. 2015. Disponível em: <http://media.ldscdn.org/pdf/lds-scriptures/holy-bible/holy-bible-83800-por.pdf>

BILENKY, Thais. Estratégia Evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora. **Folha de São Paulo**, publicado em 31 de outubro de 2016, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml?cmpid=compw>. Acesso em: 08 de agosto de 2018

BRAGA, Isabel; VENTURA, Manoel. Bancada evangélica anuncia apoio ao impeachment de Dilma. **O Globo**. Publicado em 6 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-anuncia-apoio-ao-impeachment-de-dilma-19032782>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

CASADO, José. A direita avança. **O Globo**. Publicado em 08 de julho de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/a-direita-avanca-13171346>. Acesso em: 04 de novembro de 2019.

.CRISTINA, Fátima. Lula ganha apoio de pastores evangélicos no rio. **Reuters**. Publicado em 17 de outubro de 2002. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/17/ult27u27501.jhtm>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

- DANTAS, Dimitrius. De olho em 2020, PT tenta estreitar relação com eleitores evangélicos. **Época**. Publicado em 6 de abril de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/de-olho-em-2020-pt-tenta-estreitar-relacao-com-eleitores-evangelicos-23577419>. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.
- DECAT, Erich; GADELHA, Igor. Com apoio de FHC, PSDB fecha posição pelo impeachment da presidente Dilma. **Estadão**. Publicado em: 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,com-apoio-de-fhc--psdb-fecha-posicao-pelo-impeachment-da-presidente-dilma,10000004539>. Acesso em: 08/08/2018
- DIP, Andrea; VIANA, Natalia. Os pastores de Trump chegam à Brasília de Bolsonaro. **Agência A Pública**. Publicado em: 12 de agosto de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/08/os-pastores-de-trump-chegam-a-brasilia-de-bolsonaro/>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.
- FECOMERCIO. Reforma trabalhista permitirá retomada da economia e da geração de empregos. **Portal FECOMERCIO**. Publicado em: 06/09/2017. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/reforma-trabalhista-permitira-retomada-da-economia-e-da-geracao-de-empregos>. Acesso em: 05/08/2018
- FERNDANDES, Marcella; CASTRO, Grasielle. Bancada evangélica aposta em governo Temer para avançar em pautas conservadoras. **Huffpost Brasil**. Publicado em: 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/04/16/bancada-evangelica-aposta-em-governo-temer-para-avancar-em-pauta_a_21692709/. Acesso em: 06/08/2018.
- FOLHA DE São Paulo. **Bispo comprou Record em 89**. 14 de Janeiro de 1996, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/27.html>. Acesso em: 31/05/2018.
- Frente Evangélica lança manifesto com propostas para a gestão do Brasil. **Portal Câmara dos Deputados**. Publicado em 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564596-FRENTE-EVANGELICA-LANCA-MANIFESTO-COM-PROPOSTAS-PARA>. Acesso em: 10 de abril de 2019.
- G1. Medida “acaba com o programa de desoneração da folha”, diz FIESP. **G1.com**. Publicado em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/medica-acaba-com-o-programa-de-desoneracao-da-folha-diz-fiesp.html>. Acesso em: 06 de janeiro de 2019.
- GLOBONEWS. Temer diz que Cunha autorizou o impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara. **Globonews**. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque->

[petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghml](#)>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

GUERREIRO, Gabriela. Vice de Aécio não aceita diálogo com Dilma e promete “não dar trégua”. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 28 de outubro de 2014, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539777-vice-de-aecio-nao-aceita-dialogo-com-dilma-e-promete-nao-dar-tregua.shtml>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

LEAL, Luciana Nunes. Temer se reúne com grupo de líderes religiosos no Planalto. **Estadão**. Publicado em: 12/05/2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-se-reune-com-grupo-de-lideres-religiosos-no-planalto,10000050905>. Acesso em: 06/08/2018

LOPES, Roseli e TONI, Graciliano. “Passo importantíssimo para o Brasil”, afirma Skaf no seminário de modernização trabalhista. **Portal FIESP**. Publicado em: 31/08/2017. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/passo-importantissimo-para-o-brasil-afirma-skaf-no-seminario-modernizacao-trabalhista/>. Acesso em: 05/08/2018.

MARTELLO, Alexandro. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. **G1.com**. Publicado em: 30/10/2017, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghml>. Acesso em: 05/08/2018.

MOURA, Marcelo, DAL PIVA, Juliana. Como os evangélicos abençoaram Temer. **Revista Época**. Publicado em: 11 de maio de 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/como-os-evangelicos-abençoaram-temer.html>. Acesso em: 05/06/2019.

OLIVEIRA, Marcelo. Ministro diz que novos contratos de trabalho vão gerar 2 milhões de empregos. **Portal da Câmara dos Deputados**. Publicado em: 10/10/2017, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/524979-ministro-diz-que-novos-contratos-de-trabalho-va-gerar-2-milhoes-de-empregos/>. Acesso em: 05/08/2018.

OLIVEIRA, Guilherme. Aécio Neves promete oposição “incansável e intransigente”. **Agência Senado Notícias**. Publicado em: 05/11/2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

PACHECO, Ronilso. Para sustentar Temer, bancada evangélica usa igreja e rebanhos em meio ao caos. **Intercept**. Publicado em 22 de maio de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/05/22/para-sustentar-temer-bancada-evangelica-usa-igrejas-e-rebanhos-em-meio-aos-caos/>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

PAINEL. A pedido de Lula, PT cria núcleos evangélicos nos estados para buscar apoio na base religiosa. **Folha de S. Paulo**. Publicado em: 5 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/05/a-pedido-de-lula-pt->

[cria-nucleos-evangelicos-nos-estados-para-buscar-apoio-na-base-religiosa/](#). Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos: 1979 – 1998**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistematica-institucionalizada-14905059>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016

RUFFATO, Luiz. Temer inaugura a República Evangélica. **El País**. Publicado em 8 de junho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html; Acesso em 06/08/2018.

SANTOS, Chico; ESCÓSSIA, Fernanda. Bispos da Universal decidem apoiar Lula. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 8 de outubro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200241.htm>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

UOL. Não “temas”, diz deputado a Temer em oração com bancada evangélica. **UOL**. Publicado em: 13/05/2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/nao-temas-diz-deputado-evangelico-para-temer-em-oracao.htm>. Acesso em: 06/08/2018.

URIBE, Gustavo. Temer e Aécio acertam participação de PSDB em eventual governo. **Folha de São Paulo**. Publicado em 24 de abril de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765958-temer-e-aecio-acertam-participacao-de-psdb-em-eventual-governo.shtml>. Acesso em: 08/08/2018.

URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, publicado em: 01 de Novembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 13 de Abril de 2016

VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanosdefinematuacaonosatospro-impeachmentimp,1641620#>> . Acesso em: 07 de julho de 2016.

6.1.2. Pesquisas

DATAFOLHA. **Comportamento Político**. Publicado em 11 de outubro de 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/10/14/comportamento-politico.pdf>, Acessado em 05/06/2017.

DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. - Brasília, DF : DIAP, 2014. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>; Acessado em 05/06/2016.

IBOPE. **Índice de Confiança Social (ICS)**. Julho de 2018. Disponível em: http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2018_0741_ICS_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acessado em 13/08/2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. **Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil**. São Paulo: Folha, dezembro de 2016. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>>, acessado em 16/05/2018.

_____. **Religião e comportamento eleitoral**. São Paulo: Folha, setembro de 2017. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/10/26/d74b5c2355ed6d11891ff03c1be2d019.pdf>>, acessado em 16/05/2018.

6.1.3. Documentos

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (FPE). **Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>, acessado em 10/04/2019.

FIESP. **A modernização das leis trabalhistas**. São Paulo: FIESP, 2017. Disponível em: <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2017/08/folder-novo-modernizacao-trabalhista-web.pdf>, acessado em 10/08/2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao Povo Brasileiro**, 2002.

_____. **Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil**, 2002b.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulisses Guimarães: Brasília, 2015.